

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Terceira Sessão Ordinária

27 – 28 de Junho de 2008

Sharm El-Sheikh - EGIPTO

EX.CL/438 (XIII)

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO PARA O
PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2008



EX.CL/438 (VXIII)

ÍNDICE

Página

- I. INTRODUÇÃO
- II. 1ª PARTE: EXECUÇÃO DO PROGRAMA
 - A. Paz e Segurança
 - B. Assuntos Políticos, Governação, Direitos do Homem, Refugiados e Pessoas Deslocadas
 - C. Comércio, Indústria e Negociações Internacionais
 - D. Assuntos Sociais, Emprego, Desporto e Cultura
 - E. Agricultura e Economia Rural
 - F. Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia
 - G. Infra-estrutura e Energia
 - H. Assuntos Económicos e Integração
- III. 2ª PARTE: APOIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA
 - A. Planificação Estratégica e Acompanhamento da Execução do Programa
 - B. Elaboração e Acompanhamento da Execução do Orçamento
 - C. Administração e Gestão de Recursos Humanos
 - D. Serviços de Conferências
 - E. Comunicação e Informação

IV. 3ª PARTE. POLÍTICA GERAL E DIRECÇÕES

- A. Direcção da Auditoria Interna
- B. Direcção Jurídica
- C. Direcção do Género e do Desenvolvimento
- D. Direcção da Sociedade Civil e Diáspora
- E. Relações Exteriores e Cooperação

V. PROGRAMAS DE REPRESENTAÇÃO

- A. Missão de Nova-Iorque
- B. Missão de Genebra
- C. Missão de Bruxelas
- D. Missão do Cairo
- E. Missão de Lilongwe
- F. Missão de Washington

VI. CONCLUSÃO

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Terceira Sessão Ordinária

27 – 28 de Junho de 2008

Sharm El-Sheikh - EGIPTO

EX.CL/438 (XIII)

NOTA INTRODUTÓRIA DO PRESIDENTE AO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax: +251115- 517844
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Terceira Sessão Ordinária
24 – 28 de Junho de 2008
Sharm-El-Sheikh, EGIPTO

EX.CL/438 (XIII)

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO
PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2008

ÍNDICE

	Páginas
I. INTRODUÇÃO	I
II. PARTE 1: EXECUÇÃO DO PROGRAMA	
A. Paz e Segurança	1
B. Assuntos Políticos, Governação, Direitos Humanos, Refugiados e Pessoas Internamente Deslocadas	36
C. Comércio, Indústria e Negociações Internacionais	45
D. Assuntos Sociais, Trabalho, Desporto e Cultura	51
E. Agricultura e Economia Rural	59
F. Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia	75
G. Infra-estruturas e Energia	85
H. Assuntos Económicos e Integração	100
III. PARTE 2: APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS	
A. Planeamento Estratégico de Políticas e Monitoria da Execução de Programas	109
B. Execução e Monitoria do Orçamento-Programa	116
C. Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos	119
D. Serviços de Conferências	123
E. Informação e Comunicação	125
IV. PARTE 3: POLÍTICA GERAL E DEPARTAMENTOS	
A. Departamento de Auditoria Interna	128
B. Assuntos Jurídicos	129
C. Mulher e Desenvolvimento do Género	136
D. Cidadãos e Diáspora	137
E. Relações Exteriores e Cooperação	141
V. PROGRAMAS DE REPRESENTAÇÃO	
A. Escritório de Bruxelas	147
B. Escritório do Cairo	151
C. Escritório de Genebra	156
D. Escritório de Lilongwe	166
E. Escritório de Nova Iorque	171
F. Escritório de Washington	177
VI. CONCLUSÃO	

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório descreve as actividades realizadas pela Comissão para o período de Janeiro a Junho de 2008 através dos seus vários Departamentos e serviços assim como Escritórios no exterior. Essas actividades foram empreendidas em conformidade com o mandato da Comissão e no quadro da implementação de várias decisões e declarações tomadas pelos órgãos políticos da União. O volume dos programas e das respectivas actividades é muito importante nos diversos domínios de interesse do continente. Convém avaliar essas actividades, com toda a objectividade, seu impacto real no terreno, a fim de as orientar para a realização de resultados concretos que os nossos dirigentes e populações esperam. Como se constata e como de costume, este relatório consagra uma boa parte às actividades de paz e segurança, e é indubitável que sem paz e segurança, todos os esforços de desenvolvimento não poderão conduzir a resultados satisfatórios. Todavia, importa que esforços concertados sejam levados a cabo e meios consequentes disponibilizados para orientar gradualmente o essencial dos nossos programas e das nossas actividades para os projectos de desenvolvimento económico e social que é também uma condição indispensável para a consolidação da paz e da segurança, a erradicação da pobreza e a participação da Africa nos assuntos do mundo.

É por esta razão que o relatório actual foi concebido num espírito de equilíbrio entre os dois aspectos que estão intimamente ligados. A Comissão pretende investir nesta direcção com uma especial atenção sobre a promoção da integração física do continente, através de um apelo para os projectos de infra-estruturas como as estradas, os caminhos de ferro, as barragens e outros grandes trabalhos de vocação regional e continental, a adopção e a implementação por todos os intervenientes das posições comuns nos domínios de interesse continental como as negociações internacionais tais como as das APE, da OMC, a boa colaboração com as CERs, a integração harmoniosa da NEPAD nas estruturas e nos processos da Comissão, a contribuição da mobilização dos parceiros internacionais à volta desses projectos integradores, o seguimento detalhado dos aceleradores e dos pontos de referência da integração com a instauração de um sistema de avaliação definido de comum acordo entre a União e os Estados Membros, como se sugeriu no relatório de Auditoria da União.

Convém com efeito que, para além das várias decisões por vezes muito audaciosas e generosas em todos os domínios da vida do continente, a Comissão seja reforçada em termos de recursos políticos, financeiros e humanos e que um mecanismo seguro de seguimento seja desenvolvido a nível de todas as partes interessadas, e particularmente com um maior envolvimento de cada um dos Estados Membros, de modo a garantir que essas decisões sejam efectivamente implementadas, antes da tomada de novas decisões. Trata-se de uma questão essencial de credibilidade para a União e o conjunto dos Estados Membros bem como para os órgãos que instituíram, incluindo a Comissão. Neste sentido, a vontade política de cada Estado Membro será determinante para assegurar um impacto real dessas decisões no terreno em relação ao que acontece. Da sua parte,

a Comissão compromete-se a apresentar propostas realistas sobre os programas e as actividades que devem ser realizados nesse quadro.

O relatório descreve as actividades realizadas no domínio do reforço estrutural e organizacional da Comissão, cuja gestão financeira e administrativa merece a sua maior atenção. Nesse quadro, a Comissão está determinada a desenvolver instrumentos eficientes de transparência, de avaliação dos desempenhos e da obrigação de prestar contas e obrigação de obter resultados, particularmente na gestão dos recursos humanos e financeiros postos à sua disposição, pelos Estados Membros e Parceiros da União.

Durante estes últimos meses, várias crises e catástrofes naturais marcam a marcha actual do mundo. O Conselho deve nesta Sessão examinar esses acontecimentos inquietantes que assolam o mundo presentemente, que são a grave crise alimentar que já causou perturbações sociais e mesmo tumultos por causa da fome em alguns dos nossos países, a explosão dos preços do petróleo que acarreta muita miséria para os nossos povos e a redução dos meios de intervenção dos Estados africanos mais fracos e não produtores de petróleo, as catástrofes naturais como as inundações, os tremores de terra, os ciclones e tornados que destroem vidas humanas e provocam destruições maciças dos bens a uma escala alarmante. A África ocupa a primeira categoria de preocupação, enquanto o seu nível de preparação face a tais cataclismos é muito baixo. Uma reflexão aprofundada sobre os planos de intervenção do continente em relação a esses fenómenos mundiais gravíssimos torna-se cada vez mais crucial. A Comissão contribuirá muito para esta iniciativa e já participou nos fóruns importantes como a recente Cimeira de Roma, a TICAD IV, as reuniões de Joanesburgo e outras iniciativas do mesmo género. Ela compromete-se a prosseguir firmemente esses esforços nesta direcção.

Solicita-se o Conselho Executivo a analisar todos os aspectos pertinentes deste relatório de actividades em relação ao meu relatório introdutório, apresentado separadamente, que informa sobre o diagnóstico dos desafios a enfrentar e das orientações estratégicas que a Comissão pretende realizar para atingir os resultados esperados. As orientações do Conselho em conformidade com o presente relatório poderão sem dúvida melhorar os seus desempenhos no que se refere às aspirações dos proprietários desta União que são os Estados Membros.

II. PARTE 1 : EXECUÇÃO DO PROGRAMA

A. PAZ E SEGURANÇA

A.I. INTRODUÇÃO

1. Durante o período em análise, as actividades da Comissão foram dominadas pela continuação e intensificação dos esforços visando a plena operacionalização da estrutura continental de paz e segurança, bem como o início das iniciativas de prevenção e resolução de conflitos, nomeadamente a consolidação da paz depois da sua restauração, e o reforço do apoio da comunidade internacional às iniciativas de paz em curso no Continente. A Comissão realizou igualmente várias outras actividades conexas cuja informação vem nos parágrafos a seguir, inclusive as que visam melhorar a eficácia das consultas e da coordenação com as Nações Unidas, outras organizações internacionais ou regionais e países parceiros.

A.II. ESTABELECIMENTO DA ESTRUTURA CONTINENTAL DE PAZ E SEGURANÇA

2. Em conformidade com o Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana, a estrutura continental de paz e segurança baseia-se nas estruturas seguintes: o CPS, o Sistema Continental de Alerta Rápido, o Grupo dos Anciãos e a Força Africana em Estado de Alerta (FAA). Além disso, o Protocolo prevê o reforço da cooperação entre a UA e os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos. Durante o período em análise, registaram-se progressos significativos na operacionalização destas estruturas.

a) Grupo dos Anciãos

3. Como indicado no relatório da Comissão submetido ao Conselho Executivo em Janeiro de 2008, o Grupo dos Anciãos foi formalmente instituído a 18 de Dezembro de 2007 durante uma cerimónia que teve lugar na Sede da UA. A 20 de Fevereiro de 2008, o grupo realizou a sua primeira reunião, durante a qual elegeu o seu Presidente para 2008, na pessoa do Sr. Ahmed Ben Bella, e adoptou o seu programa de trabalho.

4. Tratando-se mais especificamente do Programa de Trabalho, abarca tanto as reuniões do Grupo (prevê-se um mínimo de três sessões por ano) como consultas com o CPS. Além disso, o Programa prevê que o Grupo identifique algumas situações prioritárias de conflito sobre as quais orientará os seus esforços durante um determinado ano. Estas situações de conflito serão identificadas com base em vários critérios, dos quais, entre outros, o nível de atenção que lhes é prestado, a o conhecimento ou não do CPS e o eventual valor acrescentado do envolvimento do Grupo e os riscos de degradação rápida e repentina. Finalmente, o Grupo decidiu iniciar, todos os anos, uma reflexão sobre uma questão relativa à prevenção de conflitos e à consolidação da paz em África. Para 2008, o Grupo decidiu dedicar esta reflexão aos diferendos e conflitos ligados aos processos eleitorais. Esta escolha inscreve-se no prolongamento da decisão adoptada pela Cimeira aquando da sua sessão de Janeiro de 2008 e das decisões pertinentes do CPS, que sublinha a necessidade de iniciar uma reflexão colectiva sobre os desafios ligados à tensão e às contestações que caracterizam, muitas vezes, os processos eleitorais em África,

nomeadamente o reforço das capacidades africanas na área da observação e do acompanhamento de eleições.

b) Sistema Continental de Alerta Prévio (SCAP)

5. Durante o período em revista, a Comissão continuou a desenvolver esforços visando a operacionalização do SCAP, em conformidade com a decisão da 10ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, realizada em Adis Abeba, em Janeiro de 2007. Esta sessão aprovou o quadro de operacionalização do SCAP, adoptado em Kempton Park em Dezembro de 2006, e solicitou “à Comissão que tome todas as medidas necessárias com vista à implementação plena e em tempo útil dos SCAP em 2009”

6. A fim de melhorar a recolha de dados e a capacidade de análise do SCAP, a Comissão continuou a aperfeiçoar os instrumentos existentes tais como Africa News Brief e o Portal do SCAP e a desenvolver outros instrumentos. A Comissão ainda está a adquirir as necessárias infra-estruturas de TI, que deverão estar instaladas até fins de 2008.

7. Como é do conhecimento do Conselho, o SCAP é constituído pela Sala de Operações da UA e das estruturas equivalentes dos Mecanismos Regionais. Daí a necessidade de haver uma estreita colaboração entre todas as entidades envolvidas. Foi neste contexto que a Comissão convidou o Mecanismo Regional para uma reunião realizada em Adis Abeba, em Março de 2008. A reunião centrou-se nas TI, na partilha de informação e análise de dados e decidiu convocar reuniões técnicas trimestrais para harmonizar os instrumentos de recolha de dados e discutir outras questões técnicas importantes. A primeira reunião técnica realizou-se em Abuja, na Sede da Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental (CEDEAO), a 20 e 21 de Maio de 2008.

8. O Protocolo do CPS estabelece que as unidades de observação e monitorização dos Mecanismos Regionais devem estar ligados directamente à Sala de Operações através de meios de comunicação adequados. Em conformidade com esta disposição do Protocolo, estão sendo tomadas medidas para ligar os Sistemas de Alerta Prévio dos Mecanismos Regionais à Sala de Operações através do VSAT da UA. A este respeito, missões de avaliação do site foram realizadas à CEWARN (IGAD), ECOWARN (CEDEAO) e MARAC (ECCAS), entre 14 e 27 de Maio de 2008, com o objectivo de facilitar a ligação entre o SCAP e os sistemas regionais de alerta prévio através do VSAT da UA. À hora da finalização deste relatório, estavam a ser planeadas missões semelhantes à CENSAD, COMESA, EAC e SADC.

9. O Protocolo do CPS convida a Comissão a colaborar com as Nações Unidas, as suas agências e outras organizações internacionais para facilitar o funcionamento efectivo do SCAP. É neste contexto que a Comissão organizou, em princípios de Abril e em Adis Abeba, uma reunião com organizações internacionais. A reunião adoptou uma série de recomendações sobre a utilização de instrumentos e plataformas existentes, cooperação sobre recolha e análise de dados, formação e melhores práticas.

c) Força Africana em estado de Alerta (FAA)

10. O período em análise foi marcado pela realização da 2ª Sessão Ordinária da Reunião dos Ministros Africanos da Defesa e Segurança, realizada a 28 de Março de 2008 em Adis Abeba para avaliar os progressos registados na operacionalização da

Força Africana em estado de Alerta (FAA) e o Comité de Estado Maior (CEM) e para identificar os desafios futuros a fim de traçar a melhor via a seguir. A reunião dos Ministros foi precedida pela 5ª reunião dos Chefes de Estado Maior Africanos (CEMA) e Chefes de Segurança e uma reunião de peritos de 24 a 27 de Março de 2008.

11. A reunião sublinhou a urgência da operacionalização da FAA como componente importante do APSA concebido para apoiar os esforços africanos na prevenção, gestão e resolução de conflitos; decidiu garantir que a polícia e as componentes civis da FAA sejam devidamente tratadas e melhoradas, a fim de garantir o equilíbrio no desenvolvimento de todas as componentes da FAA; exortou os Estados-membros a reforçarem a capacidade da FAA e das estruturas das operações de apoio à paz aos níveis continental e regional e disponibilizar os recursos financeiros necessários. A reunião lançou um apelo à Comissão no sentido de adoptar procedimentos específicos flexíveis para a gestão das operações de apoio à paz e questões relacionadas com a FAA e a avaliar a estrutura da Divisão de Operações de Apoio à Paz da UA bem como realizar o recrutamento do pessoal observando os princípios de responsabilidade, transparência e distribuição geográfica equitativa.

12. A reunião adoptou o projecto de documento político da FAA sobre Doutrina, SOPS, Logística, Formação e Avaliação, C3IS e recomendações conexas de acordo com a proposta da Comissão e revistas pelas respectivas reuniões de peritos, CEMA e Chefes de Segurança e solicitou à Comissão para convocar reuniões dos Estados Membros e CERs/RMS para analisar os documentos políticos até 2010. A reunião aceitou, em princípio, os documentos adicionais formulados relativamente à Capacidade de Destacamento Rápido da FAA (CDR) e o Relatório Sobre o Estudo do Depósito de Logística e solicitou à Comissão, em ligação com as CERs/RMS e Estados-membros, para continuarem a desenvolver essas áreas e submeter propostas até 2010. A reunião tomou nota dos documentos propostos sobre os aspectos médico e jurídico e sobre a dimensão civil, e pediu à Comissão para continuar a desenvolver esses documentos em ligação com os Estados-membros, as CERs/RMS e submeter propostas até 2010.

13. Um relatório separado sobre as conclusões da reunião dos Ministros da Defesa e Segurança é submetido à aprovação do Conselho Executivo .

d) Protocolo de Acordo de Cooperação entre a UA e os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos

14. Convém lembrar ao Conselho Executivo que o Protocolo de Acordo de Cooperação na área da Paz e Segurança entre a UA e os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos foi assinado em Adis Abeba, à margem dos trabalhos da 11ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo. Este instrumento, que foi concluído em conformidade com o Artigo 16 do Protocolo relativo à criação do CPS, enumera os objectivos perseguidos, os princípios que regem a sua implementação, bem como as áreas de cooperação entre a UA e os Mecanismos Regionais. O documento trata igualmente das medidas que devem reger a cooperação entre a UA e os Mecanismos Regionais.

15. Há medidas em curso para o recrutamento, na Divisão de Gestão de Conflitos do Departamento de Paz e Segurança, de um perito que será responsável pelo seguimento da implementação do Protocolo de Acordo. Este processo será concluído dentro de pouco tempo. Entretanto, foram registados avanços importantes

relativamente ao destacamento de funcionários de ligação dos Mecanismos Regionais junto da UA, graças aos recursos afectados para o efeito no quadro da componente Reforço de Capacidades do Fundo para a Paz em Africa (FPA). Até hoje, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEECA), a Comunidade da Africa Oriental (EAC), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e o Mercado Comum da Africa Austral e Oriental (COMESA) destacaram os seus oficiais de ligação. De uma maneira geral, as relações entre a UA e os Mecanismos Regionais reforçaram-se consideravelmente nos últimos anos.

A.III. PREVENÇÃO ESTRUTURAL DE CONFLITOS – IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA FRONTEIRA DA UA

16. Em Janeiro último, o Conselho Executivo foi informado das primeiras medidas tomadas pela Comissão visando a implementação da Declaração sobre o Programa Fronteira da UA (PFUA) e as modalidades da sua implementação, tal como adoptada pela Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas questões de fronteiras, realizada em Adis Abeba a 7 de Junho de 2007, nomeadamente a organização, em Dezembro de 2007, de um seminário que permitiu identificar as actividades a realizar e as parcerias a estabelecer. Como é do conhecimento do Conselho, a Declaração articula-se em torno de três pontos: delimitação e demarcação das fronteiras africanas que ainda não foram realizadas; desenvolvimento da cooperação transfronteiriça, nomeadamente de iniciativa local; e reforço de capacidades e mobilização de recursos.

17. Na Declaração sobre o PFUA, foi pedido à Comissão, no âmbito das medidas iniciais a serem tomadas com vista ao lançamento do programa, para iniciar uma operação continental de diagnóstico das fronteiras através de um questionário a ser enviado a todos os Estados-membros a fim de facilitar a delimitação e a demarcação das fronteiras africanas que ainda não passaram por este processo. É neste quadro que a Comissão organizou, em meados de Março em Adis Abeba, uma reunião restrita de peritos para finalizar o questionário, que em seguida foi formalmente enviado através de uma carta do Presidente da Comissão cessante aos Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores dos Estados-membros. Este questionário é sobre a situação das fronteiras terrestres, fluviais, lacustres e marítimas. A Namíbia já respondeu ao questionário e todos os outros Estados-membros são encorajados a fazer o mesmo, o mais depressa possível.

18. A Declaração sobre o PFUA deu igualmente mandato à Comissão para realizar uma campanha de mobilização de recursos e de desenvolvimento de parcerias com vista à sua implementação. A este respeito, a Comissão gostaria de informar o Conselho que alguns parceiros da UA já se manifestaram no sentido de prestarem o seu apoio financeiro e técnico à implementação do PFUA. É assim que o Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Dr. Frank-Walter Steinmeier, a 13 de Fevereiro de 2008, escreveu ao Presidente da Comissão cessante informando da decisão do seu país de apoiar, através da GTZ, a implementação do PFUA, nomeadamente a criação de um sistema de informação sobre as fronteiras, o financiamento das despesas com o pessoal e outras actividades bem como um apoio directo aos Estados-membros que realizam projectos no quadro do PFUA. Em Maio deste ano, a Comissão e a GTZ decidiram sobre as actividades que serão apoiadas em 2008. A Alemanha porá à disposição da UA até 1 milhão de Euros; além disso, outros recursos serão destinados ao apoio directo aos Estados-membros – desde já, a GTZ iniciou contactos com alguns Estados-membros para apoiar financeiramente operações de delimitação e demarcação bem como a manutenção de marcos fronteiriços.

19. A Declaração sobre o PFUA encarregou a Comissão para tomar todas as medidas necessárias à sua implementação, nomeadamente o reforço das capacidades da Divisão de Gestão de Conflitos do Departamento de Paz e Segurança da Comissão. É neste quadro que a Comissão está a criar uma Unidade encarregue especificamente do seguimento da implementação do PFUA. Os primeiros elementos desta Unidade deverão ser recrutados brevemente. A Itália, através do Fundo Italiano-africano de Paz comprometeu-se a pôr à disposição da Comissão os recursos necessários para o efeito e para um período de dois anos.

20. Nos próximos meses, a Comissão trabalhará, conjuntamente com as CER, na realização de seminários regionais destinados a divulgar o PFUA e a facilitar a elaboração de planos de acção regionais. A Comissão organizará, nas próximas semanas, uma reunião preparatória com a participação de todas as CER's para a planificação e a realização rápida desses seminários regionais. Por outro lado, outras actividades serão realizadas, nomeadamente o lançamento de uma avaliação da cooperação transfronteiriça no continente e a das capacidades existentes na área da gestão de fronteiras, bem como uma campanha de comunicação sobre o PFUA e a elaboração de um instrumento jurídico de cooperação transfronteiriça.

A.IV. EVOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES NO TERRENO

21. As situações de conflito e pós-conflito continuaram a reter a atenção da Comissão durante o período em análise. Registaram-se vários acontecimentos encorajadores desde a última sessão do Conselho Executivo. Ao mesmo tempo, houve um agravamento de um certo número de situações, enquanto que surgiram novas tensões.

22. Importa mencionar a assinatura, a 26 de Maio de 2008, de uma Declaração Conjunta de cessação das hostilidades pelo Governo Burundês e o Palipehutu/FNL, o último movimento armado que ficou de fora do processo de paz e de reconciliação. Esta Declaração relançou o processo de implementação do Acordo Global de Cessar-fogo de 7 de Setembro de 2006 e reforçou as perspectivas de restauração da paz e da estabilidade duradouras no Burundi. Nas Comores, a restauração da autoridade do Estado em Anjouan, simultaneamente com o lançamento da operação « Democracia nas Comores », a 25 de Março de 2008, abriu perspectivas novas. No Quênia, a crise que assolou o país depois das eleições presidenciais de 27 de Dezembro chegou ao fim depois da assinatura de alguns acordos políticos e outros instrumentos, em especial o documento *Agir em conjunto em prol do Quênia - Acordo sobre os princípios da parceria para o Governo de coligação e a Lei 2008 sobre o entendimento e a reconciliação nacionais* de 28 de Fevereiro de 2008.

23. Se a situação de segurança na Somália continua precária, contribuindo assim para o agravamento da crise humanitária neste país, é encorajador notar os avanços registados no diálogo político entre os protagonistas somalis. Cabe, em especial, realçar aqui as conversações iniciadas entre o Governo Federal de Transição (GFT) e a Aliança para a Relibertação da Somália (ARS), em Djibouti, sob os auspícios das Nações Unidas e com o apoio da UA e de outros membros da comunidade internacional. Finalmente, no Sudão, as partes no Acordo Global de Paz (AGP) chegaram a acordo sobre a resolução da questão de Abeyi.

24. Apesar dos esforços permanentes desenvolvidos pela UA e as Nações Unidas, o processo de paz no Darfur continua no impasse. Esta crise assumiu uma nova dimensão com o ataque perpetrado pelo Movimento para a Justiça e a Igualdade (MJI) contra a capital sudanesa, a 10 de Maio de 2008. Na sequência deste ataque, as relações entre o Sudão e o Chade deterioraram-se. Por outro lado, em fins de Abril, o Governo do Djibouti acusou a Eritreia de ter ocupado uma parte do seu território e de ter concentrado tropas na fronteira comum entre os dois países. A UA realizou várias acções para enfrentar esta situação.

25. Durante os últimos meses, a Comissão envidou todos os esforços possíveis para apoiar os diferentes processos de paz e iniciativas de consolidação da paz em curso no continente. Assim, continua envolvida activamente nas iniciativas em curso na Côte d'Ivoire, na Libéria, no Burundi, na República Democrática do Congo (RDC), no Sudão e na República Centro-africana (RCA). Ao mesmo tempo, esforçou-se por reagir com a celeridade necessária às várias crises que surgiram durante o período em análise, envolvendo-se em iniciativas de diplomacia preventiva. É neste contexto que se situam as visitas que o Presidente da Comissão, acompanhado do Comissário para a Paz e a Segurança, efectuaram ao Chade e ao Sudão depois da nova crise que afectou as relações entre esses dois países, bem como as consultas que realizou na região austral do continente.

a) Comores

26. As sessões do Conselho Executivo e da Conferência da União em Janeiro último, em Adis Abeba, decorreram num contexto marcado pela rejeição do Coronel Bacar, então Presidente auto-proclamado da ilha de Anjouan, de todas as propostas de saída da crise submetidas pela UA, apesar das sanções impostas pelo CPS desde 10 de Outubro de 2007. Na sua intervenção perante a Conferência, o Chefe de Estado comoriano solicitou o apoio dos Estados-membros aos esforços do seu país para a restauração duradoura da autoridade do Estado Comoriano na Ilha de Anjouan, e anunciou a determinação do seu governo em utilizar todos os meios à sua disposição. Na sua decisão sobre a situação nas Comores, a Conferência pediu a todos os Estados-membros para, dentro das suas possibilidades, prestarem todo o apoio necessário ao Governo comoriano a fim de restabelecer rapidamente a autoridade da União em Anjouan.

27. Na sequência da decisão da Conferência, o Presidente do Conselho Executivo, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Unida da Tanzânia, tomou a iniciativa de reunir em Adis Abeba, a 20 de Fevereiro de 2008, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa bem como outros altos responsáveis dos países que manifestaram a intenção de responder de forma positiva ao pedido de assistência formulado pelo Presidente da União das Comores, a saber a Tanzânia, a Líbia, o Senegal e o Sudão. O Governo da União das Comores esteve igualmente representado nesta reunião, que analisou as modalidades de implementação da decisão da Conferência e decidiu medidas práticas, militares e de segurança. Em seguida, uma equipa de planificação, composta por peritos tanzanianos, sudaneses, senegaleses e líbios, esteve nas Comores de 25 de Fevereiro a 5 de Março de 2008, a fim de finalizar o plano de intervenção militar em Anjouan. A 8 de Março de 2008, os Ministros e outros representantes dos quatro países acima referidos, assim como as Comores, reuniram-se em Dar-es-Salaam, tendo aprovado nessa ocasião o relatório da equipa de peritos militares e de segurança. No dia seguinte, os Ministros e outros representantes da coligação africana deslocaram-se a Moroni, a fim de informar o

Presidente comoriano dos resultados da reunião realizada em Dar-es -Salaam.

28. Aquando da reunião do Comité ministerial dos países da região sobre as Comores, realizada em Adis Abeba a 28 de Janeiro e a 1 de Fevereiro de 2008, à margem da 12ª sessão ordinária do Conselho Executivo da UA, foi acordado o princípio de uma missão internacional de alto nível em Anjouan, dirigida pela UA e incluindo representantes dos Estados Unidos da América e da França. Tratava-se, então, de convencer as autoridades ilegais de Anjouan a se conformarem com o quadro de resolução da crise anjouanesa tal como decidido pela UA. É neste espírito que uma missão internacional « dita de última oportunidade », composta pelo chefe do Escritório de Ligação da UA em Moroni, o Embaixador da França nas Comores, o Encarregado de Negócios da Embaixada Americana em Madagáscar e um representante da Liga dos Estados Árabes, se deslocou a Anjouan, a 27 de Fevereiro de 2008. A missão esbarrou contra a intransigência do Coronel Bacar. Entretanto, a 111ª reunião do CPS, realizada a 18 de Fevereiro de 2008, decidiu prorrogar, por mais dois meses, as medidas impostas contra as autoridades ilegais de Anjouan, assim como o mandato da Missão de Assistência Eleitoral e de Segurança (MAES) da UA nas Comores.

29. Em conformidade com o plano de intervenção acordado aquando da reunião de Dar-es-Salaam, as tropas tanzanianas, que deviam participar na operação de desembarque em Anjouan, começaram a chegar a partir de 11 de Março de 2008 e pouco depois chegaram as tropas sudanesas. A Líbia garantiu o transporte das tropas sudanesas e também deu um apoio em equipamento à AND. Convém igualmente realçar que a França deu apoio logístico à operação. O desembarque em Anjouan, denominado « Operação Democracia nas Comores », começou a 25 de Março de 2008. No dia seguinte, a ilha estava sob o controlo total da coligação que não sofreu baixas. Esta intervenção foi acolhida com muita alegria tanto em Anjouan, onde a população confraternizou com as forças de coligação, como no resto do Arquipélago.

30. A 31 de Março de 2008, as autoridades da União das Comores procederam à instalação oficial do chefe do executivo provisório da ilha, responsável pela gestão dos assuntos correntes e pela organização das eleições do novo Presidente da Ilha autónoma de Anjouan, prevista para 15 e 29 de Junho de 2008. No início de Abril, o Chefe de Estado Comoriano efectuou uma visita de vários dias a Anjouan. Nessa ocasião, ele chamou os Anjouaneses e, de uma maneira geral, os Comorianos a enterrarem definitivamente o separatismo preconizado pelo Coronel Bacar.

31. Numa carta que ele endereçou ao Presidente cessante da Comissão, a 7 de Abril último, o Presidente Sambi, depois de ter reiterado os seus agradecimentos e a sua gratidão à UA pela determinação com a qual acompanhou as Comores na luta contra o separatismo, sublinhou que a esperança nascida com a restauração da autoridade do Estado em Anjouan « não pode perpetuar-se sem uma análise e uma solução para os múltiplos problemas com os quais a Ilha se confronta », cuja população continua a ser, segundo as estatísticas, a mais pobre do Arquipélago. Lançou um apelo solene à comunidade internacional em geral para que ela apoie, com a mesma determinação, a obra de reconstrução que deve ser realizada em Anjouan.

32. Aquando da sua 124ª reunião realizada a 30 de Abril de 2008, o CPS, entre outras coisas, renovou o mandato do MAES por um período adicional de 6 meses e lançou um apelo a todos os Estados-membros da UA e à comunidade internacional em geral para que prestem todo o apoio necessário à organização das próximas eleições presidenciais em Anjouan, bem como à consolidação da paz, da estabilidade e da

reconciliação nas Comores.

33. É neste quadro de seguimento desta decisão e da carta acima referidas do Presidente Sambi que a Comissão enviou para as Comores, de 14 a 18 de Maio de 2008, uma delegação composta por funcionários dos vários departamentos em questão e representantes de parceiros da UA envolvidos no acompanhamento dos esforços em curso nas Comores, a saber as Nações Unidas, a União Europeia, a Liga dos Estados Árabes, a Organização Internacional da Francofonia e a Comissão do Oceano Índico. Esta missão visava um duplo objectivo: por um lado, avaliar a situação no arquipélago, a fim de melhor apreciar os desafios que se colocam na tentativa de consolidação da paz e de estabilidade nas Comores; por outro, formular recomendações sobre a natureza do apoio que a UA poderá prestar às Comores nesta etapa crucial da sua evolução política.

34. Com base nas discussões que a missão teve, parece que se a restauração da autoridade do Estado em Anjouan marcou uma viragem na história recente das Comores, ainda há muitos desafios a vencer para tornar irreversíveis os avanços registados. A curto prazo, a prioridade vai para a boa realização das eleições que deverão permitir a eleição do novo Presidente da Ilha de Anjouan; a médio e longo prazos, os esforços devem incidir na procura de soluções para as disfunções institucionais do Novo Conjunto Comoriano (NCC) e a melhoria da governação tanto política como sócio-económica do arquipélago.

35. No momento da finalização deste relatório, a Comissão estava a tomar as medidas necessárias para apoiar, em colaboração com os parceiros da UA, a organização da eleição do Presidente da Ilha de Anjouan, tanto através da concessão de assistência financeira e do envio de observadores como através da segurança do escrutínio. Para além deste escrutínio, a UA acompanhará as partes comorianas na consolidação dos sucessos registados no processo de estabilização do arquipélago. É neste contexto que se inscreve o reforço da componente civil da MAES para lhe permitir realizar, com sucesso, as várias componentes do seu mandato.

36. A Comissão queria aproveitar esta ocasião para ao mesmo tempo saudar a determinação do Presidente Sambi e exprimir os seus sinceros agradecimentos à Tanzânia e ao Sudão, bem como à Líbia e ao Senegal, por terem prestado a assistência necessária ao Governo da União das Comores, em conformidade com a decisão da Conferência. A Comissão gostaria igualmente de, uma vez mais, agradecer os países da região que, sob a direcção da África do Sul, não pouparam esforços durante os últimos dez anos para ajudar as Comores e apoiar os seus esforços de reconciliação.

b) Somália

37. Durante o período em revista, foram desenvolvidos esforços para promover um processo político abrangente e a reconciliação nacional em conformidade com as recomendações do Congresso de Reconciliação Nacional (CRN), realizado em Mogadíscio em Julho – Agosto de 2007 e o programa de trabalho do Governo Federal de Transição (GFT). Este programa visa promover a reconciliação, a paz e a segurança, reforçar as instituições Somalis e assegurar a transparência na cobrança das receitas do Governo bem como implementar importantes tarefas do período de transição relativas à Constituição e às questões eleitorais.

38. De 11 a 13 de Março de 2008, no Cairo, Egipto, e no quadro das acções para apoiar o diálogo entre o GFT e a Aliança para a Relibertação da Somália (ARS), diplomatas de alguns dos parceiros da UA reuniram-se com representantes da ARS. Ao apresentar algumas condições prévias para qualquer diálogo com o GFT, a delegação da ARS indicou que o seu objectivo não era destruir o GFT. Manifestou igualmente o seu empenhamento na promoção de boas relações com todos os vizinhos da Somália, com base no direito internacional.

39. A 23 de Março de 2008, a Missão da União Africana na Somália (AMISOM) facilitou, na sua sede em Mogadíscio, uma reunião entre o Primeiro Ministro Nur Hassan Hussein e o Sr. Mohammed Hassan Haad, Presidente do Conselho da Unidade e Tradição do Hawiye. A reunião realizou-se no quadro dos esforços destinados a por termo às actividades violentas dos elementos armados contra o GFT em Mogadíscio e nos arredores. Antes, a 22 de Fevereiro de 2008, o Representante Especial do Presidente da Comissão reuniu-se em Mogadíscio sucessivamente com o Primeiro Ministro do GFT e o Presidente Abdullahi Yusuf Ahmed, aproveitando a oportunidade dessa reunião para reiterar a necessidade de um processo político abrangente. Ambos os líderes Somalis reafirmaram o seu cometimento ao processo de reconciliação.

40. Em princípios de Abril de 2008, em Nairobi, uma delegação da ARS conduzida por Sheikh Sheriff Hassan, Presidente da Aliança, reuniu-se com vários membros da comunidade internacional, incluindo representantes das Nações Unidas, a Liga dos Estados Árabes e a UA. A visita da delegação da ARS a Nairobi foi na sequência de um apelo lançado pelo Primeiro Ministro do GFT a todos os Somalis para utilizarem o diálogo para resolver a crise no seu país, e um posterior convite do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas.

41. Foi neste contexto que se realizaram as conversações inter-Somalis em Djibouti, de 10 a 15 de Maio de 2008, a convite do Representante Especial do Secretário-Geral das NU e nas quais participaram representantes do GFT e da ARS. A UA, conjuntamente com outros membros da comunidade internacional, esteve igualmente representada e desempenhou um papel activo nas conversações. No final das conversações, que foram conduzidas separadamente, uma vez que o Representante Especial das NU fazia o vaivém entre as duas delegações, as partes decidiram reunir-se de novo em Djibouti para continuar as discussões. Na sua 132ª reunião realizada a 29 de Maio de 2008, o CPS saudou a realização e os resultados dessas conversações e encorajou as partes a prosseguir esforços num espírito de compromisso e entendimento mútuo, exortando ao mesmo tempo as partes somalis não participantes a considerarem a entrada no processo. O CPS lançou um apelo aos membros da comunidade internacional em geral e aos países da região, em particular, para darem o seu apoio total às conversações.

42. Tal como previsto, as partes reuniram-se de novo em Djibouti de 31 de Maio a 9 de Junho de 2008. A UA participou nesta segunda ronda e para demonstrar o seu apoio total a essas conversações o Comissário para a Paz e Segurança, Embaixador Ramtane Lamamra, deslocou-se a Djibouti para participar na cerimónia de abertura e contactar os intervenientes Somalis e internacionais. De notar, igualmente, que uma delegação do Conselho de Segurança visitou Djibouti em princípios de Junho para consultas com as partes Somalis. O Comissário aproveitou a oportunidade da sua presença no Djibouti para também se reunir e informar a delegação do Conselho de Segurança e apresentar as opiniões da UA tanto no processo político como nos

esforços de estabilização da Somália.

43. A 9 de Junho de 2008, o GFT e a ARS celebraram um Acordo. Este documento, que deverá ser formalmente assinado na Arábia Saudita, prevê o fim de todos os actos de confrontação armada das partes, 30 dias a partir da sua assinatura. Além disso, as partes decidiram:

- Solicitar às Nações Unidas, de acordo com a Resolução 1814 (2008) do Conselho de Segurança e dentro de um período de cento e vinte (120) dias, que autorize e estacione uma força de sensibilização internacional dos países que são amigos da Somália, com excepção dos Estados vizinhos;
- Que num período de 120 dias a partir da assinatura do Acordo, o GFT proceda em conformidade com a decisão que já foi tomada pelo Governo da Etiópia de retirar as suas tropas da Somália depois do desdobramento de um número suficiente de tropas das NU; e
- Que a ARS, através de uma declaração pública, cesse e condene todos os actos de violência armada na Somália e se desvincule de quaisquer grupos armados ou indivíduos que não aderirem aos termos deste Acordo.

44. Este Acordo marca um passo significativo nos esforços tendentes a promover um processo político abrangente e que traga a paz duradoira e a estabilidade. A Comissão saúda o sentido de responsabilidade e de compromisso demonstrado pelas duas partes e exorta veementemente todos os outros importantes protagonistas Somalis a integrarem o processo. A Comissão espera que, com este Acordo, a comunidade internacional irá continuar a apoiar as acções tendentes a pôr termo definitivamente à violência que assolou a Somália durante quase duas décadas. A UA não poupará esforços para contribuir para a implementação bem sucedida deste Acordo, cujos princípios e objectivos são compatíveis com os esforços que tem vindo a fazer no processo político bem como na estabilização da situação na Somália através do destacamento da AMISON.

45. Durante o período em análise, a situação de segurança na Somália continuou a ser muito preocupante. Em Mogadíscio, registam-se incidentes quase diariamente. Os rebeldes continuaram a espalhar as suas actividades na zona rural. Além disso, houve uma série de ataques contra o pessoal da AMISON. A Comissão condena veementemente esses ataques e, uma vez mais, presta homenagem ao pessoal da AMISON pelo seu empenhamento e sacrifício. Respondendo à situação prevalecente, as tropas do GFT, com a ajuda do exército etíope, realizam operações regulares de busca e de isolamento e outras medidas contra a insurreição destinadas a desalojar os elementos armados dos seus esconderijos. Embora tenham sido registadas algumas vitórias, a situação geral continua difícil, tendo em conta especialmente os constrangimentos que o exército e as forças de segurança do GFT enfrentam.

46. A pirataria ao longo da costa da Somália continua a ser um grande problema, que ameaça tanto a distribuição da ajuda humanitária – mais de 80% da assistência concedida à Somália pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) é distribuída por mar – como outras actividades marítimas. Foi neste quadro que o Conselho de Segurança, através da Resolução 816 (2008) adoptada a 2 de Junho de 2008, decidiu que os

Estados que cooperam com o GFT são permitidos, por um período de 6 meses, a entrar nas águas territoriais da Somália e a utilizar todos os meios necessários para reprimir actos de pirataria e roubo armado no mar, em conformidade com as pertinentes disposições do Direito Internacional.

47. A situação de segurança prevalecente e a situação de criminalidade geral tiveram consequências nefastas na população civil e afectaram a situação humanitária. Outros factores que concorrem para o agravamento da situação humanitária estão ligados ao aumento dos preços dos produtos alimentares, à hiper-inflação e à seca em muitas zonas do país. Apesar da situação muito problemática em que estão a operar – situação de segurança precária, agentes humanitários como alvo, ameaça de rapto, saque e roubo da ajuda humanitária, as agências das Nações Unidas e ONGs continuam a fazer esforços permanentes para dar resposta às necessidades dos deslocados e grupos vulneráveis. Por seu turno, a AMISON continua a prestar ajuda humanitária limitada à população civil, nomeadamente serviços médicos como tratamento de doenças normais, cirurgia, ferimentos de tiros, assistência a grávidas e crianças e distribuição de água às comunidades situadas perto dos seus quartéis.

48. Durante o período em revista, não se registaram progressos significativos relativamente ao destacamento da AMISON, cujo mandato foi alargado pelo CPS em Janeiro passado, por mais 6 meses. Até Junho de 2008, o efectivo da Missão era de cerca de 2.600 tropas (dois batalhões Ugandeses e um Burundês), que representa cerca de 30% do total autorizado de 8.000. O segundo batalhão prometido pelo Burundi está pronto a ser enviado logo assim que o equipamento e o apoio logístico necessário forem garantidos. A Nigéria, que prometeu um batalhão de 850, concluiu uma missão de reconhecimento de uma semana a Mogadíscio em Março. Durante este período não foram registadas quaisquer promessas de tropas.

49. Como é do conhecimento do Conselho, a AMISON confronta-se com graves constrangimentos financeiros e logísticos. O orçamento total para um destacamento total da AMISON, utilizando os padrões das Nações Unidas e para um período de um ano, eleva-se a US\$ 817.500.000. A 20 de Fevereiro de 2008, e em conformidade com o pedido feito pelo CPS na 105ª reunião realizada a 18 de Janeiro de 2008, o então Presidente da Comissão escreveu ao Secretário Geral das Nações Unidas solicitando a adopção de um pacote de apoio financeiro, logístico e técnico para a AMISON, para cobrir as várias necessidades da Missão. Em resposta, o Secretário Geral das Nações Unidas, numa carta datada de 23 de Abril de 2008, indicou a disponibilidade das Nações Unidas de realizarem uma abordagem com duas vertentes, nomeadamente reforçar a capacidade da UA para resolver os problemas relacionados com o destacamento e o apoio da AMISON através do envio de mais conselheiros técnicos das Nações Unidas; e a melhoria da coordenação entre a UA, os doadores e os países que contribuem com contingentes (PCC) a fim de garantir que o apoio e o financiamento dos parceiros bilaterais, em quantidade e qualidade, sejam concedidos à Missão. Entretanto, a Missão continuou a prestar apoio ao GFT, garantindo, nomeadamente, importantes infra-estruturas. A AMISON também presta assistência humanitária às populações que vivem próximas do seu destacamento. Além disso, a AMISON estabeleceu contactos estreitos com somalis influentes com vista a facilitar o diálogo e a reconciliação.

50. Em meados de Março de 2008, o Secretário Geral das Nações Unidas submeteu ao Conselho de Segurança um relatório contendo uma série de opções visando o possível destacamento de uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas

na Somália. Nas suas observações, encorajou os Estados-membros com meios para tomarem a iniciativa do destacamento de uma força internacional de estabilização para facilitar a retirada das forças estrangeiras e evitar uma situação de vazio. Indicou ainda que, entretanto, a planificação de emergência para uma operação integrada de manutenção da paz devia ser continuamente actualizada para que as Nações Unidas estejam preparadas para um destacamento logo que as condições o permitam. Ao mesmo tempo, sublinhou que uma maior presença do pessoal das Nações Unidas no terreno ajudará as partes no processo político. Na sua Resolução (1814-2008), adoptada a 15 de Maio de 2008, o Conselho de Segurança aprovou as propostas apresentadas pelo Secretário Geral relativas ao aumento da presença do pessoal das Nações Unidas no terreno, na Somália.

51. Embora a situação humanitária e de segurança continue a ser preocupante, no entanto é encorajador registar os progressos realizados na promoção de um processo abrangente, como ficou demonstrado recentemente pelo acordo celebrado entre o GFT e a ARS. É necessário encorajar o GFT e todos os intervenientes Somalis a prosseguirem os seus esforços para a reconciliação genuína e a paz duradoira e prestar todo o apoio necessário para esse fim.

c) Processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia

52. Durante o período em revista, não se registaram progressos no conflito de fronteiras entre a Eritreia e a Etiópia e a implementação geral do processo de paz. Como é do conhecimento do Conselho, em princípios de Setembro de 2007, em Haia, a Comissão de Fronteiras Eritreia/Etiópia reuniu-se com as partes. Tendo em conta a ausência de progressos em ultrapassar as dificuldades que impedem a implementação da Decisão de Delimitação de Abril de 2002, a CFEE lembrou às partes a sua declaração de 27 de Novembro de 2006, na qual lhes dava um ano para resolver os seus diferendos, depois do qual, se não fosse alcançado nenhum acordo quanto à forma de continuar a demarcação, “as fronteiras ficariam automaticamente tal como demarcadas pelos pontos limites apresentados no Anexo e o mandato da Comissão podia então ser considerado como cumprido.” Por conseguinte, a CFEE terminou oficialmente as suas actividades em fins de Novembro de 2007.

53. A Eritreia declarou a fronteira demarcada ao aceitar a Decisão de “demarcação virtual” da CFEE de Novembro de 2007. A 24 de Maio de 2008, o Presidente Isaias Afewerki, por ocasião do 17º aniversário da independência do seu país, declarou que “a nossa fronteira agora foi delimitada e o processo encerrado, graças à decisão de demarcação virtual da Comissão”. Daí que, prosseguiu, “não há nenhuma questão pendente a não ser a retirada das tropas invasoras etíopes dos territórios soberanos da Eritreia. O Conselho de Segurança das Nações Unidas deve conformar-se ao seu dever moral e jurídico e pôr termo a essa invasão e às suas consequências perigosas”.

54. Por seu lado, a Etiópia continuou a rejeitar a decisão de “demarcação virtual” considerando-a como “ficção jurídica” e insistindo na necessidade de demarcar fisicamente a fronteira no terreno. Pediu igualmente que a inviolabilidade legal da Zona Provisória de Segurança (ZPS) seja restaurada e respeitada através da retirada imediata e incondicional das tropas eritreias instaladas na zona bem como o seu equipamento pesado e o levantamento das restrições impostas pela Eritreia à Missão das Nações Unidas na Eritreia e Etiópia (UNMEE) .

55. Como é do conhecimento do Conselho, a UNMEE, desde princípios de 2004, tem vindo a enfrentar cada vez mais restrições que dificultaram o desempenho do seu mandato. A situação atingiu um ponto crítico em Dezembro de 2007, quando pararam todos os abastecimentos de combustível à Missão na Eritreia. Como resultado, a UNMEE foi obrigada a, temporariamente, retirar o seu pessoal e equipamento militar da Eritreia e a suspender a implementação das suas operações nesse lado da fronteira.

56. Tendo em conta esta situação, o Secretário Geral das Nações Unidas, no seu relatório ao Conselho de Segurança, datado de 7 de Abril de 2008, submeteu uma série de opções para o futuro da UNMEE, cujo mandato deverá expirar a 31 de Julho de 2008. Essas opções são as seguintes:

- Fazer regressar os efectivos da UNMEE, no caso de a Eritreia reconsiderar a sua posição, recomeçar o fornecimento de combustível à Missão, levantar todas as restrições às suas operações e permitir que ela continue a desempenhar as tarefas inicialmente previstas no Acordo de Cessação das Hostilidades;
- terminar o mandato da Missão na ausência de condições necessárias para poder realizar o seu mandato;
- destacar uma pequena missão de observação na área fronteiriça, que servirá para desanuviar as tensões, servir de ligação com a Comunidade Internacional e continuar a informar o Conselho de Segurança sobre a situação;
- estabelecer escritórios de ligação em Asmara e Adis Abeba para manter a boa vontade das Nações Unidas em assistir as partes na implementação da decisão de demarcação da CFEE e do Acordo Global de Paz de Dezembro de 2000.

57. Numa declaração do seu Presidente datada de 30 de Abril de 2008, o Conselho de Segurança anotou que a continuação das dificuldades da Eritreia relativamente à UNMEE atingiu um nível que mina a base do mandato da Missão e obrigou a UNMEE a retirar-se temporariamente. O Conselho de Segurança anotou as questões fundamentais subjacentes e indicou que está disposta a assistir as partes a ultrapassar o actual impasse, tendo em conta os seus interesses e as suas preocupações. O Conselho de Segurança sublinhou que, à luz das consultas com as partes, irá decidir sobre os termos de um futuro envolvimento das Nações Unidas e sobre o futuro da UNMEE.

58. Nesta base, a Comissão só deve reiterar a profunda preocupação da UA quanto ao impasse permanente do processo de paz da Etiópia/Eritreia e as suas implicações para a paz, a segurança e a estabilidade em toda a região. Uma vez mais, deve-se realçar a necessidade de esforços mais permanentes e coordenados para ajudar as partes a ultrapassar o actual impasse no processo de demarcação e normalizar as suas relações. Como no passado, a UA está disposta a ajudar a Eritreia e a Etiópia nesse esforço.

d) Relações entre Djibouti e a Eritreia

59. A 24 de Abril de 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Djibouti enviou uma carta ao Presidente do CPS para o mês de Abril de 2008, informando-o de que a Eritreia ocupa, desde 16 de Abril de 2008, uma parte do território do Djibouti, na zona de Ras Doumeira. O Ministro informou igualmente do reforço do dispositivo das forças eritreias em algumas partes da fronteira comum entre os dois países.

60. A 121ª reunião do CPS, realizada no mesmo dia, procedeu a uma troca de opiniões sobre a situação. Depois desta reunião e a pedido do CPS, a Comissão, a 1 de Maio de 2008, contactou formalmente as autoridades do Djibouti e as da Eritreia para as informar que o CPS se propunha reunir no dia seguinte para analisar a situação e tomar, se necessário, a decisão que achasse conveniente. A este respeito, e a fim de facilitar as deliberações do CPS, a Comissão pediu aos dois países para lhe fornecer toda a informação que tinham incluindo os contactos que terão sido realizados para encontrar uma solução amigável. Djibouti respondeu no mesmo dia, enviando à Comissão um documento sobre a cronologia dos acontecimentos bem como a carta enviada a 18 de Abril de 2008 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Djibouti ao seu homólogo eritreu relativamente à presença de forças militares eritreias do território do Djibouti.

61. Como previsto, o CPS reuniu-se a 2 de Maio de 2008. Nesta ocasião, o CPS anotou que a Comissão escreveu formalmente aos dois países, a 1 de Maio de 2008. O CPS exortou os dois países a demonstrarem muita moderação e a resolver qualquer diferendo que os possa opor através do diálogo e com base nos princípios enunciados no Acto Constitutivo da UA e noutros instrumentos pertinentes da UA, incluindo o respeito das fronteiras existentes na altura do acesso à independência e a promoção da boa vizinhança. O CPS encorajou a Comissão a manter-se em estreito contacto com os dois países e a seguir a evolução da situação a fim de tomar qualquer medida que julgar apropriada, nomeadamente o envio, em tempo útil, de uma missão para avaliar a situação no terreno e realizar consultas com as autoridades competentes dos dois países. A Comissão enviou formalmente uma cópia deste comunicado às autoridades do Djibouti e da Eritreia. Ela aproveitou esta ocasião para indicar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Eritreia que continuava à espera de receber as informações pedidas a 1 de Maio de 2008 para enviar ao CPS.

62. A 12 de Maio de 2008, a Missão Permanente do Estado da Eritreia junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, publicou um comunicado sobre as acusações do Djibouti. Neste comunicado, o governo da Eritreia declarou-se perplexo face às acusações infundadas formuladas pelo Djibouti. Ao indicar que só o tempo e outros dados adicionais permitirão compreender totalmente os motivos destas acusações, o Governo eritreu informou que estas tinham todo aspecto de ser uma vontade deliberada de desencadear uma nova crise na região. De qualquer forma, concluiu o comunicado, o Governo eritreu não está disposto a envolver-se em acusações amargas fúteis nesta fase. Este comunicado foi enviado pela Comissão aos membros do CPS, para informação.

63. Por ocasião da sessão extraordinária do Conselho Executivo realizada em Arusha a 6 e 7 de Maio de 2008, o Comissário responsável pela Paz e Segurança reuniu-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Djibouti, com quem teve consultas sobre as relações entre Djibouti e Eritreia. Infelizmente, não pôde, tal como

previa, encontrar-se com o representante da Eritreia uma vez que este país não participou na sessão do Conselho Executivo. Por seu turno, o Presidente da Comissão teve uma conversa telefónica com o Presidente Ismaël Omar Guelleh de Djibouti ; teve igualmente contactos com outros membros da comunidade internacional sobre a situação, a fim de harmonizar os esforços em prol de um ajustamento pacífico e rápido da situação.

64. A 23 de Maio de 2008, a Embaixada de Djibouti em Adis Abeba enviou à Comissão uma “Nota sobre a crise na fronteira entre Djibouti e a Eritreia”. Nesta Nota, o Governo de Djibouti afirma que a ocupação de Ras Doumeira e da Ilha de Doumeira prossegue e que aumentam os trabalhos de engenharia militar pelas tropas eritreias, que a tensão é cada vez maior no terreno, onde enfrentam os militares do Djibouti e da Eritreia e que todas as tentativas de diálogo efectuadas por Djibouti fracassaram. O Governo do Djibouti indicou que se a crise continuar, « não se sente responsável por aquilo que acontecer”. Nestas condições, Djibouti considerou urgente o envio de uma missão de investigação da UA. A pedido de Djibouti, esta Nota foi enviada aos membros do CPS.

65. Aquando da sua 13ª reunião realizada a 26 de Maio de 2008, o CPS analisou de novo a situação, sublinhando a urgência do envio a Djibouti e à Eritreia da missão prevista. Em seguida, a Comissão enviou comunicações às autoridades do Djibouti e da Eritreia informando-as de que ela tomava as disposições necessárias para o envio da missão prevista a fim de avaliar a situação e consultar os dois países. A 2 de Junho de 2008, Djibouti confirmou a sua disposição de receber a missão da UA nas datas propostas, a saber de 5 a 9 de Junho de 2008.

66. É neste contexto que uma missão da Comissão esteve em Djibouti durante o período acima referido. Como indicado, a missão tem igualmente por mandato deslocar-se à Eritreia, mas no momento da finalização do presente relatório, a Eritreia ainda não tinha dado o seu acordo para a receber.

e) Burundi

67. No Burundi, o primeiro semestre do ano de 2008 foi marcado pelo relançamento da implementação do acordo global de cessar-fogo de 7 de Setembro de 2008. Com efeito, desde Janeiro, o diálogo recomeçou entre o Mediador, Charles Nqakula, Ministro Sul-africano da Segurança, e o Palipehutu-FNL, criando assim as condições para a prorrogação do mandato do Mediador, pela Iniciativa Regional, por mais um ano (Janeiro a Dezembro de 2008). A fim de realizar o processo durante o período que lhe é dedicado, o Mediador iniciou aquilo que chamou “ Programa de Acção para fazer avançar o processo de paz no Burundi”. Este programa foi aprovado pelos Enviados e Representantes Especiais entre os quais o Representante Especial da UA no Burundi, Embaixador Mamadou Bah, durante um seminário realizado no Cabo, África do Sul, a 22 e 23 de Fevereiro de 2008, depois pelo Governo do Burundi e o Palipehutu-FNL.

68. O Programa de Acção previa que os trabalhos do Mecanismo Conjunto de Verificação e de Seguimento (MCDS) recomeçariam a 1 de Abril de 2008 e que o regresso do Chefe do Palipehutu-FNL seria no princípio de Maio. Infelizmente, este calendário não pôde ser respeitado. Na verdade, a situação sofreu uma deterioração repentina : enquanto que o Mediador, assistido pelo Director Político, trabalhava para retomar o processo, recomeçaram as hostilidades entre as forças governamentais e as FNL na noite de 17 para 18 de Abril de 2008. Nove posições da Força de Defesa

Nacional sedeadas nos arredores da capital e nas províncias de Bubanza (norte de Bujumbura) e Kayanza (nordeste da capital) foram atacadas simultaneamente, provocando a resposta das forças governamentais. Convém evocar aqui que o Directório Político, que inclui a UA, a ONU, a UE, os Embaixadores no Burundi, da Africa do Sul, do Uganda e da Tanzânia, bem como o representante do Mediador, foi criado em Outubro de 2007 e é responsável para o apoiar nas suas acções; é presidido pelo representante do Mediador enquanto que o Representante Especial da UA no Burundi assegura a vice-presidência e o secretariado.

69. Na sequência do recomeço das hostilidades, o Presidente e o Vice-presidente da Iniciativa Regional, os Presidentes Yoweri Museveni e Jakaya Kikwete, reuniram-se em Kampala, onde decidiram pedir aos dirigentes do Palipehutu-FNL para respeitarem o compromisso assumido de implementar o Programa de Acção do Cabo. Para isso, mandataram os seus respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros, acompanhados do Mediador e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Africa do Sul para transmitirem ao chefe do Palipehutu-FNL a mensagem segundo a qual ele próprio e os seus quadros deveriam preparar-se para voltar a Bujumbura a 15 de Maio de 2008, o mais tardar. A fim de preparar este regresso, o Directório Político enviou a sua equipa técnica a Dar-Es-Sallam para finalizar as modalidades práticas.

70. A 16 de Maio de 2008, os representantes do Palipehutu-FNL no seio do MCVS e do Directório Político chegaram a Bujumbura. O Directório, com a participação do Governo e do Palipehutu-FNL, começou imediatamente a trabalhar a fim de conseguir a cessação das hostilidades. A 22 de Maio, as partes aceitaram o princípio de uma declaração conjunta de cessação das hostilidades. Esta declaração foi efectivamente assinada a 25 de Maio de 2008 e, segundo os seus próprios termos, ela quer dizer “que a guerra finalmente termine e que todos os Burundeses gozem de uma paz duradoira e da estabilidade”. Num comunicado datado de 27 de Maio de 2008, a Comissão congratulou-se com a assinatura desta Declaração e encorajou o MCVS e os seus órgãos subsidiários a não pouparem esforços para apoiar a implementação da Declaração e reafirmou o empenhamento da UA em continuar a apoiar as partes nas suas iniciativas visando alcançar uma paz duradoira no Burundi. Durante a sua 133ª reunião realizada a 6 de Junho de 2008, o CPS congratulou-se igualmente com a assinatura desta Declaração Conjunta.

71. Desde a assinatura da Declaração Conjunta, o Directório tem estado a mobilizar a Comunidade Internacional para que ela ajude a consolidar a cessação das hostilidades, nomeadamente através da assistência humanitária aos combatentes, antes mesmo do início do processo de DDR. A Comissão Europeia e o governo suíço financiaram esta operação pontual. Assim, os combatentes começaram a receber abastecimentos em víveres e em medicamentos com o apoio logístico do PAM, da GTZ-IS e do CICV . Os trabalhos do Comité responsável pelo seguimento desta assistência são coordenados pela Missão da UA no Burundi (MIAB). A Força Especial e os observadores militares da UA no Burundi desempenham um papel vital no encaminhamento desta ajuda aos combatentes.

72. A 1ª reunião de acompanhamento dos Enviados e Representantes Especiais teve lugar em Magaliesburg, Africa do Sul, de 9 a 10 de Junho de 2008. O objectivo era, essencialmente, informar à Comunidade Internacional sobre a evolução da situação e solicitar o seu apoio. Esta reunião foi sancionada por uma declaração nos termos da qual o Governo do Burundi e o Palipehutu-FNL se comprometem a renunciar à violência e a resolver os seus diferendos através do diálogo e a realizar o processo

de implementação dos Acordos de 2006 nos prazos fixados.

73. Incontestavelmente, a assinatura da Declaração Conjunta constitui uma etapa fundamental no processo de consolidação da paz no Burundi, na medida em que cria condições para a implementação dos Acordos de 2006. Ela irá facilitar o processo de regresso dos refugiados burundeses, já bem encaminhado, e permitirá aos burundeses investir decididamente na tarefa de recuperação sócio-económica.

A Comissão exorta as partes a respeitarem escrupulosamente os compromissos assumidos garantindo-lhes o apoio permanente da UA..

f) República Democrática do Congo (RDC)

74. Em Janeiro último, a Comissão informou sobre a evolução política encorajadora da situação na RDC, facilitada pela melhoria notável do ambiente regional. Ela tinha igualmente informado a Conferência da situação humanitária e de segurança nos Kivus, que continuava a ameaçar o processo de paz. Depois, a situação em todo o país continuou a melhorar.

75. Tratando-se mais especialmente da situação nos Kivus, convém lembrar que o Governo Congolês organizou, de 6 a 23 de Janeiro de 2008, em Goma, a Conferência sobre a Paz, o Desenvolvimento e a Segurança dos Kivus. Esta reuniu, em torno de moderadores designados pelo Governo, representantes dos grupos armados nacionais activos na região e organizações da sociedade civil das duas províncias. A mediação foi garantida pelos representantes da Comunidade Internacional (Nações Unidas, União Africana, União Europeia, bem como por delegados de vários países africanos e estrangeiros).

76. A Conferência abordou todas as questões ligadas à situação nos Kivus. O consenso alcançado pelas partes foi consignado em dois documentos denominados "Actas de compromisso das partes". Estas Actas visam recuperar a paz, a segurança e a estabilidade nas duas províncias e restaurar autoridade do Estado e promover o desenvolvimento e a reconciliação na região. A UA assinou as Actas de compromisso na qualidade de mediador externo, ao lado de, entre outros, as Nações Unidas, a União Europeia, o Governo dos Estados Unidos da América e o Secretariado Executivo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos.

77. A fim de consolidar a evolução política encorajadora observada em todo o país, o governo congolês realizou o seu Conselho de Ministros de 21 de Março de 2008, em Matadi, província do Baixo Congo. Convém lembrar que a eleição do Conselho Provincial desta região tinha sido marcada por motins provocados pelo movimento político-religioso denominado *Bundu Dia Kongo* (BDK). A acção da polícia para travar estes motins fez muitas vítimas. Dirigido pelo Presidente da República, o Conselho nomeadamente deu instruções ao Ministro do Interior para retirar ao BDK a autorização que lhe tinha sido concedida na qualidade de organização cultural. Foram iniciados processos judiciais contra elementos do BDK, presumíveis responsáveis dos motins e dos agentes da polícia que excederam as instruções dadas. Outras decisões visando operacionalizar o programa « Amani » (estrutura criada no quadro da implementação das Actas de Compromisso saídas da Conferência de Goma) foram tomadas por este Conselho de Ministros.

78. Por outro lado, no quadro do acompanhamento da implementação do Comunicado Conjunto de Nairobi, o Grupo Conjunto criado pela Cimeira da Tripartida+, realizada em Adis Abeba a 5 de Dezembro de 2007, reuniu-se em Nova Iorque, a 2 de Abril de 2008. A reunião, entre outras coisas, registou o compromisso das autoridades congolenses em resolver a questão das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR). Neste contexto, o Governo da RDC tomou medidas para sensibilizar e encorajar os elementos das FDLR a integrarem o processo DDRRR. Igualmente, o Governo prepara-se para utilizar, se necessário, a força. Finalmente, o representante da RDC informou a reunião da disponibilização de uma zona no Katanga ao programa DDRRR, para acolher, longe das fronteiras do Ruanda, os membros das FDLR que quiserem ficar no Congo. Por seu turno, o representante do Ruanda, informou a reunião das disposições tomadas pelo seu Governo para gerir da melhor forma os regressos voluntários. A reunião de Nova Iorque fez várias outras recomendações visando limitar as actividades e os movimentos dos membros das FDLR, tanto na RDC como no estrangeiro.

79. A situação humanitária e de segurança melhorou significativamente nos Kivus e em Ituri. Assim, o cessar-fogo é globalmente respeitado pelas partes. A situação em Ituri está também, globalmente, sob controlo. Os elementos das milícias armadas continuam a ir em massa à MONUC e ao Exército Congolês. Todavia, os elementos ugandeses do Exército de Resistência do Senhor (LRA) escondidos nesta região continuam a cometer exacções contra as populações civis.

80. Aquando da sua 119ª reunião, realizada a 11 de Abril de 2008, o CPS analisou o relatório da Missão de informação sobre as migrações dos pastores nómadas Mbororo, enviada à RDC, à RCA, ao Sudão e aos Camarões, em conformidade com a decisão da 97ª Reunião do Conselho, realizada a 25 de Outubro de 2007. A Missão reuniu-se com representantes dos Governos envolvidos e das populações locais, parlamentares, responsáveis das missões e agências das Nações Unidas, ONG's e outros intervenientes interessados. Ao analisar o relatório desta missão e as recomendações que ela submeteu, o CPS reconheceu a complexidade dos problemas ligados ao fenómeno das migrações transfronteiriças das populações nómadas Mbororo e sublinhou a necessidade de uma abordagem regional concertada que tenha em conta todas as dimensões da questão, a fim de encontrar uma solução adequada. O CPS deu o seu apoio total à realização, tanto depressa quanto possível e sob a égide da UA, de uma reunião dos países envolvidos, com a participação das partes interessadas, visando a promoção de uma abordagem concertada e regional.

g) Sudão

i) Sul do Sudão

81. Um dos principais desenvolvimentos na implementação do AGP durante o período em revista diz respeito ao 5º Recenseamento Nacional do Sudão, que teve lugar de 22 de Abril a 6 de Maio de 2008, na sequência de alguns desacordos sobre se o processo devia ser realizado ou não. Citando uma série de razões – nomeadamente a não inclusão dos aspectos étnico e religioso no questionário do recenseamento e a guerra permanente no Darfur - o Governo do Sul do Sudão (GdSS) queria que o processo fosse atrasado. Contudo, a 13 de Abril de 2008, as partes sudanesas decidiram realizar o recenseamento tal como previsto.

82. De acordo com o AGP, e tendo em conta a necessidade de legitimar os princípios defendidos no Acordo, devem ser adoptadas leis eleitorais justas, incluindo a constituição livre de partidos políticos. Com base nas modalidades de implementação do AGP, as eleições nacionais deverão ser realizadas até 9 de Julho de 2008. Contudo, embora a lei dos partidos políticos tenha sido aprovada, a lei eleitoral nacional ainda não tinha sido aprovada em princípios de Junho. A lei eleitoral irá criar as condições para a formação da Comissão Eleitoral que tem um papel muito importante a desempenhar na realização bem sucedida do processo eleitoral.

83. Até Junho de 2008, a Comissão Técnica Ad Hoc de Fronteiras ainda não tinha apresentado o seu relatório final. De acordo com o AGP, a determinação da fronteira Norte/Sul de 1/1956 devia ser concluída durante o período pré-provisório após a adopção da Constituição Nacional Provisória. Até agora, o Comité elaborou um novo calendário para produzir as suas conclusões finais. A determinação da fronteira Norte/Sul terá influência na partilha de riquezas, na partilha do poder e nos Protocolos sobre Medidas de Segurança.

84. Como é do conhecimento do Conselho, na sequência do impasse na implementação do Protocolo de Abyei, a questão foi transferida para a Presidência. Os efeitos combinados da falta de um novo destacamento militar pelas partes, a ausência de uma administração civil em Abyei e a insuficiente capacidade das Unidades Conjuntas Integradas, bem como as actividades de outros grupos armados, criaram mais tensão em Abyei. Os esforços desenvolvidos pelos governadores do Sul e Norte do Kordofan, e do Comité Militar Conjunto de Cessar Fogo (CJMC) para desanuviar a tensão não tiveram sucesso. Subsequentemente, a 18 de Abril de 2008, irromperam combates em Abyei entre as Forças Armadas do Sudão (FAS) e do SPLA, que duraram alguns dias e causaram baixas e deslocação maciça da população civil.

85. Na sequência dos confrontos em Abyei, a Comissão Política de Cessar Fogo (CPC) realizou uma sessão especial a 27 de Maio de 2008. A CPC reiterou o compromisso das duas partes na resolução pacífica do conflito de Abyei e exortou a Presidência a acelerar a resolução desta questão, de acordo com o Protocolo de Abyei. Além disso, a CPC solicitou ao Conselho de Defesa Conjunta para reconstituir as Unidades Integradas Conjuntas a partir dos elementos que não estiveram envolvidos nos recentes incidentes e destacá-las em Abyei, o mais depressa possível. Registaram-se progressos a 8 de Junho de 2008, quando o Partido do Congresso Nacional (NCP) e o Movimento para a Libertação do Povo do Sudão (SPLM) finalmente chegaram a acordo sobre “o roteiro para o regresso dos IDPS e implementação do Protocolo de Abyei”. Este roteiro constitui um marco significativo para a resolução do impasse de Abyei e para garantir a realização da tão necessária segurança na zona de Abyei. O roteiro também sancionou a designação de uma administração provisória da área de Abyei e aprovou ainda a livre circulação das tropas da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) e o livre acesso em toda a área de Abyei, para realizar o seu mandato tal como estipulado pelo AGP.

86. Entretanto, de 15 a 20 de Maio, em Juba, o SPLM realizou a sua 2ª Convenção Nacional sob o tema “Não à guerra, sim ao novo Sudão”. A Convenção, na qual participaram 1.500 delegados de todo o país, elegeu por unanimidade o Sr. Salva Kiir como novo Presidente.

87. Durante o período em revista, a UA continuou a apoiar a implementação do AGP. A 15 de Fevereiro, o então Presidente da Comissão nomeou o Embaixador

Oluyemi Adeniji, da República Federal da Nigéria, como Enviado Especial da UA para a implementação do AGP. Ao mesmo tempo, foram tomadas medidas para a abertura do Escritório de Ligação da UA em Khartoum, com um escritório em Juba. De 31 de Março a 2 de Abril de 2008, o Comité Ministerial da UA sobre a Reconstrução Pós-conflito do Sudão visitou o país. O Comité reuniu-se com o Presidente Omar Hassan Al Bashir, o Primeiro vice-Presidente, oficiais da UNMIS, do Banco Mundial e da Comissão de Avaliação e Averiguação. O Comité reuniu-se igualmente com o GdSS em Juba. Essas reuniões também foram uma oportunidade para as partes sudanesas continuarem a indicar ao Comité as áreas que necessitam de apoio. De 17 a 19 de Maio de 2008, o Presidente da Comissão, acompanhado pelo Embaixador Ramtane Lamamra, Comissário para a Paz e Segurança, visitou o Sudão. Durante essa visita, reuniu-se com as mais altas autoridades sudanesas, garantindo-lhes o compromisso da UA em continuar a apoiar o AGP. A 19 de Maio visitou Juba, onde teve importantes conversações com o Primeiro Vice-presidente Salva Kiir sobre a implementação do AGP, bem como sobre outras questões relacionadas com o Darfur e com as relações do Sudão com os países vizinhos.

88. Cabe referir que, de 6 a 7 de Maio de 2008, a terceira reunião do Grupo do Sudão (CS) teve lugar em Oslo. Na reunião participaram 45 países e organizações representando doadores, organizações internacionais e a sociedade civil, incluindo a UA. Os países doadores prometeram um total de 4,8 biliões de dólares para a reconstrução e o desenvolvimento do Sudão para o período de 2008-2011. Entretanto, em Fevereiro de 2008, o Presidente Al Bashir designou um Diplomata Britânico, Sir. Derek Plumbly, como Chefe da AEC, em substituição do Embaixador Tom Vraalsen da Noruega.

89. O processo de implementação do AGP fez progressos significativos. As duas partes demonstraram um verdadeiro empenhamento no diálogo e várias vezes indicaram a sua determinação de nunca mais recorrer à guerra como forma de resolver as suas diferenças. Ao mesmo tempo, ainda há muitos problemas por resolver. Daí a necessidade de as partes continuarem a desenvolver esforços para resolver as questões pendentes na implementação do AGP.

i) Darfur

90. Durante o período em revista, a Mediação Conjunta UA/UN, sob a liderança da UA e dos Enviados Especiais das NU, continuou a envidar esforços com vista a iniciar um processo abrangente que conduzirá à resolução do longo conflito no Darfur. Prosseguiram igualmente esforços visando o destacamento total da Operação Híbrida UA-UN no Darfur (UNAMID).

91. Como é do conhecimento do Conselho as reuniões realizadas em Arusha e em N'Djamena, respectivamente em Julho e Agosto de 2007, deviam servir de plataformas para os movimentos de Darfur conseguirem alcançar posições negociais comuns antes de decidirem reunificar os seus exércitos. A unidade prevista não foi materializada. Posteriormente, e no quadro da preparação para o recomeço das conversações, foram realizadas consultas exaustivas com vários intervenientes no Darfur e parceiros regionais e internacionais.

92. Como referido no último relatório da Comissão ao Conselho, após o adiamento das conversações políticas de Sirte em Dezembro de 2007, a Mediação teve de redefinir as suas estratégias e continuou a encorajar os esforços de unificação então

em curso em Juba e no terreno em Darfur, com o mesmo objectivo de permitir que os Movimentos alcancem posições comuns e equipas negociais. Ao mesmo tempo, continuaram consultas intensas com toda a sociedade civil, grupos de mulheres e líderes tribais. As acções lideradas pelo SPLM deram resultados positivos, pois conseguiram reduzir o número de grupos que proliferam em Juba, de 18 para 2 grupos principais: a Frente Unida da Resistência (URF), com cinco facções e o Movimento/Exército de Libertação do Sudão (SL-A) – Abdul Shafie, com 11 facções/personalidades.

Depois deste acontecimento, a Mediação e os parceiros internacionais consideraram que podiam tratar com cinco importantes coligações, nomeadamente: SLM/A-AW; JEM-KI; URF; SLM/A-Unity e SLM/A-AS.

93. Durante as reuniões realizadas em Sharm-El-Sheikh a 4 de Dezembro de 2007 e em Genebra a 17 e 18 de Março de 2008, a Mediação bem como os parceiros regionais e internacionais avaliaram a situação do processo de paz com base nas consultas realizada pelos Enviados Especiais e a troca de opiniões sobre o caminho a seguir. Em Genebra, a comunidade internacional comentou o alto nível de insegurança que resultou de novos confrontos entre as partes. A reunião exprimiu preocupação com o grande número de baixas civis e de pessoas deslocadas e concordou que havia a necessidade urgente de reduzir o nível de violência e criar condições propícias a negociações pacíficas.

94. Após consultas complementares dentro e fora do Sudão, a Mediação decidiu convocar as partes interessadas para consultas informais sobre questões relativas à segurança. O propósito era abordar as preocupações com a segurança colocadas por vários parceiros, incluindo o Sr. Abdul Wahid El Nour, Presidente do SLM/A. O objectivo final para a Mediação, após aquilo que foi considerado um exercício para fomentar a confiança, era fazer com que as partes interessadas concordassem gradualmente com a suspensão das hostilidades. As consultas informais, que se deviam realizar em finais de Maio, tiveram, contudo, que ser adiadas no último instante pois alguns dos Movimentos, em particular o SLM/A de Abdul Wahid e o JEM-Khalil, depois de terem posto várias condições prévias à sua participação, decidiram ficar de fora.

95. É evidente que as partes não estão prontas para iniciar negociações de fundo nesta fase. A constante desconfiança entre as partes e o Governo, a falta duma liderança forte e duma visão e estrutura política únicas no seio dos Movimentos e a sua preferência por uma solução militar contribuíram para esta hesitação. Além disso:

- O SLM/A continuou a insistir em ter segurança total ou mínima (em ambos os casos mediante o destacamento da UNAMID e o desarmamento das Janjaweed), no regresso de PIDs e refugiados aos seus locais de origem e no pagamento duma compensação, como condições prévias a uma negociação conjunta;
- O JEM-Khalil continua a insistir numa solução militar, a sua opção preferida. Isto culminou com o ataque a Omdurman a 10 de Maio de 2008. O JEM-Khalil reivindica que é o único Movimento credível em Darfur e considera os outros movimentos insignificantes. O JEM insiste que não negocia com nenhuma outra parte excepto com o Governo, mas aceita os auspícios da Mediação UA-NU.

- O URF é confrontado com acções dissidentes do SLM/A-Khamis Abdallah e do URFF, que emitiram comunicados anunciando o seu afastamento do URF. As restantes facções do URF, que expressaram a sua disponibilidade para participar na reunião de Genebra, finalmente voltaram atrás;
- O SLM/AS está a ter dificuldades em entrar em Darfur e encontra-se bloqueado algures no sul do Sudão;
- O SLM/A-Unity parece ser o único movimento que tem expressado continuamente a sua disponibilidade para ir a qualquer lado, tendo em vista negociações concretas em vez de meras consultas informais sobre disposições relativas à segurança;
- O Governo do Sudão, por seu lado, devido ao ataque recente à capital pelo JEM, informou que não está disponível para negociar com este movimento, designando-o por movimento terrorista.

96. Perante a situação actual, consequência da recusa por parte de alguns movimentos de participarem em consultas informais sobre questões de segurança, a Mediação teve consultas com os parceiros regionais e internacionais a 4 e 5 de Junho de 2008 em Genebra. A reunião concordou que devem ser intensificados os esforços para se obter a cessação completa das hostilidades. Também sublinhou a necessidade duma abordagem holística, tendo em consideração as dimensões nacionais, regionais e internacionais do conflito do Darfur.

97. A seguir ao ataque de 10 de Maio a Omdurman pelo JEM, a Comissão emitiu uma declaração condenando-o veementemente. A Comissão também lançou um apelo a todos os envolvidos para que mostrem contenção e se abstenham de qualquer acto que possa aumentar a tensão. A 14 de Maio de 2008, o CPS foi informado pelo Comissário para a Paz e Segurança sobre o ataque bem como sobre os acontecimentos seguintes. No fim das deliberações, o CPS condenou energicamente o ataque e exprimiu preocupações com a escalada da tensão nas relações entre o Chade e o Sudão, que teve como consequência a interrupção de relações diplomáticas e o encerramento da fronteira comum.

98. Depois do ataque do JEM a Omdurman, o Presidente da Comissão, juntamente com o Comissário para a Paz e Segurança, visitaram o Chade e o Sudão de 15 a 19 de Maio de 2008. As discussões com os líderes dos dois países foram cordiais e construtivas, realçando o forte desejo comum a todas as partes de promover sistematicamente a realização plena dos princípios e objectivos da UA. As discussões também conduziram a uma convergência de posições das partes com relação ao abrandamento das tensões actuais e à utilização de meios pacíficos para solucionar disputas bilaterais entre o Sudão e o Chade, num espírito de boa vizinhança e através da implementação escrupulosa do Acordo de Dakar e de outros acordos anteriores vinculativos para os dois países. Além disso, estas trocas de opiniões e perspectivas proporcionaram uma oportunidade para realçar a importância da reactivação do processo político em Darfur, no contexto do Acordo de Abuja, bem como do reforço da eficácia da UNAMID.

99. A situação da segurança em geral em Darfur, durante o período em apreço continuou instável. O confronto mais significativo entre as SAF (Forças Armadas do Sudão) e os movimentos armados ocorreu no começo do ano quando o JEM/Khalil

atacou e ocupou três aldeias na zona de Jebel Moon. Assaltos, assassinatos, sequestro de viaturas, raptos, roubo de gado e outras actividades também aumentaram. O número total de tais actos, comprovados até então, passou de 130 em Janeiro para 325 em Abril de 2008. Houve um total de 113 roubos de viaturas humanitárias, incluindo viaturas alugadas pelo PAM, 10 ataques a caravanas humanitárias e 46 assaltos à mão armada contra recintos de ajuda humanitária.

100. Apesar dessa situação, cerca de 14.700 profissionais humanitários, incluindo aproximadamente 800 internacionais, continuaram a ajudar 4.27 milhões de pessoas afectadas pelo conflito, incluindo 2.45 milhões de PIDs. Considerando que a recente avaliação da situação alimentar indicava que a produção de cereais em Darfur era inferior à das últimas épocas agrícolas, espera-se que mais habitantes de Darfur afluam aos campos de PIDs para ajuda, piorando assim as condições nos campos.

101. As forças actuais da UNAMID em Darfur continuam a ser de 7.728 em vez dos 19.555 soldados autorizados pela Resolução 1769 (2007) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo o plano actual de envio de tropas, prevê-se que no máximo da sua capacidade a UNAMID seja composta por 20 batalhões. A África do Sul, a Tanzânia, o Gana, o Malawi e o Burkina Faso teriam enviado um batalhão cada um. O Senegal, o Egipto e a Etiópia teriam enviado dois batalhões cada enquanto que a Nigéria e o Ruanda teriam enviado cada um quatro batalhões. Apesar de muitos países africanos estarem prontos a participar na UNAMID, a maioria precisa do apoio de terceiros para a logística e o equipamento necessário. Também se prevê que uma Companhia de Forças da Reserva (Forças Especiais) seja destacada pelo Nepal, enquanto que 3 Companhias de Infantaria da Reserva serão enviadas pelo Bangladesh, pela Nigéria e pelo Nepal. Também se conta que a Etiópia, a Malásia e a Nigéria enviem três Companhias de Reconhecimento.

102. Quanto aos Catalizadores da Força, 2 das 3 Unidades Multifunções de Logística serão fornecidas pelo Bangladesh e pela Etiópia enquanto que as 3 unidades de engenharia necessárias serão o contributo da China, do Egipto e do Paquistão para a missão. Continuam a haver falhas fundamentais na área dos Multiplicadores de Força, ou seja, unidades de aviação (helicópteros de ataque, helicópteros utilitários e reconhecimento aéreo), unidades pesadas e médias de transporte terrestre, bem como unidades logísticas multifunções.

103. A força existente de Agentes da Polícia (IPOs) para a UNAMID é de 3.772 homens. Destes, 1.596 elementos estão destacados na zona da missão. Entretanto, das 19 unidades da polícia formadas (FPU) apenas uma, do Bangladesh, foi enviada para a zona da missão e encontra-se em Nyala no sul do Darfur.

h) Relações Chade-Sudão

104. A última sessão ordinária do Conselho desenrolou-se num contexto marcado por uma forte tensão nas relações entre o Chade e o Sudão. Esta tensão surgiu na sequência do ataque perpetrado contra o Chade, em particular a capital N'Djamena, no período de 28 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 2008, por uma coligação de movimentos rebeldes. Reagindo a esta situação, a Conferência da União adoptou uma decisão condenando o ataque e exprimindo o repúdio pela UA de qualquer mudança anticonstitucional. A Conferência incumbiu o Presidente Denis Sassou-Nguesso e o Guia da Jamahiriya Árabe Líbia, Muammar Al-Gaddafi, de contactar com as partes chadianas a fim de pôr termo aos combates e tomar iniciativas visando encontrar uma

solução duradoura para a crise existente neste país.

105. No seguimento da decisão da Conferência, uma equipa composta por representantes dos dois mediadores deslocou-se a N'Djamena onde se encontrou com as autoridades chadianas, nomeadamente o Presidente Idriss Déby Itno, a 13 de Fevereiro de 2008. Em seguida, a nível regional, realizou-se uma reunião extraordinária da CEEAC, consagrada ao Chade, a 10 de Março em Kinshasa, convocada pelo seu presidente em exercício, o Presidente Joseph Kabila. A cimeira exprimiu a sua *“condenação firme do recurso às armas e a outras vias não constitucionais como forma de aceder ao poder, bem como a desestabilização das instituições democráticas emanadas da vontade do povo chadiano”*. Pediu também às partes em conflito que *“apliquem todos os acordos anteriores, nomeadamente os de Trípoli e de Riade entre a República do Chade e a República do Sudão”*. Depois de se terem congratulado com os acordos celebrados a 13 de Agosto de 2007 em N'Djamena e a 25 de Outubro de 2007 em Sirte, no quadro do diálogo político inter-chadiano, os Chefes de Estado encorajaram a República do Chade *“a prosseguir, sem parar, a aplicação destes acordos a fim de reforçar o estado de direito e instaurar uma paz duradoura e definitiva no Chade”*.

106. No âmbito da procura duma solução estável para a crise interna entre o Chade e o Sudão, o Presidente Abdoulaye Wade do Senegal organizou, à margem da reunião na Cimeira da Organização da Conferência Islâmica (OCI) que se realizou em Dakar de 12 a 13 de Março de 2008, um encontro entre os Presidentes Idriss Déby Itno e Omar Hassan El Béchir. Os dois Presidentes assinaram *“o chamado Acordo de Dakar”* a 13 de Março de 2008, segundo o qual *“se comprometem solenemente a proibir todas as actividades de grupos armados e a impedir a utilização dos respectivos territórios para a desestabilização de um ou de outro Estado”*. Por outro lado, os dois Chefes de Estado assumiram o compromisso de respeitar os compromissos anteriores. Para que estes acordos sejam implementados de forma eficaz, foi solicitado *“à comunidade internacional, em geral, e em particular à Líbia, ao Congo, ao Senegal, ao Gabão, à Eritreia, à CEN-SAD, à CEEAC e à UA que tomem todas as medidas que se impõem para a criação duma força de paz e segurança com o propósito de garantir e observar as operações mistas de segurança da fronteira comum”*. A este respeito, o Acordo cria um *“Grupo de Contacto”*, constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países supracitados, a fim de acompanhar a sua implementação. O Grupo de Contacto é co-presidido pela Líbia e pela República do Congo.

107. A primeira reunião ministerial do Grupo de Contacto teve lugar em Libreville a 10 de Abril de 2008. No comunicado final, os participantes lançaram um apelo solene a todos os intervenientes políticos chadianos para que persistam na via do diálogo e da negociação. A reunião também convidou o Chade e o Sudão a respeitarem o Acordo de Paz assinado em Dakar e os compromissos assumidos anteriormente. Realizou-se uma segunda reunião do Grupo de Contacto em Trípoli, de 12 a 13 de Maio de 2008. Preparada por uma reunião de peritos em matéria de defesa, segurança e informações, que teve lugar em Trípoli a 28 de Abril de 2008, esta segunda reunião tinha como objectivo adoptar o plano para a formação de Forças de Observação das fronteiras entre o Chade e o Sudão, elaborado pelos peritos.

108. Foi neste contexto que se deu o ataque do JEM a Omdurman, nos subúrbios de Khartoum, a 10 de Maio de 2008. Este ataque não permitiu ao Grupo de Contacto examinar a ordem do dia. Com efeito, o Sudão acusava o Chade de cumplicidade com o movimento rebelde e, desde 11 de Maio de 2008, anunciou a ruptura das suas

relações diplomáticas com o Chade. Num comunicado de 10 de Maio, o Governo Chadiano desmentiu “*qualquer implicação nesta aventura que condena sem reservas, quaisquer que sejam os seus autores*”, e a 12 de Maio decidiu “*o encerramento hermético da fronteira a fim de evitar qualquer infiltração ou tráfico suspeito*”.

109. Tendo em conta estes acontecimentos, o Grupo de Contacto, constatando a ausência do Sudão na reunião e, depois de consultas intensas, divulgou um comunicado no qual “*exprimiu a sua viva preocupação e condenava firmemente esta tentativa de desestabilização contra o Governo e as instituições legais do Sudão*”, e manifestou a sua profunda solidariedade para com este país. O Grupo de Contacto convidou a CPS a reunir-se com urgência para tratar dos acontecimentos de 10 de Maio de 2008 no Sudão e a proceder a averiguações para identificar os agressores e determinar responsabilidades.

110. O ataque à capital do Sudão foi condenado unanimemente por inúmeros países africanos bem como pelo resto da comunidade internacional, incluindo as Nações Unidas, a União Europeia, a Liga Árabe, a CEN-SAD. A Comissão condenou firmemente este ataque e lançou um apelo a todas as partes para que deixassem de recorrer à força e renovassem o seu compromisso a favor do diálogo como único meio para pôr cobro ao conflito do Darfur e aos sofrimentos infligidos à população civil. A 14 de Maio de 2008, o CPS fez o mesmo e exortou os dois países a demonstrarem maior moderação, a recorrerem ao diálogo para resolverem o seu diferendo e a renovarem o seu compromisso de implementar escrupulosamente e de boa fé os seus deveres contidos no Acordo de Dakar e nos acordos precedentes.

111. A fim de neutralizar a tensão rápida que crescia entre o Chade e o Sudão, recolher informações em primeira-mão junto aos dirigentes dos dois países e apelar directamente os seus dirigentes à calma e moderação, o Presidente da Comissão iniciou um ballet diplomático entre os dois países no período de 15 a 19 de Maio de 2008, acompanhado pelo Comissário para a Paz e a Segurança. A delegação conversou com o Presidente Idriss Deby Itno a 15 de Maio de 2008. Na sequência destas conversas, o Governo do Chade, num comunicado, *congratulou-se pela acção da União Africana que privilegia a diplomacia e reiterou o seu compromisso de respeitar e aplicar o Acordo de Dakar e os acordos precedentes*. A delegação encontrou-se em Khartoum a 18 de Maio de 2008 com o Presidente Omar Hassan Al Bashir e também falou com ele de forma apaziguadora. Por seu lado, o Governo sudanês declarou, num comunicado, que o Sudão “*foi aquele que mostrou mais vontade de manter boas relações com o Chade e aceitar os mecanismos criados para melhorar as relações entre os dois países*”. O comunicado também declara que “*o Sudão continua determinado em manter boas relações com todos os seus vizinhos, mas não aceitará que se imiscuam nos seus assuntos internos...*” A 19 de Maio, a delegação voltou de novo a encontrar-se com o Presidente Idriss Déby Itno em N'Djaména para o informar sobre o teor das conversações com o Presidente Omar Al Bashir.

112. A Comissão exorta o Chade e o Sudão a continuarem com a moderação demonstrada até ao presente e a reatarem o mais rapidamente possível as suas relações diplomáticas. Exortou-os a retomarem o diálogo que tinham iniciado tão bem no quadro dos vários acordos que assinaram, nomeadamente o Acordo de Dakar de 13 de Março de 2008. Finalmente incentiva os Chefes de Estado a tomarem as iniciativas necessárias para a normalização das relações entre os dois países.

113. A este respeito, a Comissão constata com satisfação que, graças aos esforços dos dirigentes africanos à margem da reunião da TICAD IV em Yokohama no Japão, o Sudão aceitou retomar o seu lugar no seio do Grupo de Contacto do Acordo de Dakar, permitindo assim a realização proveitosa em Brazzaville a 9 de Junho de 2008, da terceira reunião desta estrutura, o que constitui um testemunho da vontade dos dois Governos de retomar o diálogo.

i) República Centro Africana (RCA)

114. A situação na RCA sofreu uma evolução muito encorajadora desde Fevereiro de 2008. A nível político, prosseguiu o processo de diálogo político. O Comité Preparatório do Diálogo Político Inclusivo (CPDPI) concluiu os seus trabalhos a 31 de Março de 2008 e entregou o relatório final ao Presidente Bozizé a 25 de Abril de 2008. Fez várias sugestões sobre os diferentes aspectos da sua missão. Os membros do CPDPI recomendaram que o diálogo tenha lugar em Bangui, desde que as autoridades centro-africanas tomem todas as disposições necessárias tanto no plano judiciário como securitário. A UA foi proposta como facilitador internacional do mesmo modo que a ONU e a OIF. As autoridades centro-africanas estão a tomar as medidas necessárias para organizar o diálogo propriamente dito.

115. O Exército Popular para a Restauração da Democracia (APRD), que até então era o grupo mais activo no norte do país, reuniu-se finalmente com o CPDPI e tomou parte nos trabalhos. A participação do APRD no diálogo é o resultado de longas negociações com os principais chefes deste grupo político-militar, realizadas com o apoio do Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, Chefe do Escritório das Nações Unidas na República Centro Africana (BONUCA), Sr. François Lonsény Fall. Estes contactos renovados tiveram finalmente como conclusão a assinatura, em Libreville a 9 de Maio de 2008, dum acordo de cessar-fogo e de paz entre o Governo centro-africano e o APRD, sob os auspícios do Presidente El Hadj Omar Bongo Ondimba. A Comissão congratulou-se com este acordo, que permite prever o próximo diálogo político num ambiente calmo e numa base consensual e abrangente.

116. Apesar dos progressos verificados, a RCA continua a enfrentar o fenómeno do grande banditismo praticado pelos *Zaraguinas* ou salteadores de estradas. A actividade dos *Zaraguinas* continua pouco clara e difícil de circunscrever, mas tende a concentrar-se à volta de zonas de criação de gado ou de actividade mineira. Com efeito, reina uma insegurança que se tornou crónica em grande parte das províncias do interior e em certos eixos rodoviários da RCA. Confrontado com graves constrangimentos em termos de recursos humanos e materiais, o Governo centro-africano tem grandes dificuldades em enfrentar esta situação.

117. Nestas condições, as populações continuam a fugir para os países vizinhos, como o Chade ou os Camarões, a esconder-se nos campos ou a organizar-se em grupos de autodefesa. Com excepção da prefeitura de Vakaga, onde se constatou o regresso das populações às aldeias, na região do noroeste e do centro norte, a situação humanitária degradou-se. Assim, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (HCR) notou que entre Agosto e Outubro de 2007, o número de refugiados centro-africanos nos Camarões passou de 26.000 para 45.192. Calcula-se que o número de deslocados centro-africanos seja de 197.000.

118. Ao organizar em Bangui, de 14 a 17 de Abril de 2008, com o apoio do PNUD e dos parceiros do desenvolvimento, um seminário sobre a reforma do sector da segurança (RSS), o Governo centro-africano pretendia pôr em prática o primeiro pilar da estratégia de redução da pobreza. O seminário tinha como objectivo permitir ao Governo centro-africano determinar de forma inclusiva os grandes eixos da nova estratégia nacional em matéria de segurança, definir as modalidades de implementação desta estratégia bem como os mecanismos de coordenação que tenham em conta o lugar dos parceiros sub-regionais, regionais e internacionais e identificar programas de intervenção e projectos prioritários.

119. Por outro lado, a Força Multinacional da CEMAC (FOMUC) prosseguiu as suas actividades para tornar o país seguro, em apoio às forças de defesa centro-africanas. Abriu um quarto campo em Paoua e um contingente camaronês com 119 homens foi enviado desde 23 de Maio de 2008, elevando assim o número total de tropas para cerca de 500. Ao mesmo tempo, o processo de transferência da autoridade de tutela da Força da CEMAC para a CEEAC está muito adiantado e deve ser concluído brevemente.

120. O estabelecimento da Missão das Nações Unidas na RCA e no Chade (MINURCAT) continua e deve instalar-se muito brevemente em Bangui. A operação da União Europeia (EUFOR), destinada a garantir a segurança da MINUCART, atingiu a sua capacidade operacional desde Março de 2008. Na RCA, a acção da EUFOR consistiu primeiro em fazer passar as tropas francesas instaladas em Birao, cujo efectivo se eleva a 200 homens, sob o comando da EUFOR. Prevê-se que a operação atinja a sua capacidade operacional plena com o envio da totalidade dos seus efectivos, ou seja 3.700 homens, até ao mês de Junho de 2008, o que permitirá à MINURCAT proceder à criação de vários comissariados da polícia, dos quais um em Birao.

121. A principal dificuldade enfrentada pela RCA é de ordem económica e financeira. A greve geral dos funcionários no início de 2008 demonstrou a fragilidade da situação económica e financeira do país. Os esforços do governo, nomeadamente visando a implementação de programas de reforma decididos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para elevar o nível da receita fiscal, ainda não permitiram desbloquear recursos suficientes para cobrir as necessidades mais urgentes. Sem dúvida que o país atingiu o ponto de decisão para o alívio da sua dívida no âmbito da iniciativa a favor dos países pobres altamente endividados (iniciativa PPAE), na sequência da adopção, em Setembro de 2007, do Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP). Mas para que a RCA beneficie do alívio irrevogável da sua dívida no fim da iniciativa PPAE, as autoridades deverão continuar e manter as reformas iniciadas no quadro do Mecanismo de Redução da Pobreza e de Crescimento (FRPC) do FMI, prosseguir com a ERP e levar a bom termo certas reformas que permitirão melhorar a gestão das finanças públicas, a governação e a transparência, particularmente nos sectores mineiro e florestal.

122. A Comissão continuou as suas actividades de apoio às autoridades centro-africanas nomeadamente através da implementação do comunicado da 67ª reunião do CPS de 7 de Dezembro de 2006. É neste quadro que a Comissão concedeu uma contribuição de 50.000 USD para ajudar a organizar o diálogo político abrangente. Além disso, o Enviado Especial, o Sr. Sadok Fayala, deslocou-se a Bangui de 3 a 6 de Março para examinar com as autoridades centro-africanas e com outras partes

interessadas o papel que a UA poderia desempenhar na organização do diálogo propriamente dito e avaliar a situação política e securitária do país. De igual modo, a Comissão acompanhou o seminário sobre a reforma do sector da segurança. Finalmente, a Comissão manteve uma colaboração proveitosa com a Comissão Europeia no quadro do apoio dado à FOMUC através do Mecanismo para a Paz em África. Estão em curso discussões para definir os contornos duma próxima missão conjunta UA-EU de avaliação da FOMUC.

123. A situação na RCA foi examinada pelo CPS aquando da sua 130ª reunião realizada a 29 de Maio de 2008. Nesta ocasião o CPS incentivou os seus parceiros do desenvolvimento a continuarem e a reforçarem o seu apoio de modo a contribuírem para a paz e a estabilidade na RCA e solicitou à Comissão que prosseguisse e intensificasse os esforços para assegurar o acompanhamento adequado das conclusões da conferência de solidariedade realizada em Adis Abeba em Outubro de 2007. O CPS também solicitou à Comissão que continue a apoiar o diálogo político inclusivo e os esforços de consolidação da paz na RCA e que tome as disposições necessárias para a abertura dum escritório de ligação em Bangui.

j) Libéria

124. Durante o período coberto pelo relatório, a Presidente Johnson-Sirleaf e o seu Governo fizeram progressos extraordinários nos seus esforços para consolidar a paz e reconstruir a Libéria, ao sair de anos de conflito e devastação. A aposta da Libéria em ultrapassar o seu passado, através de esforços incansáveis de consolidação da paz no país, revitalização da economia, melhoramento da governação e estado de direito e de reconstrução e melhoramento das infra-estruturas e dos serviços sociais básicos do país, foi reconhecida pela comunidade internacional. Os parceiros bilaterais e multilaterais continuam a manifestar confiança no país, bem como a apoiá-lo através de importantes investimentos nos vários sectores da economia.

125. Presentemente, a Libéria tem uma polícia nacional conhecida como Polícia Nacional da Libéria (LNP) e está no processo de conclusão da formação das Forças Armadas da Libéria (AFL). Há uma estabilidade interna relativa comparada com o passado e as relações com os seus vizinhos também são estáveis. A iniciativa recente tomada pela Côte d'Ivoire de aderir à União do Rio Mano (MRU) é altamente louvável pois pode contribuir muito para estabilizar os pontos mais quentes da sub-região oeste-africana.

126. Também foram feitos grandes progressos na frente política, assegurando que as políticas, as estruturas e os processos de governação sigam os princípios da boa governação democrática baseada na liderança transparente e responsável e na inclusão dos cidadãos nos processos de governação do país. Os vários ramos do governo continuam a desempenhar as respectivas funções, enquanto que a oposição prossegue o diálogo com o governo. Há esforços em curso para combater a corrupção no país.

127. O trabalho da Comissão de Verdade e Reconciliação da Libéria (TRC) avança com firmeza, apesar de alguns desafios enfrentados no seio da Comissão. Contudo, a questão do acesso à justiça e os atrasos e práticas corruptas no sistema judicial continuam a constituir um problema.

k) Côte d'Ivoire

128. Os efeitos positivos causados pelo Acordo Político de Ouagadougou e pelos seus acordos complementares permitiram manter um clima político sereno na Côte d'Ivoire. Este novo clima foi reforçado pela boa colaboração entre o Presidente Laurent Gbagbo e o Primeiro Ministro Guillaume Soro, a implicação no processo de todos os intervenientes políticos e da sociedade civil, bem como pela abordagem consensual adoptada na tomada de decisões do Governo.

129. Neste contexto e na perspectiva de eleições que devem concluir o processo de paz, os principais partidos políticos intensificaram as suas actividades por todo o país. Assim, de 1 a 3 de Fevereiro, o "*Rassemblement des Républicains*" (RDR) teve o seu 2º Congresso em Abidjan durante o qual o Sr. Alassane Ouattara foi reconduzido à chefia do partido para um novo mandato de cinco anos e designado como candidato do RDR às eleições presidenciais. Por seu lado o Presidente do partido democrático da Côte d'Ivoire "*Rassemblement démocratique africain*" (PDCI-RDA) realizou reuniões públicas em várias localidades, entre as quais uma reunião em Soubré, em Abril, na região de Fromager, região de onde é oriundo o Chefe de Estado. De 31 de Março a 26 de Abril o Presidente de "*Front populaire ivoirien*" (FPI) percorreu o norte da Côte d'Ivoire. Do Departamento de Ferkéssédougou donde é originário o Secretário Geral das Forças Novas aos de Korhogo et de Boundiali, sob o controlo das Forças Novas, passando pela aldeia de Kong, local de nascimento de d'Alassane Ouattara, o Presidente do FPI reafirmou o fim definitivo da guerra e convidou os funcionários ainda hesitantes a retomarem os seus postos de trabalho.

130. Apesar de alguns incidentes esporádicos e da recrudescência do banditismo, principalmente a oeste do país, a situação securitária continuou estável durante o período em apreço. Com efeito, o Secretário-Geral das Nações Unidas decidiu rever em baixa os níveis do plano de segurança, passando para a fase I em certas zonas do sul e do norte e na zona de Bondoukou-Bouna e para a fase III na zona de Guiglo a oeste, tendo ficado sem alterações no resto do norte do país.

131. Quanto à situação humanitária, caracteriza-se por um movimento de regresso voluntário dos deslocados aos seus locais de origem, com o apoio do Governo e das agências e ONGs humanitárias. Todavia, a persistência da desconfiança, a luta pelo controlo de terras, principalmente a ocidente, bem como a escassez de recursos e a falta de serviços sociais de base constituem ainda um obstáculo a ultrapassar. As autoridades nacionais e a comunidade humanitária não poupam esforços para acelerar este movimento. É neste quadro que foram organizados seminários e ateliers sobre a coesão social e que uma Carta de Reconciliação Nacional e um Observatório da Solidariedade e da Coesão foram adoptados para consolidar a dinâmica de paz. No mesmo contexto, em Janeiro último, a UA deu uma contribuição financeira de 100,000 USD à Côte d'Ivoire por intermédio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (HCR) na Côte d'Ivoire.

132. No plano económico assiste-se à retoma progressiva pela comunidade financeira internacional da cooperação com a Côte d'Ivoire no âmbito de programas de ajuda pós-conflito, bem como a um novo interesse por parte de investidores estrangeiros. Ao mesmo tempo, o regresso de estabelecimentos bancários reforça-se nas zonas do centro, norte e oeste.

133. A implementação do Acordo Político de Ouagadougou e dos seus Acordos Complementares teve progressos significativos, apesar de não ter sido possível respeitar o calendário previsto inicialmente. Assim, com relação à identificação das populações, o funcionamento de audiências itinerantes para sentenças supletivas de registo de nascimento desenrolou-se bem em todo o território nacional. A 15 de Maio, data do término da operação, em 623.363 requerimentos registados, 592.474 foram deferidos e 28.224 indeferidos. Contudo, estão previstas operações excepcionais de recuperação nas localidades em que revelarem ser necessárias. Por outro lado, foram concluídos os preparativos da operação de reconstituição dos registos civis perdidos ou destruídos.

134. Quanto ao processo eleitoral convém sublinhar a assinatura pelo governo a 27 de Março dum acordo com a companhia SAGEM, no montante de 66,7 mil milhões de francos CFA para a elaboração dos cadernos eleitorais e dos cartões de eleitor, em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística (INS). Na esteira deste acordo, na sequência do Conselho de Ministros extraordinário, o Presidente Laurent Gbagbo assinou uma série de diplomas legislativos e regulamentares necessários para a implementação dos Acordos, entre os quais o decreto nº 2008-134 sobre a convocação do colégio eleitoral da República de Côte d'Ivoire tendo em vista a eleição do Presidente da República a 30 de Novembro de 2008.

135. No quadro dos esforços empregues para preservar um clima político calmo, um código de boa conduta de partidos políticos, agrupamentos e forças políticas bem como de candidatos a eleições na Côte d'Ivoire foi assinado a 24 de Abril, na presença do Secretário-Geral das Nações Unidas. Com esta assinatura as partes comprometem-se, entre outras coisas, a apoiar a realização de eleições democráticas, livres, abertas e transparentes, a respeitar o veredicto das urnas e, no caso dum eventual contestação, a recorrer ao procedimento judicial legal. Na mesma lógica, foi adoptado a 31 de Maio um guia da cobertura mediática das eleições no fim do Fórum Nacional sobre a Missão dos Média em Período Eleitoral.

136. Relativamente a aspectos militares, convém realçar o bom entendimento entre os Estados-maiores das duas forças ex-beligerantes e o bom funcionamento do Centro de Comando Integrado (CCI) ao qual se deve a segurança das audiências itinerantes por todo o país. Convém também sublinhar que foi possível o agrupamento de ex-combatentes nos prazos previstos para as forças governamentais, apesar de dificuldades de ordem logística e financeira terem atrasado o agrupamento de elementos das Forças Novas, que só arrancou de forma significativa em Maio. Por outro lado, os diplomas de reestruturação das FDSCI que deviam estar disponíveis a 15 de Dezembro de 2007, segundo o 3º Acordo Complementar ao Acordo Político de Ouagadougou, não ficarão prontos antes de 20 de Junho. De igual modo, com relação às disposições do Acordo mencionado, o desarmamento e o desmantelamento das milícias bem como o serviço cívico nacional revelam atrasos.

137. Apesar das condições de trabalho difíceis enfrentadas pelos prefeitos e sub-prefeitos, verificaram-se progressos reais quanto à restauração da autoridade do Estado e à reorganização da Administração. Um número importante de funcionários e agentes do Estado retomaram os seus postos nas zonas do centro, norte e oeste e a reabilitação de edifícios públicos bem como o seu equipamento estão em curso com o apoio dos doadores. Convém, além disso, sublinhar que um cordão aduaneiro misto, composto por funcionários aduaneiros e elementos das Forças Novas, está a ser instalado na zona centro, norte e oeste em prelúdio à organização da administração

fiscal e aduaneira com base no princípio da unicidade de caixa.

138. Os mecanismos de acompanhamento e de concertação previstos pelo Acordo de Ouagadougou desempenharam um papel importante na preservação dum clima sereno entre os principais actores políticos. O Quadro Permanente de Concertação (CPC) agrupando à volta do Facilitador o Presidente da República, o Primeiro Ministro, o Presidente do PDCI-RDA e o Presidente do RDR, reuniu-se a 24 de Janeiro e a 9 de Maio. Quanto ao Comité de Avaliação e Acompanhamento (CEA), composto por representantes das partes signatárias do Acordo Político de Ouagadougou, reuniu-se a 14 de Janeiro e a 21 de Março. Estas reuniões, que se realizam na presença de representantes da comunidade internacional reunidos no seio do Órgão Consultivo Internacional (OCI), proporcionam a ocasião de fazer o ponto da situação relativa à implementação dos Acordos e formular recomendações.

139. Para além dos esforços louváveis das partes ivoirenses, o processo de saída da crise na Côte d'Ivoire beneficiou do envolvimento constante do Facilitador, das Nações Unidas, dos países e organizações internacionais pertencentes ao OCI. Com efeito, segundo o Acordo Político de Ouagadougou, o Facilitador presidiu a todas as reuniões do CPC e do CEA e, tendo em conta o carácter abrangente do processo de saída da crise, recebeu regularmente dirigentes políticos e representantes de outras categorias da sociedade civil ivoirense.

140. A 15 de Janeiro de 2008, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1795 (2008) através da qual, entre outras coisas, homologou os Acordos Complementares e decidiu prorrogar o mandato da Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (ONUCI) e das forças francesas que a apoiam, até 31 de Julho de 2008. Ao mesmo tempo, em consulta com o Facilitador e as partes ivoirenses, o Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas na Côte d'Ivoire adoptou o quadro de certificação do processo eleitoral, de acordo com a missão que lhe foi confiada com base na resolução 1765 (2007) de 16 de Julho de 2007. Por seu lado, durante uma conferência de imprensa organizada a 7 de Maio, os doadores anunciaram a mobilização de 104 mil milhões de FCFA para outros programas de saída da crise. No entanto, o Governo da Côte d'Ivoire calcula que persistem dificuldades de financiamento e solicita à comunidade internacional que conceda o apoio necessário.

141. Através do seu escritório de ligação na Côte d'Ivoire a UA, durante o período considerado, continuou a encorajar as forças políticas e a sociedade civil ivoirenses a tudo fazer para consolidar a dinâmica de paz iniciada no país e contribuir para a criação de condições propícias à boa organização das eleições presidenciais no prazo acordado. Além disso, o CPS na sua 128ª reunião realizada a 26 de Maio de 2008 analisou a situação na Côte d'Ivoire. Nesta ocasião, o CPS notou com satisfação os progressos verificados no processo de paz e congratulou-se, em particular, pelas disposições tomadas, numa base consensual, para a fixação da data das eleições presidenciais a 30 de Novembro de 2008. Ao mesmo tempo, o CPS exortou o Governo, a classe política e todas as partes ivoirenses a intensificarem os seus esforços a fim de acelerar a implementação do Acordo Político de Ouagadougou e dos seus Acordos Complementares. A Comissão tenciona enviar uma missão pluridisciplinar de avaliação pré eleitoral à Côte d'Ivoire, encarregue de avaliar a situação e fazer recomendações sobre o apoio que a UA poderia dar no âmbito do processo eleitoral incluindo a observação das eleições de 30 de Novembro de 2008.

142. Concluindo, a Comissão gostaria de se congratular pelos progressos consideráveis registados no processo de saída da crise na Côte d'Ivoire. Incentiva as partes ivoirenses a perseverarem nos seus esforços. A Comissão reitera o seu apreço ao Facilitador e assegura, mais uma vez, o apoio da UA. Finalmente, a Comissão lança um apelo aos parceiros internacionais para que continuem a acompanhar os esforços do Governo da Côte d'Ivoire.

I) Sahara Ocidental

143. Em Janeiro ultimo, em Adis Abeba, o Conselho foi informado sobre as tentativas de negociação directa entre Marrocos e a Frente POLISARIO com o objectivo de acabar com o impasse no processo de paz no Sara Ocidental. Deve-se recordar que em Abril e Outubro do ano passado, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou as resoluções 1754 e 1783, ambas tomando nota das propostas avançadas pelas duas partes interessadas e apelando a negociações, sem condições prévias e de boa fé, tendo em vista uma solução política justa e mutuamente aceitável, que contemple a autodeterminação do povo do Sara Ocidental.

144. É com base nestas resoluções que o Secretário-Geral das NU organizou quatro rondas de negociações entre as duas partes, em Junho e Agosto do ano passado e depois em Janeiro e Março de 2008 em Manhasset, Nova Iorque. As negociações foram facilitadas pelo Embaixador Peter van Walsum, o Enviado Pessoal do Secretário-Geral das NU para o Sara Ocidental. Uma quinta ronda foi acordada, mas ainda não foram fixadas datas para a sua realização. O Conselho sabe que Marrocos e a Frente POLISARIO apresentaram as suas respectivas propostas ao Secretário-Geral das NU, com o Reino de Marrocos a oferecer a autonomia, sob a sua jurisdição, como uma solução para o conflito, e a Frente POLISARIO a propor um referendo sobre a autodeterminação com três opções de voto: integração ou autonomia, sob jurisdição marroquina, bem como independência com uma cooperação privilegiada com Marrocos, como outra alternativa.

145. Até então, as conversações, que também cobriram eventuais medidas para fomentar a confiança entre as duas partes, não tiveram progressos no que concerne a procura duma solução para a disputa de longa data com respeito ao estatuto final do Sara Ocidental. É com este cenário que o Conselho de Segurança considerou o relatório do Secretário-Geral das NU, de 14 de Abril de 2008, sobre a situação do Sara Ocidental. Na sua resolução 1813 (2008), adoptada a 30 de Abril de 2008, o Conselho de Segurança, entre outras coisas, lançou um apelo às partes para que continuem a mostrar vontade política e trabalho numa atmosfera propícia ao diálogo, de modo a iniciarem uma fase mais intensiva e concreta das negociações.

146. Entretanto, o Conselho de Segurança decidiu prolongar o mandato da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sara Ocidental (MINURSO) até 30 de Abril de 2009. Por seu lado, o Escritório de Ligação da UA em Laayoune (Sara Ocidental), que é chefiado pelo Embaixador Yilma Tadesse, continua a funcionar nas instalações da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sara Ocidental (MINURSO) e em total cooperação com a mesma e a seguir de perto as actividades abrangidas pelo mandato da MINURSO.

147. Concluindo, a Comissão gostaria de exprimir a esperança de que as duas partes aproveitem a oportunidade da quinta ronda de negociações para avançar rumo a uma solução em conformidade com o direito internacional, em particular os princípios

consagrados na Carta das Nações Unidas bem como no Acto Constitutivo da União Africana.

A.IV. MECANISMO PARA A PAZ EM ÁFRICA

148. Em Janeiro de 2008, o Conselho foi informado das conclusões do seminário conjunto UA-UE acerca dos ensinamentos tirados sobre a implementação do Mecanismo para a Paz em África (MPA) para o período 2004-2007, realizado em Djibouti em Novembro de 2007. O Conselho recorda que o MPA foi criado por um período de três anos pela UE, com um envelope financeiro total de € 250 milhões provenientes do 9º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para financiar operações de apoio à paz realizadas sob a autoridade da UA. A criação do MPA, que se tornou operacional a partir de Maio de 2004, veio na sequência dum pedido feito pela Conferência em Maputo, em Julho de 2003. Depois, a pedido da UA o MPA foi alimentado através do FED e de contribuições voluntárias adicionais de vários Estados Membros da UA. Estes financiamentos tornaram possível aumentar o envelope total do MPA do montante inicial de € 250 milhões para cerca de € 440 milhões.

149. As conclusões do seminário de Djibouti foram apresentadas na 4ª reunião do Comité Conjunto de Coordenação (CCC) realizada em Adis Abeba a 4 de Fevereiro de 2004, com a participação de representantes das CERs/MRs bem como dos respectivos presidentes do CPS e da UA. Convém lembrar que o CCC é um órgão co-presidido pela UA e pela UE e criado para analisar as operações do MPA.

150. A reunião realçou que, em geral, o MPA demonstrou ser relevante e eficaz e, portanto, as suas características essenciais deviam ser mantidas. Ao mesmo tempo, a reunião concordou que há margem para alguns ajustes relacionados com experiências passadas e lições aprendidas, por um lado, e com as prioridades da Estratégia Conjunta África-EU e o seu Plano de Acção (2008-2010), por outro lado. A este respeito, foi acordado que o futuro MPA devia, no espírito de solidariedade africana, ser um verdadeiro instrumento pan-africano que implique totalmente todos os países africanos; se baseie numa parceria melhorada África-EU que inclua o reforço do diálogo, a partilha de análises e relatórios, missões conjuntas de inspecção e avaliação; assegure mecanismos de coordenação conjuntos envolvendo todos os intervenientes relevantes para cada operação de paz apoiada pelos parceiros; seja baseado no conhecimento do quadro da APSA que será a principal referência para o MPA e a sua formação; permita um apoio abrangente à construção da paz; atribua maior importância à componente civil de iniciativas e acções relevantes; atribua mais importância ao reforço da capacidade de instituições e estruturas africanas relevantes; e aumente o apoio à cooperação CUA-CERs/MRs.

151. A 13 de Maio de 2008 e de acordo com as regras que regem a implementação do 10º FED, bem como o princípio de apropriação, o Comissário para a Paz e Segurança, escreveu ao Director Geral para Desenvolvimento e Cooperação com os ACP da Comissão Europeia, a fim de solicitar formalmente à UE que tome as medidas necessárias para lançar o novo MPA para o período 2008-2010, que corresponde ao período de implementação do primeiro Plano de Acção Conjunto África – UE. No quadro das fontes de financiamento identificadas no Plano de Acção, um montante de €300 milhões do FED foi destinado ao MPA.

A.V. SEGUIMENTO DA DECISÃO CONFERÊNCIA/UA/DEZ. 145 (VIII) SOBRE O FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ DIRIGIDAS PELA UA

152. Em Janeiro, o Conselho foi informado sobre as medidas tomadas para monitorizar a decisão da Conferência/UA/DEZ. 145 (VIII) de Janeiro de 2007, sobre o financiamento de operações de apoio à paz dirigidas pela UA através das contribuições directas das Nações Unidas. O Conselho lembra que a 28 de Março de 2007, o Conselho de Segurança adoptou uma Declaração Presidencial solicitando ao Secretário-Geral que fornecesse um relatório, em consulta com as organizações regionais relevantes, em particular a UA, sobre propostas específicas acerca do modo como as NU podem apoiar melhor a cooperação e coordenação adicionais com organizações regionais sobre as disposições do Capítulo VIII. Esta Declaração Presidencial confirmou uma iniciativa da África do Sul, na sequência da decisão supracitada da Conferência, de organizar um debate sobre o tema “Relações entre as Nações Unidas e organizações regionais, em particular a União Africana, na manutenção da paz e segurança internacionais”.

153. Na sua decisão sobre as actividades do CPS e o estado da paz e da segurança em África, a 10ª sessão ordinária da Conferência saudou a oferta da África do Sul de aproveitar a sua presidência do Conselho de Segurança em Abril de 2008 para discutir o relatório que o Secretário-Geral devia apresentar. A Conferência solicitou ao Conselho de Segurança que considerasse esse relatório tendo em vista a obtenção de resultados concretos no reforço da cooperação entre a UA e as NU.

154. A 7 de Abril de 2008, o Secretário-Geral apresentou o seu relatório sobre as relações entre as NU e as organizações regionais, em particular a União Africana, na manutenção da paz e segurança internacionais. Nesse relatório, o Secretário-Geral, tendo considerado as questões importantes que definem a natureza da colaboração na área da paz e segurança internacionais entre as Nações Unidas e as organizações regionais, em particular a UA, e a divisão de responsabilidades entre as Nações Unidas e essas organizações no quadro do Capítulo VIII da Carta das NU, fez algumas recomendações. Estas recomendações referem-se aos seguintes aspectos: natureza e estrutura da parceria, mecanismos de coordenação e consulta, reforço e melhoramento do reforço de capacidades para a construção e manutenção da paz e operações de apoio à paz com organizações regionais, prevenção de conflitos e mediação, apoio ao reforço da paz e reconstrução pós-conflito, direitos humanos e acção humanitária.

155. Sobre a questão concreta da previsibilidade, sustentabilidade e flexibilidade do financiamento de organizações regionais quando realizam operações de manutenção da paz sob mandato das NU e com base numa proposta feita pelo CPS em Novembro de 2007 como contribuição para o relatório solicitado pelo Conselho de Segurança, o Secretário-Geral propôs a criação, dentro de três meses, dum painel União Africana-Nações Unidas, constituído por personalidades distintas a fim de considerar as modalidades de apoio, incluindo o financiamento, para operações de manutenção da paz realizadas por organizações regionais, em particular o financiamento inicial, equipamento e logística e fazer recomendações concretas. O Conselho de Segurança através da sua resolução 1809 (2008), adoptada a 16 de Abril de 2008, saudou a proposta do Secretário-Geral de criar esse painel. Na sua 2ª reunião conjunta em Nova Iorque, a 17 de Abril de 2009, o Conselho de Segurança e a CPS da UA exprimiram satisfação pelos esforços em curso para reforçar a sua relação através de, entre outras coisas, medidas para identificar recursos previsíveis, sustentáveis e flexíveis para a UA

a fim de levar a cabo operações de manutenção da paz no âmbito do Capítulo VIII da Carta das NU. Na altura da finalização deste relatório, estavam em curso consultas para a nomeação dos membros do painel e a adopção dos seus termos de referência.

A.VI. ESTABELECIMENTO EM ADIS ABEBA DUMA CAPACIDADE DE NÍVEL ESTRATÉGICO DA UA PARA A GESTÃO DE CONFLITOS, INCLUINDO A INFRA-ESTRUTURA

156. Como é do conhecimento do Conselho, o papel da UA na prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente aumentou substancialmente nos últimos anos. Como consequência desta situação, a UA aumentou significativamente e continua a aumentar o pessoal de o DPS. Contudo, é evidente agora que o espaço actual de escritório já não se adequa às necessidades da UA. Não há espaço para o aumento de pessoal previsto ou aprovado. Torna-se necessário um novo edifício, com um Centro da UA para a Gestão de Conflitos, para acolher o pessoal necessário e também para facultar ao DPS os instrumentos necessários ao cumprimento cabal do seu mandato.

157. Durante a Consulta Anual entre a UA, os Mecanismos Regionais para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, os países membros do G8 e outros parceiros da UA, realizada em Abril de 2005, os parceiros concordaram que era necessário criar em Adis Abeba a capacidade de nível estratégico da UA para a gestão de conflitos, incluindo a infra-estrutura. Isto foi reiterado durante a reunião técnica de seguimento realizada em Outubro de 2005. Durante os preparativos para a Consulta Anual que teve lugar em Maio de 2007, o assunto foi discutido com a presidência alemã do G8. Em Agosto de 2007, a Comissão pediu formalmente à Alemanha que desse o apoio solicitado.

158. A 28 de Abril de 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão escreveu ao Presidente da Comissão para confirmar formalmente que a Alemanha construiria a estrutura necessária. A 13 de Maio de 2008, o Presidente da Comissão escreveu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão agradecendo o apoio do seu país. Nessa carta, o Presidente também indicou que os serviços relevantes da Comissão contactariam com a Alemanha para discutir as modalidades de implementação do projecto.

159. Desde então, a Comissão tem tido discussões preliminares com o lado alemão, incluindo o GTZ, que será responsável pela implementação do projecto. Nas próximas semanas, serão tomadas algumas medidas para preparar o terreno para o começo do projecto, incluindo a designação de pontos focais nas estruturas relevantes da Comissão e a identificação do local do edifício previsto.

B. ASSUNTOS POLÍTICOS

B.I. DEMOCRACIA, GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

160. A promoção de democracia, eleições, boa governação e respeito pelos direitos humanos continua a estar no centro das principais áreas da Comissão dentro dos limites dos mandatos de Assuntos Políticos. Neste período convém ressaltar o controlo de eleições e as iniciativas tomadas para a resolução da crise no Quênia e as contestações ocorridas no Zimbabué.

161. Embora a Comissão continue a reagir às contestações e às crises ocorridas na governação, as áreas mais importantes centraram-se nos esforços incessantes para garantir a ratificação e a implementação de Convenções e Cartas aprovadas pela Conferência. A Convenção sobre a Prevenção e Luta contra a Corrupção que entrou em vigor em Julho de 2003, encontra-se no processo de implementação. Além disso, atenção especial tem sido concentrada nas medidas que visam assegurar que a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação seja popularizada e ratificada pelos Estados Membros.

B.II GOVERNAÇÃO E DEMOCRACIA

162. Esforços têm sido intensificados nos últimos meses para a popularização da Carta sobre Democracia, Eleições e Governação. No âmbito do seu mandato a Comissão aborda as questões de democracia e governação de uma forma integrada. Além do lançamento de estudos sobre a arquitectura das intervenções de governação no Continente, deu-se um grande impulso às questões relativas à assinatura e ratificação da Carta e melhoria do diálogo sobre Constituições Africanas.

Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação

163. Uma reunião de peritos sobre a Carta, realizada em Namíbia, em Novembro de 2007, proporciona a base para a realização de reuniões regionais sobre a popularização da Carta. O primeiro desses encontros foi o seminário para a África Austral realizado em Lesoto, de 20 a 22 de Dezembro de 2007. A reunião de peritos e a reunião regional inicial serviram para o estabelecimento de um plano de acção consolidado sobre a popularização e ratificação da Carta.

164. Na sequência da primeira reunião regional, realizou-se uma segunda reunião regional em Bujumbura, Burundi, de 17 a 19 de Março de 2008. Os Representantes dos Estados Membros que participaram nesta reunião foram das regiões da África Central, África Ocidental e África do Norte. Também participaram Representantes das organizações de parceiros e das organizações da sociedade civil. O seminário contribuiu ainda para a aceleração do processo de popularização e ratificação da Carta no seio dos Estados Membros, bem como para o reforço do plano de acção consolidado que resultou da reunião de peritos em Namíbia.

165. No contexto do processo de popularização da Carta, uma outra reunião regional para a Região Oriental foi realizada em Kigali, Rwanda, de 29 e 31 de Maio de 2008. O sucesso da reunião regional sobre popularização e ratificação da Carta reflecte-se na

dinâmica conferida à ratificação nos Estados Membros. Antes da realização dos seminários, apenas dois Estados Membros tinham assinado a Carta. O número aumentou significativamente e mais de 20 Estados Membros já assinaram a Carta. O compromisso de todos os Estados Membros também consta nos planos de acção que resultaram das reuniões regionais.

166. A assinatura da carta demonstra o compromisso em relação à sua ratificação. Contudo, os Estados Membros devem lembrar que a ratificação é essencial e proporcionará à União Africana a base para o estabelecimento de diálogo com os Estados Membros onde se registam mudanças inconstitucionais no governo e onde existem problemas na governação estatal e práticas democráticas.

Constitucionalismo em Africa

167. A dinâmica para a compreensão das práticas Constitucionais em Africa foi demonstrada num seminário sobre as Constituições Africanas em Novembro de 2007. Este seminário contribuiu para a reflexão sobre a situação das Constituições Africanas e estratégias desenvolvidas para a promoção do Constitucionalismo em Africa. O seminário também concluiu que muito trabalho deve ser efectuado para reforçar a aplicação de Constituições nos Estados Membros.

168. Como preparação para uma Conferência Continental sobre Constituições a ser realizada no último trimestre de 2008, realizou-se uma breve sessão de reflexão à margem do seminário sobre a Carta em Kigali, Rwanda. A sessão de peritos deu um impulso para a conferência prevista através da definição dos estudos que devem ser realizados para reforçar a autoridade das Constituições.

Arquitectura de Intervenções da Governação

169. Para melhorar a cooperação com os parceiros de desenvolvimento e com outras organizações que participam na 'governação', a Comissão prossegue com a realização de um estudo inicial sobre as intervenções da governação em Africa e como podem ser harmonizadas e qual será o papel de liderança da União Africana neste contexto.

170. O estudo preliminar sobre a Arquitectura de Governação será concluído nos próximos meses e realçará o diálogo com parceiros e outras organizações envolvidas no domínio da 'governação' em Africa. A este respeito, um seminário com todas as partes interessadas relevantes sera realizado no último trimestre de 2008. Prevê-se que o estudo e o seminário proporcionarão uma base para a cooperação efectiva e servirão para garantir que existe uma liderança da União Africana e impacto coordenado sobre questões relacionadas com a 'governação' no Continente.

B.II. PROMOÇÃO E PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

171. Na execução da sua responsabilidade na promoção e protecção dos Direitos Humanos, a Comissão participou activamente na 7ª Sessão do Conselho das NU sobre os Direitos Humanos com um discurso pelo Comissário para os Assuntos Políticos sobre os esforços envidados pela UA na promoção dos direitos humanos e valores democráticos em todo o Continente. Além disso, a Comissão organizou uma sessão sobre o Genocídio de Ruanda e um seminário sobre Prevenção de Conflitos através da Democracia, Boa Governação e Direitos Humanos. Para promover os Direitos

Humanos foi igualmente organizado um seminário sobre Educação dos Direitos Humanos.

7ª Sessão do Conselho das NU sobre os Direitos Humanos

172. Em virtude da sessão, a União Africana deve continuar o seu papel fundamental na promoção e protecção dos direitos humanos no Continente, de apoio ao Conselho sobre os Direitos Humanos e Avaliação Periódica Universal e participar activamente na comemoração do 60º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos em colaboração com os seus parceiros.

173. A Comissão, em colaboração com o Governo da República de Burundi, organizou um seminário sobre Prevenção de Conflitos através da Promoção de Democracia, Boa Governação e Direitos Humanos nos Países em Conflito ou que Saem de Conflitos, que se realizou de 20-22 de Março de 2008 em Bujumbura, Burundi. O Seminário, em que participaram Representantes dos Estados Membros, Instituições Nacionais dos Direitos Humanos, Agências das NU, Organizações Humanitárias, Órgãos da União Africana, Comunidades Económicas Regionais e Peritos, centrou o debate nas Experiências dos Países, Sistemas Internacionais e Regionais de Justiça de Transição, assim como os mecanismos para a promoção de paz, direitos humanos e boa governação. Observou-se que os conflitos prejudicam o desenvolvimento do Continente e que democracia, boa governação, direitos humanos e responsabilização são os elementos essenciais na criação de um ambiente favorável que evite a prevalência ou ocorrência de conflitos no Continente. As recomendações principais do seminário incluem a organização de um seminário de seguimento e alargado sobre 'Justiça de Transição, a Promoção de Democracia e Direitos Humanos para os Países que saem de Conflitos'.

174. A Comissão, em colaboração com a Embaixada Sueca, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África, o Fundo de Desenvolvimento para as Mulheres, e o Instituto de Estudos sobre a Segurança, organizou um Seminário sobre o Combate à Violência Contra as Mulheres nas Situações de Conflitos, sob o tema: Ensinaamentos tirados do Genocídio de Ruanda, que se realizou de 4-5 de Abril de 2008 na Comissão da União Africana. O Seminário, que contou com a participação de Representantes dos Governos, Órgãos da União Africana (PAP, ACHPR, AfCHPR) CERs, Organizações e Agências das Nações Unidas, Organizações Não Governamentais Internacionais, Organizações da Sociedade Civil, académicos, instituições e peritos, solicitou que todos os esforços fossem empreendidos no sentido de prevenir os conflitos e garantir que a violência sexual com base no género fosse tratada de forma adequada nas situações de conflito e pós-conflito. Os Representantes do Governo de Ruanda exprimiram o desejo de acolher um Seminário semelhante durante a Comemoração do 15º Aniversário do Genocídio de Ruanda.

175. Este acontecimento foi acompanhado por um evento comemorativo, que se centrou no tema "Lembrar o genocídio, lutando contra a sua ideologia, cuidando dos sobreviventes e prosseguindo o desenvolvimento", realizado em 7 de Abril de 2008 na Comissão da União Africana.

Seminário sobre a Educação dos Direitos Humanos

176. A Comissão, em colaboração com o Governo da República da Gambia e a Comissão Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos com o apoio técnico da

Comissão Económica das Nações Unidas para a África, organizou um Seminário sobre a Educação dos Direitos Humanos para a África Ocidental, sobre o tema: “Realização dos Direitos das Mulheres Através da Educação dos Direitos Humanos”, que se realizou de 14 – 16 de Abril de 2008 em Banjul, Gambia.

177. O Seminário contou com a participação dos Estados Membros, Órgãos da União Africana, Agências das Nações Unidas, Instituições Nacionais dos Direitos Humanos, Organizações da Sociedade Civil e peritos. A sessão debruçou-se sobre o Programa Mundial sobre a Educação dos Direitos Humanos, Experiências dos Países, Programa da UA para a Educação, Declaração Solene da UA sobre a Igualdade do Género, Funções da Comissão Africana, Instituições Africanas Nacionais dos Direitos Humanos, Organizações da Sociedade Civil relacionadas com a Educação dos Direitos Humanos bem como uma análise das recomendações das Plataformas de Acções e os Resultados da 7ª Conferência Regional sobre Mulheres.

178. O seminário reconheceu os diversos esforços envidados pelas partes interessadas a níveis nacional, regional e internacional na promoção da realização dos direitos das mulheres através da Educação dos Direitos Humanos. Realçou a centralidade do Programa Mundial sobre os Direitos Humanos, o Programa da UA para a Educação, instrumentos e mecanismos relacionados com os direitos das mulheres. O seminário sublinhou que mais esforços devem ser empreendidos por todas as partes interessadas no sentido de assegurar a plena realização dos direitos das mulheres.

179. As principais recomendações do seminário incluem a promoção da implementação do Programa Mundial sobre a Educação dos Direitos Humanos e os Programas da UA para a Educação e os Direitos das Mulheres. O seminário encorajou igualmente a criação de parcerias mais estreitas entre os Estados Membros, Órgãos da UA, Agências das NU, Instituições Nacionais dos Direitos Humanos e Organizações da Sociedade Civil na implementação dos Programas.

B.II. ANTI-CORRUPÇÃO

180. A implementação da Convenção da UA sobre a Prevenção e a Luta contra a Corrupção está em curso, desde a sua ratificação por mais de quinze Estados Membros e entrada em vigor. No âmbito da Convenção, o processo de designação dos membros do Conselho Consultivo de Luta contra a Corrupção foi iniciado e as indicações foram recebidas. A nomeação dos membros do Conselho Consultivo está sujeita à aprovação da Conferência.

181. Durante este período, o Bureau da 2ª Reunião dos Organismos contra a Corrupção esteve muito activo e está a desenvolver um ‘plano de acção’ de cinco anos sobre a implementação da Convenção e outros esforços de apoio à luta contra a corrupção. Uma lista de critérios e instrumento de auto-avaliação para apoiar a implementação da Convenção pelos Estados Membros foi elaborada e enviada aos Estados Membros, que ratificaram a Convenção, para utilização. Um processo está em curso com o objectivo de garantir um perito para a elaboração de Um Guia Legislativo sobre a implementação da Convenção.

182. Como mais uma demonstração de compromisso, a 3ª reunião dos Organismos contra a Corrupção realizar-se-á no quarto trimestre de 2008. Esta reunião servirá para imprimir mais dinamismo para a ratificação e também para melhorar o diálogo entre os

Estados Membros sobre a situação de corrupção e medidas que podem ser instituídas para prevenir e combater a corrupção.

B.II. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DOS ESTADOS

183. O Bureau instituído pela 5ª Conferência Pan-Africana dos Ministros da Função Pública continua a participar activamente no estabelecimento de actividades concretas visando o reforço das capacidades dos Estados para o desenvolvimento e prestação de serviços nos Estados Membros. O Bureau Ministerial que lidera as actividades reuniu-se em Bujumbura, Burundi, em 7 de Abril de 2008. A reunião analisou os progressos registados em todas as áreas que se enquadram no âmbito da tarefa considerada na Declaração de Adis Abeba da 5ª Conferência de Ministros. A reunião confirmou igualmente que a 6ª Conferência de Ministros da Função Pública se realizaria na África do Sul, de 8 a 11 de Julho de 2008. O tema previsto da conferência é “Reforço de Capacidades para a futura competência da Função Pública Africana”.

Prémios de Inovação na Função Pública Africana

184. A distinção de Inovação na Função Pública Africana foi estabelecida para reconhecer as boas práticas na Função Pública nos Estados Membros e servirá como um quadro para a troca de experiências e práticas. Sob a presidência de Maurícias, as indicações foram recebidas em todas as categorias estabelecidas e o júri competente reunir-se-á antes da 6ª Conferência para decidir sobre os vencedores em cada categoria. Os prémios serão apresentados durante a 6ª Conferência dos Ministros da Função Pública.

A Carta da Função Pública Africana

185. Sob a presidência da Argélia, realizou-se uma reunião em Argel em Dezembro de 2007, para analisar a actual Carta da Função Pública Africana. Esta reunião serviu para a reafirmação do compromisso dos Estados Membros de melhorar a situação dos seus serviços públicos e de garantir que normas comuns sejam estabelecidas nos Estados Membros. A reunião de Argel concluiu que a Carta deve ser revista de modo a tornar-se um instrumento formal da União Africana.

186. Em conformidade com a decisão do Conselho Executivo sobre a Carta da Função Pública Africana, o documento está a ser aperfeiçoado no sentido de garantir a sua harmonização com a linguagem jurídica da UA. O documento revisto será submetido à 6ª Conferência dos Ministros da Função Pública para consideração e finalização antes da sua submissão ao Conselho Executivo e à Conferência. O trabalho sobre a Carta durante os últimos anos reflecte, de uma forma muito positiva, o compromisso dos Ministros da Função Pública de encorajar a concretização de esforços para o desenvolvimento de competências dos Estados.

Dia da Função Pública da África

187. O Dia da Função Pública da África foi instituído pelo Ministros Africanos da Função Pública em 23 de Junho de 2007. O dia é celebrado em vários Estados Membros. De facto é necessário que o Dia da Função Pública da África seja comemorado em todos os Estados Membros e na Comissão da União Africana. Este dia proporciona uma oportunidade de promover o papel do serviço público no Continente e no seio de organizações africanas, como a Comissão da União Africana.

O tema para o Dia da Função Pública da África de 2008, tal como determinado pelos Ministros da Administração/Função Pública é: “Da Política à Implementação com Base nos Resultados”.

B.III. DEMOCRATIZAÇÃO E OBSERVAÇÃO DE ELEIÇÕES

188. O Continente ainda se confronta com desafios de realização de eleições livres e justas para a consolidação dos valores e princípios democráticos de boa governação consagrados no Acto Constitutivo da União Africana. Neste sentido, de acordo com a recomendação na Declaração sobre os Princípios que Regem as Eleições Democráticas em África, aprovada em Julho de 2002 pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA), a Comissão enviou missões de observadores a Djibouti e Zimbabué. Duma maneira geral, a realização das eleições nestes dois países foi satisfatória. No Djibouti, as eleições legislativas de 8 de Fevereiro de 2008 foram realizadas de uma forma pacífica e transparente. Uma missão de observadores da UA foi igualmente enviada para as eleições Presidenciais e Parlamentares do Zimbabué realizadas em 29 de Março de 2008.

189. Pela primeira vez na sua história, a Comissão da União Africana enviou uma missão de avaliação pré-eleitoral ao Zimbabwe chefiada por Justice Lewis Makame, Presidente da Comissão Eleitoral da Tanzânia, apesar do facto de o convite da Comissão eleitoral do Zimbabué (ZEC) não ter chegado à Comissão no prazo determinado. Convém evocar que a Declaração de Durban de Julho de 2002 sobre os Princípios que Regem as Eleições Democráticas em África estipula que os Estados Membros devem assegurar que os convites endereçados à UA para participar na observação ou seguimento de eleições sejam enviados pelo menos dois (2) meses antes da data da Eleição. Por conseguinte, exortam-se os Estados Membros a garantir o cumprimento das disposições relevantes da Declaração de Durban.

190. Os objectivos da missão de avaliação pré-eleitoral consistiam em recolher informações pertinentes sobre todos os aspectos relacionados com a realização das Eleições Harmonizadas do Zimbabwe. Isto implicou a realização de encontros com as autoridades eleitorais, representantes dos maiores Partidos Políticos e de Organizações Não Governamentais a fim de avaliar o nível de apoio para uma presença de observadores da União Africana. Foi na base da missão de pré-avaliação que a UA decidiu enviar uma Missão de Observadores para o seguimento das Eleições Harmonizadas do Zimbabué de 29 de Março de 2008. A missão foi chefiada pelo ex-Presidente de Sierra Leone, Sr. Ahmed Tejan Kabbah.

191. Em geral, as Eleições Harmonizadas do Zimbabué realizaram-se num ambiente pacífico sem intimidações e houve uma grande afluência às urnas no Dia das Eleições. Contudo, a demora do anúncio dos resultados da eleição presidencial por parte da Comissão Eleitoral do Zimbabué (ZEC) acabou por ser problemática. Esta demora foi motivada pelos pedidos de recontagem de votos em 23 círculos eleitorais.

192. Em 12 de Abril de 2008, SADC convocou uma Cimeira Extraordinária em Lusaka, Zambia, com o objectivo de encontrar soluções para o impasse causado pela demora no anúncio dos resultados da Eleição Presidencial. O Comunicado da Cimeira de SADC também exortou ZEC a acelerar a verificação dos resultados e a divulgá-los em conformidade com a lei eleitoral. A Cimeira de SADC manifestou ainda a sua disponibilidade de enviar observadores para o seguimento da recontagem de votos.

193. Importa realçar que nas suas observações, a missão de Observadores da UA concluiu que as Eleições Harmonizadas do Zimbabué foram calmas, pacíficas e ordeiras. Estas conclusões não foram divergentes das de outras missões de observadores no Zimbabué.

194. Após a minha missão de três dias à região, particularmente à Africa do Sul, Zambia e Zimbabué de 3 a 5 de Maio de 2008, a minha delegação reuniu-se com o Presidente Thabo Mbeki da Africa do Sul, o Mediador da SADC, Dr Levy Patrick Mwanawasa, Presidente da Zambia e Presidente em exercício da SADC, e o Presidente Robert Mugabe do Zimbabué. Também tive encontro com o Sr Justice George M. Chiwashe, Presidente da Comissão Eleitoral do Zimbabué (ZEC). Tivemos extensas discussões sobre o desenvolvimento do processo eleitoral. Entre outras coisas, ZEC forneceu informação detalhada no que se refere à demora no anúncio dos resultados da Eleição Presidencial.

195. Os resultados foram anunciados depois da recontagem dos votos e foram os seguintes: o Movimento para a Mudança Democrática (MDC) de Morgan Tsvangirai obteve 47,9%, a União Nacional Africana do Zimbabwe-Frente Patriótica (ZANU-PF) do Presidente Robert Mugabe 43,2% e Simba Makoni 8,3% do total dos votos. Como o resultado não determinou um vencedor na primeira volta, será realizada uma segunda volta da eleição presidencial em 27 de Junho de 2008 em conformidade com as disposições do Acto Eleitoral do Zimbabué.

196. A União Africana reitera os seus compromissos de aprovação total dos esforços de mediação da SADC, liderados pelo Presidente Thabo Mbeki. A União Africana compromete-se a enviar uma missão de observadores para controlar a segunda volta da eleição presidencial no Zimbabué com vista a garantir a transparência da votação, e melhorar as condições eleitorais que permitem ao povo do Zimbabué exercer os seus direitos de voto.

Parceria UA/UE sobre Governação

197. Uma série de reuniões técnicas de UA/UE foram organizadas desde Janeiro de 2008, no quadro da implementação da Estratégia Conjunta UA/UE e seu primeiro Plano de Acção. A primeira reunião realizou-se em 4 de Fevereiro de 2008 em Adis Abeba e permitiu às duas partes tomar em consideração os seus planos de acção e decidir sobre a via a seguir. O plano da União Africana baseou-se na organização de seminários regionais para a definição do Conceito Africano de Governação. O plano da UE considerou a criação de 8 grupos de trabalho para a implementação da parceria, sendo cada um constituído pela CE, Secretariado do Conselho da UE e Estados Membros interessados. As duas partes sublinharam a necessidade de envolver os Estados Membros no processo de consultas sobre a implementação da parceria.

198. A segunda reunião de UA/UE foi realizada em 29 de Fevereiro de 2008 em Adis Abeba para avaliar os progressos de implementação do plano de trabalho anual e realizações. Esta reunião realçou a necessidade de acelerar a implementação dos projectos. Saliu ainda a necessidade da organização de um retiro para os peritos recentemente recrutados no âmbito do Programa de Apoio da UE de 55 milhões de Euros e pontos focais do mecanismo do processo para discutir os procedimentos do FED.

199. A terceira reunião que se realizou em 18 e 19 de Abril de 2008 em Adis Abeba foi a do Grupo de Trabalho Conjunto UE/UA. Durante esta reunião, o o Grupo de Trabalho Conjunto UE/UA sobre Governação discutiu, entre outros, a existência de uma plataforma de governação, questões relacionadas com a componente de governação do Programa de Apoio da UE de 55 milhões de Euros; e a possibilidade de explorar fontes alternativas de fundos para a parceria sobre a governação. O grupo concluiu que há necessidade de um diálogo contínuo entre Europa e África para se chegar a um entendimento comum do conceito e alcance de Governação. A União Africana prometeu contactar o mais breve possível os Estados Membros e outras organizações de parceiros para a elaboração de uma definição clara de Governação a ser harmonizada com a da parte Europeia antes da submissão à próxima Troika UA/UE em Julho de 2008.

200. A reunião também registou com satisfação que os Peritos encarregados de Governação e Direitos Humanos no âmbito do Programa da UE de 55 milhões de Euros já tinham iniciado funções.

B.IV. ASSUNTOS HUMANITÁRIOS, REFUGIADOS E PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCADAS

201. É encorajante registar que milhares de refugiados e pessoas internamente deslocadas continuaram a regressar durante o período em análise. Os refugiados regressaram principalmente ao Burundi, República Democrática do Congo, Libéria e Sul do Sudão. Além disso, alguns países estão igualmente envolvidos na integração dos refugiados nas suas sociedades, o que atenuará o fardo dos países de acolhimento uma vez esta categoria se tornará auto-confiante. Há também perspectivas de regresso porque os países de origem observam os acordos de paz e continuam a criar condições propícias para os seus nacionais a serem repatriados.

202. Gostaria de informar o Conselho que embora o número de refugiados e pessoas internamente deslocadas continuem a diminuir, novos caso de influxo de refugiados emergiram principalmente de Darfur, oeste do Sudão, República Democrática do Congo, Libéria e Sudão. As vítimas da deslocação forçada, particularmente mulheres e crianças, continuam a sofrer várias formas de abusos tais como açoitamento, rapto, escravidão sexual, e violação que as deixam com cicatrizes físicas e mentais. Os abusos devem ser abordados ao mais alto nível. Em África existe ainda o maior número de vítimas de deslocação forçada no mundo com aproximadamente 3 milhões de refugiados e mais de 15 milhões de pessoas internamente deslocadas.

203. Atenção especial deve ser dada ao facto de que muitas pessoas são também consideradas como internamente deslocadas por causa das recorrentes catástrofes naturais e artificiais que subjagam o nosso Continente. A este respeito, a União Africana concedeu algumas contribuições financeiras a dois Estados Membros para os ajudar a suportar as vítimas de catástrofes. Madagascar recebeu 75.000 dólares (US), e foram atribuídos ao Ruanda 50.000 dólares (US). A Comissão da União Africana avançou com o processo de gestão de calamidades com vista a encontrar soluções para gerir essas situações.

204. Gostaria de informar o Conselho que a União Africana não pode unilateralmente resolver os numerosos desafios com que se defronta no que diz respeito ao problema de deslocação forçada. Por conseguinte, a Comissão juntamente com o Sub-Comité sobre Refugiados, Regressados e Pessoas Internamente Deslocadas continuaram a

trabalhar de perto com os parceiros da UA, principalmente o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização Internacional de Migração (OIM) e Acção Humanitária Africana (AHA) na implementação das decisões do Conselho Executivo e da Conferência.

205. Durante o período em análise, alguns dos programas e actividades mais importantes que foram realizados com os nossos parceiros incluíram as missões do Sub-Comité do CRP sobre Refugiados às regiões Oriental e Central, os preparativos para a Cimeira Especial de Chefes de Estado e de Governo, de Novembro de 2008, sobre Refugiados, Regressados e Pessoas Internamente Deslocadas em África, e uma Sessão Conjunta Semestral da UA/CICV de Embaixadores Africanos. Além disso, a ACNUR reforçou a capacidade da Comissão através da designação de quadros que são exclusivamente envolvidos nos preparativos da Cimeira Especial de Novembro de 2008.

206. O Sub-Comité do CRP sobre Refugiados, que é muito importante para as questões humanitárias de deslocação forçada, implementou o seu Programa de Actividades para o ano de 2008 através da realização de reuniões e visitas a alguns Estados Membros que foram afectados pelo problema de refugiados, regressados e pessoas deslocadas. Visitou Camarões, Chade, República Centro Africana e Quênia. As missões reuniram-se com Responsáveis do Governo, Representantes do Escritório da União Africana, ACNUR e outras organizações humanitárias das NU, bem como refugiados, regressados e PIDs. Foram realizadas discussões prolongadas e alguns dados foram recolhidos, o que contribuiu para o enriquecimento do relatório. Observou-se que na maioria dos casos os países de acolhimento que cuidam das vítimas de deslocação forçada necessitam de apoio financeiro para lhes prestar assistência, e por isso muitos programas são sub-financiados.

207. Apraz-me realçar que de acordo com a decisão do Conselho Executivo que foi adoptada em Julho de 2004, a Comissão convocou uma segunda reunião de Juristas dos Estados Membros sobre o projecto da Convenção da UA para a Protecção e Assistência de Pessoas Internamente Deslocadas em África, que se realizou de 2 a 6 de Junho de 2008 na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia.

208. Finalmente, gostaria de evocar a Decisão do Conselho tomada na sua reunião de Julho de 2006 para a realização da sua primeira Cimeira Especial de Chefes de Estado e de Governo sobre Refugiados, Regressados prevista para Novembro de 2008. Espera-se que a referida Cimeira adopte o Projecto de Convenção. Exorto a Comunidade Internacional a continuar a conceder assistência às PIDs que são a maioria de vítimas de deslocação forçada. Mais uma vez, os Estados Membros são exortados a participar nesta importante Cimeira, onde os Líderes Africanos tomarão decisões em forma de uma declaração solene que ajudará o Continente a combater as causas essenciais da deslocação forçada e eventualmente os Estados Membros podem concentrar-se no desenvolvimento sócio-económico.

C. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

C.I. INTRODUÇÃO

209. Desde a Cimeira de Janeiro de 2008, realizada em Adis Abeba sob o tema 'Industrialização da África', a Comissão debruçou-se sobre a implementação das decisões e declarações do Conselho Executivo e da Conferência nos domínios do comércio e da indústria.

C.II. CONFERÊNCIA CONJUNTA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO E DAS FINANÇAS

210. Em conformidade com as directivas da Declaração Assembly/AU/Decl.2 (X) dos Chefes de Estado e de Governo por ocasião da sua décima Cimeira em Janeiro de 2008 em Adis Abeba, a Comissão organizou uma reunião da Conferência dos Ministros da União Africana responsáveis pelo Comércio e pelas Finanças, em 3 de Abril de 2008 em Adis Abeba como preparação das consultas com a União Africana sobre as APEs. Esta reunião foi realizada para dar seguimento à Declaração do Presidente da Comissão Europeia durante a Cimeira de Lisboa em Dezembro de 2007 que preconizava a organização de uma reunião de alto nível para procurar uma abordagem favorável ao estabelecimento de APEs que tomam em consideração as preocupações africanas em primeiro lugar. Ela permitiu também a harmonização e a coordenação do processo de negociações das APEs, no momento em que vários países africanos redigiram ou assinaram Acordos Provisórios individuais. A reunião permitiu igualmente iniciar discussões sobre o processo de negociações em curso na OMC e muito particularmente sobre a iniciativa Ajuda para o Comércio.

211. A reunião tratou de questões da OMC, da Ajuda para o Comércio e das APEs, definiu uma posição comum africana no quadro da décima-segunda sessão da CNUCED, realizada em Accra (Gana) de 20 a 25 de Abril de 2008. Decidiu que a urgência na conclusão das negociações do ciclo de Doha não deve ser privilegiada sobre as conclusões dos debates essenciais sobre as questões de desenvolvimento, transparência e coerência. Em relação à Ajuda para o Comércio, a reunião decidiu submeter para financiamento projectos africanos a níveis nacional, regional e continental e discutiu mecanismos inovadores de acesso aos fundos dos doadores. No que diz respeito às negociações das APEs, a reunião decidiu retomar as negociações de algumas disposições desfavoráveis dos acordos provisórios, persistir na concretização do objectivo de desenvolvimento e prosseguir a sensibilização do Parlamento Europeu e dos Estados Membros para o apoio da posição africana. Os Ministros recomendaram a diversificação das parcerias, nomeadamente sul-sul.

212. Finalmente, a Conferência permitiu a adopção de três Declarações relativas respectivamente às negociações da OMC, às iniciativas futuras em relação às APEs bem como a uma posição comum africana sobre as questões em discussão na CNUCED XII.

C.III. COMÉRCIO INTRA-ÁFRICANO/ALFÂNDEGAS

213. No quadro do processo da harmonização dos procedimentos aduaneiros que visam a integração da África, a Comissão organizou em 21 e 22 de Abril de 2008, um

seminário destinado aos especialistas aduaneiros dos Estados Membros e das CERs a fim de coordenar a sua posição sobre as regras de origem, no âmbito das negociações sobre as APEs. Para a execução do seu programa de trabalho, a Comissão instituiu um mecanismo de coordenação de CUA/CERs sobre as alfândegas que tem como objectivo principal coordenar os programas e actividades dessas comunidades para a criação das uniões alfandegárias regionais e da União Aduaneira Continental preconizadas pelo Tratado de Abuja que cria a Comunidade Económica Africana.

214. Além disso, a Comissão intensifica conversações com o Secretário Geral da Organização Mundial das Alfândegas (OMA) com vista à assinatura de um Memorando de Entendimento que visa reforçar a cooperação entre a união Africana e a OMA.

C.IV. NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MULTILATERAIS

1. OMC

215. A Comissão da União Africana continuou a conceder apoio técnico e logístico ao Grupo Africano em Genebra em relação às questões da OMC. A Comissão participou ainda na Conferência de Ministros dos PMAs da OMC que se realizou em Maseru, Lesoto, em Fevereiro de 2008. A Declaração que foi adoptada pela Conferência contribuiu para as deliberações sobre questões da OMC da Conferência Conjunta dos Ministros Africanos de Comércio e Finanças da UA que se realizou em Adis Abeba em 3 de Abril de 2008.

216. Os membros da OMC continuam a participar em negociações intensivas com vista a concluir a Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA) em 2008. A posição da África nas negociações tem sido coerente: que a Ronda de Doha proporciona benefícios de desenvolvimento genuínos e concretos, conforme se estipula na Declaração Ministerial de Doha de Novembro de 2001. Embora haja uma necessidade urgente de concluir a Ronda, a urgência deve ser equilibrada com a substância e realização de resultados de desenvolvimento significativos.

217. Progressos satisfatórios nas negociações sobre a agricultura continuam a ser essenciais para a conclusão bem sucedida da Ronda de Doha. A actual crise alimentar tornou a resolução das questões pendentes da agricultura mais urgente. Algumas destas questões referem-se aos produtos delicados, produtos especiais, algodão, e erosão de preferência. Outras questões de desenvolvimento como preocupações específicas dos PMAs, Economias Pequenas e Vulneráveis, e Membros que Aderiram Recentemente têm de ser seriamente tratadas. Antes que uma reunião ministerial da OMC seja convocada com êxito, a revisão do projecto de modalidades de Acesso ao Mercado Agrícola e Não Agrícola (NAMA) terá de ser finalizada. Os países desenvolvidos deverão considerar flexibilidades de políticas adequadas para os países em desenvolvimento e adoptar, inter alia, fórmulas mais ambiciosas possíveis para as reduções de tarifas em agricultura e NAMA.

218. A adopção da Ajuda para a Iniciativa do Comércio é, até hoje, um dos principais resultados de desenvolvimento da Ronda de Doha Round. Alguns dos parceiros de desenvolvimento da África têm feito compromissos financeiros para a implementação da Iniciativa. Para obter o máximo benefício da Iniciativa, há necessidade urgente de os Estados Membros da UA e CERs tomar as medidas necessárias, tal como recomendado na Posição Comum Africana sobre Ajuda para o Comércio e no Relatório da reunião de avaliação da Ajuda para o Comércio da Região Africana.

2. Acordos de Parceria Económica (APEs)

219. Durante o período em análise, além da Conferência Conjunta dos Ministros do Comércio e das Finanças realizada em Adis Abeba sobre os APEs, a Comissão participou em várias reuniões organizadas por outras instituições em que aproveitou a oportunidade para efectuar amplas consultas sobre a implementação da Declaração dos Ministros do Comércio e das Finanças. A Comissão da UA, através do Escritório de Bruxelas, organizou um Retiro em 16-17 de Maio de 2008 em Dinant, Bélgica, sobre as medidas a tomar nas negociações sobre APEs para o Grupo de Embaixadores Africanos em Bruxelas.

220. No Acordo de Parceria de Cotonou que foi assinado pela UE e pelos países de ACP em 2000, as partes comprometeram-se a concluir uma norma do comércio compatível com a OMC na forma de APEs até 31 de Dezembro de 2007. Devido a vários problemas, incluindo a divergência de posições sobre questões fundamentais, não foi possível, para nenhum dos quatro agrupamentos africanos que têm estado a negociar com a UE desde 2002, concluir os APEs até o prazo de 31 de Dezembro de 2007. Contudo, até essa data, dezoito países africanos assinaram APEs provisórios com a UE. Alguns deles, principalmente não-PMAs, tiveram de fazer isso sob pressão para evitar a interrupção do acesso das exportações ao mercado da UE. A assinatura dos APEs provisórios pelos países africanos interessados foi feita à pressa e fora do quadro dos agrupamentos geográficos em que as negociações foram realizadas com a UE.

221. A análise de dezoito APEs Provisórios concluídos pelos países africanos indica que são todos diferentes e só numa região (a Comunidade da África Oriental), mais de um país tem os mesmos compromissos de liberalização do comércio. As diferenças entre os países africanos nas mesmas CERs nos calendários e gama de produtos para liberalização nos APEs Provisórios enfraquecerão as iniciativas de integração regional da África em vez de as reforçar como foi estipulado no Acordo de Parceria de Cotonou. Por outro lado, a questão da dimensão de desenvolvimento incluindo os compromissos obrigatórios sobre recursos adicionais para satisfazer os custos de ajustamento e reforçar a capacidade de oferta não foi abordada de forma adequada nos APEs Provisórios. Todavia, os APEs provisórios que foram assinados contêm várias questões controversas tais como a cláusula de MFN, a cláusula de não-execução, essencialmente todo o comércio, períodos de transição, taxas de exportação, disposições de paralização, livre circulação de bens, tratamento nacional, garantias bilaterais e questões sobre Singapura.

222. A Comissão Europeia tem estado a exercer pressão sobre os países que rubricaram os Acordos Provisórios no sentido de assinarem e ratificarem esses acordos. Os Acordos Provisórios foram assumidos como medidas provisórias para o cumprir as normas da OMC e evitar a ruptura do comércio. Basta a notificação dos Acordos Provisórios para a anuência da OMC. A ratificação dos Acordos Provisórios que contêm disposições contenciosas e que não trataram de forma adequada as dimensões do desenvolvimento dificultará a avaliação e renegociação destas questões no contexto dos APEs integrados e completos.

223. A UA não é uma parte nas negociações dos APEs. Foi-lhe conferido no entanto o mandato de coordenar e harmonizar as iniciativas dos países e regiões africanos nas negociações dos APEs com a UE para que a África expresse unanimemente. A CUA

tem sido determinante no desenvolvimento e adopção de posições comuns africanas, Decisões e Recomendações sobre APEs pelos Órgãos Políticos da UA. Com base no Relatório submetido à Cimeira da UA sobre as negociações dos APEs, os Chefes de Estado e de Governo Africanos envolveram os seus homólogos Europeus na questão dos APEs durante a Cimeira Africa-UE que se realizou em Lisboa nos finais de 2007. Decidiu-se na Cimeira que consultas ao mais alto nível entre as partes Africanas e da UE devem ser realizadas para tratar das questões controversas nas negociações dos APEs.

224. A última Cimeira da UA que se realizou em Adis Abeba incumbiu a Comissão Africana de organizar uma Conferência Conjunta de Ministros Africanos de Comércio e Finanças para deliberar e fazer recomendações sobre as negociações dos APEs. A Conferência Conjunta, que foi realizada em Adis Abeba em 3 de Abril de 2008, adoptou uma Declaração na qual solicita, inter alia, a avaliação e a renegociação das questões controversas nos Acordos Provisórios no quadro dos APEs Gerais. Exortou a União Europeia a conceder recursos adicionais adequados e previstos, além do FED, para satisfazer as necessidades dos custos de ajustamento, apoiar a capacidade da oferta e construção de infra-estruturas, capacidade reguladora, competitividade e interconectividade nacional e regional. A Conferência Conjunta de Ministros do Comércio e das Finanças encarregou a Comissão da UA de desenvolver, em colaboração com a CEA e CERs, um APE padrão que serviria como um modelo para os países e regiões africanos nas suas negociações de APEs detalhados e abrangentes com a UE.

225. A tarefa de desenvolvimento do APE padrão começou. O Presidente da Comissão da UA escreveu ao Presidente da Comissão Europeia sobre a realização de consultas de alto nível entre Africa e UE, como ficou decidido na Cimeira de Lisboa. Aguarda-se a resposta da Comissão da UE. Os países africanos no seu compromisso com a EU nas negociações de APEs deve permanecer unidos e respeitar as posições comuns adoptadas pelos órgãos políticos da União Africana, para que os APEs possam servir como instrumentos para a promoção do desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a integração gradual da Africa na economia global, e o reforço das iniciativas de integração regional da Africa, conforme estabelecido no Acordo de Parceria de Cotonou.

C.V. Indústria

226. A Décima Sessão da Cimeira incumbiu a Comissão, no âmbito do “Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado da Africa” de estabelecer acções prioritárias em colaboração com outras partes interessadas. Na implementação desta directiva, a Comissão organizou a primeira reunião de partes interessadas em 12 de Abril de 2008 no Cairo, Egipto. O principal objectivo da reunião consistiu em recolher contribuições das partes interessadas para a operacionalização do Plano de Acção. A reunião também discutiu os preparativos para a 18ª sessão da Conferência de Ministros Africanos de Indústria (CAMI 18) prevista para Novembro de 2008 na Africa do Sul.

C.VI. COOPERAÇÃO MULTILATERAL

1. CNUCED XII

227. Antes da realização desta grande reunião da CNUCED XII em Acra, de 20 a 25 de Abril de 2008, a Comissão organizou em 22 e 23 de Fevereiro de 2008 em Montreux, Suíça, um retiro que reuniu o Grupo Africano em Genebra, o Secretariado da CNUCED, os parceiros da Comissão e das ONGs. Este retiro permitiu ao Grupo Africano em Genebra de decidir sobre todas as questões fundamentais para as economias africanas que devem figurar no documento da décima-segunda CNUCED durante as negociações. Por consequência, o Grupo Africano em Genebra elaborou um projecto de declaração sobre a CNUCED XII que a Conferência Conjunta dos Ministros Africanos do Comércio e das Finanças adoptou em 3 de Abril de 2008. É em conformidade com a posição comum africana na CNUCED XII que todas as delegações africanas se apresentaram em Acra e facilitaram a participação efectiva do Grupo Africano, sobretudo na Mesa Redonda dos PMA e do Grupo dos 77 e a China.

228. A própria Comissão participou activamente na décima-segunda sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED XII), em que estiveram presentes delegados de 146 Estados Membros da Organização, incluindo 44 Estados Membros da União Africana. O tema da CNUCED XII foi “Abordagem das oportunidades e desafios de globalização para o desenvolvimento”. Uma característica importante da Conferência foi uma componente de Alto Nível sobre “Comércio e Desenvolvimento para a Prosperidade-Ação e Direcção da África”, que foi presidida pelo Secretário Geral das Nações Unidas, moderada pelo Secretário Geral da CNUCED e em que os Presidentes de Gana, Brasil, Finlândia, Sierra Leone, ex-Presidente Mkapa da Tanzânia, e o Vice-Presidente de El Salvador fizeram parte de um grupo de trabalho. Seguiram-se Mesas Redondas sobre questões importantes no âmbito do tema da Conferência.

229. No final das deliberações da CNUCED XXII, foram adoptados dois documentos importantes: a Declaração de Acra e o Acordo de Acra, que reconhecem a continua relevância de CNUCED, numa economia global cada vez mais complexa, como uma instituição com adesão universal e um mandato para servir como o ponto focal das Nações Unidas para o tratamento integrado do comércio e desenvolvimento e questões interligadas nas áreas de finanças, tecnologia, investimento e desenvolvimento sustentável. O Acordo de Acra apresentou as acções necessárias de CNUCED para ajudar os países em desenvolvimento a abordar as oportunidades e os desafios do desenvolvimento de modo a permitir-lhes colher os benefícios da globalização. Solicitou-se a CNUCED a dar uma atenção especial às necessidades da África e aos países menos avançados na implementação do seu mandato melhorado.

230. Na Conferência dos Ministros do Comércio e das Finanças realizada em Adis Abeba antes da CNUCED XII, foi assinado um Memorando de Entendimento (MdE) entre a CUA e a CNUCED. O MdE apresenta um quadro de cooperação entre as duas organizações e para assegurar o apoio da CNUCED nos três pilares do seu mandato. A CUA tenciona organizar uma reunião de CUA-CNUCED para desenvolver e priorizar um programa de cooperação que ajudará a África a considerar as oportunidades e os desafios do desenvolvimento e a explorar eficazmente as forças positivas da globalização em conformidade com a Declaração e o Acordo de Acra.

2. TICAD IV:

231. A TICAD é um processo multilateral, co-organizado pelo Japão, Nações Unidas, PNUD e Banco Mundial com a participação das organizações internacionais, dos doadores e dos países asiáticos e não um fórum Japão-Africa. Para a preparação da reunião de TICAD VI que se realizou em Yokohama, de 28 a 30 de Maio de 2008 e da sua integração no respectivo programa de cooperação, a Comissão participou em todas as reuniões preparatórias dessa Conferência que se realizaram respectivamente em Lusaka (Zâmbia) em Outubro de 2007 para as regiões da África Oriental e Austral, em Tunes (Tunísia) em Novembro de 2007 para para as regiões da África do Norte, África Ocidental e África Central, e em Libreville (Gabão) em Março de 2008 para a reunião ministerial.

232. Recomendações foram emitidas por ocasião das duas reuniões regionais, que permitiram a elaboração de um projecto de declaração de Yokohama que foi discutido em Libreville. A Conferência Ministerial de Libreville também permitiu aos co-organizadores debruçar-se sobre as acções que devem ser realizadas para dar seguimento à declaração de Yokohama. O projecto de mecanismo de seguimento foi também discutido. Os temas essenciais para TICAD IV são a aceleração do crescimento económico, a segurança humana através da realização dos ODM e a consolidação da paz e da segurança, assim como as questões ambientais e alterações climáticas.

D. ASSUNTOS SOCIAIS

233. A Comissão da UA continua a enfrentar os desafios sociais, políticos e económicos que ainda constituem uma barreira para a integração rápida do continente Africano na economia mundial. A Comissão está a contribuir muito para este processo de implementação de programas e actividades nas áreas de saúde, população, bem-estar social, emprego, trabalho e migração.

D.I. SAÚDE, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

234. Depois da aprovação da Estratégia da África para a Saúde durante a Cimeira de Acra, de Julho de 2007, a Comissão da UA trabalhou em estreita colaboração com o Bureau da Conferência dos Ministros da Saúde da UA (CAMH) para a elaboração de um Plano de Implementação que foi adoptado pelo Bureau da CAMH em Novembro de 2007. A Comissão convocou uma Reunião do Comité Técnico na África do Sul, em Fevereiro de 2008, que redigiu um plano de implementação.

235. A Comissão da UA convocou uma Sessão Especial da Conferência dos Ministros da Saúde da UA (CAMH) em Maio de 2008, Genebra, para analisar os relatórios de implementação da Declaração de Abuja Declaration sobre VIH e SIDA, Tuberculose e outras Doenças Infecciosas Afins.

236. Pretende-se realizar uma Conferência sobre Medicina Tradicional Africana em Agosto de 2008 para discutir um relatório sobre a Avaliação a Meio Percurso da Década da UA sobre a Medicina Tradicional Africana.

237. No que diz respeito à Estratégia da África para a Saúde, a Comissão apresentará um relatório do estado de implementação antes do final do ano de 2008.

VIH/SIDA, TB e Malária

238. Durante muito tempo, a África continuará a enfrentar o enorme desafio devido ao impacto do VIH/SIDA, TB e Malária no desenvolvimento sócio-económico do continente. Para uma resposta efectiva a todos os níveis, a UA deve manter a importância das três doenças na sua agenda de acordo com o mandato que lhe foi conferido pelos Chefes de Estado e de Governo, entre outras estratégias para a promoção da saúde e do bem-estar.

239. Durante o período em análise, em conformidade com o Apelo de Abuja no sentido de Aceleração da Acção para o Acesso Universal aos Serviços de VIH/SIDA, TB e Malária, a Comissão da UA, com a ajuda da OMS e UNAIDS, elaborou os Relatórios de Actividades sobre a situação de VIH/SIDA, TB e Malária e apresentou os Relatórios à Sessão Especial da Conferência dos Ministros da Saúde (CAM) em Genebra.

240. Quanto ao Plano de Implementação de 2008-2010 para o Plano Estratégico da Comissão da UA e Quadro Estratégico de AIDS Watch Africa (AWA), medidas estão previstas para a avaliação das funções e da estrutura de AIDS Watch Africa. A Comissão continua a implementar actividades prioritárias na área de VIH/SIDA e os Militares, envelhecimento e VIH/SIDA e os órfãos e crianças vulneráveis (OVC). No caso particular de OVC, VIH/SIDA e Malária foram integrados no Apelo de Cairo para a Aceleração de Acção para "Africa Fit for Children", o principal resultado da Avaliação a

Meio Percurso de “Africa Fit for Children” realizada no Cairo, Egipto, de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2007.

241. Para aumentar e manter a dinâmica da Campanha Mundial contra o SIDA e sensibilização, a Comissão organizou um programa de actividades na Comissão da UA e em alguns escritórios regionais, e divulgaram o material educativo e outras coisas dignas de ser lembradas. De acordo com a Campanha/Programa da UA para a Eliminação da Malária, a Campanha para a Eliminação da Malária em África foi comemorada em 25 de Abril de 2008 sobre o tema “Combate à Malária: a Africa passa de controlo à eliminação até 2010”.

242. Esforços continuam, a níveis nacional e regional, a ser intensificados para a eliminação da Malária até 2010 desde o lançamento da Campanha para a Eliminação da Malária em Abril de 2007.

População

243. Na área de população e desenvolvimento em Africa, a Comissão da UA está a empreender esforços para promover a informação e sensibilização nas Comunidades Económicas Regionais (CERs), Estados Membros, parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil para a integração da população e dinâmica demográfica nas estratégias nacionais de desenvolvimento e da redução da pobreza. Algumas das actividades são:

- Organização de fóruns regionais sobre população e desenvolvimento incluindo a promoção da maternidade segura em Africa no quadro da implementação dos ODMs;
- Organização de reuniões da Assembleia Geral Bienal da Comissão Africana da População (APC) e de reuniões frequentes do Bureau da APC;
- Compilação do perfil das comissões nacionais da população dos Estados Membros da UA;
- Compilação e publicação de informações demográficas e sobre a população na forma de relatórios – e.g. o Relatório bienal sobre a Situação da População Africana que foi instituído em 2004 e que está a ser publicado de dois em dois anos desde então.
- Elaboração e divulgação de políticas sobre população e saúde reprodutiva.
- Organização de um seminário regional sobre o seguimento da implementação do Plano de Acção de Maputo sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SRHR) em Africa;
- Elaboração do Relatório sobre a Situação da População Africana de 2008 que deve ser publicado em Outubro de 2008;
- Convocação de dois fóruns consultivos sub-regionais sobre população e desenvolvimento com ênfase sobre saúde materna nas regiões da Africa Central e Oriental (em Outubro e Novembro de 2008);

244. Todavia, esforços estão a ser envidados para reforçar a parceria com a Comissão das Nações Unidas para a População, UNECA, FNUAP, e outras Agências das NU tanto em África como em outros lugares. Por exemplo, a CUA e a CEA estão a colaborar no sentido de facilitar o processo de implementação dos Programas de Acção da Africa da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994) (avaliação de ICPD + 15).

D.II. EMPREGO E MIGRAÇÃO LABORAL

245. De acordo com a Cimeira Extraordinária de Ouagadougou de 2004 sobre Promoção do Emprego e Redução da Pobreza, a Comissão tem estado a desenvolver um programa para a redução da pobreza. A economia do sector informal foi considerada como um maior empregador dos grupos vulneráveis como mulheres, jovens e pessoas portadoras de deficiência ainda com condições de trabalho inadequadas e insalubres. A Comissão concluiu o Estudo sobre o Sector Informal em Africa, que identificou quatro áreas de políticas principais para análise, nomeadamente políticas e leis laborais, políticas e práticas sobre a segurança social, políticas e práticas financeiras e políticas de ensino e formação.

246. Pretende-se efectuar visitas aos Estados Membros e CERs a fim de os sensibilizar sobre os Quadros Regionais de Políticas e Programas de Integração para a promoção do emprego e redução da pobreza adoptados durante os Seminários Regionais visando a sua implementação. A Comissão organizará um seminário sobre Informação do Mercado de Trabalho antes do fim do ano.

247. No que se refere às propostas de candidaturas para a Presidência do Comité e das Conferências da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os Estados Membros aderiram à Decisão e enviaram as suas propostas por intermédio do Grupo Africano, Membro do Conselho de Administração, através do Escritório da UA em Genebra à CTAS para consideração.

248. As medidas necessárias para a avaliação do mandato e da estrutura do Instituto Africano de Reabilitação (ARI) estão numa fase adiantada entre a Comissão e o Conselho de Administração do ARI e o relatório será apresentado à Reunião dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social a realizar na Namíbia em Outubro de 2008.

249. A Comissão convocou a 6ª Sessão da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais, cujo relatório é submetido ao Conselho Executivo num documento separado.

Migração e Desenvolvimento

250. Em conformidade com a Decisão de Banjul EX.CL/276.304 (IX) sobre o Quadro de Políticas de Migração para a Africa, adoptada em Junho de 2006, a Comissão levou a cabo a implementação do Quadro de Políticas da Migração para a Africa (Banjul, 2006), a *Posição Comum Africana sobre Migração e Desenvolvimento* (Argel, 2006), a Declaração Conjunta Africa-UE sobre Migração e Desenvolvimento (Tripoli, 2007), o Plano de Acção de Ouagadougou de Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, Especialmente Mulheres e Crianças (Tripoli 2006) e a Parceria Estratégica Africa-UE e o seu Primeiro Plano de Acção (2008-2010) (Lisbon 2007). Isto inclui o recrutamento de um Coordenador de Programa para Migração e a elaboração de um *Plano de Actividades de Dois Anos sobre o Programa de Migração (2008-2009)*. O Plano propõe 35 actividades a ser implementadas durante os próximos dois anos.

251. Com base na Declaração Conjunta Africa-UE de Tripoli sobre Migração e Desenvolvimento e a Parceria Estratégica Africa-UE de Lisboa e Primeiro Plano de Acção de 2008-2010 sobre Migração, Mobilidade e Emprego, uma proposta de projecto/nota conceptual para a criação de instituições Africanas de Remessas foi submetida à UE em 14 de Fevereiro de 2008 para financiamento. Várias reuniões

bilaterais foram igualmente realizadas com a UE, Organização Internacional da Migração (OIM), e o Centro Internacional de Políticas de Migração (ICMPD). Informações foram também preparadas e apresentadas à Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral (SADC), sobre migração irregular e ilegal, e sobre a proposta da Comissão da UE para o Cartão Azul.

252. Numa tentativa de melhorar a cooperação entre os estados e intra-regional sobre a gestão da migração na Africa Oriental, os funcionários dos países na região reuniram-se em Adis Abeba, Etiópia, de 12-14 de Maio de 2008. O seminário determinou a fase para o lançamento de um Processo Consultivo Regional (RCP) sobre migração para os países de IGAD que abrangem Djibouti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda, para combater os graves problemas da fome, degradação ecológica e extrema privação económica na Africa Oriental.

Promoção de Tripartismo

253. De acordo com o princípio de tripartismo promovido pela Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais, a Comissão em colaboração com a Organização da Confederação Pan-Africana dos Empregadores (PEC), pretende organizar um seminário consultivo para os Dirigentes com o objectivo de sensibilizar os Empregadores sobre a implementação do programa da Cimeira de Ouagadougou de 2004 sobre Emprego e Redução da Pobreza.

D.III. BEM-ESTAR SOCIAL

2. Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento da Criança

Ratificação e Implementação da Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança

254. A Comissão continuou as suas actividades para promover a protecção, desenvolvimento e sobrevivência das crianças africanas em conformidade com as disposições da Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança. Esforços foram envidados no sentido de sensibilizar os Estados Membros, que ainda o não fizeram, a ratificar a Carta Africana. Até o momento, apenas 14 dos 53 Estados Membros da UA ratificaram a Carta Africana. É imperioso que todos os Estados Membros ratifiquem a Carta para a promoção e salvaguarda dos direitos das crianças e garantia do seu bem-estar e desenvolvimento.

Apelo para a Aceleração da Acção sobre a Implementação do Plano de Acção de Africa Fit For Children

255. No Apelo para a aceleração da Acção os Estados Membros reafirmaram os seus compromissos de realizar as metas do Plano de Acção. Além disso, a Comissão foi solicitada a desenvolver um quadro com os pontos de referência, metas e indicadores apropriados para a avaliação dos progressos na implementação do Apelo a nível nacional, incluindo, partilha de conhecimentos e boas práticas para o reforço das intervenções com vista a alcançar os objectivos para as crianças.

256. O Apelo para a Aceleração da Acção foi apresentado como contribuição da África à Reunião Plenária de Alto Nível Comemorativa da Assembleia Geral das

Nações Unidas, dedicada ao seguimento da Sessão Especial das NU sobre Crianças de 2002, realizada em Nova Iorque em Dezembro de 2007.

2. Promoção do Bem-Estar dos Idosos e Envelhecimento

257. Convém realçar que a 4ª Sessão da Comissão da UA do Trabalho e dos Assuntos Sociais solicitou a Comissão da UA a avaliar as implicações financeiras da criação do Conselho Consultivo sobre o Envelhecimento tal como estipulado no Quadro de Políticas da UA e Plano de Acção sobre o Envelhecimento em Africa. Devido aos elevados custos envolvidos no estabelecimento do Conselho Consultivo, propôs-se no entanto que fosse criado um Comité Directivo. A Comissão, em colaboração com HelpAge International – Região da Africa, elaborou um documento sobre a criação do Comité Directivo. O documento foi submetido para consideração da Primeira Conferência dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social prevista para Outubro de 2008. Se o documento fôr adoptado, o Comité Directivo sobre o envelhecimento reunir-se-á logo depois da Conferência.

258. Na implementação de uma resolução sobre a elaboração de um Protocolo sobre os direitos das pessoas idosas, a Comissão solicitou HelpAge International – Região da Africa a ajudar no desenvolvimento de um projecto. Informará sobre esse projecto de documento no futuro próximo.

3. Questões de Desenvolvimento Social

a) Protecção Social

259. Os progressos sobre a promoção dos direitos e garantia das acções sociais para a capacitação e o bem-estar da população, especialmente o grupo vulnerável, foram limitados no mundo em desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável e a assistência humanitária ao número significativo de pessoas, em particular o grupo marginalizado e desfavorecido, além da pobreza, têm sido deficientes. No quadro da sua agenda de política social e seguimento aos Apelos de Livingstone e Yaounde para Acção sobre a Protecção Social Protection, a Comissão da UA em colaboração com HelpAge International organizou três Reuniões de Grupos Regionais de Peritos sobre Protecção Social Protection sobre o tema: "Investir na Protecção Social em Africa", para abranger as cinco regiões do Continente. As reuniões realizaram-se em Uganda, Egipto e Senegal durante o período de Abril a Junho de 2008. Durante as reuniões os países apresentaram os seus relatórios sobre os progressos registados na protecção social nos seus respectivos países. Além disso, foi promovida a sensibilização sobre questões de opções, oportunidades e constrangimentos, e recursos em matéria de protecção social; boas práticas, experiências e projectos-piloto foram realçados; e foi criada uma rede sobre a protecção social com intervenientes regionais e internacionais. Os relatórios das Reuniões Regionais serão consolidados num Relatório, que será apresentado à Primeira Conferência de Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social.

260. Para tratar da questão da redução da pobreza e vulnerabilidade de grandes camadas da população; estabelecer os vários modelos existentes de protecção social nos Estados Membros; e identificar os debates e políticas que promovem a protecção social em Africa, a Comissão da UA contratou um Consultor para realizar um estudo sobre protecção social em Africa. O estudo está a ser financiado pela Noruega e Suécia no quadro da parceria existente entre a Comissão da UA e Noruega e Suécia.

O estudo, que é um complemento para as Reuniões Regionais sobre Protecção Social será apresentado à Conferência Ministerial sobre Desenvolvimento Social.

b) Quadro de Políticas Sociais

261. O Projecto de Quadro de Políticas Sociais para a África foi analisado em várias sessões da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais da UA. Foi finalmente recomendado e reconhecido pelo Conselho Executivo que solicitou a Comissão da UA a melhorar o documento de modo a abordar todas as questões ligadas ao desenvolvimento social e submetê-lo à consideração dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social. Na implementação dessa decisão, a Comissão da UA, com a assistência do FNUAP, contratou um Consultor para analisar o Projecto de Quadro de Políticas Sociais. O documento será depois submetido à consideração da Primeira Conferência dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social em Outubro de 2008.

c) Primeira Conferência dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social da UA

262. Prosseguem os preparativos para a convocação da Primeira Conferência dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social da UA na implementação da Decisão EX.CL.290 (IX) adoptada pela 9ª Sessão do Conselho Executiva da UA e aprovada pela 7ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2006 que incumbiu a Comissão da UA a organizar uma reunião dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social para analisar as questões de desenvolvimento social em Africa e adoptar um Quadro de Políticas Sociais para a Africa. A Conferência foi inicialmente prevista para Maio de 2008 em Adis Abeba, Etiópia. Contudo, o Governo da República da Namibia disponibilizou-se para acolher a Conferência e solicitou mais tempo para lhe permitir fazer os preparativos adequados para a reunião. Prevê-se que a Conferência seja realizada em Outubro de 2008. A Conferência inclui-se no quadro dos vários instrumentos adoptados pela União Africana e mais especificamente a Posição Comum Africana sobre Desenvolvimento Humano e Social em Africa que foi a contribuição da Africa à Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social em 1994 assim como os ODMs.

4. Questões ligadas à Deficiência

a) O Instituto Africano de Reabilitação (ARI)

263. Deve-se evocar que o Instituto Africano de Reabilitação (ARI) foi criado para coordenar todas as questões relacionadas com a deficiência no continente e promover o desenvolvimento de serviços de prevenção e reabilitação. Todavia, devido aos problemas administrativos e financeiros, ARI não tem sido capaz de realizar o seu mandato eficazmente. A este respeito, o Conselho de Administração do ARI solicitou a Comissão da UA a ajudar na revitalização e reforço do Instituto para lhe permitir funcionar efectivamente. Posteriormente, a Comissão da UA contratou um Consultor para realizar um estudo e apresentar propostas concretas sobre o processo de revitalização. O estudo do Consultor será apresentado a uma Sessão Extraordinária do Conselho de Administração de ARI a ser realizada em Setembro de 2008. O resultado da Cimeira Extraordinária será submetido à consideração da Primeira Conferência dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social da UA.

b) Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência

264. Convém recordar que 1999-2009 foi proclamada a Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência e um Plano de acção foi adoptado para implementar os objectivos da Década. No Plano de Acção, os Estados Membros foram solicitados a acelerar acções a nível nacional na implementação das doze actividades prioritárias. Quase no fim da Década, poucos progressos foram alcançados na implementação dos objectivos da Década e do seu plano de Acção. Um relatório de actividades sobre a implementação da Década sera apresentado à Conferência Ministerial sobre Desenvolvimento Social para sua análise e orientação sobre a via a seguir.

5. Família e Desenvolvimento

265. A Comissão da UA continuou os seus esforços no sentido de sensibilizar os Estados Membros em relação ao Plano de Acção de Acção de 2004 sobre a Família e a matriz para a sua implementação. Contudo, pouco se conhece sobre as realizações feitas na implementação do Plano de Acção. A Comissão está a elaborar um questionário sobre a implementação do Plano de Acção a ser enviado aos Estados Membros para os efeitos convenientes. As respostas dos Estados Membros serão integradas num Relatório, que será apresentado à Conferência Ministerial sobre Desenvolvimento Social para sua consideração.

6. O Controlo da Droga

266. Entre os desafios de desenvolvimento que a Africa tem de combater estão a produção e o abuso de drogas, assim como a sua utilização como uma passagem para o tráfico ou destino de armazenamento. Os jovens estão muitos expostos ao risco do abuso e do tráfico de drogas e crimes associados de lavagem de dinheiro e tráfico de seres humanos. É também um facto que a excessiva violência e os crimes contra a humanidade nas situações de conflito são, em grande medida, causados pelo abuso da droga. As drogas são por conseguinte uma ameaça à segurança e ao desenvolvimento humano.

267. Neste sentido, a Comissão e as CERs, em colaboração com parceiros pertinentes, estão envolvidas no seguimento e controlo da implementação do Plano de Acção sobre a Droga com vista a controlar o abuso da droga.

D.IV. CULTURA E DESPORTO

Cultura

268. No domínio da Cultura, a Comissão está activamente envolvida na implementação da Carta Cultural da Africa à luz das recomendações da Conferência dos Ministros da Cultura. e a fazer o seguimento da implementação do resultado da Conferência dos Ministros da Cultura. . A Comissão pretende realizar um estudo sobre as diferentes culturas em Africa, bem como apoiar na harmonização de Políticas e Programas Culturais em Africa. A este respeito, a Comissão está a organizar uma Conferência sobre Cultura, na Africa do Sul em Julho de 2008. Além disso, a Comissão efectuará um inventário de Bens Culturais da Africa com a assistência da UNESCO. De igual modo, o reforço do Centro Histórico de Tradição Oral (CELTO) é realçado na Agenda da UA.

Desporto

269. Os Estados Membros, as Federações Africanas do Desporto e Federações Internacionais do Desporto devem conferir ao desenvolvimento do desporto no Continente um lugar de destaque na agenda dos seus planos de desenvolvimento nacionais, em conformidade com compromissos anteriores a todos os níveis. Neste sentido, a reestruturação do Comité Técnico Especializado terá de levar em conta as actividades da Conferência dos Ministros do Desporto de acordo com a decisão sobre os Comités Técnicos Especializados em estreita consulta com o Bureau da Conferência dos Ministros do Desporto em conformidade com a Declaração de Adis Abeba de 8 de Junho de 2007.

270. A UA e os Estados Membros estão a implementar actividades programadas para o período que decorre até 2010, com vista a popularizar o Ano Internacional do Futebol Africano e o Programa Africano para a Copa Mundial da FIFA de 2010.

271. A Comissão está a desenvolver um Quadro de Política do Desporto da União Africana que será submetido aos Órgãos da UA na devida altura.

272. A Comissão está a coordenar o comité encarregado de reestruturar o Conselho Supremo do Desporto em Africa, bem como as relações entre os Governos, Federações Nacionais do Desporto e Federações Internacionais do Desporto. O resultado do trabalho do Comité será informado ao Conselho Executivo na devida altura.

E. ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA

E.I. IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DA AGRICULTURA NO QUADRO DE CAADP-SIRTE

273. Durante a primeira metade de 2008, a Comissão continuou a trabalhar com as Comunidades Económicas Regionais (CERs), o Secretariado da NEPAD, parceiros de desenvolvimento e outras instituições regionais e internacionais para a implementação da Agenda de Agricultura para a África (AAA). O quadro que apoia a implementação da AAA é o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), a Declaração de Sirte sobre Agricultura e Água e Decisões existentes e Declarações da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA.

274. Progressos significativos foram feitos nas áreas de vantagem comparativa que aceleram a realização da segurança alimentar e da nutrição, melhoria dos sistemas de meio de vida rurais e ambiente sustentável e desenvolvimento de recursos naturais em África. Particularmente, a coordenação e implementação da Agenda da Agricultura para a África a níveis nacional, regional e continental foi consolidada com a convocação da Terceira Reunião da Plataforma de Parceria de CAADP-Sirte e a UA-NEPAD-CERs e Principais Instituições relacionadas com os Pilares sobre a Implementação de CAADP-Sirte em Seychelles de 17 a 22 de Março de 2008.

275. Progressos significativos foram também alcançados na implementação da Estratégia e do Plano de Acção de Alterações Climáticas para o Desenvolvimento (Clim-dev-Africa); o Documento Complementar de CAADP em relação ao estabelecimento de parcerias estratégicas para a pesca sustentável; aceleração das avaliações e consultas regionais para a Iniciativa conjunta de CUA-CEA-BAD para o Quadro e Directivas sobre a Política Agrária em África; a criação do Grupo de Trabalho Especializado sobre a Iniciativa da Política Pastoril que visa desenvolver um Quadro de Política Pastoril para o continente; e reforço de capacidades na garantia de qualidade de laboratórios nacionais e regionais que produzem vacinas veterinárias. Grandes progressos foram registados na mobilização de recursos, particularmente para o quadro e directivas para a política agrária, a erradicação da mosca tsé-tsé e tripanossomiase e o controlo da gripe aviária altamente patogénica (HPAI) em África. Segue-se um resumo das realizações obtidas pelas três Divisões e os Gabinetes Técnicos Especializados do Departamento.

E.II. IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DA AGRICULTURA EM AFRICA NO QUADRO DE CAADP-SIRTE

276. A Terceira Reunião da Plataforma de Parcerias de CAADP realizou-se de 19 a 20 de Março de 2008 em Mahe, Seychelles. Decidiu-se na reunião que fosse organizada uma reunião especial de alto nível para chamar a atenção para as realizações da agenda de CAADP nos últimos cinco anos desde a sua adopção e assegurar esforços para aumentar essas realizações e ensinamentos. Propôs-se que essa reunião de alto nível se realizasse em Outubro de 2008 em Maputo, Moçambique. Além disso, decidiu-se que personalidades distintas (como Chefe de Estado em exercício ou aposentado que se interessa pela agricultura/segurança alimentar) fossem identificadas e consideradas como “defensores” de CAADP.

E.III. IMPLEMENTAÇÃO DE CAADP: PILAR 1: Extensão da Área ao abrigo da Gestão Agrária Sustentável e Sistemas Seguros de Controlo da Água

1. Quadro e Directivas para a Política Agrária em Africa

277. Durante o período em análise, o consórcio conjunto da Comissão da União Africana (CUA), Comissão Económica das Nações Unidas (UNECA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) sobre Política Agrária em Africa realizou várias actividades com vista a acelerar o processo de desenvolvimento no Quadro e Directivas para a Política Agrária em Africa. O consórcio continuou a reforçar as suas relações com os principais parceiros de desenvolvimento (FOA, FIDA, PNUD, Rockefeller Foundation), Comunidades Económicas Regionais e Organizações da Sociedade Civil numa tentativa de as levar em consideração e também angariar os fundos para apoiar a iniciativa. Um total de 298.000 dólares (US\$) foi angariado através de um apoio de FAO TCP a ICARRD para o seguimento da Iniciativa para Política Agrária em Africa e diálogo dos parceiros regionais. Estes recursos foram utilizados para o financiamento do Seminário Consultivo Regional sobre a Política Agrária na Africa Ocidental que se realizou em Ouagadougou, Burkina Faso de 15 a 18 de Abril de 2008. Os restantes fundos serão usados para financiar um seminário semelhante na Africa Central Africa em Julho de 2008. Uma concessão de 700.000 dólares (US\$) foi igualmente aprovada em Maio de 2008 por FIDA para apoiar a iniciativa.

278. A principal tarefa realizada foi a conclusão das Avaliações Regionais na Africa do Norte e Africa Ocidental e um seminário inicial na Africa Central. Uma Reunião Consultiva Regional sobre a Política Agrária na Africa Oriental foi organizada em Kigali, Ruanda de 16 – 18 de Janeiro de 2008. Uma reunião consultiva semelhante sobre a política agrária na Africa Ocidental foi organizada em Ouagadougou, Burkina Faso de 15 – 18 de Abril de 2008. Os seminários consultivos congregaram um grande número de partes interessadas nas questões agrárias nas respectivas regiões incluindo a representação de alto nível de góvernos nacionais, sociedade civil, sector privado, centros de excelência e parceiros de desenvolvimento. As consultas regionais originaram as principais recomendações sobre a revisão do documento de referência regional, cujos elementos enriquecerão o quadro do projecto e directivas regionais da política agrarian, e um roteiro para o desenvolvimento de marcos de referência e indicadores bem como mecanismos para a avaliação da execução dos processos agrários.

279. As Avaliações Regionais da política agrária na Africa Central, actualmente em curso, proporcionarão elementos para discussões durante as consultas regionais que se realizarão em Julho de 2008 em Yaounde, Camarões.

2. Documento do Clima para o Programa de Desenvolvimento em Africa (ClimDevAfrica)

280. Na sequência da adopção de uma Decisão sobre Alterações Climáticas pela 8ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana em Janeiro de 2007, a Comissão procedeu à elaboração de um programa de implementação de Estratégia e Plano de Acção de Alterações Climáticas para o Desenvolvimento em Africa. Este programa está a ser realizado em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para a Africa (UNECA) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), para ajudar os Estados Membros a desenvolver e implementar soluções criadas no país para os desafios que o continente enfrenta.

281. O documento de Clima para o Programa de Desenvolvimento em Africa (ClimDevAfrica) foi adoptado por consultores profissionais com a supervisão de três instituições (CUA, UNECA, e BAD). Uma reunião do Grupo de Trabalho Especializado (SWG) foi realizada de 18 - 19 de Março de 2008 na Comissão da União Africana e analisou o projecto zero do documento do programa, estando o documento a ser revisto detalhadamente para aprovação final pelas três instituições e o SWG (GTE).

3. Iniciativa da Muralha Verde para o Sahara

282. A Iniciativa da Muralha Verde para o Sahara continua a alcançar grandes progressos desde a sua adopção pela Cimeira da UA em Janeiro de 2007. Eminentes peritos africanos nos domínios de agricultura, água, silvicultura, desenvolvimento rural e pastoreio elaboraram o projecto do plano de implementação através do processo consultivo em Setembro de 2007. A Comissão está actualmente a trabalhar em estreita colaboração com CEN-SAD para harmonização deste documento com um outro que tinha sido elaborado inicialmente por OSS. Estão a ser estabelecidos contactos com o Senegal para integração e melhor coordenação das modalidades e estratégias de implementação. Missões de sensibilização foram igualmente efectuadas a Burkina Faso, Senegal, Djibouti, Chade, Secretariados de IGAD e CILSS para discutir a Iniciativa e os futuros planos.~

283. No quadro da parceria estratégica entre a UA e UE, esta concordou em apoiar a Comissão na implementação da Iniciativa da Muralha Verde para o Sahara. Estão a ser elaborados os TdR para o Estudo de Viabilidade sobre a Zona Verde e o financiamento da UE está a ser solicitado para esta iniciativa.

4. Reforço de Capacidades para a Implementação de Acordos Ambientais Multilaterais

284. Em relação ao Programa da CE sobre Reforço de Capacidades para a implementação de Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs) em Africa, Caraíbas e Pacífico, avançaram-se conversações bilaterais entre UE e CUA para que esta servisse como um ponto focal regional para a melhoria da implementação das convenções africanas sobre o ambiente assim como Convenções das Nações Unidas sobre Produtos Químicos, Pesticidas, Biodiversidade, Desertificação e Alterações Climáticas. Trata-se de um Programa de quatro anos, que será coordenado e assegurado pelo UNEP (PNUA), e será disponibilizado o montante de aproximadamente 3.000.000 de Euros (EUR) durante os próximos quatro anos à Comissão da UA como o ponto focal regional africano. O objectivo do Programa consiste em melhorar a situação ambiental nos países africanos em conformidade com o Objectivo do Desenvolvimento do Milénio nº 7 sobre a Sustentabilidade Ambiental, embora o objectivo do Centro Regional Africano seja reforçar as capacidades da Comissão da União Africana, Comunidades Económicas regionais e também melhorar as capacidades dos países africanos para efectivamente implementarem os acordos globais e regionais sobre o ambiente e outros instrumentos jurídicos internacionais. A Comissão participou na Reunião Consultiva das Partes Interessadas (CSM) realizada em Bruxelas de 26 a 27 de Fevereiro de 2008, que teve por objectivo o estabelecimento de um itinerário para o desenvolvimento do Programa da CE durante o período de quatro anos.

5. O Controlo do Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável em Africa

285. A Comissão acolhe o Projecto de Controlo do Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável em Africa (AMESD) em nome de cinco (5) Comunidades Económicas Regionais (CERs) e Organizações Intergovernamentais em Africa, nomeadamente: CEDEAO, CEMAC, IGAD, IOC e SADC. Essas CERs e Organizações Intergovernamentais de execução designaram a CUA como o Principal Representante Regional (DRAO) do projecto de 'AMESD'. O projecto está a ser financiado pela União Europeia (UE) através do 9º Fundo de Desenvolvimento Europeu (FED) num total de 21 milhões de Euros durante um período de quatro anos.

286. AMESD é um programa africano que promove a utilização de sistemas apropriados de controlo de Observação da Terra a favor das políticas de desenvolvimento, e garante melhor divulgação e uso de informação sobre o ambiente para a melhoria das políticas e dos processos de tomada de decisão numa vasta gama de políticas e implementação.

287. A Primeira Reunião de Seguimento do Projecto AMESD foi realizada com êxito em Adis Abeba, de 6 a 14 de Fevereiro de 2008, embora os Primeiros Seminários operacionais de AMESD e as Regiões de CEMAC e Comissão do Oceano Índico fossem realizados com êxito em Kinshasa, República Democrática do Congo, de 13 a 15 de Março de 2008, respectivamente. Esses seminários identificaram os parceiros e beneficiários para a implementação da rede temática nas suas regiões. Na sequência desses seminários, os Peritos Temáticos de Assistência Técnica do Centro de Implementação Regional (RIC) e seus homólogos do RIC efectuaram missões de Avaliação das Necessidades nas suas regiões e um total de 20 países foram visitados. A Avaliação das Necessidades está a ser validada nos Seminários Regionais em cada CER.

6. Redução de Riscos de Catástrofes (DRR) e Desenvolvimento e Implementação do Programa

288. Considerando o impacto negativo das catástrofes naturais no desenvolvimento económico, social e ambiental da Africa, e dado o apelo global para actuação no Quadro de Acção de Hyogo (HFA) para a Redução de Catástrofes adoptado pela Segunda Conferência Mundial sobre a Redução de Catástrofes (WCADR II) em Janeiro de 2004, uma importante linha de Actividade na Divisão de Ambiente e Recursos Naturais é a promoção da Redução de Riscos de Catástrofes (DRR) no Continente a fim de proteger vidas e propriedades para o desenvolvimento sustentável em conformidade com os objectivos da NEPAD e em resposta à solicitação de acção contida no HFA.

289. O objectivo geral do programa de DRR é reduzir os impactos sociais, económicos e ambientais de catástrofes no povo e economia da Africa facilitando deste modo a realização dos ODMs e outros objectivos de desenvolvimento da NEPAD em Africa. O relatório da Conferência Ministerial da UA sobre a Redução dos Riscos de Catástrofes em 2006 está a ser publicado como um material de promoção em todas as línguas de trabalho. Um Seminário de Formação para a Africa Sub-Sahariana sobre Integração da Redução dos Riscos de Catástrofes e Avaliação dos Prejuízos e Perdas no Desenvolvimento, organizado pela Colaboração Conjunta da Comissão da União Africana (CUA), Secretariado da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Catástrofes (UN ISDR), Banco Mundial e Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD), realizou-se em Dakar, Senegal de 14 a 17 de Abril de 2008.

7. Gestão dos Recursos Hídricos

290. No processo de implementação da Cimeira de Sharm El Sheikh sobre Agua e Saneamento, a Comissão estabeleceu contactos com o Conselho dos Ministros Africanos sobre a Agua (AMCOW), o Gabinete do Secretário Geral das NU, UNEP e o Banco Africano de Desenvolvimento com vista a fazer os preparativos necessários para esta Cimeira. A sessão técnica preparatória foi depois realizada no Cairo, Egipto, de 5 a 11 de Maio de 2008.

8. Comemoração do Dia Africano do Ambiente

291. O evento de 2008 foi comemorado em colaboração com as Empresas Bio-agrícolas em 3 de Março de 2008 com as actividades de plantação de árvores da Comissão da Ua, Embaixadas e as Comunidades Internacionais.

9. Desenvolvimento dos instrumentos de controlo dos recursos naturais do Planalto de Fouta Djallon

292. O principal objectivo desta iniciativa é a criação do “Observatório Regional dos Recursos Naturais de Fouta Djallon” destinado a apreciar, avaliar, e controlar as alterações do estado de recursos naturais no Planalto de Fouta Djallon.

293. Um consultor regional foi recrutado para desenvolver um Plano de Acção detalhado para a criação do Observatório Regional. A sua tarefa também inclui uma avaliação institucional das principais instituições e programas nacionais e regionais no domínio de inventário e controlo de recursos naturais. O projecto do Plano de Acção para a criação do Observatório Regional e o relatório da avaliação institucional foi submetido para validação na 2ª reunião de peritos realizada em Junho de 2008 em Niamey, Niger.

10. Desenvolvimento e divulgação das políticas e de gestão de recursos agrários incluindo pecuária

294. Foi concedido apoio à Organização da Bacia Hidrográfica do Senegal (OMVS) e Autoridade da Bacia Hidrográfica do Niger (NBA) para a organização de duas reuniões em Abril de 2008. A primeira reunião dizia respeito à validação do Plano de Acção Estratégico de OMVS na área de ambiente. As reuniões de NBA incluíram reuniões de peritos, uma Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros e a 8ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo. Durante as reuniões, o Programa de Investimento de NBA de 2008 – 2027 e a Carta da Bacia Hidrográfica do Niger foram examinados pelos Peritos e Ministros e depois adoptados pelos Chefes de Estado. O Escritório de Fouta Djallon fez grandes progressos na área de comunicação e informação. Dois panfletos de informação foram elaborados e divulgados. A primeira edição de “O Fouta Djallon”, um boletim informativo trimestral, saiu em Abril de 2008.

E.IV. IMPLEMENTAÇÃO DE CAADP: PILAR 2: Melhoria de Infra-estruturas e de Capacidades relacionadas com o Comércio para o Acesso ao Mercado

1. Mercado Comum Africano para Produtos Agrícolas

295. Apesar da importância da agricultura nas economias da maioria dos países africanos, o comércio dos produtos agrícolas nos países africanos permanece num nível relativamente baixo. Um dos compromissos feitos durante a Cimeira Extraordinária da UA sobre a Agricultura e Água realizada em Sirte, Líbia, em Fevereiro de 2004, foi da criação imediata de “o Mercado Comum Africano para Produtos Agrícolas, de acordo com a decisão da Cimeira de Lusaka”. A Comissão, em colaboração com a FAO, tem estado a desenvolver um estudo para a criação de um Mercado Comum Africano para os produtos Agrícolas. O estudo examina as principais questões jurídicas e económicas envolvidas no estabelecimento do Mercado Comum e particularmente, como é que as políticas e instrumentos nacionais e regionais podem ser utilizados para promover o comércio nos produtos estratégicos e recomenda estratégias para atingir o objectivo de um mercado comum continental. O estudo de viabilidade foi concluído em Novembro de 2007 e um seminário de parceiros foi realizado em Janeiro de 2008 para validar o estudo. As recomendações do seminário de validação apelam para o desenvolvimento de um “Plano de Acção” para a implementação do Mercado Comum Africano para Produtos Agrícolas. O elemento essencial do plano de acção é o desenvolvimento de um Protocolo para a implementação do Mercado Comum.

2. Comércio de Mercadorias

296. O investimento significativo no sector da pecuária depende muito do acesso ao mercado. Até que os países comecem a ver os rendimentos reais e a redução da pobreza resultante dos seus sectores da pecuária, este sector continuará a ser relativamente marginalizado e não apoiado. Da mesma forma, o sector privado não investirá na infra-estrutura, instalações de processamento e boas práticas de produção da pecuária até que o acesso ao mercado seja assegurado.

297. A África deve urgentemente considerar as barreiras técnicas ao comércio (TBT), particularmente medidas Sanitárias e Fitossanitárias, porque as normas da saúde animal geralmente impedem o acesso de produtos pecuários africanos a mercados importantes. Para promover um ressurgimento do comércio da pecuária, a Comissão, com o apoio financeiro do Departamento do Reino Unido do Desenvolvimento Internacional (DfID), convocou uma reunião de um Comité de Peritos em Adis Abeba, Etiópia, no quadro do processo de uma iniciativa a longo prazo para melhorar o acesso de mercado para produtos pecuários produzidos em África em alguns dos mercados em crescimento na Ásia e na Margem do Pacífico e particularmente o mercado lucrativo da UE.

298. O seminário culminou na apresentação de várias recomendações e adoptou um plano de acção com uma sequência de acções que deve começar imediatamente após as consultas bem como uma iniciativa a médio prazo (de 3 anos) para desenvolver políticas do comércio de mercadorias para os Estados Membros da UA.

E.V. IMPLEMENTAÇÃO DE CAADP: PILAR 3: Reforço do Abastecimento de Alimentos e Redução da Fome

1. Programa Africano de Sementes e Biotecnologia (ASBP)

299. Para desenvolver o referido Programa Africano de Sementes e Biotecnologia, tal como foi solicitado, a Comissão, em colaboração com FAO, convocou vários Seminários de Consultas de Peritos sobre o proposto ASBP em 2006 e 2007 com representantes das Comunidades Económicas Regionais (CERs) e outras partes interessadas e intervenientes. Uma decisão que aprova o programa de ASBP foi adoptada na Cimeira de Janeiro de 2007 em Adis Abeba, Etiópia. Com apoio de um Projecto de Cooperação Técnica (TCP) da FAO, a Comissão desenvolveu perfis de projectos para implementação do ASBP e realizou missões de sensibilização a várias CERs, incluindo um seminário de parceiros sobre a criação de mecanismos institucionais necessários para o ASBP realizado de 19 a 21 de Fevereiro de 2008 na Sede da UA em Adis Abeba. Os próximos passos envolvem a elaboração do projecto de mecanismos institucionais desenvolvido durante o seminário para a implementação do ASBP.

2. Reunião de Peritos dos Estados Membros da Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura (CAMA)

300. A 4ª Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura foi prevista para 18 de Junho de 2008 em Nairobi, Quênia. No início do ano, em 26-27 de Fevereiro de 2008, realizou-se a reunião de peritos em matéria de agricultura em Adis Abeba, Etiópia. Os Peritos discutiram o Plano de Acção para a Declaração de Abuja sobre Segurança Alimentar, uma posição comum africana sobre organismos geneticamente modificados (GMOs) e o quadro do Pilar III de CAADP (Quadro de Segurança Alimentar Africana, FAFS) e outras questões relevantes para CAADP. Várias recomendações foram feitas na reunião de peritos e que serão apresentadas na 4ª Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura (CAMA) em Nairobi, Quênia.

3. Criação de um Fórum de Agricultores Africanos (AFAFO)

301. Prosseguiram-se esforços no sentido de avançar a iniciativa para a criação do Fórum de Agricultores Africanos (AFAFO). Foram identificados os consultores para realizar o inventário e a avaliação das organizações de agricultores existentes. Um seminário foi realizado com dois consultores em Yaounde, Camarões, para dar início ao inventário e avaliação na África Central. O relatório de avaliação está presentemente a ser revisto.

E.VI. IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO COMPLEMENTAR DE CAADP

3. Fundo de Investimento de Parceria Estratégica para a Pesca Sustentável

302. A Parceria Estratégica para um Fundo de Investimento da Pesca Sustentável para os Grandes Ecossistemas Marinhos da África é uma nova iniciativa que deve obter financiamento do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) e de outros parceiros disponível para os países do litoral em África para apoiar a pesca marítima sustentável. Os objectivos desta iniciativa consistem em apoiar o investimento estratégico a nível nacional; (i) reverter a redução progressiva da pesca no grande ecossistema marinho;

(ii) ajudar os países do litoral a realizar as metas para a pesca e o objectivo da erradicação da pobreza da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD); e (iii) complementar as iniciativas em curso de LME.

303. A estrutura da governação desta Parceria Estratégica inclui um Comité Consultivo Regional (RAC) presidido pela União Africana e que integra as partes interessadas regionais. O RAC realizou a sua segunda reunião de 23-25 de Abril de 2008 e analisou propostas para financiamento de Quénia, Gana e o Conselho Sub-regional da Pesca da Africa Ocidental (SRFC). As principais recomendações da reunião foram: (i) As propostas de Quénia, Gana e o SRFC foram analisadas e recomendadas para submissão ao Banco Mundial com observações para o início do processamento da concessão; (ii) Os membros do RAC aceitaram a adesão do Comité de Pesca do Golfo da Guiné Ocidental e Central (FCWC) ao RAC; e (iii) O processo do projecto de nota dos países (PCN) e o prazo para cada etapa foi avaliado e actualizado.

E.VII. QUESTÕES TRANSDISCIPLINARES

1. Reforço da Cooperação Regional no Planalto de Fouta Djallon

304. O principal objectivo desta actividade consiste em estabelecer os instrumentos jurídicos e regionais da cooperação regional que reforçarão o envolvimento dos países na gestão agrária sustentável do Planalto de Fouta Djallon (FDH) particularmente com o objectivo de preservar os seus recursos hídricos. A afirmação do carácter internacional de FDH facilitará a mobilização de recursos e a coordenação de intervenção no FDH.

305. Uma Reunião do Comité Consultivo Regional (RCC) realizou-se de 6 a 8 de Fevereiro de 2008. A reunião contou com a participação dos Pontos Focais de todos os Países Membros (Gambia, Guiné, Guiné Bissau, Mali, Mauritânia, Niger, Senegal e Sierra Leone), representantes de CEDEAO, CILSS, Organizações de Bacias Hidrográficas (Autoridade da Bacia do Niger -, Organização do Rio Senegal - OMVS, Organização do Rio Gambia), o Mecanismo Global para UNCCD e a União Africana bem como vários intevenientes.

306. No fim da sessão, foram feitas as seguintes conclusões e recomendações:

- i. Finalização dos documentos de avaliação do Projecto para a Gestão Integrada dos Recursos Naturais no FDH e sua submissão às autoridades do GEF o mais breve possível;
- ii. formulação e formalização efectiva de uma Visão concertada e de solidariedade para FDH;
- iii. envolvimento de parceiros de desenvolvimento do Programa Regional, nomeadamente o GM/UNCCD, a favor da angariação de recursos dicionais para a promoção e implementação do Programa tomando em consideração a biodiversidade e os aspectos de alterações climáticas;
- iv. sensibilização da CEDEAO, uma Comunidade Económica Regional relevante e Organizações das Bacias Hidrográficas activas no planalto para um maior envolvimento na gestão do Programa Regional para o Desenvolvimento Integrado do Planalto de Fouta Djallon;
- v. realização de uma sessão da Conferência do Programa Regional em Conakry durante o qual o FDH-INRMP será efectivamente lançado.

2. Mobilização de Recursos

307. Na sequência das recomendações de uma Conferência Ministerial, o Gabinete de Coordenação da União Africana tomou a iniciativa, em colaboração com os Estados Membros e apoio do PNUA (UNEP) e FAO, de elaborar um projecto de GEF para apoiar o Programa de Fouta Djallon. O projecto de “Gestão Integrada dos Recursos Naturais de Fouta” foi desenvolvido e submetido ao Conselho de GEF que aceitou financiá-lo até o montante de 11 milhões de dólares em duas fases que abrangem um período de 10 anos. Os documentos de avaliação do projecto foram finalizados e submetidos ao PNUA/GEF em Abril de 2008. O cargo de Consultor Técnico Principal (CTA) foi anunciado pela FAO e foram recebidas mais de 80 candidaturas. A autorização de GEF para o início do projecto está prevista para Junho de 2008.

E.VIII. PROGRAMAS ESPECIALIZADOS

E.VIII.1. PATTEC (Campanha Pan-Africana de Erradicação da Mosca Tsé-Tsé e da Tripanossomiase)

308. A implementação do programa PATTEC, apoiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, em seis países (Etiópia, Quênia, Uganda, Burkina Faso, Gana e Mali) entrou no terceiro ano e está em curso e a progredir muito bem. O papel do Gabinete de Coordenação de PATTEC nas acções de mobilização, organização e coordenação está a ser consolidado. Foram efectuadas consultas com os governos de Angola e Zambia no sentido de assegurar os fundos necessários para a realização das operações da pulverização aérea na região de Kwando/Zambezi durante a segunda fase do projecto regional no Programa PATTEC. Zambia disponibilizou-se a contribuir com 3,7 milhões de dólares (US\$) e Angola com 5,1 milhões de dólares (US\$) para o financiamento das operações de pulverização aérea e actividades afins, que devem começar em finais de Maio de 2008 e erradicar a mosca tsé-tsé numa área de 15.000 km² em Angola e Zâmbia até Agosto de 2008.

309. Esforços estão a ser empreendidos com vista a mobilizar recursos para aumentar o apoio a ser proporcionado pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Aguarda-se a entrega do apoio garantido pelo Banco Africano de Desenvolvimento durante a Conferência Especial de Doadores sobre PATTEC para ajudar o próximo grupo de países e que reforçará as possibilidades de sucesso na realização dos objectivos de PATTEC. Uma Conferência Especial de Doadores sobre PATTEC para os países na Região da Africa Central, que está a ser planeada, será realizada em N'djamena, Chade em Dezembro de 2008. Uma missão a 6 países dos Estados Árabes do Golfo, chefiada pela Primeira Dama do Sudão, para mobilizar apoio a favor de PATTEC, devia ser realizada em Maio e Junho de 2008. Aguardam-se as respostas às abordagens e pedidos de apoio para PATTEC feitos ao FIDA e BADEA. Está a ser desenvolvido um mecanismo para activar e gerir a Fundação de Investigação e Controlo do Vector de Tripanossomiase (TVRC), uma instituição de caridade 501(c)(3) criada e registada nos EUA que tem por objectivo mobilizar apoio para o controlo de tripanossomiase em Africa e na América Latina. Um Memorando de Entendimento (MdE) foi assinado em 25 de Janeiro de 2008 entre a Fundação para Novo Diagnóstico Inovador (FIND) e a Comissão sobre a cooperação a favor de PATTEC, no valor de 850.000 dólares (US\$) nos próximos 3 anos. Além disso, FIND destacou um Advogado para o Gabinete de Coordenação de PATTEC.

310. O Gabinete de Coodenação de PATTEC organizou vários seminários técnicos de planificação para discutir os pormenores das propostas do projecto em vários países bem como modalidades de cooperação entre os países que realizarão acções conjuntas nas áreas de uma zona comum da mosca tsé-tsé. Duas propostas acerca do projecto multinacional de erradicação da mosca tsé-tsé (que abrange Nigéria, Niger, Benin, Burkina Faso e Togo; e Camarões, Chade, República Centro Africana e Nigéria) foram elaboradas e iniciativas estão em curso para a mobilização dos recursos necessários para a sua execução. Uma proposta acerca do projecto multinacional de erradicação da mosca tsé-tsé está a ser elaborada para os quatro países da Africa Austral, nomeadamente, Malawi, Moçambique, Zambia e Zimbabwe abrangendo uma área de aproximadamente 250,000 km² da sua zona comum da mosca tsé-tsé. Um conceito do projecto conjunto de erradicação da mosca tsé-tsé foi desenvolvido e discutido entre Moçambique e Africa do Sul e decorrem as discussões sobre o estabelecimento de um plano de actividades completo e possibilidades de financiamento da sua execução. Um conceito para uma proposta do projecto conjunto entre Etiópia e Sudão sobre a erradicação de tsé tsé nas áreas da zona comum de tsé tsé ao longo da fronteira entre os 2 países foi desenvolvido e esforços estão em curso para a elaboração de uma proposta de viabilidade do projecto para utilização na mobilização dos recursos. Uma reunião inter-ministerial para debater os planos de implementação de PATTEC nos países ao longo da Ocidental da Africa (Gambia, Guiné Bissau, Senegal, Guiné, Sierra Leone, Libéria e Cote d'Ivoire) está prevista para Julho/Agosto de 2008 em Monrávia, Libéria.

311. Está a ser elaborado um protocolo de controlo e avaliação para assegurar a supervisão da implementação do projecto e consultas sobre a criação de uma rede electrónica de PATTEC estão em curso. Uma vasta gama de cursos de formação regionais destinados a proporcionar a capacidade técnica e os quadros necessários para a execução dos projectos de PATTEC foram planeados e o financiamento para os cursos está a ser discutido com vários parceiros.

E.VIII.2. UA-IBAR (Bureau Inter-Africano para Recursos Animais) (Escritório de Nairobi)

312. Como instituição mais importante para o sub-sector da pecuária de CAADP, IBAR produziu um documento sobre "Principais Questões no Sub-sector da Pecuária para Inclusão nos Quadros dos Pilares de CAADP". Este documento servirá para integrar o sub-sector de pecuária nos acordos nacionais e regionais. IBAR pretende ajudar os países e CERs durante os processos de realização de mesas redondas que levam ao desenvolvimento desses acordos. Este documento foi apresentado e discutido durante várias reuniões de CAADP.

1. Programa de Apoio para os Planos de Acção Nacionais Integrados (SPINAP)

313. Desde o seu ressurgimento na Ásia do Sudeste há cinco anos e subsequente propagação e surtos em Africa a partir de 2006, a gripe aviária (bird flu) tornou-se uma importante prioridade para UA/IBAR. Uma vez que a doença afecta tanto os pássaros (domésticos e selvagens) como os seres humanos causando doença grave e morte, UA/IBAR dirigiram uma iniciativa continental no sentido de evitar a sua propagação e controlar a gripe aviária através de múltiplos canais, incluindo a mobilização de recursos e reforço de capacidades dos países africanos na preparação para pronta detecção e resposta rápida aos surtos da gripe aviária. Estes esforços originaram

resultados positivos e presentemente UA/IBAR está a executar o programa SPINAP no montante de €22,6 milhões de Euros que abrange todos os 47 países membros do ACP. O programa visa conceder apoio financeiro e técnico para permitir a esses países estabelecer e reforçar os seus planos nacionais de prevenção e resposta à emergência. Até hoje, 46 dos 47 países submeteram os seus pedidos de financiamento. UA/IBAR analisou todos os pedidos e está a constituir contratos de financiamento com os países cujas propostas foram seleccionadas.

2. Unidade de Erradicação e Controlo da Peste Bovina no Ecosistema da Somália (SERECU)

314. Este projecto está relacionado com a erradicação definitiva da temida doença do gado, Peste Bovina da Africa. Suspeita-se que os últimos casos da doença surgiram no ecossistema da Somália em que a fase I do projecto não encontrou nenhuma prova. A fase II avaliada em 4 milhões de Euros foi assinada com a UE e começou em Maio de 2008. Concentra-se na comprovação da inexistência da peste bovina, prevenção do ressurgimento e obtenção da certificação de OIE quanto à inexistência da peste bovina.

3. Conselho Científico Internacional para o Controlo de Tripanossomíase (ISCTRC)

315. Uma proposta foi apresentada para que o escritório de ICT na Gambia se tornasse uma entidade regional que abrange os países circundantes em vez da existência de escritórios nacionais nos países. Esta abordagem regional seria um avanço positivo no controlo futuro de Tripanossomíase. O Governo Gambiano está a analisar esta proposta. UA/IBAR deve facilitar o estabelecimento desta abordagem e recentemente insistiu numa maior regionalização nas acções de controlo de Tripanossomíase para utilização mais eficiente de recursos e divulgação de informações.

4. A Parceria ALive

316. As instituições Internacionais como FAO, OIE, ILRI e outras estão relacionadas com o IBAR desde 2005 através de um Acordo de Parceria no âmbito da Plataforma ALive. Em Abril 2008 realizou-se a 11ª reunião do Comité Executivo onde foram tomadas várias decisões importantes. Decidiu-se que ALive deve harmonizar a sua orientação e os programas propostos para TAP2 com o processo geral de CAADP. Aprovou-se igualmente que a Presidência da Assembleia Geral será ocupada pelo Comissário para Economia Rural e Agricultura da União Africana; e que a Presidência do Comité Executivo deve ser eleita pelos membros do Comité Executivo (do qual AU/IBAR é agora um membro permanente), e ocupada numa forma permanente por uma entidade ou instituição africana com sede baseada em Africa. Novos acontecimentos também incluem a confirmação sobre a criação de uma Secção do Secretariado de ALive no Escritório de UA/IBAR em Nairobi, Quênia, nos próximos 12 meses. Durante este período provisório, o financiamento para um funcionário e a logística dessa secção estão a ser solicitados. Além disso, decidiu-se que o acolhimento do Secretariado de ALive será transferido do Banco Mundial para uma Instituição Africana em Abril de 2009 que coincide com o lançamento do 2º Plano de Acção de Três Anos de ALive (TAP2).

5. Colaborações multi-institucionais

317. Em colaboração com ILRI, CDC, FAO, OVI e Laboratórios de Referência de FAO/OIE, UA/IBAR realizou cursos avançados de formação laboratorial no diagnóstico de Gripe Aviária altamente patogénica (HPAI). O objectivo desses cursos visa a criação de uma rede de laboratórios em África, capaz de confirmar o diagnóstico de HPAI como um dos pilares essenciais de implementação dos planos de acção nacionais integrados para a prevenção e controlo de HPAI. Estas formações que congregaram o pessoal da saúde pública e de laboratório veterinário foram financiadas pela GTZ. Ainda, em colaboração com OIE e FAO e com o apoio financeiro de USDA/APHIS, UA/IBAR através da Unidade de Coordenação da Saúde Animal regional de Bamako empreendeu actividades de formação para os países no Oeste da África sobre biosegurança, o uso de GPS e GIS na epidemiologia espacial e realizou uma avaliação detalhada da rede de laboratórios regionais com vista a identificar as lacunas no reforço das capacidades.

6. Serviços Regionais de Saúde Animal

318. Para efectuar uma implementação “prática” de actividades de desenvolvimento da Pecuária no continente africano e também para se aproximar dos países e Comunidades Económicas Regionais, UA/IBAR estabeleceu, no âmbito de SPINAP, Serviços de Saúde Animal Regionais em Mali, Gaborone, e Nairobi. Será estabelecido um outro na Tunísia na altura própria. Os serviços em Nairobi e Mali começaram a funcionar desde o início deste ano. O serviço de Botswana estabeleceu-se muito recentemente e começou a trabalhar desde o passado mês de Fevereiro durante as negociações do acordo de sede que actualmente está a ser analisado pela AU-Sede e o Governo de Botswana. Estes serviços trabalham em colaboração com os homólogos técnicos de OIE e FAO no sentido de harmonizar estratégias para o controlo da gripe aviária como um primeiro passo, e depois para outras doenças na região. Esta colaboração entre as três organizações toma em consideração os mandatos e experiência inerente de cada instituição e respectivas capacidades de realização das intervenções.

7. O Projecto Ambiental da Vida Selvagem para a Pecuária na Terra Árida (DLWEIP)

319. Entre Janeiro e Junho de 2008, o projecto continuou com a sua actividade de tornar a semear as terras degradadas e formação de comunidades pastoris nas áreas de saúde animal, produção e comercialização no Quénia. Na Burkina Faso a dinâmica da doença entre os animais domésticos e animais selvagens foi avaliada e os líderes comunitários foram formados na direcção da gestão e administração financeira. O BMZ aprovou um projecto sobre “Apoio aos vulneráveis: Reforço da capacidade de adaptação dos agro-pastoris às alterações climáticas na África Ocidental e Austral através de uma abordagem de investigação transdisciplinar” a ser conjuntamente implementado por ILRI, IBAR, IIMA em Moçambique e IER no Mali.

8. Programa de Desenvolvimento Pastoril do Nordeste (NEPDP)

320. Através do programa NEPDP financiado pela USAID, UA/IBAR desenvolveu e conduziu uma abordagem inovadora para a disponibilização de serviços nas áreas pastoris. No seu tema de reforço do rendimento familiar dos criadores de gado, o programa de 3 anos tem estado a lidar com a resolução de três principais

constrangimentos em relação ao acesso dos criadores de gado aos mercados: nomeadamente, fraco acesso aos serviços de saúde animal ao longo da cadeia de mercados, capacidade deficiente das associações de criadores de gado para proporcionar serviços e apoiar os criadores de gado e falta de acesso aos serviços financeiros e não financeiros. O programa através de intervenção dirigida aos constrangimentos alcançou benefícios concretos e ensinamentos úteis sobre a programação de criação de gado. Através de disponibilização de laboratórios móveis e facilitação de ligações entre os fornecedores de serviços de saúde animal entre o sector público e o sector privado a nível das comunidades, a informação sobre a doença e resposta aos surtos melhorou significativamente. O reforço da capacidade das instituições de criação de gado através da formação e apoio operacional melhorou muito a representação e a participação dos criadores de gado no diálogo sobre a elaboração das políticas, e seu acesso aos serviços de apoio. O apoio ao programa do departamento veterinário permitiu-lhe examinar todo o gado comercializado que se movimenta através do mercado regional para outras partes do país em relação a CBPP, prevenindo assim a sua propagação nessas áreas e proporcionando as garantias muito necessárias às partes interessadas do mercado da pecuária. A abordagem de NEPDP provou ser viável e com ajustamentos, pode ser reforçada para incentivar a comercialização da pecuária nas áreas de criação de gado na região do corno da África.

321. Um novo quadro editorial do periódico trimestral “Boletim de Saúde e Produção Animal em África” seleccionado de várias instituições de renome no continente foi designado para dois anos.

9. Alterações Climáticas na Pecuária em África;

322. AU/IBAR está activamente envolvida na preparação de uma conferência internacional sobre As implicações das Alterações Climáticas para os Sistemas de Produções Agrícolas nos países de ACP a ser organizada por CTA em Outubro de 2008 em Burkina Faso.

10. Participação das Nações Africanas nas Organizações que definem Normas Sanitárias e Fitossanitárias (PAN-SPSO).

323. O projecto no valor de 3,86 milhões de Euros (€) teve início em Maio de 2008. Com o apoio das CERs, o Secretariado de ACP autoriza UA/IBAR a implementar este projecto que visa reduzir a pobreza e intensificar a segurança alimentar em África através da melhoria do acesso ao comércio e mercados internacionais. Facilitará igualmente a participação efectiva dos Estados Membros nos compromissos das organizações que definem normas internacionais e promoverá o reforço de capacidades na implementação das normas e medidas de segurança alimentar. A este respeito, o projecto abrange igualmente aspectos do pilar 3 de CAADP. As principais actividades na fase inicial incluem a realização da análise de situação em quatro países com diferente orientação de exportação; e uma avaliação geral das necessidades de formação.

11. Projecto de Certificação da Pecuária na Somália (SOLICEP)

324. O Projecto de Certificação da Pecuária na Somália, co-financiado pela União Europeia e UA/IBAR num valor total de 3,1 milhões de Euros, visa melhorar o desempenho da exportação do sector da pecuária no ecossistema da Somália através

da melhoria da capacidade das instituições públicas e privadas da Somália; o desenvolvimento de um sistema de certificação de saúde animal que é adequado para a economia da criação de gado e internacionalmente reconhecido; e o reforço da cooperação regional entre os países do ecossistema da Somália e entre os parceiros comerciais. A intervenção é concebida para um período de 30 meses, a partir de Fevereiro de 2008, e será implementada em parceria com as Autoridades Veterinárias da Somália, Terra Nuova e FAO.

E.VIII.3. IAPSC (Conselho Inter-Africano Fitossanitário) (Escritório de Yaounde)

1. Plano de Trabalho do Programa de 2008 de IAPSC

325. No âmbito da orientação estratégica de apoio à harmonização das políticas da agricultura nas Comunidades Económicas Regionais, foram iniciadas e estão em curso três linhas de acção para o ano orçamental de 2008 que envolveram a harmonização do registo de pesticidas químicos na África Oriental e África Austral, o fenómeno do controlo da peste transfronteiriça em África: Invasões em África de Aves que Consomem Cereais (*Quelea* sp.) e o âmbito do estudo de impacto de questões ligadas à fumigação e inspecção sobre o comércio seguro de plantas e produtos vegetais na economia dos países da África Ocidental e Central.

2. Workshops de Formação, Reuniões e Seminários

326. O Conselho Fitossanitário Inter-Africano da União Africana organizou a quarta sessão do workshop de formação dos Inspectores Fitossanitários e controladores da quarentena de plantas no Instituto Internacional da Agricultura Tropical (IITA), Ibadan (Nigéria) de 13-16 de Dezembro de 2007, em que estiveram presentes vinte e cinco participantes de dezoito países membros de UMA e sub-regiões da CEDEAO. Esta formação ajudou esses países a cumprir SPSM para a melhoria do comércio agrícola; sobre as pragas comuns que afectam a África Ocidental e África do Norte, procedimentos de inspecção e controlo, estratégias de bio-segurança e bio-protecção, usos e abusos de agro-químicos e suas implicações na saúde pública e no ambiente; gestão de pesticidas e partilha de experiências na área da implementação das actividades sobre a quarentena das plantas antes e depois dos pontos de entrada dos países das duas sub-regiões.

327. Três reuniões importantes foram realizadas, nomeadamente: a 1ª reunião de peritos, o 3º Comité Directivo de UA-IAPSC e a 23ª Assembleia Geral de UA-IAPSC realizaram-se na Sede da Comissão da União Africana, Adis Abeba, Etiópia, de 22-28 de Março de 2008. A reunião de peritos analisou soluções e métodos para impedir a continua introdução e propagação das pragas das plantas que acompanham o material de plasma germinativo no continente. A segunda e terceira reuniões foram reuniões estatutárias de IAPSC, com uma participação de 37 países membros da União Africana, algumas Comunidades Económicas Regionais e muitos observadores de várias organizações de parceiros. Aprovaram programas técnicos de IAPSC e fizeram recomendações pertinentes, que ajudarão a Organização Africana Regional de Protecção Vegetal a reestruturar-se, reafirmar-se e revigorar-se. O Conselho Fitossanitário Inter-Africano participou na CPM3 Roma – Itália, de 7-11 de Abril de 2008 e na reunião do Comité de Informação Fitossanitária da África Oriental, em Lusaka-Zambia, de 20-25 de Abril de 2008.

328. UA-IAPSC, como um dos gabinetes técnicos especializados da UA com um mandato continental de conduzir os programas de Saúde das Plantas e Protecção das Plantas no seio da Comissão, deve ser reforçado a fim de cumprir o seu mandato. Na realidade, o ultimo Comité Directivo e a Assembleia Geral recomendaram a implementação de uma nova estrutura organizacional que envolve o acréscimo de novos cargos. Os Termos de Referência desses cargos foram elaborados e estão a ser analisados na Comissão.

329. Em 6 de Maio de 2008, o Governo dos Camarões apresentou as cartas de atribuição de novas propriedades à União Africana. Dois edifícios que constituem um complexo de gabinetes ultramodernos foram concedidos ao Escritório da UA nos Camarões para ocupação imediata. Este amável gesto da parte do Governo dos Camarões realça o contínuo apoio do Governo ao escritório da UA nos Camarões.

E.VIII.4. PANVAC (Centro Pan-Africano de Vacinas Veterinárias) (Debrezeit)

330. O Centro Pan-Africano de Vacinas Veterinárias da União Africana (UA-PANVAC) está a promover a disponibilidade de vacinas veterinárias seguras, eficazes e acessíveis, o que facilita o desenvolvimento e a introdução de novas vacinas ou melhoradas e o reforço de capacidade da África no desenvolvimento, produção e garantia de qualidade de vacinas veterinárias.

1. Controlo Internacional Independente de Vacinas Veterinárias em Africa

331. Os laboratórios para o controlo de qualidade das vacinas veterinárias foram completamente renovadas e os novos equipamentos foram instalados e estão operacionais. PANVAC realizou a Certificação do Controlo de Qualidade das seguintes vacinas veterinárias: Peste dos Pequenos Ruminantes (Etiópia, Botswana e Jordan); Pleuropneumonia Bovina Contagiosa (Etiópia); Doença de Newcastle (Gana); e Doença Infecciosa Bursal (Gumboro) (Gana).

2. Padronização da produção de vacinas veterinárias e harmonização das suas técnicas de controlo de qualidade em Africa

332. O repositório de biológicos foi conservado e as linhas celulares e germes de vacinas foram enviados ao laboratório veterinário nacional de Egipto e Sudão. PANVAC renovou o seu stock de linhas celulares através da aquisição das seguintes linhas celulares da Compilação Europeia de Culturas das Células: Vero, BHK-21 e MDBK. Dois novos manuais para o controlo de qualidade de vacina contra PPR e CBPP foram produzidos.

3. Transferência de tecnologias apropriadas de produção de vacinas em Africa;

333. PANVAC e a Unidade Comercial de Vacinas e Injectáveis sediada em França organizaram um seminário sobre o uso de novos adjuvantes para a produção de vacinas tornadas inactivas em 18 de Julho de 2008.

4. Formação e serviços de apoio técnico para as vacinas veterinárias e laboratórios de controlo de qualidade

334. PANVAC proporcionou assistência técnica ao Departamento de Pecuária da União Económica e Monetária da África Ocidental e Gana. Distribuiu igualmente reagentes biológicos essenciais para o diagnóstico e vigilância das doenças nos animais. Os laboratórios de produção de reagentes para o diagnóstico e a vigilância das doenças nos animais foram completamente renovados e os novos equipamentos são apropriados e operacionais.

F. RECURSOS HUMANOS, CIENCIA E TECNOLOGIA

F.I. PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO

335. O Programa de Educação continuou a ser orientado pelo Plano de Acção da Segunda Década da Educação para a África (2006 – 2015). Prevê-se que a parceria estratégica seja a principal imagem de marca da segunda década da educação para a África, visto que a Comissão e os Estados Membros da UA reuniram parceiros e outras partes interessadas com vista a adoptar o Plano de Acção (PdA) como a resposta nacional aos desafios e oportunidades da educação em África. Neste sentido, a Decisão Assembly/AU/Dec.173(X) da Cimeira da UA de Janeiro de 2008 solicitou os parceiros de desenvolvimento a harmonizar os seus programas com o Plano de Acção da Segunda Década da Educação para a África.

336. Na realidade, a Comissão começou a estabelecer parcerias estratégicas com as instituições das principais partes interessadas para a implementação do PdA nas várias áreas de interesse. Um memorando de entendimento foi assinado com a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA), com a decisão de a ADEA colocar a sua competência técnica à disposição da União Africana. Prosseguem-se discussões sobre o MdE com a Fundação das Mulheres Pedagogas Africanas (FAWE) e o Conselho Africano do Ensino à Distância (ACDE). A implementação de MdEs com UNESCO, Associação de Universidades Africanas (AUA) e ADEA começaram a produzir os seus frutos como serão demonstrados no presente relatório.

337. É importante realçar que a situação de dotação do pessoal na Divisão de Educação melhorou muito com o acréscimo de dois funcionários de quadro superior, incluindo um destacado pela UNESCO. Além disso, a Comissão recebeu financiamento da União Europeia para apoiar vários programas de educação, nomeadamente o recrutamento de pessoal.

338. As estratégias de implementação foram desenvolvidas nas áreas de Ensino Superior, particularmente nas áreas de harmonização e qualidade e bolsas de estudo; Ensino Técnico e Formação Profissional; Sistemas de Informação de Gestão da Educação; Publicação Educacional (no quadro da implementação da área do Currículo e Materiais Pedagógicos e Didácticos); e Formação de Professores.

339. A primeira edição do Boletim Informativo para a Segunda Década da Educação para a África sairá em Junho de 2008. Pretende-se editar dois números por ano, aumentando para uma publicação trimestral à medida que adquire informações dos Estados Membros, CERs e principais parceiros de desenvolvimento da educação.

340. Uma forte estratégia de publicidade será desenvolvida para garantir que a segunda década seja bem conhecida e bem reconhecida em toda a África, a Diáspora e entre os parceiros de desenvolvimento. Espera-se a colaboração da ADEA nestas iniciativas.

341. As reuniões do Comité Directivo de COMEDAF e Bureau de COMEDAF III foram realizadas em Março/Abril de 2008, para analisar os progressos registados e os planos para a implementação do Plano de Acção de 2008. A República da África do Sul

disponibilizou-se para acolher as próximas reuniões do Comité Directivo e do Bureau em Novembro de 2008.

a. ENSINO SUPERIOR

i. Harmonização do Ensino Superior em Africa

342. O quadro da UA para a harmonização do Ensino Superior em Africa, e o Mecanismo Africano para a Avaliação da Qualidade do Ensino Superior, adoptado pela Conferência dos Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF III) em 2007, foram validados pelas partes interessadas e Parceiros numa reunião co-organizada pela AAU em Acra, em Março de 2008. A reunião foi co-presidida pela Comissão, AAU e UNESCO. CAMES, ACDE, SADC, CEEAC, CEDEAO e vários países foram representados. Os peritos e parceiros decidiram apresentar uma proposta sobre a fusão da Estratégia Africana para a Harmonização do Ensino Superior em Africa com o processo de revisão da Convenção de Arusha, e implementação do Mecanismo para a Avaliação da Qualidade do Ensino Superior Africano. Os participantes assinaram uma declaração de compromisso, que inclui uma estreita colaboração com UNESCO na revisão da Convenção de Arusha para a harmonização do ensino superior africano.

ii. O Plano de Bolsas de Estudo de Mwalimu Nyerere da União Africana

343. 42 jovens africanos foram seleccionados para beneficiar do Plano de Bolsas de Estudo de Mwalimu Nyerere da União Africana. Os estudantes entregaram as suas candidaturas entre Novembro de 2006 e Janeiro de 2007. Devido às demoras burocráticas, a comunicação com os estudantes seleccionados foi difícil, porque alguns mudaram os seus endereços, e para a maior parte deles o seu estatuto de estudante mudou. Além disso, um Coordenador do Plano a tempo integral deve ainda ser recrutado, no âmbito de um programa da UE de 55 milhões de Euros. Um contrato será assinado entre cada estudante e a Comissão, obrigando os estudantes a ter excelente desempenho, concluir o seu programa de estudo, e a trabalhar num país africano por pelo menos três anos após a graduação.

344. A próxima tranche envolverá estudantes para estudos de pós-graduação. As Universidades para participarem a esse nível terão de ser submetidas a um processo de avaliação de qualidade para garantir que oferecem programas de estudo e de investigação da mais elevada qualidade. No entanto, a Comissão está a desenvolver um programa de cooperação com o programa Europeu Erasmus Mundus, em que o plano será alargado de modo a abranger também os países de ACP, e envolverá igualmente os programas de intercâmbio entre as instituições africanas e europeias de ensino superior, com o apoio do décimo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED 10).

b. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO (EMIS)

i. Instrumentos de EMIS

345. O instrumento africano para a Avaliação da Capacidade de EMIS foi elaborado em colaboração com o Grupo de Trabalho da ADEA sobre Estatística da Educação, Instituto de Estatística da UNESCO e SADC, e avaliado pelos peritos dos Estados Membros. O instrumento está a ser testado em doze Estados Membros. Um conjunto de indicadores para ser usado no controlo e informação dos progressos registados na implementação do Plano de Acção da Segunda Década da Educação para a Africa

está a ser desenvolvido, para ser validado pelos Grupos de Trabalho do Plano de Acção da Segunda Década da Educação para a África em Junho de 2008.

346. Altos funcionários dos Estados Membros e CERS serão formados na utilização dos instrumentos para sua implementação no terreno. A estratégia para a formação será um sistema em cascata em que os formados deverão formar outros para rapidamente constituírem uma massa crítica de profissionais altamente qualificados em EMIS.

347. Os questionários para ajudar na recolha de dados sobre a implementação da Segunda Década foram elaborados pela Comissão e enviados aos Estados Membros e CERs. Eles serão utilizados no período provisório antes que todos os indicadores de desempenho sejam validados. Os relatórios dos países deverão ser anualmente produzidos, e submetidos à CUA através das respectivas CERs.

ii. Observatório da Educação

348. Entretanto, alguns progressos têm sido feitos para o reforço de capacidade de IPED para que comece a implementar o seu mandato como Observatório da Educação da África. Uma nova estrutura foi desenvolvida e será apresentada para consideração dos Órgãos Políticos da UA. Depois, o recrutamento do pessoal profissional qualificado será efectuado e consultas apropriadas com IPED serão realizadas com vista a criar sistemas de gestão de qualidade para os recursos financeiros e humanos, e equipar a instituição.

c. CURRÍCULO E MATERIAIS PEDAGÓGICOS E DIDÁCTICOS

i. Publicação Educacional

349. A Comissão colaborou com o Centro de Estudos de Renascimento Africano (CARS) para a produção de uma base de dados sobre editores educacionais em África, e sobre a actualização dos manuais de ciências para as escolas, usando novos conhecimentos gerados das revistas académicas das Universidades Africanas. Uma reunião de peritos e partes interessadas realizada em Janeiro de 2007 propôs a instituição de uma Conferência bienal sobre a Publicação Educacional Africana. Discussões estão em curso com ADEA e a Associação da África Oriental para a Produção de Livros (EABDA) para colaborar na organização e acolhimento da Primeira Conferência Pan-Africana da UA sobre a Publicação Educacional em África em 2008.

350. Temas para discussão incluirão o desenvolvimento de políticas de livros nacionais e regionais; desenvolvimento de uma cultura de leitura; promoção de escritores e editores africanos; materiais pedagógicos e didácticos comuns africanos para currículos essenciais; e publicação nas línguas africanas; entre outros tópicos. Uma reunião de planificação para a conferência bienal realizou-se em Nairobi em Maio de 2008, que congregou os principais parceiros incluindo EABDA, UNESCO, UNICEF e ADEA, que se comprometeram a apoiar a conferência.

ii. História de África

351. Prosseguem-se igualmente esforços para a realização de uma reunião de peritos e partes interessadas na produção de materiais pedagógicos e didácticos comuns sobre a História de África. A obra será baseada no trabalho feito pela UNESCO

na produção de excelentes volumes de livros sobre a História de Africa. Reuniões preliminares foram realizadas com o Director Geral Adjunto da UNESCO para a Africa em Janeiro de 2008, e com o Director do Sector da UNESCO em Adis Abeba em Abril. A Jamahiriya Árabe Líbia ofereceu-se para acolher a reunião das partes interessadas em Tripoli em Agosto de 2008. Uma reunião de planificação com Líbia e UNESCO foi realizada em Adis Abeba em Maio de 2008.

d. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

i. Formação de Professores

352. Uma estratégia de implementação para a Formação de Professores foi elaborada em colaboração com o Instituto de Reforço de Capacidades em Africa (ICBA) da UNESCO em Adis Abeba e apresentada ao Comité Directivo de COMEDAF e COMEDAF III em 2007. A estratégia é holística e utiliza métodos modernos e abertos e de ensino à distância, para formação antes do emprego e formação em exercício de professores e outros profissionais da educação. O gabinete da NEPAD para Educação e Juventude deve ser a principal agência de implementação nessa área importante, em colaboração com ICBA. NEPAD acolherá uma reunião de peritos, partes interessadas e potenciais parceiros em Pretória em Junho de 2008, para decidir sobre a via a seguir e atribuir funções e responsabilidades para implementação do Plano de Acção nessa área.

ii. Melhoria do Ensino de Ciências e Matemática

353. Foram iniciadas discussões em 2007 sobre a cooperação com o Centro de Matemática, Ciências e Ensino da Tecnologia em Africa (CEMASTEA) em Nairobi, Quénia, como apoio do Governo do Quénia e Corporação Internacional do Japão (JICA), sobre melhoria do ensino e aprendizagem de Ciências e Matemática nas escolas africanas.

e. GENERO E CULTURA

354. A Comissão está actualmente a solicitar apoio de consultoria para uma análise de situação de Género e Cultura na educação em Africa. Com base na análise, serão identificadas as lacunas, e uma solução sera proposta e discutida por uma reunião de peritos a ser realizada no corrente ano. Um programa de acção para o Centro de Educação de Mulheres e Meninas em Africa (CIEFFA) será desenvolvido através deste processo. A Comissão avaliará a capacidade institucional de CIEFFA e identificará as necessidades que a CUA deve satisfazer para que CIEFFA possa assumir inteiramente o seu papel.

355. No entanto, a Comissão está a analisar um Memorando de Entendimento com a Fundação das Mulheres Pedagogas Africanas (FAWE), para formalizar a colaboração na implementação desta área importante.

f. ENSINO TÉCNICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (TVET)

356. Uma Estratégia para revitalizar o Ensino Técnico e Formação Profissional (TVET) em Africa foi desenvolvida em 2006. A estratégia visa revitalizar, modernizar e harmonizar TVET em Africa com vista a transformá-lo numa actividade de carácter geral para o desenvolvimento da juventude africana, emprego juvenil e reforço de

capacidades em Africa; e como um sistema educativo complementar de alta qualidade. A estratégia abrange igualmente o uso de TVET nas situações de pós conflito, a fim de garantir o desenvolvimento de capacidades no seio dos jovens para a sua participação activa nos processos de reconstrução, e também ajudá-los a reforçar as suas capacidades para o empreendedorismo, criação de emprego e trabalho independente. Os projectos-piloto de TVET nas situações de pós conflito serão implementados a partir do corrente ano de 2008, no Congo, Libéria e Burundi. O mais sério desafio é a mobilização de recursos e criação de parcerias, considerando o estado das instituições de TVET nos países pós conflito, e o custo de equipamento de qualidade.

357. A Publicidade será um importante instrumento para a popularização e sensibilização do PdA a todos os níveis. Um sentimento de apropriação adequada do PdA é necessário para levar a cabo a harmonização de programas de educação continentais e regionais com o próprio PdA. Na realidade, um público informado será também fundamental na promoção necessária para manter as agências da educação centradas no PdA, e por extensão, para aumentar a afectação de recursos.

358. A resposta dos parceiros internacionais é até então recomendável, mas muito continua por fazer para encorajar interesse e compromisso entre os que já estão envolvidos, e atrair outros. Convém realçar as importantes iniciativas para a mobilização de recursos como a Iniciativa de Seguimento Rápido (FTI).

359. De acordo com as recomendações das reuniões de COMEDAF, a importância do papel do Bureau de COMEDAF, em conformidade com o PdA sobre a agenda da educação, não pode deixar de ser realçada. Estão melhor posicionados para estabelecer as ligações com as CERs, e para promover o PdA entre os parceiros. Os Estados Membros têm o papel mais importante no reconhecimento e implementação do PdA, e sua sensibilização nos seus fóruns com agências bilaterais e multilaterais. A criação de EMIS com um forte mecanismo de informação incentivará a implementação a nível nacional, uma vez que os Estados Membros vêem os reflexos qualitativos dos seus esforços.

F.II. PROGRAMAS DE RECURSOS HUMANOS E JUVENTUDE

a. Política da Juventude – Quadro de desenvolvimento e cooperação: Carta da Juventude Africana e actividades afins

360. Desde 2006 até o momento, a Carta da Juventude Africana está a ser divulgada através de várias actividades em todo o Continente nos Estados Membros através de publicidade, sensibilização e promoção.

361. A pedido dos Ministros do Bureau da Conferência dos Ministros responsáveis pela Juventude (COMY I), a Comissão organizou a 2ª sessão dos Ministros da UA responsáveis pela Juventude que se realizou em Fevereiro de 2008, que deu a oportunidade aos Ministros de fazer o lançamento do Ano da Juventude Africana, tal como recomendado na Decisão de Banjul EX.CL/Dec.292 (IX) e de adoptar o programa de actividades a ser implementado durante 2008. Os Ministros comprometeram-se igualmente através de uma declaração a apoiar as actividades afins nos seus respectivos países durante o Ano da Juventude Africana e a acelerar o processo de ratificação da Carta da Juventude. Muitos Estados Membros reafirmaram o seu compromisso em relação à Carta e estão no processo de ratificação.

362. Até o momento, 21 Estados Membros assinaram a Carta, mas apenas 4 a ratificaram. Os Estados Membros são exortados a assegurar um reconhecimento adequado da Carta e a tomar as medidas jurídicas necessárias para facilitar a sua implementação a níveis nacionais.

363. Além das estratégias, seminários e acções foram levados a cabo para coordenar e apoiar os Estados Membros e intervenientes relevantes no que diz respeito ao processo de popularização da Carta da Juventude Africana, incluindo as seguintes acções e resultados:

- Um Plano de Acção de Base que abrange o período de 2007 a 2015 foi adoptado pelos Ministros da Juventude em Fevereiro de 2008. Recomendaram aos Estados Membros a usar o Plano de Acção para acelerar o processo de ratificação e implementação da Carta nos seus respectivos países;
- Os Ministros da Juventude adoptaram igualmente o Programa de Actividades para o ano de 2008. Com o apoio dos Parceiros, várias actividades estão a ser implementadas com o envolvimento dos jovens: materiais de campanha de sensibilização e apoios à comunicação estão a ser desenvolvidos para promover a Carta e dar-lhe mais visibilidade no processo de popularização.
- Foi atribuído o prémio do concurso de Cartazes, lançado em 1 de Novembro de 2007, para reforçar as contribuições e a criatividade da juventude em relação à Carta e para encorajar os jovens a se envolverem na sua divulgação. 11 jovens concorrentes talentosos (2 por região e 1 melhor da Africa) ganharam o Prémio, Certificado e recompensas. Alguns deles estão a trabalhar na rede para contribuírem para uma melhor promoção da Carta nos seus países e regiões.

b. Reforço de capacidades: Formação e capacitação da juventude para a sua participação significativa no processo de desenvolvimento:

ii. Reforço de Capacidade Institucional através da revitalização da União Pan-Africana da Juventude

364. A União Pan-Africana da Juventude (PYU), como uma instituição especializada da UA em questões da juventude é considerada como uma estrutura da juventude continental. A Decisão de Banjul EX.CL/Dec.292 (IX) recomendou a sua revitalização aprofundada (regulamentos, estatutos, pessoal, etc) para que a União possa servir como interface da Comissão, no que diz respeito às questões de formação e capacitação da juventude africana.

365. As principais missões da PYU consistem em trabalhar em estreita colaboração com a CUA no domínio da Capacitação da Juventude, para a promoção contínua da Carta, com vista a garantir a sua popularização e implementação, para conduzir e facilitar a comunicação entre a juventude e a Comissão da União Africana.

366. A estratégia apresentada inclui propostas sobre medidas que devem garantir as disposições técnicas e financeiras sustentáveis para a União Pan-Africana da Juventude. A estrutura organizacional, o procedimento e o processo de trabalho são analisados no seu conteúdo e forma para uma colaboração adequada com a Comissão e Estados Membros. A actual estrutura e os estatutos da União Pan-Africana da

Juventude são completamente analisados e novas propostas são incluídas. Um manual do Regulamento Interno é também elaborado.

367. Após a reunião do Comité Executivo realizada em Dezembro de 2007, o Congresso da PYU será realizada em Brazzaville de 20 a 23 de Junho de 2008. O Congresso deve adoptar os documentos jurídicos actualizados e eleger os novos representantes da juventude a serem designados no Secretariado da PYU. Não só o novo pessoal implementará a nova estrutura, como também assumirá as responsabilidades técnicas de acordo com a CUA e servirá o continente através dos Conselhos Nacionais da Juventude. Além do apoio técnico e financeiro que a CUA deve proporcionar, um Memorando de Entendimento será assinado entre a PYU e a CUA especificando as condições de colaboração e relações de trabalho.

ii. A capacitação da Juventude através de programa não formal e do Ensino Técnico e Formação Profissional (TVET)

368. Como se mencionou anteriormente, uma das áreas essenciais do Plano de Acção da Segunda Década da Educação para a África (2006-2015) é o Ensino Técnico e Formação Profissional (TVET). Se a estratégia desenvolvida abranger a área em geral, necessidades específicas serão abordadas através de programas de educação formal, não-formal e informal. No programa de educação não-formal, TVET é apresentado como um meio de abordar a formação de um grande número de jovens desempregados e dos que estão fora da escola em África. TVET também lida com jovens não instruídos ou pouco instruídos para lhes proporcionar formação profissional e técnica e meios de subsistência.

369. Estando envolvida na área de reconstrução pós conflito e capacitação da juventude para facilitar o envolvimento dos jovens no processo de reabilitação, a Comissão está a conceder o seu apoio para a elaboração do projecto-piloto, que foi apresentado aos Ministros responsáveis pela juventude durante a última COMY II. O projecto é recomendado para implementação nos três países seleccionados para o efeito. Aguarda-se autorização para o lançamento do projecto e início da sua implementação. O projecto-piloto visa o uso de TVET nas situações pós conflitos, para assegurar não só a formação dos jovens para a sua participação activa nos processos de reconstrução, mas também para os ajudar a desenvolver capacidades para o empreendedorismo, criação de emprego e trabalho independente.

370. A Comissão está empenhada nos programas de mobilização de recursos para apoiar os programas de formação, fornecimento de equipamento e desenvolvimento de apetrechos necessários. Considerando os recursos afectados pelo orçamento de 2008 para as actividades descritas, são ainda necessárias fortes parcerias para os projectos-piloto previstos, que incluem a alfabetização de adultos em alguns países.

371. Um mecanismo efectivo para a participação concreta da juventude no processo de tomada de decisão e debate sobre o desenvolvimento deve ser elaborado ou melhorado.

iii. Quadro para o reforço de capacidades dos recursos humanos: Programas de Estágios e de Voluntários da UA

372. A Juventude Africana na Diáspora é um alvo muito importante que deve merecer atenção especial. Um programa está a ser desenvolvido para assegurar que a

juventude participe e beneficie das actividades e programas destinados à juventude africana. A este respeito, a Comissão está a organizar um fórum da juventude durante a segunda metade de 2008 que reunirá dirigentes de associações juvenis na Diáspora e dirigentes de associações juvenis em Africa. Um quadro de acções comuns ou um Plano de Acção, com mecanismos de colaboração e parceria serão alguns dos resultados do fórum. Isto facilitará o desenvolvimento de um programa integrado de estágios incluindo o desenvolvimento de currículo das competências para a restauração da paz.

373. A criação do programa de Voluntários da União Africana está a ser discutida com a Comissão. A conceptualização deste programa (elementos e estruturas para o recrutamento de Voluntários) e a mobilização de recursos financeiros são necessárias antes do início do programa e sua implementação.

F.III. CIENCIA & TECNOLOGIA, TIC, BIOSEGURANÇA

a. UNIDADE DE SEGURANÇA: “Apio à UA nas Questões de Biosegurança”

374. O Projecto de Biosegurança da Comissão da União Africana-Cooperação Técnica Alemã (CUA-GTZ) foi iniciado no contexto do Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança e o compromisso da União Africana de desenvolver um Sistema de Biosegurança em toda a África (Decisão EX/CL/Dec.26 (III), Maputo, Julho de 2003).

375. Entre as estratégias que serão adoptadas em 2008 consta a realização de seminários sub-regionais para discussões que visam a implementação da Estratégia Africana sobre Biosegurança e a revisão da Lei-Padrão. De igual modo, foi planeada a realização de uma Reunião Parlamentar. As principais actividades para 2008 são:

- Reuniões regionais serão realizadas para analisar a implementação da Estratégia Africana sobre Biosegurança adoptada. Pretende-se organizar 5 reuniões em colaboração com as CERs;
- Uma reunião será realizada para analisar a Lei-Padrão revista sobre Biosegurança entre os Ministérios responsáveis relevantes;
- A elaboração de vários documentos será efectuada sobre questões essenciais relativas à Biosegurança que serão publicados e enviados aos Estados Membros para o cumprimento das suas obrigações na implementação das disposições do Protocolo da Biosegurança. Uma proposta foi apresentada no website da UA sobre o mesmo e propostas foram submetidas de potenciais consultores para a selecção de candidatos adequados para a realização dessas tarefas;
- Manutenção da rede de contínua troca de informações entre Pontos Focais Nacionais sobre Biosegurança e a Comissão da União Africana no que diz respeito às questões de biosegurança e biotecnologia. Isto seria feito através de contactos regulares com os pontos focais e actualização da página do site da UA sobre Biosegurança, conforme for necessário;
- As disposições de opções estratégicas para reforçar as capacidades técnicas e laboratoriais existentes para detectar GMOs. Estas opções serão extraídas

das investigações em curso sobre duas investigações técnicas em África sobre as questões de detecção de organismos geneticamente modificados (GMO) e fluxo de produtos de GMO em África;

- Apoio aos Estados Membros nas futuras negociações internacionais sobre o Protocolo de Biosegurança. Documentos informativos serão elaborados pela Comissão que orientarão os Estados Membros através dos principais pontos de negociações que se destinam à constituição de posições comuns. Este apoio seria dado através da organização de Reuniões Preparatórias Africanas antes das negociações em estreita colaboração com o Secretariado da Convenção das NU sobre Diversidade Biológica que é o organismo global responsável pela organização das reuniões internacionais.
- Seguimento da recomendação de AMCOST III acerca da submissão da Lei-Padrão Africana sobre Biosegurança aos outros Ministérios para a sua contribuição, a liderança da CUA na Biosegurança e a institucionalização de uma Unidade de Biosegurança.

376. Durante uma reunião entre a Comissão e GTZ em Setembro de 2007, propôs-se o desenvolvimento de um Plano Estratégico de cinco anos em questões de biosegurança para a UA. Um consultor independente, financiado pela GTZ, desenvolverá o Plano baseado nos Termos de Referência elaborados pela Comissão. Este plano deve ser determinado num plano de actividades anual que culmina no plano de cinco anos que inclui o fornecimento de recursos financeiros e humanos para a Unidade.

377. Sobre a questão de institucionalização de Biosegurança na CUA e a submissão da Lei-Padrão Africana sobre Biosegurança aos outros Ministros, o Conselho Executivo adoptou a rubrica orçamental sobre a “Integração da Unidade de Biosegurança no departamento de HRST” no Orçamento Programa de 2008, e Decisão sobre o relatório da Terceira Sessão Ordinária da Conferência Ministerial Africana sobre Ciência e Tecnologia (AMCOST III) - DOC. EX.CL/385 (XII) que solicita a Comissão da UA a submeter a Lei-Padrão Africana a todos os departamentos e sectores pertinentes nos Estados Membros para seus comentários. A Lei-Padrão Africana foi enviada a AMCEN para consideração pelos Ministros Africanos do Ambiente.

378. Em relação à questão de liderança, a Unidade de Biosegurança realizou uma reunião preparatória para os Delegados dos Estados Membros na Quinta Reunião do Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade e Reparação ao abrigo do Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança, 10-11 de Março de 2008 em Cartagena, Colombia. Uma outra reunião preparatória está prevista para 10-11 de Maio de 2008 em Bona, Alemanha, antes da Conferência das Partes ao Protocolo de Cartagena.

379. Estão em curso as seguintes actividades:

- duas pesquisas técnicas em África sobre as questões de detecção de organismos geneticamente modificados (GMO) e fluxo de produtos de GMO em África,
- a consultoria para a produção de Documentos sobre Biosegurança para apoiar os Estados Membros na implementação de Biosegurança,
- a elaboração de um plano estratégico de cinco anos sobre biosegurança para a CUA.

380. Como uma nova questão tomada em consideração no primeiro trimestre de 2008 a “Iniciativa do Primeiro Congresso Pan-Africano sobre Bio-ética” está a ser discutida entre a Comissão, o Secretariado Executivo do Congresso e partes interessadas pertinentes, para definir a formulação da Iniciativa.

381. Supõe-se que a abordagem regional adoptada é a melhor forma de tratar das questões de biosegurança em Africa. Contudo a nível da UA, a implementação de todas as actividades previstas exige tempo e a administração desse projecto pode ser difícil. Apesar da relevância técnica, as actividades do Projecto também necessitam de forte apoio político tanto da UA como dos seus Estados Membros para alcançar mais resultados a nível regional. Reconheceu-se entretanto que a preparação e colaboração adequadas entre os departamentos interessados no seio da Comissão da UA são essenciais para a obtenção de bons resultados. Para a realização adequada dessa iniciativa, é importante o estabelecimento de ligações em rede e comunicações. Todavia tem-se constatado que as comunicações e as ligações em rede em Africa ainda precisam de muita melhoria.

382. É igualmente necessário reforçar a colaboração com o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica para facilitar a disponibilização de informações relevantes sobre reuniões regionais relacionadas com Biosegurança (Peritos, Ministros, e Cimeiras etc.).

383. As posições comuns sobre Biosegurança e Biotecnologia podem ser um grande desafio a realizar no Continente. O melhor que se podia fazer seria ter orientações gerais sobre Biosegurança e Biotecnologia e atribuir uma grande importância à partilha de informações. No entanto torna-se cada vez mais evidente que estas duas questões precisam ser tratadas de uma forma complementar e o Projecto continuará a trabalhar para este fim.

G. INFRA-ESTRUTURA E ENERGIA

384. Durante o período em análise, a Comissão esteve envolvida em várias actividades de importância estratégica na área de infra-estrutura e energia. Prioridade foi conferida à elaboração de políticas e estratégias nos domínios de transporte ferroviário, electricidade, petróleo e gás, Telecomunicações e TIC, correios bem como à implementação de projectos específicos que visam o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de TIC em África. Esses projectos são nomeadamente o projecto VSAT de Governação electrónica para a Comissão da União Africana e seus Escritórios Regionais, o projecto Pan-Africano de Rede electrónica para Tele-ensino e Tele-medicina em colaboração com o Governo da Índia e o projecto de Numeração Unificada de Telecomunicações.

385. A Comissão organizou reuniões consultivas com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), e o Secretariado da NEPAD com o objectivo de analisar as modalidades para a formulação de um Programa Comum de Infra-estrutura para África com base nas várias iniciativas das organizações e no quadro do Mecanismo de Coordenação para o Desenvolvimento de Infra-estrutura adoptado pelas partes interessadas Africanas.

G.I. TRANSPORTE

a. Transporte Aéreo

- i. Reunião de Peritos sobre Directivas para negociação de Acordos de Serviços Aéreos entre os Estados Membros da União Africana (UA) e Comissão Europeia (CE) / Estados Membros da União Europeia (UE).*

386. Uma reunião de Peritos sobre Directivas para a negociação de Acordos de Serviços Aéreos entre Estados Membros da UA e CE/Estados Membros da UE foi realizada na sede da Comissão Económica das NU para a África (CEA) em Adis Abeba, de 25 a 26 de Março de 2008. A reunião foi convocada pela Comissão em conformidade com a Decisão da Terceira Conferência dos Ministros responsáveis pelos transportes aéreos realizada em Adis Abeba de 7 a 11 de Maio de 2007, tal como aprovado pela Decisão EX. CL/350 (XI) adoptada em Acra, Gana, em Julho de 2007. O objectivo da reunião consistiu em analisar a posição comum africana sobre as negociações entre os Estados Membros da União Africana e Comissão Europeia e/ou Estados Membros da União Europeia que destaca as vantagens e desvantagens de um documento sobre a posição juridicamente obrigatória versus não-obrigatória e propôr um projecto de texto documento comum. A reunião concordou com um texto não-obrigatório que foi, posteriormente, submetido à Primeira Sessão da Conferência dos Ministros de Transportes realizada em Argel, Argélia, de 21 a 25 de Abril de 2008.

- ii. Nona reunião do Órgão de Seguimento da Decisão de Yamoussoukro de 1999*

387. A nona reunião do Órgão de Seguimento da Decisão de Yamoussoukro de 1999 sobre liberalização dos mercados de transporte aéreo em África foi realizada na Sede da UA em Adis Abeba, em 25 de Março de 2008. A reunião analisou o Estudo realizado pela Comissão em relação à implementação da Decisão da terceira Conferência dos Ministros responsáveis pelo Transporte Aéreo, realizada em Adis Abeba de 7 a 11 de

Maio de 2007, tal como aprovado pela Decisão EX. CL/350 (XI) adoptada em Acra, Gana, em Julho de 2007 no que diz respeito à atribuição das funções da Agência de Execução da Decisão de Yamoussoukro à Comissão Africana da Aviação Civil (CAFAC). O resultado da reunião foi submetido à Primeira Sessão da Conferência dos Ministros Africanos de Transportes. Um relatório sobre a Conferência foi submetido como um ponto de agenda separado ao Conselho Executivo.

b. Transporte Marítimo

i. Segunda Reunião sobre a Revisão da Carta Africana de Transporte Marítimo

388. A segunda reunião de Peritos para finalizar a revisão da Carta Africana de Transporte Marítimo foi realizada na Sede da União Africana em Adis Abeba, de 19 a 20 de Março de 2008, em conformidade com a decisão da Primeira Conferência dos Ministros responsáveis pelo Transporte Marítimo realizada em Abuja, de 19 a 23 de Fevereiro de 2007, tal como aprovado pela Decisão EX. CL/ 349 (XI) adoptada em Acra, Gana, em Julho de 2007. A Carta Africana de Transporte Marítimo revista foi submetida à Primeira Sessão dos Ministros Africanos de Transportes.

iii. Primeira Sessão da Conferência dos Ministros Africanos de Transportes.

389. A Comissão, em colaboração com o Governo da Republica Popular Democrática da Argélia, organizou a Primeira Sessão da Conferência dos Ministros Africanos de Transportes sob o tema: "Transporte, motor de integração e desenvolvimento sustentável em África." A Conferência foi realizada em Argel, Argélia, de 21 a 25 de Abril de 2008.

390. Os Ministros analisaram e tomaram decisões sobre as principais questões existentes no sector de transportes em África como contidas num documento separado submetido ao Conselho. A Conferência dos Ministros Africanos de Transportes também adoptou a Declaração que é igualmente submetida juntamente com o seu Relatório, que formula a política para o transporte aéreo, marítimo e fluvial, os sub-sectores rodoviários bem como o transporte multimodal.

391. A Conferência actualizou igualmente o Plano de Acção para cada sub-sector.

G.II. ENERGIA

a. Energia Eléctrica

392. Foi lançado o estudo sobre a elaboração da Política Continental e do Plano Director de desenvolvimento do sector eléctrico africano. As principais actividades, em curso, são as seguintes:

- Avaliação da situação actual do sector;
- Elaboração da política continental;
- Preparação do caderno de encargos para a elaboração do Plano Director de desenvolvimento do sector.

393. O estudo basear-se-à em políticas e programas das Comunidades Económicas Regionais (CER). Missões junto das CER, Polos Energéticos Regionais, Organizações das bacias hidrográficas e lacustres bem como instituições africanas implicadas no desenvolvimento do sector da energia eléctrica foram efectuadas na Africa Ocidental, Africa Central, Africa Oriental e Africa Austral. Falta efectuar missões idênticas na Africa do Norte.

394. Um relatório sobre o ponto de situação, a síntese da política continental em matéria de energia eléctrica e sobre o projecto do dossier de concurso para a realização do plano director de desenvolvimento do sector eléctrico africano encontra-se em vias de elaboração. Posteriormente, será organizado um atelier de validação desta fase do estudo com a participação dos representantes das CER, dos Polos Energéticos Regionais e das Instituições especializadas do sector tais como a CEA, o BAD, o Secretariado da NEPAD, AFREC, AFUR, AFSEC e UPDEA.

395. No âmbito da implementação no seio da União africana de uma Estrutura de Coordenação do desenvolvimento dos Grandes Projectos hidroeléctricos de integração, a Comissão lançou um estudo jurídico e institucional a fim de se dotar de um quadro apropriado e seguro para todas as partes envolvidas no desenvolvimento desses grandes projectos. O relatório provisório apresentado pelo consultor responsável pelo estudo foi examinado pela Comissão. O relatório com as observações da Comissão acaba de ser concluído. Um seminário de restituição dos resultados deste estudo será organizado no decorrer do segundo semestre de 2008.

b. Hidrocarbonetos (Petróleo e Gás)

396. Foram concluídos os estudos conjuntos UA/BAD sobre (i) o impacto do aumento do preço do petróleo sobre as economias africanas, (ii) as perspectivas do sector dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) em Africa, e (iii) os mecanismos de implementação e de funcionamento do Fundo Africano do Petróleo. Os resultados dos estudos concluídos foram comunicados aos Estados Membros da União Africana, conforme a solicitação da 8ª Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo da União Africana. Seminários de divulgação dos resultados destes estudos serão organizados no decorrer do segundo semestre de 2008.

397. Relativamente à constituição de um Fundo Africano do Petróleo, este, será instalado no BAD e deverá ficar operacional assim que forem disponibilizados os recursos indispensáveis ao seu arranque, ou seja, um montante mínimo estimado em cem milhões de dólares (US\$). Uma Mesa Redonda dos financiadores e outros parceiros de desenvolvimento será organizada no decorrer do segundo semestre de 2008. Uma contribuição dos países africanos produtores de petróleo ou gás é igualmente esperada. Este fundo utilizará recursos mobilizados junto dos doadores para ajudar os países de fraco rendimento, importadores do petróleo que sofrem fortemente os efeitos do aumento do preço do petróleo. Esta assistência tem por finalidade permitir a esses países enfrentar as dificuldades temporárias da balança de pagamentos. O Fundo actuará como donativo ou empréstimos concessionais ou junção desses dois tipos de instrumentos.

c. Lançamento oficial das actividades da Comissão Africana de Energia (AFREC), 15-17 Fevereiro 2008

398. A Comissão organizou no dia 17 de Fevereiro de 2008 em Argel (Argélia), conjuntamente com o Governo Argelino, a Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis de Energia sobre o lançamento oficial das actividades da Comissão Africana de Energia (AFREC); a Convenção relativa à criação desta instituição entrou em vigor no final de Dezembro de 2006 com a obtenção de quinze ratificações exigidas. Actualmente, 19 países ratificaram a Convenção AFREC e depositaram instrumentos junto da Comissão.

399. No final dos trabalhos, a Conferência adoptou uma Declaração designada “Declaração de Argel”. O relatório sobre esta matéria é apresentado num documento separado para apreciação do Conselho Executivo:

d. Lançamento oficial das actividades da Comissão Electrotécnica Africana de Normalização (AFSEC) e Assembleia-geral Constitutiva, Acra (Gana), 27-28 Fevereiro 2008

400. A Comissão da União Africana procedeu, em 27 de Fevereiro de 2008, em Acra (Gana), ao lançamento oficial das actividades da Comissão Electrotécnica Africana de Normalização (AFSEC) em colaboração com o Governo do Gana. Uma Assembleia-geral Constitutiva foi igualmente realizada a fim de eleger os órgãos estatutários e adoptar os estatutos e regras de procedimentos que regulem o funcionamento da AFSEC. Os objectivos visados pela criação da AFSEC são ,entre outros, dispor de normas técnicas do sector electrico africano harmonizadas com a normalização internacional, favorecer as trocas além fronteiras de energia através das interconexões das redes normalizadas e promover a fabricação e o comércio intra-africano de materiais e de equipamentos eléctricos, reduzindo assim os seus custos e a dependência dos nossos países face aos fabricantes das outras regiões do mundo.

401. Os trabalhos da Assembleia-geral Constitutiva da AFSEC chegaram às principais decisões seguintes:

- Adopção dos Estatutos e Regulamentos da AFSEC;
- Eleição do Comité Directivo de AFSEC constituído por um Presidente, três Vice-Presidentes e um Secretário Executivo ;
- Eleição dos Presidentes dos Comités Técnicos dos Estudos;
- Aprovação do orçamento provisório para 2008;
- Adopção do logotipo da AFSEC.

402. A Assembleia Geral adoptou igualmente uma Declaração sobre a criação da AFSEC como Órgão subsidiário de AFREC. Além disso, a Declaração exorta cada Estado Membro da União a criar um Comité Electrotécnico Nacional e a apoiar activa e financeiramente as actividades da AFSEC.

G.III. TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO (TIC), CORREIOS

a) Projecto de rede Pan-Africano de Serviços relacionados com a Tele-Medicina e Tele-Ensino

403. O projecto de criação pela Índia de uma rede Pan-Africana de serviços ligados por fibra óptica e satélite destina-se essencialmente a fornecer aos 53 Estados Membros da União Africana os serviços de Tele-Ensino e de Tele-Medicina.

404. A nível do continente africano, a rede será constituída por uma Estação Terrena de ligação de rede (Hub) que comunicará via satélite com:

- 53 Estações VSAT instaladas em 53 Hospitais nacionais (um hospital em cada Estado Membro) para a Tele-Medicina, 53 Estações VSAT instaladas em 53 Universidades nacionais (uma Universidade em cada Estado Membro) para a Tele-Ensino;
- 5 Estações VSAT instaladas em 5 Universidades Africanas designadas Universidades Directoras regionais 1 e de 5 Estações VSAT instaladas em 5 Hospitais Africanos chamados Hospitais Super Especializados Regionais 2, contribuindo respectivamente para o fornecimento de serviços de Tele-Ensino e dos serviços de Tele-Medicina da rede ;

405. Na Índia, a rede compreenderá igualmente uma (1) Estação Terrena de ligação de rede (Hub) que comunicará com 6 Hospitais Indianos e 6 Universidades Indianas para fornecer respectivamente os serviços de Tele-Medicina e Tele-Ensino da rede.

406. A Estação Terrena Hub Africana será ligada à Estação Terrena Hub da Índia por cabos submarinos de fibra óptica.

407. A nível do continente africano, a rede terá, por conseguinte :

- Uma Estação Terrena Hub;
- 116 Estações VSAT repartidas da seguinte forma :
 - √ 5 Estações VSAT para as Universidades Directoras Regionais,
 - √ 5 Estações VSAT para os Hospitais Super Especializados Regionais.
 - √ 2 Estações VSAT para cada país, sendo uma VSAT no Centro de Ensino e uma VSAT no Hospital.

408. Dois Acordos foram assinados entre a Comissão da União Africana e a Índia. O primeiro Acordo, entre o Governo da Índia e a Comissão da União Africana, refere-se aos aspectos gerais da criação da Rede Pan-Africana. O segundo Acordo entre a Comissão da União Africana e a Empresa Indiana « Telecommunications Consultants India Limited » (TCIL), é relativo ao fornecimento, instalação, funcionamento e manutenção da rede, pela TCIL, por um período de 5 anos.

409. Além disso, propôs-se aos Estados Membros um Acordo de participação no projecto, a ser assinado com a Empresa Indiana « Telecommunications Consultants India Limited » (TCIL).

b) Implementação do projecto

410. As principais realizações no quadro da implementação do projecto referem-se a:

- Sensibilização dos Estados Membros e seguimento da assinatura do Acordo de participação no projecto;
- Escolha do país de acolhimento da Estação Terrena Hub (Estação principal) da rede ;
- Trabalhos de instalação da Estação Terrena Hub ;
- Escolha de cinco Universidades africanas e de cinco Hospitais africanos (uma universidade e um hospital por região geográfica) devendo servir respectivamente de Universidades directoras e de hospitais super especializados;
- Realização de estudos sobre as tarifas dos serviços que serão prestados e sobre as modalidades e as estruturas de gestão da rede a implementar com o apoio da Índia .
- Inspecção dos sítios das estações VSAT nos Estados que assinaram o Acordo de participação ;
- Preparação dos documentos e organização de reuniões do Comité de Pilotagem.

411. A sensibilização dos Estados Membros e o seguimento da assinatura do Acordo de participação no projecto, foram realizados pela Comissão da União Africana e a Índia. No final de Março de 2008, o Acordo de participação no projecto foi assinado pelos seguintes 29 Estados Membros:

Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Comores, Côte d'Ivoire, Congo, RD do Congo, Djibouti, Egipto, Etiópia, Gabão, Gambia, Gana, Guiné, Malawi, Maurícias, Moçambique, Niger, Nigéria, Uganda, Ruanda, Senegal, Seychelles, Sudão, Tanzânia, Zambia, Zimbabwe.

412. A escolha do país de acolhimento da estação terrena Hub (Estação principal) da rede foi realizada pela Comissão da União Africana com o apoio do Comité de Pilotagem e da Índia. Esta actividade foi concretizada em 2006, com a escolha do Senegal, mais precisamente um sítio em Dacar para a instalação da Estação Terrena Hub da rede.

413. As obras de instalação da Estação Terrena Hub e a inspecção dos sítios das estações VSAT nos Estados que assinaram o Acordo de participação ficaram a cargo da Empresa Indiana TCIL incumbida da engenharia e das instalações dos equipamentos. Em 30 de Abril de 2008, no âmbito destas duas actividades, foram obtidos os seguintes resultados :

- Instalação completa em Dacar e realização com sucesso dos testes de funcionamento da estação Terrena Hub da rede com um satélite de Intelsat;
- Inspecção dos sítios de VSAT de Tele-Medicina e Tele-Ensino de 14 dos 29 países que assinaram o Acordo de participação ;

414. A escolha de 5 Universidades africanas e de 5 Hospitais regionais africanos.

415. Trata-se de escolher, com base em concurso, uma universidade e um hospital para uma região geográfica. Essas 5 universidades e 5 hospitais proporcionarão com 6 universidades e 6 hospitais indianos, respectivamente os serviços de Tele-Ensino e de Tele-Medicina, aos Estados Membros da União.

416. Apesar do esforço de sensibilização desenvolvido pela Comissão da União Africana e o Comité de Pilotagem, foi recebido um reduzido número de candidaturas, ou seja, todas as regiões não submeteram candidaturas. O Comité de Pilotagem realizou a seguinte selecção depois de analisar as candidaturas recebidas:

- 2 Hospitais : Hospital de Ibadan na Nigéria para a região da Africa Ocidental e o Centro Hospitalar Universitário (CHU) de Brazzaville no Congo, para a região da Africa Central ;
- 3 Universidades : o agrupamento de Universidades Kwamé Nkrumah e de Universidade do Gana para a região da Africa Ocidental, a Universidade Makéréré da Uganda para a região da Africa Oriental e a Universidade Yaoundé dos Camarões para a região da Africa Central.

417. Convém realçar que a Índia já seleccionou e assinou os Acordos com as Universidades e Hospitais indianos implicados no fornecimento de serviços de Tele-Medicina e de Tele-Ensino na rede Pan-Africana de serviços.

418. A realização de estudos sobre as tarifas de serviços e sobre as modalidades e estruturas de gestão da rede a estabelecer depois da instalação da Rede já foi decidida pelo Comité de Pilotagem. Para o efeito, dois Grupos Ad Hoc ficaram incumbidos de estudar as questões relativas à gestão e à exploração da Rede, após a finalização da sua instalação.

419. Assim, o primeiro Grupo Ad hoc teve como principal mandato, estudar e propor um Plano de Actividades com uma grelha de tarifas aplicáveis aos serviços de Tele-Ensino e Tele-Medicina fornecidos pela Rede Pan-Africana. As tarifas devem ser estabelecidas numa base não lucrativa, permitindo, no entanto, fazer face aos encargos de exploração e de manutenção no fim da assistência da Índia.

420. O segundo Grupo Ad hoc ficou incumbido de estudar e de propor as modalidades e a estrutura de gestão da Rede. Os resultados dos trabalhos deste Grupo serão destinados a assegurar uma participação apropriada da Africa na gestão da rede durante a presença da Índia, bem como a gestão total e durável da Rede depois da assistência da Índia.

421. Foram solicitados consultores para apoiar os dois grupos Ad hoc, e os resultados dos seus trabalhos serão analisados no decorrer da próxima reunião do Comité de Pilotagem do Projecto.

422. A Comissão da União Africana teve a responsabilidade de preparar e organizar as reuniões do Comité de Pilotagem. Até este momento, já foram organizadas quatro reuniões e a quinta está programada para Julho de 2008.

423. As actividades que serão realizadas no decorrer de 2008 terão como eixo as seguintes prioridades:

- Continuação da sensibilização dos Estados Membros para assinarem o Acordo de participação no projecto;
- Continuação do processo de selecção das Universidades directoras e de Hospitais super especializados nas restantes regiões concernentes;
- Acompanhamento da instalação das estações VSAT nos Estados que já assinaram o Acordo de Participação no projecto e cujos sítios foram validados;
- Finalização e implementação das conclusões dos estudos sobre as tarifas dos serviços que serão prestados e sobre as modalidades e estruturas de gestão da rede.

c) Projecto de Governação electrónica (VSAT)

424. No âmbito da transformação institucional da União africana, o projecto e-Governação (VSAT) da União africana destina-se a assegurar a conexão total e o fornecimento dos serviços modernos de telecomunicações entre a Sede da Comissão e os escritórios regionais, as representações no exterior, as Comunidades Económicas Regionais e os Estados Membros, graças à instalação de uma rede de interconexão por satélite. O projecto, permitirá à União africana dispor de um sistema de Comunicação e, por conseguinte, de uma maior autonomia em termos de serviços e de disponibilidade. Uma antena será instalada ao nível de cada um dos respectivos sítios de modo a permitir à União Africana fornecer serviços de videoconferências, de acesso à Internet com mais facilidade, de telefone sobre a Protocolo de Internet (IP) e de facilidades à gestão integrada dos dados.

425. A implementação do projecto está muito avançada. Com efeito, a construção da estação central (HUB) na Sede da CUA ,em Adis Abeba, já terminou e a rede foi oficialmente inaugurada em 25 de Maio de 2007 por ocasião do Dia da Africa. Actualmente, as comunicações via Internet da Comissão da União são efectuadas através desta estação central. Todos os equipamentos estão no local em todos os sítios. Em 30 de Novembro de 2007, a instalação terminou em 50% dos sítios. Todos os trabalhos de instalação da rede deveriam terminar no mês de Dezembro de 2007.

426. É importante sublinhar que uma das principais razões do atraso na execução do projecto é a obtenção das licenças de VSAT. Apesar da resolução dos Chefes de Estados e de todas as diligências da Comissão para obter essas licenças a tempo, em 30 de Novembro de 2007, não foram obtidas essas licenças nos seguintes países: Egipto e Djibuti. As licenças obtidas foram concedidas para um ano, para 2007. Receia-se que o processo de renovação não seja para recomeçar em 2008 e que a isenção também não seja limitada. Porém, o projecto só poderá ser viável se forem liberados os encargos ligados às licenças.

d) Harmonização das políticas e quadros regulamentares de Telecomunicações e das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC)

427. A Comissão iniciou estudos sobre a elaboração de um quadro harmonizado de referência de política e de regulamentação, favorável ao desenvolvimento harmonioso e rápido das redes e serviços regionais e continentais de telecomunicações e das TIC.

428. Os principais resultados esperados do estudo são :

- Um quadro harmonizado de referência de política de desenvolvimento do sector das telecomunicações e das TIC e de práticas regulamentares, aplicáveis ao nível das regiões e ao nível continental, nomeadamente orientações estratégicas , etc.
- A identificação dos estudos transversais prioritários a realizar;
- Um mecanismo apropriado de concertação e de cooperação entre agentes e principais parceiros, sobretudo para reforçar as abordagens comunitárias nas acções de desenvolvimento do sector;

429. Um Comité de Alto Nível (CHN), composto por peritos das CER, de instituições, de organizações regionais e internacionais especializadas, foi constituído em Julho de 2006 para apoiar a Comissão na implementação do projecto. O relatório do estudo foi adoptado pelo CHN por ocasião da sua quarta reunião realizada de 3 a 5 de Outubro de 2007 em Adis Abeba. As conclusões do estudo foram submetidas à Segunda Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas Comunicações e Tecnologias de Informação realizada em Maio de 2008 no Cairo. Um relatório desta Conferência é apresentado ao Conselho num documento separado.

e) Projecto de criação de um Espaço Unificado de Enumeração de Telecomunicações em Africa

430. O projecto de criação de um espaço unificado de enumeração (ATNS) tem por objectivo reforçar a interconexão das redes TIC africanas que permitem aos operadores construir redes associadas com pontos de trocas de Internet africanos. Representa também e sobretudo um simbolo poderoso para a unidade e para a integração africana.

431. O estudo preliminar e o estudo de oportunidades económicas e de potenciais serviços oferecidos por este espaço unificado de enumeração (ATNS) foram concluídos. Permitiram identificar os potenciais serviços do ATNS e as oportunidades oferecidas aos actores do sector, bem como a estrutura-padrão da primeira rede ATNS denominada ARINET.

432. Será necessário obter, junto da União Internacional das Telecomunicações, um indicativo (+28 ou 288) de país comum ou grupo de países africanos que coexistirá com os indicativos internacionais individuais actuais dos países. A procura será feita junto da instituição por um grupo de países. Para este fim, a Comissão elaborou e transmitiu aos Estados para assinatura, um Memorando de Acordo (MoU-ATNS) de participação no projecto.

433. Em 30 de Novembro de 2007, apenas quatro (4) países assinaram o MoU-ATNS de participação no projecto e três (3) países notificaram a sua decisão de não participar.

434. Foi retomado contacto junto dos Estados a fim de obter um mínimo de 10 Estados e se possível repartidos em todas as 5 regiões geográficas para formar o bureau dos Signatários do MoU-ATNS.

f) Harmonização das Políticas e regulamentos dos correios e estratégias para o reforço do sector postal em Africa

435. A Comissão realizou um estudo sobre a harmonização das Políticas e regulamentos dos correios e as estratégias para o reforço do sector postal. Depois de uma verificação exaustiva do estado do subdesenvolvimento do sector, bem como a necessidade de reforma para o sector, o estudo preconiza políticas estratégicas assim como directivas e modelos regulamentares que permitiriam desenvolver este sector importante. Essas directivas e modelos referem-se essencialmente a:

- Condições do plano de uma reforma postal bem sucedida
- Modos de financiamento da reforma
- Esboço de uma estrutura de comercialização da empresa postal

436. O estudo foi adoptado ao nível do Departamento das Infra-estruturas e de Energia. As conclusões e recomendações do estudo serão submetidas à Segunda Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas Comunicações e Tecnologias de Informação que se realizará em Maio de 2008, no Cairo. Um relatório desta Conferência será apresentado à Cimeira.

G.IV. OUTRAS ACTIVIDADES

b) Segunda Conferência dos Ministros de Energia da Africa e da América Latina e Caraïbas, CANCUN (Mexico), 2-3 de ABRIL de 2008

437. A Segunda Conferência dos Ministros de Energia da Africa, da América Latina e das Caraïbas (AFROLAC II), realizou-se em Cancun (Mexico), em 3 de Abril de 2008. AFROLAC é um Quadro de diálogo Ministerial das Regiões Africa, América Latina e Caraïbas, que tem por objectivo promover a cooperação e intercâmbio em relação aos desafios actuais enfrentados pelos países das duas regiões no sector energético. A conferência tinha por objectivo apresentar uma visão geral dos desafios e das oportunidades do sector energia bem como das possibilidades de cooperação com vista a uma melhoria do acesso e da segurança energética das duas regiões.

438. Da conferência saiu uma declaração articulada à volta dos principais pontos:

- Urgência de rentabilizar as experiências e as tecnologias desenvolvidas pelos nossos respectivos países através de mecanismos de troca de informações, de competências e de desenvolvimento de programas de formação piloto por OLADE e AFREC ;
- Concretização de projectos conjuntos para os quais OLADE e AFREC deverão formular um Plano de Acção de 2008-2010 antes do final de 2008 ;
- Promoção de tecnologias que valorizam o potencial das duas regiões evitando uma exploração não racional dos recursos;
- Apelo lançado às agências de cooperação e às instituições multilaterais de financiamento para definir em conjunto com os países das duas regiões, as estratégias e os planos de acções destinados a aumentar o acesso e o aprovisionamento de energia;
- Necessidade de acelerar o acesso à electricidade das populações urbanas e rurais, recorrendo nomeadamente às fontes de energias renováveis;

- Substituição progressiva da biomassa energética particularmente lenha pelas fontes de energias alternativas, sobretudo no meio rural;
- Importância de promover os biocombustíveis sem comprometer a segurança alimentar das nações.

b) A Conferência Internacional sobre as Energias Renováveis em África, Dacar (Senegal), 16-18 Abril 2008

439. De 16 a 18 de Abril de 2008, realizou-se em Dacar (Senegal), a Conferência Internacional sobre as Energias Renováveis em África, sob o Alto Patrocínio do Mestre Abdoulaye WADE, Presidente da República do Senegal. Tinha por principal objectivo debater as possibilidades de desenvolvimento a grande escala das energias renováveis em África, com vista a aumentar o nível de acesso em geral a essas energias renováveis e a reforçar a segurança energética.

440. Esta conferência foi conjuntamente preparada e organizada pelo Governo do Senegal, a Comissão da União Africana, o Ministério da Cooperação Económica e do Desenvolvimento da República Federal de Alemanha e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI). Permitiu reunir os principais intervenientes e decisores de alto nível do sector de energia, com vista a dar melhores orientações e a comprometer-se no quadro de um plano de acção que leva em consideração a situação energética da África, os ensinamentos das experiências africanas e outras em matéria de energias renováveis.

441. A conferência foi sancionada, de um lado, pela declaração designada « Declaração de Dacar » que se refere aos seguintes princípios:

- Encorajar as instituições nacionais a concentrar-se nas fontes de energias renováveis para as quais elas possuem uma vantagem comparativa;
- Aderir ao princípio de complementaridade dando a preferência às iniciativas das mais viáveis e aos níveis apropriados ;
- Conceder aos projectos de promoção das energias renováveis as mesmas vantagens que os das energias convencionais, tais como vantagens fiscais e outras formas de subvenções;
- Desenvolver indicadores de desenvolvimento durável das energias renováveis aceites por todos os actores e;
- Assegurar que foram consideradas energias renováveis nas iniciativas de produção de electricidade e nas outras aplicações.

442. Por outro lado, a conferência discutiu e adoptou provisoriamente um plano de acção (em vias de finalização) baseado em cinco programas abaixo referidos:

- Políticas, regulamentos e quadro institucional ;
- Desenvolvimento das capacidades e das competências ;
- Desenvolvimento das estratégias financeiras ;
- Energias renováveis, nomeadamente o hidroelectricidade como base de desenvolvimento das empresas e da indústria;
- Actividades transversais.

c) Conferência sobre as Reformas do Sector Eléctrico Africano, Bruxelas (Belgica)

443. A convite da União dos Produtores, Transportadores e Distribuidores de Energia Eléctrica de África (UPDEA), a Comissão participou na Conferência intitulada "Electricidade em África: as reformas trazem soluções aos desafios do sector" realizada de 27 a 28 de Março de 2008 em Bruxelas.

444. O objectivo da Conferência foi de aprofundar a reflexão sobre as vias e os meios de melhorar o acesso à electricidade em África, apoiando-se nos resultados de um estudo realizado pela UPDEA e relativo à avaliação das reformas conduzidas em 19 países situados nas diferentes regiões do continente africano. O estudo foi financiado pela Facilidade para o Clima dos Negócios ACP (BizClim), um programa do Grupo dos Estados ACP e da Comissão Europeia.

445. De um modo geral, constatou-se que as reformas operadas no sector de electricidade, há mais de uma dezena de anos, tiveram resultados mitigados e não tiveram impactos significativos nem sobre o nível de electrificação na maior parte dos países africanos, nem sobre a mobilização dos investimentos internacionais. As causas maiores do fracasso assinalado são entre outras: a precipitação na fase preparatória das reformas, a falta de realismo dos decisores, nomeadamente na fixação de objectivos contratuais, e a gestão não concertada do processo de reestruturação do sector.

446. Da Conferência saiu as principais recomendações seguintes:

- A reforma do sector eléctrico continua a ser indispensável em todos os países africanos para a melhoria da qualidade de serviço e desenvolvimento do sector;
- A reforma não significando necessariamente privatização do capital ou da gestão; cada país deveria instaurar uma disciplina de gestão do sector que define e observa claramente o papel e as responsabilidades dos diferentes actores;
- A intervenção do sector privado é muito recomendada; entretanto os governos deveriam negociar bem os contratos a fim de estabelecer as parcerias mutuamente vantajosas.

447. A Conferência de Bruxelas terminou com uma nota de satisfação dos participantes e permitiu dispor de informações interessantes sobre esta importante questão das reformas dos serviços públicos de electricidade, susceptíveis de contribuir para a elaboração das estratégias que ajudarão a conduzir essas reformas com mais sucessos nos diferentes sectores das infra-estruturas.

448. A Comissão exorta os Estados Membros a empreender ou a continuar as reformas estruturais dos serviços públicos nomeadamente no quadro de uma parceria público – privada, inspirando-se nas experiências adquiridas um pouco por todo o lado em África e no mundo. A escolha do modelo de reforma realça a soberania e da especificidade de cada Estado, partindo do princípio que a privatização dos serviços públicos não é a panaceia do sucesso das reformas. A parceria pública – privada a encorajar deveria ser mutuamente vantajosa.

d) 4ª Reunião anual do Consórcio do G8 para as Infra-estruturas em África (ICA)

449. A Comissão participou na 4ª Reunião Anual do Consórcio do G8 para as Infra-estruturas em África que é uma iniciativa do antigo Primeiro Ministro do Reino Unido, Tony BLAIR, lançada em 2005 e destinada a aumentar a mobilização dos recursos financeiros necessários à implementação do Plano de Acções a Curto Prazo (PACT) da NEPAD. Depois do lançamento do Consórcio, três reuniões já foram realizadas, nomeadamente em Tunes (Tunísia) em 2005, em Adis Abeba (Etiópia) em Junho de 2006 e em Berlim (RFA) em Janeiro de 2007. A 4ª reunião em Tóquio deveria marcar um novo impulso na mobilização de recursos financeiros a favor do desenvolvimento das infra-estruturas em África.

450. Esta reunião inscreve-se na perspectiva de melhorar o nível de mobilização dos recursos necessários à realização do Programa a Curto Prazo (PACT) da NEPAD.

451. Foi precedida de uma concertação entre as Partes interessadas africanas, com uma ênfase especial sobre as questões de colaboração entre os parceiros de África. Efectivamente, devido à escassez de recursos, os projectos continentais recorrerão a co-financiamentos relacionados com instituições financeiras de procedimentos diferentes. Convém que esses procedimentos sejam flexíveis a fim de não submeter as partes interessadas a constrangimentos derivados dos procedimentos de cada Instituição. Foi também uma questão de implicar os recursos dos países emergentes (China, Índia, Coreia, Brasil..) e os outros Fundos disponíveis (Fundos árabes : do Kuwait, da Arábia Saudita...).

452. Na mesma ordem de ideia, a Reunião de Tóquio sublinhou a importância de considerar a Parceria Público - Privada (PPP), como uma outra forma de financiamento para o qual as condições de implementação devem ser rapidamente criadas em África, nomeadamente a vontade política, o quadro institucional e o reforço das capacidades, com vista a evitar os fracassos das iniciativas anteriores da última década, nomeadamente com as privatizações não controladas.

453. As Partes africanas informaram os membros do Consórcio sobre a iniciativa de associar todos os programas de desenvolvimento das infra-estruturas em África num Programa Único. Esta diligência resulta da necessidade de coordenação ligada ao novo contexto com uma Comissão da União Africana que deve desempenhar o papel de coordenação, de harmonização e de liderança continental. No quadro desta coordenação, será necessário elaborar uma série de critérios de priorização de projectos regionais para melhor apreciar as prioridades africanas.

454. Por outro lado, no decorrer desta Reunião, a Parte japonesa informou os participantes da realização iminente da reunião do G8 e da 4ª edição da Conferência de Tóquio para o Desenvolvimento da África (TICAD) sobre o tema « África que ganha... », e em que as infra-estruturas ocupam um lugar essencial.

455. À margem deste encontro, o Comité de Pilotagem do estudo sobre o Diagnóstico das infra-estruturas por país em África (Diagnóstico Nacional da Infra-estruturas em África - AICD) realizado pelo Banco Mundial, reuniu-se para fazer o ponto de situação desta actividade. Este estudo AICD tem por objectivo recolher informações necessárias ao conhecimento da situação das infra-estruturas nos vários países africanos. A conclusão está prevista para Junho de 2008. Constitui uma verdadeira monografia que

apenas abrange vinte e quatro (24) países, daí a recomendação de uma segunda fase que considere os outros países restantes.

e) Tour de Table de Saly Portudal (Senegal)

456. O Presidente do Senegal, Mestre Abdoulaye WADE, Coordenador das Infra-estruturas da NEPAD, organizou em 24 de Janeiro de 2008 em Saly Portudal (Senegal), um Tour de Table para o financiamento das infra-estruturas da NEPAD, dando assim seguimento ao anúncio efectuado por ocasião da Cimeira UE - Africa de Lisboa, em Dezembro de 2007. Este Tour de Table foi antecedido de uma reunião de Peritos, em 23 de Janeiro de 2008.

457. O principal objectivo deste Tour de Table foi:

- Aprovar uma lista de projectos regionais e continentais de primeira prioridade em matéria de infra-estruturas; e
- Sensibilizar os Doadores para financiamento de estudos e realização dos referidos projectos no decorrer dos cinco proximos anos.

458. No decorrer desta reunião, um programa de primeira prioridade foi apresentado pelo Mestre WADE e compreendia essencialmente infra-estruturas hidroeléctricas, rodoviárias e ferroviárias, incluindo os pontos de integração.

459. Este programa foi submetido à apreciação dos financiadores convidados para a reunião, nomeadamente : o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), União Europeia (UE), Agencia Francesa de Desenvolvimento (AFD), Banco de Investimento e de Desenvolvimento Comunitário (BIDC). A União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) participou igualmente na reunião na qualidade de contribuinte financeiro.

460. O resultado do Tour de Table demonstrou um manifesto interesse dos Doadores, cujo montante das contribuições, em curso e esperadas, eleva-se a cerca de vinte e cinco milhões de dólares (US\$). Este montante que não foi especificamente afectado aos diferentes projectos submetidos deve ser reexaminado pela Comissão da União africana, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento.

461. A reunião concluiu, entre outros, sobre a necessidade de:

- A Comissão da União Africana convocar uma reunião de coordenação com as outras partes interessadas (BAD, Secretariado da NEPAD, CÉR, etc.) para examinar as modalidades de finalização e de implementação desse programa;
- A necessidade de considerar, em matéria de integração, o caso específico dos países insulares tais como Ilhas Maurícias, Madagascar, Comores, Cabo Verde, Seychelles, através do desenvolvimento do transporte aéreo, do transporte marítimo, das telecomunicações e das TIC ;
- A implementação de medidas de facilitação de tráfegos a fim de eliminar os numerosos canais de estrangulamentos observados ;
- A coordenação do desenvolvimento das infra-estruturas pela Comissão da União Africana, de acordo com o seu mandato, a necessária coordenação com as CER e outros parceiros que intervêm nos projectos de infra-

estruturas no Continente, a fim de saber « quem faz o quê ? » e « quem financia o quê » e de regularizar.

- A integração dos projectos das regiões no programa da União Africana
- O envolvimento do Sector Privado africano.

f) Parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento

462. No quadro do Protocolo de Acordo assinado em Fevereiro de 2006, entre a Comissão da União Africana (CUA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para a Africa (CEA), uma aceleração da colaboração foi observada entre a CUA e o BAD, nomeadamente através da elaboração do programa único baseado na fusão das iniciativas comuns de desenvolvimento das infra-estruturas em Africa (Planos Directores e Quadro Estratégico a médio e longo prazo da NEPAD).

463. Na mesma linha, convém igualmente mencionar as acções que se seguiram à Cimeira UE – Africa de Lisboa e ao Tour de Table de Saly Portudal (Senegal), como acima referido.

g) Parceria UE-Africa para as Infra-estruturas

464. No quadro da implementação da Parceria, um Acordo de Financiamento de um montante de 10 Biliões de Euros foi assinado em 20 de Fevereiro de 2008 entre a Comissão Europeia e o Secretariado dos Estados da Africa, Caraïbsa e Pacífico (ACP). Este acordo inscreve-se no quadro do 9º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), e visa o financiamento das acções preparatórias e dos estudos de projectos concretos nos domínios do Transporte, Energia e das Tecnologias de informação e de Comunicação.

465. Além disso, e conforme o acordado no lançamento oficial da Parceria UE-Africa para as infra-estruturas, em 24 e 25 de Outubro de 2007 em Adis Abeba, (Etiopia), a Comissão da União Africana lançou um concurso internacional para o recrutamento de um Gabinete de Consultores para assistir o Departamento das Infra-estruturas e de Energia na implementação dos programas e actividades constantes no quadro desta Parceria. O processo de recrutamento prossegue em colaboração com a Comissão Europeia.

H. ASSUNTOS ECONÓMICOS

H.I. FÓRUM DO SECTOR PRIVADO AFRICANO

466. O Fórum do Sector Privado Africano, sob o tema: “O Esforço Industrial de África: o Sector Privado e a Cidadania Empresarial”, organizado conjuntamente pela Comissão da União Africana e a UN Global Compact, foi realizado em Adis Abeba, Etiópia, a 22 e 23 de Janeiro de 2008. Um relatório separado foi submetido à consideração do CRP.

467. Os objectivos do Fórum foram avaliar a situação do desenvolvimento económico de África e analisar as lições de outras experiências regionais; sublinhar a importância da boa gestão empresarial e da cidadania empresarial promovida pelo UN Global Compact para o desenvolvimento comercial; analisar o potencial papel do sector privado na aceleração do desenvolvimento económico de África; apresentar as boas práticas do sector privado que contribuem para o desenvolvimento sustentável; e promover parcerias entre o sector público e o privado (PPP). Foram analisados três temas, nomeadamente (i) Acelerar o Desenvolvimento Industrial de África com a Gestão de Empresas e Instrumentos de Cidadania Empresarial; (ii) Realizar a Transformação Económica em África: O Papel das Parcerias Público-Privado (PPP); e (c) O Papel do Sector Privado no Apoio à Promoção da Integração Regional em África. A principal conclusão do Fórum foi uma declaração do sector privado com um conjunto de recomendações para cada um dos três temas discutidos. Para cada um destes temas foram afectadas responsabilidades definidas do sector público e privado prevendo-se que a implementação dessas recomendações contribuam para reformar o importante papel do sector privado em ajudar o continente a realizar as suas aspirações de desenvolvimento sócio-económico.

H.II. DIÁLOGO ÁFRICA - UE

468. Na sequência da adopção da Estratégia Conjunta África-UE e seu Primeiro Plano de Acção na Cimeira de Lisboa, realizada a 8 e 9 de Dezembro de 2007, a Comissão tomou uma série de medidas destinadas a garantir a efectiva implementação, entre as quais a elaboração de uma proposta de abordagem de implementação que foi apresentada aos Estados-membros e outros intervenientes para as necessárias contribuições e orientações futuras.

469. A abordagem proposta contém os elementos seguintes:

- i) A formação de um grupo de trabalho inter-departamentos na Comissão da UA;
- ii) A formação de um Grupo de Peritos para cada uma das oito parcerias do Primeiro Plano de Acção. Foi solicitado aos Estados-membros para manifestarem o seu interesse nas várias parcerias e disponibilizarem peritos;
- iii) A criação de uma função de coordenação técnica para servir de ligação entre os Grupos Conjuntos de Técnicos e a Troïka. Há três possibilidades: (a) Manter o formato existente de Troïka Clássica; (b) Formar um Comité Director composto por um representante africano e um europeu por parceria; um representante da CUA, da CE e do Conselho Europeu; o Presidente do CRP e representantes das CERs; e (c) Distribuir as parcerias

entre as cinco regiões e desenvolver uma estrutura de coordenação por região, cada uma incluindo a respectiva CER, a Troika da UA e a Troika da UE.

470. A Comissão organizou duas consultas regionais para apresentar a abordagem proposta e elaborar um consenso sobre as perspectivas futuras. A primeira foi realizada em Ouagadougou, Burkina Faso a 19 e 20 de Março de 2008 para as regiões do Norte, Central e Ocidental; e a segunda em Maseru, Lesoto, a 14 e 15 de Abril de 2008 para as regiões Oriental e Austral. Os resultados previstos foram: a) ajudar na criação de Grupos Conjuntos de Especialistas da Parte Africana; (b) identificação de projectos concretos a serem financiados; (c) indicação inicial do interesse dos Estados-membros nas várias parcerias; e (d) identificação de recursos a serem disponibilizados pelos Estados-membros para a implementação do Primeiro Plano de Acção.

471. Entre as recomendações essenciais destacam-se:

- i) A parte Africana deve adoptar uma estrutura que funcionou efectivamente no passado, nomeadamente a Troika, que deve ser melhorada para funcionar melhor. Foi igualmente recomendado o envolvimento das CERs;
- ii) As CERs devem ter algum papel na implementação do Plano de Acção;
- iii) O diálogo deve ser abrangente. A este respeito, devem ser realizados esforços para garantir a participação das CERs e da sociedade civil nos compromissos futuros;
- iv) Deve-se garantir a integração das mulheres e da questão do género em todos os programas, projectos e actividades na implementação do Primeiro Plano de Acção;
- v) Foi sugerido que no caso de haver dificuldade em implementar todas as oito parcerias dentro do prazo estabelecido, seria bom estabelecer prioridades e incidir na implementação de algumas parcerias seleccionadas. Deve-se dar prioridade aos projectos/programas actualmente em curso; e
- vi) Quanto à questão dos chefes de fila, foi sugerido que deve haver sabedoria na sua escolha tendo em conta a experiência acumulada com o tempo. Contudo, deve-se explorar meios criativos que façam o sistema funcionar com mais eficácia.

472. A parte Africana terá discussões com a parte Europeia com vista a harmonizar as abordagens de implementação. A adopção de um mecanismo eficaz de implementação é uma condição essencial para a realização dos objectivos estipulados nas oito parcerias do Primeiro Plano de Acção. A este respeito, a Comissão continuará a fazer tudo para realizar esses objectivos.

H.III. CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

473. O processo de criação das instituições financeiras africanas instituídas pelo Artigo 19º do Acto Constitutivo da União Africana, registou progressos recentes, particularmente o Banco Africano de Investimento (BAI) e o Fundo Monetário Africano (FMA). Para o Banco Central Africano (BCA) devem ser realizados esforços suplementares daqui até ao fim do ano.

474. Com efeito, relativamente ao Banco Africano de Investimento, depois da assinatura de um Protocolo de Acordo entre a Grande Jamahiriya Líbia, país que acolhe a sede desta instituição, e a Comissão, o Comité Director responsável pela

realização dos trabalhos de preparação para o estabelecimento desta instituição devia entrar em funções no início de Junho de 2008, tendo os seus membros sido designados. As instalações e o equipamento indispensáveis ao funcionamento do Comité, fornecidos pela Grande Jamahiriya Líbia foram recebidos em fins de Abril de 2008.

475. Convém notar que o mandato do Comité é, em princípio, de um ano e termina em fins de Junho de 2009. No final dos seus trabalhos, o Comité deverá entregar o seu relatório e as suas recomendações que deverão incidir essencialmente na estrutura organizacional e do BAI ; o capital social e as modalidades de subscrição; os cadernos de encargos do Banco; o projecto de Protocolo de criação do BAI; etc.

476. Relativamente ao Fundo Monetário Africano, o protocolo de acordo relativo ao Comité Director responsável pelos trabalhos preliminares foi assinado entre o Governo dos Camarões, país que acolhe o FMA, e a Comissão em Abril de 2008. Em fins de Maio, a Comissão lançou o processo de recrutamento dos membros deste Comité, que deverá iniciar as suas actividades no último trimestre de 2008.

477. Relativamente ao Banco Central Africano, os contactos prosseguem com as autoridades da Nigéria, país que acolhe esta instituição, para finalizar e concluir o Protocolo permitindo a criação e o funcionamento do seu Comité Director. Por outro lado, o estudo sobre a estratégia do BCA, decidido pela Comissão e a Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) deverá ser lançado daqui até Julho de 2008.

H.IV. BOLSA PAN AFRICANA DE VALORES

478. O estudo de viabilidade da Bolsa Pan Africana de Valores, realizado em conformidade com a Decisão Assembly/AU/Dec.109(VI) de Khartoum de 2006, será analisado pelos peritos dos Estados-membros bem como pelas respectivas instituições daqui até Agosto de 2008. As conclusões e recomendações saídas da reunião de peritos serão em seguida apresentadas para validação a uma reunião dos Ministros responsáveis pelas Finanças antes de serem submetidas à Cimeira da União Africana, em Janeiro de 2009.

H.V. ESTUDO SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM ROTEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS MICROFINANÇAS EM ÁFRICA

479. A CUA encomendou um estudo sobre a Elaboração de um Roteiro para o Desenvolvimento das Micro Finanças em África. O objectivo principal do estudo é propor um conjunto mínimo de políticas e estratégias, incluindo o quadro jurídico regulador e operacional, para o desenvolvimento de serviços e infra-estruturas de micro-finanças em África. Este estudo tem em conta o papel fundamental que as micro finanças desempenham no envolvimento dos pobres em empresas produtivas, sustentáveis e geradoras de rendimento que, sem dúvida, contribuem para o crescimento económico de África.

480. O estudo evoluiu satisfatoriamente durante o primeiro semestre de 2008 tendo sido apresentado um projecto de relatório, que será validado num seminário de peritos a ter lugar brevemente. Prevê-se que o roteiro crie oportunidades para resolver os estrangulamentos que entravam as micro finanças no continente, ajudando assim nos esforços de redução da pobreza em todo o continente, entre outros aspectos.

H.VI. CARTA AFRICANA DE ESTATÍSTICAS

481. O projecto da Carta Africana de Estatísticas foi analisado pela Primeira Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros Africanos da Economia e Finanças da UA e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA, realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 1 e 2 de Abril de 2008. A Conferência aprovou o Projecto de Carta e recomendou a sua análise por juristas e apresentação ao Conselho Executivo da UA numa reunião agendada para Outubro de 2008. Em seguida, o Projecto de Carta será submetido ao Conselho Executivo, em Janeiro de 2009.

482. Entretanto, foram encomendados dois estudos, a saber (i) Mecanismo de implementação para a implementação da Carta; e (ii) Viabilidade de criação de um Fundo para o desenvolvimento das estatísticas em África. O relatório destes dois estudos será apresentado numa reunião de validação do Sistema Africano de Estatísticas em Julho de 2008, em Abidjan, Côte d'Ivoire.

H.VII. BASE DE DADOS DA UA

483. Foi desenvolvida uma Base de Dados Estatísticos da UA. A estrutura, bem como a interface da Base de Dados da UA está pronta. A Base de Dados é formada por cinco partes, nomeadamente as estatísticas geográficas e climáticas; estatísticas demográficas e sociais; estatísticas económicas; estatísticas sobre a governação, a participação, a paz e a segurança; e estatísticas sobre a integração africana. A Base de Dados será disponível em fins de Agosto de 2008.

H.VIII. ANUÁRIO DE DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

484. O Anuário de Dados Económicos e Financeiros de 2008 será publicado em fins de Setembro de 2008. Este anuário orientará os decisores políticos, os investigadores e outros sobre o desenvolvimento económico e questões de integração no continente.

485. Foi enviado um questionário a todos os Bancos Centrais dos Estados Membros da UA solicitando dados financeiros e económicos dos seus países e, até 13 de Maio de 2008, a Comissão recebeu dados de 14 países. Foram enviadas notas lembrando os países que não responderam ao pedido da Comissão. Os Estados Membros, que ainda não o fizeram, são convidados a enviar as respectivas informações.

H.IX. RELATÓRIO SOBRE A POPULAÇÃO AFRICANA

486. A elaboração do Relatório de 2008 sobre a População Africana está em curso. Foram realizadas várias reuniões com representantes da Comissão e o FNUAP para discutir os termos de referência do relatório. O relatório terá duas partes, uma descritiva e outra analítica. A Comissão elaborou uma proposta para o tema e a estrutura do relatório. A proposta será analisada e a equipa começará a elaboração do relatório cuja conclusão está prevista para Outubro de 2008.

H.X. PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DA ECONOMIA E FINANÇAS DA UA E A CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA CEA

487. A proposta da realização de reuniões anuais conjuntas da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da União Africana e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para a África foi aprovada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana na sua reunião realizada em Acra, em Julho de 2007. Em seguida, a primeira reunião conjunta sobre o tema “Realizar os Novos Desafios de África no Século XXI” foi realizada no Centro de Conferências das Nações Unidas em Adis Abeba, Etiópia, de 31 de Março a 2 de Abril de 2008, tendo sido precedida por uma reunião técnica de preparação do Comité de Peritos, de 26 a 29 de Março de 2008.

488. O objectivo da reunião conjunta foi, entre outros, apresentar uma medida coerente e racionalizada para reunir os Ministros importantes e também fornecer um quadro para reforçar a colaboração entre a UA e a CEA e ser uma oportunidade para abordar os desafios imediatos e a longo prazo, a fim de melhorar as condições humanas dos seus povos e acelerar a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

489. Entre as conclusões da reunião destacam-se as seguintes: (i) os Ministros reiteraram o seu compromisso de fazer da criação de empregos um objectivo fundamental das suas políticas económicas e sociais aos níveis nacional, regional e continental para o crescimento sustentável e a redução da pobreza; e (b) os Ministros aprovaram a criação do Centro Africano de Políticas sobre o Clima para servir de braço político do programa Clim-Dev Africa, uma iniciativa da Comissão da União Africana, Comissão Económica para África e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

H.XI. FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO AFRICANA

490. O início da União Africana (UA) realçou a necessidade de rever o financiamento das actividades da Instituição tendo em conta o seu novo mandato alargado. A Cimeira de Maputo reconheceu a necessidade de identificar novas fontes alternativas de financiamento da União Africana e solicitou a realização de estudos. Foram feitas várias propostas sobre o financiamento sustentável e muitos estudos foram realizados sobre algumas das propostas, tais como a taxa sobre as importações de produtos fora da União, a taxa sobre o seguro e a taxa sobre os bilhetes de avião.

491. A Comissão foi incumbida de rever as várias propostas e apresentar recomendações para a tomada das respectivas decisões pelos órgãos pertinentes da União. A Comissão está a tomar as medidas necessárias para submeter os resultados à Cimeira de Janeiro de 2009.

H.XII. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILENIO

492. Em colaboração com a Comissão Económica para a África, a Comissão da União Africana realizou um estudo sobre a realização dos ODM em África. O relatório foi apresentado à Primeira Conferência Conjunta da Conferência dos Ministros da

Economia e Finanças da UA (CAMEF) e a Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CA.

493. Provas recentes demonstram que os progressos registados em África na realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio na data limite de 2015, estão a aumentar embora haja ainda muito por fazer. Foram registados progressos significativos em relação a indicadores como educação primária universal e igualdade do género. De acordo com o estudo, a África está atrasada na realização dos ODM apesar de alguns países terem feito progressos em relação a alguns ODM. Por conseguinte, a África e os parceiros devem conjugar esforços para garantir que os ODM sejam realizados na meta prevista de 2015.

494. O Secretário Geral das Nações Unidas criou o Grupo Director dos ODM para a África e o Grupo de Trabalho sobre os ODM em África depois de ter lançado uma iniciativa para mobilizar todos os recursos do Sistema das Nações Unidas e seus parceiros no apoio à realização dos ODM em África. A iniciativa sublinhou a responsabilidade primária dos governos africanos na realização dos objectivos e a necessidade de organizações internacionais apoiarem estratégias dirigidas por países. Incidiu na resolução das lacunas na forma como o sistema internacional apoia os países africanos na realização dos objectivos. O Presidente da Comissão é membro do Grupo Director enquanto que o Comissário dos Assuntos Económicos é membro do Grupo de Trabalho.

495. Durante o primeiro semestre de 2008, a Comissão participou nas reuniões do Grupo de Trabalho e do Grupo Director. A Terceira Reunião do Grupo de Trabalho sobre os OMD em África foi realizada a 28 de Fevereiro de 2008 em Nova Iorque, e constituiu uma oportunidade para rever e finalizar as recomendações dos grupos temáticos, nomeadamente Agricultura e Segurança Alimentar, Educação, Saúde, Infra-estruturas e Facilitação do Comércio, Estatísticas, Previsibilidade da Ajuda e Implementação dos ODM a nível dos países.

496. A Segunda reunião do Grupo Director dos ODM em África foi realizada em 10 de Março de 2008 em Nova Iorque. A reunião analisou, reviu e aprovou as recomendações e fez comentários sobre os projectos de planos comerciais, que foram propostos pela reunião do Grupo de Trabalho realizada a 28 de Fevereiro de 2008. A reunião decidiu igualmente a forma como o grupo organizará o seu trabalho de sensibilização no decorrer da Cimeira do G8, a Cimeira de Setembro das Nações Unidas sobre os ODM e outras importantes conferências internacionais.

H.XIII. SEXTAS-FEIRAS DA COMISSÃO

497. Durante o primeiro semestre de 2008, a Comissão continuou as suas discussões trimestrais às Sextas-feiras na Sede da Comissão em Adis Abeba. Este evento foi concebido para ser uma plataforma de discussão de importantes questões económicas, políticas e sociais.

498. O Segundo Debate das Sexta-feiras foi realizado a 18 de Janeiro de 2008 sob o tema "A Presença Chinesa em África: Uma Oportunidade ou um Obstáculo ao Desenvolvimento de África?" O debate da Terceira Conferência foi realizado na Sexta-feira, 4 de Abril de 2008 sobre o tema "Democracia e Desenvolvimento em África". O quarto sob o tema "Agricultura e Desenvolvimento em África" foi agendado para 6 de Junho de 2008.

499. Depois de cada debate em conferência, artigos sobre o tema são publicados no Boletim das Sextas-feiras da Comissão. O primeiro boletim sobre “A procura dos Estados Unidos de África: Abordagem descendente ou ascendente”, foi publicada em Janeiro de 2008. A segunda questão sobre “A Presença Chinesa em África: Oportunidade ou Obstáculo ao Desenvolvimento de África” será publicado em Junho de 2008.

H.XIV. ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO AFRICANA

500. A terceira edição da Revista de Integração Africana (Vol. 2 No. 1) foi publicada em Janeiro de 2008 e contém sete artigos, três em inglês e quatro em francês. Os temas dos artigos incidiram em vários tópicos tais como a relação entre o crime e o desenvolvimento, o financiamento do desenvolvimento, o desempenho das CERs; o processo de Integração Africana; a utilização da harmonização de estatísticas; economias emergentes, sua definição e dimensão; e globalização. A publicação do 4º volume está em curso.

H.XV. COOPERAÇÃO COM AS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS

501. O Tratado de Abuja reconhece as CERs como pilares da integração africana. Daí que seja fundamental uma colaboração estreita entre a UA e as CERs e uma melhor coordenação das suas actividades para a realização dos objectivos de integração continental. Um acontecimento importante durante o período em análise foi a assinatura do Protocolo sobre as relações entre a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais, que teve lugar a 27 de Janeiro de 2008.

1. O protocolo visa, entre outros:
 - Formalizar, consolidar e promover o reforço da cooperação entre as CERs e entre elas e a UA através da coordenação e harmonização das suas políticas, medidas, programas e actividades em todas as áreas e sectores;
 - Estabelecer um quadro de coordenação das actividades das CERs na sua contribuição para a realização dos objectivos do Acto Constitutivo e do Tratado de Abuja; e
 - Estabelecer um mecanismo de coordenação dos esforços regionais e continentais para a elaboração de posições comuns por parte dos seus membros nas negociações a nível multilateral.
2. Prevê-se que a implementação do Protocolo contribua para promover os esforços de integração continental em curso em África.

H.XVI. OUTRAS ACTIVIDADES

1. 10º Fórum de Parcerias em África (FPA)

502. A Comissão participou no 10º Fórum de Parcerias em África (FPA) que teve lugar em Tóquio, Japão, de 7 a 8 de Abril de 2008. O Fórum debateu as Questões Ambientais e as Alterações Climáticas; o Plano de Acção da UA/NEPAD; e a Promoção do Crescimento Económico e Redução da Pobreza com ênfase para a Agricultura, as Infra-estruturas, as TIC e as Questões do Género.

Questões Ambientais e Alterações Climáticas

503. A reunião reconheceu que os países africanos dependem, em grande parte, de sectores como a agricultura, as pescas, a silvicultura e o turismo, entre outros, apesar de estes sectores serem muito vulneráveis às alterações climáticas. Foi anotado que as alterações climáticas continuam a ser uma das principais ameaças que afecta o desenvolvimento económico de África apesar desta contribuir apenas com 3,8% das emissões globais de carbono.

504. Entre outras questões, a reunião recomendou (i) apoiar o desenvolvimento de um mecanismo para facilitar a prestação de informações e os sistemas de alerta prévio; (ii) apoiar a implementação de iniciativas existentes no Plano de Acção da NEPAD sobre o Ambiente formulado em 2003 pela NEPAD em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) para tratar das questões do clima em África; (iii) prestação de assistência técnica, financeira e de reforço da capacidade negocial de um regime de alterações climáticas pós 2012; (iv) e apoiar a participação de países africanos no mercado global do carbono, nomeadamente através do Mecanismo de desenvolvimento limpo.

O Plano de Acção da UA/NEPAD para África

505. A parte africana voltou, pela terceira vez, a apresentar o Plano de Acção da UA/NEPAD para África, procurando apoio do Fórum, tendo em conta que o Plano é a base do compromisso e de uma parceria estratégica entre a África e os seus Parceiros de Desenvolvimento incluindo o G8/Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Ao apoiar o Plano de Acção, vários parceiros de desenvolvimento fizeram as seguintes observações e comentários, entre outros, que (i) alguns programas e actividades contidos no Plano de Acção estão igualmente a ser apoiados pelos parceiros de desenvolvimento, daí a necessidade de actualizar as estimativas no Plano de Acção; e (ii) era necessário encontrar medidas alternativas de financiamento, incluindo a apresentação de parcerias público-privadas.

Promover o Crescimento Económico e a Redução da Pobreza

506. O Fórum apreciou o recente crescimento económico de África nos últimos quatro anos. Contudo, constatou-se que as taxas de crescimento estavam abaixo dos 7% necessários para reduzir a pobreza e atingir os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD). O Fórum lançou um apelo aos países africanos e aos parceiros de desenvolvimento para darem atenção ao investimento nos sectores de crescimento a fim de garantir o desenvolvimento económico sustentável e a redução da pobreza.

2. Reunião dos Ministros de Desenvolvimento do G8

507. A Comissão da União Africana participou na reunião dos Ministros de Desenvolvimento do G8 em Tóquio, Japão, de 5 a 6 de Abril de 2008. O principal objectivo da reunião foi preparar e dar um contributo político à 4ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD); a Cimeira do G8 Hokkaido Toyako; o Terceiro Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda em Accra, Gana; a Reunião de Alto Nível da ONU sobre os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento; e a Conferência de Seguimento para o Financiamento do Desenvolvimento em Doha. A reunião foi dividida em três sessões que incidiram na

expansão da parceria incluindo a cooperação com novos doadores; segurança humana e realização dos Objectivos de desenvolvimento do Milénio (ODM); e alterações climáticas e desenvolvimento.

Alargar as Parcerias incluindo a Cooperação com Novos Doadores

508. A reunião realçou a importância do alargamento das parcerias, incluindo a cooperação com novos doadores como a China e a Índia, que entre outros aspectos, aumentarão o volume de AOD para a África. A este respeito, a reunião realçou a necessidade de reforçar a cooperação entre o G8 e os doadores não-DAC bem como as economias emergentes que promoverão a eficácia da ajuda e o impacto da cooperação.

Segurança Humana e Realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

509. A reunião anotou com preocupação, os lentos progressos de África na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), apesar das extraordinárias e consideráveis taxas de crescimento económico recentes de pelo menos 5% por ano registadas por muitos países africanos. Foram citados muitos problemas que contribuem para os progressos lentos, incluindo recursos deficientes, má governação e prevalência do VIH e SIDA. Entre as recomendações feitas, os países africanos foram instados a envidar mais esforços na mobilização de recursos adicionais internos, que possam complementar a redução dos níveis de AOD. Os parceiros de desenvolvimento foram igualmente instados a reafirmar os seus compromissos de aumentar o seu apoio financeiro a África.

Alterações Climáticas e Desenvolvimento

510. A reunião expressou a sua preocupação quanto ao impacto negativo provocado pelas alterações climáticas no mundo, particularmente na região africana. Foi indicado que a África é a região mais vulnerável às alterações climáticas, o que afectou negativamente a realização dos OMD. A reunião tomou igualmente nota dos esforços notáveis desenvolvidos actualmente tanto pelos países africanos como pelos parceiros de desenvolvimento na redução do impacto das alterações climáticas. A reunião recomendou, entre outros, a promoção de assistência ao desenvolvimento a longo prazo para reforçar a capacidade de adaptação bem como a integração da adaptação das alterações climáticas nas estratégias e planos de desenvolvimento nacionais; apoio tanto dos países africanos como dos parceiros à implementação das iniciativas existentes visando resolver o problema das alterações climáticas em África e noutras regiões do mundo; e o envolvimento do sector privado na mobilização de recursos e implementação de políticas importantes para a aceleração do crescimento económico.

III. PARTE 2 : APOIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

A. PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS (PMAPEMR)

A.I. INTRODUÇÃO

511. A Direcção de Políticas de Planeamento Estratégico, Monitorização, Avaliação e Mobilização de Recursos tem mandato para iniciar, desenvolver e gerir estratégias de sustentabilidade, auto-financiamento, geração de rendimentos e investimento para promover as melhores práticas internas relativamente à planificação estratégica, monitorização e avaliação; assistir as direcções e gabinetes a desenvolver competências de planificação estratégica, conceber e implementar o sistema de monitorização e avaliação para avaliar as realizações e eficácia de projectos/programas; promover e preparar o sistema anual e semestral de apresentação de relatórios da Comissão; facilitar o apoio logístico para coordenar a interacção com parceiros.

512. Um sistema de monitorização e avaliação foi agora criado e aprovado no processo. Além disso, a Direcção começou a construir e a desenvolver relações institucionais construtivas e produtivas com outros departamentos da UA de acordo com o seu mandato e responsabilidades. Neste contexto, o PMAPEMR tem estado envolvido numa série de actividades, nomeadamente o trabalho do Comité Ministerial Ad Hoc sobre a tabela de avaliação; propostas de modalidades alternativas de financiamento da União Africana e discussões visando o reforço de parcerias entre a UA e os Parceiros Internacionais.

A.II. ACTIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

513. Durante o período em análise, as actividades da Comissão na área de mobilização de recursos incidiram no acompanhamento dos compromissos assumidos pelos parceiros na implementação de actividades prioritárias da UA para 2008 de acordo com o conteúdo do orçamento programa aprovado. Ao mesmo tempo, a Comissão continuou a envolver os parceiros internacionais nas modalidades visando melhorar as medidas de cooperação e a eficácia na prestação de assistência ao desenvolvimento, com o objectivo último de aumentar cada vez mais a mobilização de fundos tendo em conta a redução dos custos de transacção por parte da Comissão.

1. Respostas e Quadro de Implementação

514. Neste contexto, foram realizadas as seguintes actividades chave:

- As reuniões mensais de diálogo com parceiros internacionais estabelecidas no quadro da nova parceria continuaram. O diálogo incidiu na exploração de mecanismos comuns de apoio para introduzir a previsibilidade e a flexibilidade dos fluxos de recursos para a implementação do Plano Estratégico da UA. De acordo com o que foi aprovado pelo CRP, os Estados-membros participaram activamente nessas reuniões através do Presidente do Sub-Comité Consultivo para os Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros, o Sub-Comité

Consultivo sobre as Contribuições e o Sub-Comité Consultivo sobre a Cooperação Multilateral.

- O Plano de Trabalho Anual de 2008 para a implementação do Programa de Apoio da CE no valor de 55 milhões de Euros foi analisado e corresponde a US\$15,946,333.00. Este montante foi incluído no orçamento aprovado para 2008 e irá financiar várias actividades em todos os quatro eixos do Plano Estratégico. O montante de US\$4,722,240.00 financiará os programas prioritários de mais três órgãos da UA (PAP, Tribunal e CADHP).
- A primeira reunião anual de avaliação da implementação do Programa de Apoio de 55 milhões de Euros foi realizada em Fevereiro de 2008.
- A formação na utilização dos instrumentos e grupos desenvolvidos no contexto do Mecanismo do Processo foi concluído. O Manual de Aquisição revisto foi também finalizado juntamente com os seus instrumentos padrões e modelos. Também foi iniciada a formação, para o pessoal da sede, sobre a utilização do Manual revisto.
- A aquisição do software para a Contabilidade do Fundo está numa fase avançada e em seguida terá lugar a formação do pessoal.
- Na sequência de um diálogo e de negociações intensas com um pequeno grupo de parceiros, foi assinado um Acordo Conjunto de Financiamento a 26 de Março de 2008 entre a Comissão da União Africana e a Noruega, Suécia, Dinamarca, Reino Unido e GTZ. Este acordo irá financiar três componentes do Programa de Transformação Institucional (Mecanismo do Processo, Sistema Integrado de Gestão da Informação e VSAT). O Acordo Conjunto de Financiamento traz benefícios na redução dos custos de transacção bem como no financiamento previsível e flexível e representa um marco significativo na caminhada gradual para o apoio directo ao orçamento.
- Relatórios descritivos e financeiros foram elaborados e submetidos aos parceiros internacionais no cumprimento das obrigações emanadas dos acordos de financiamento em curso.
- Foram feitos novos contratos com parceiros internacionais com vista a garantir o financiamento para o orçamento 2009. Neste contexto, os Estados Unidos da América prometeram um montante de US\$2 milhões para actividades dos Departamentos de Paz e Segurança e Assuntos Políticos.

2. Constrangimentos e Questões Afins

515. O maior desafio continua a ser a fraca capacidade de absorção da Comissão, no sentido de que os fundos dos Parceiros concedidos para a implementação de actividades no orçamento aprovado para 2008 não estão sendo utilizados no ritmo previsto, devido essencialmente a constrangimentos de capacidade na maior parte dos Departamentos da Comissão (em termos de efectivos) e alguns procedimentos de aquisição complicados impostos por alguns parceiros. Um problema relacionado tem sido as dificuldades na produção de relatórios financeiros e narrativos de qualidade e em tempo útil sobre os programas financiados pelos Parceiros.

516. A aprovação da Comissão para o recrutamento de peritos a curto prazo sob os auspícios do mecanismo do processo e do programa de apoio de 55 milhões de Euros da CE contribuiu para chamar a atenção do problema da capacidade. A conclusão e aprovação do Manual de Aquisição da UA irá permitir a sua utilização para o fundo dos parceiros e resolver as demoras inerentes aos procedimentos dos parceiros.

517. O recrutamento de Planificadores dos Departamentos bem como a utilização dos instrumentos e padrões desenvolvidos no quadro do Mecanismo do Processo também contribuiu para o reforço da capacidade da Comissão em desenvolver e implementar programas eficientes e apresentar relatórios de actividades de qualidade e a tempo.

518. Em geral, as reformas dos sistemas administrativo e de gestão financeira em curso sob os auspícios do Projecto de Transformação Institucional desempenharam um grande papel no reforço da credibilidade da Comissão e prevê-se que isso irá contribuir para aumentar os fluxos de recursos para os programas prioritários da UA.

A.III. ACTIVIDADES DE PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

519. Durante o período em análise, a Comissão realizou as seguintes actividades:

1. Actividades de Planificação

- **Preparação do Orçamento Programa para 2008**

520. A preparação do Orçamento Programa para 2008 foi feita com base no modelo comum desenvolvido através do Mecanismo do Processo. A fim de garantir que todo o orçamento da CUA seja realista, foi realizado um seminário sobre a elaboração do orçamento envolvendo todos os departamentos e escritórios regionais na Sede e, em seguida, foi realizado um retiro sobre o orçamento coordenado pelo Gabinete do Vice-Presidente. Em Janeiro-Fevereiro de 2008 o Orçamento Programa da CUA foi aprovado no valor de US\$ 43.470.000. A contribuição dos parceiros foi de US\$ 29,849,000 e o saldo financiado a partir das contribuições dos Estados-membros. A Comissão foi, por várias vezes, solicitada por outros órgãos da UA como o Parlamento Pan-Africano, a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos para dar assistência na preparação do orçamento-programa para 2008. Foi realizada alguma formação no local de trabalho durante o primeiro trimestre à intenção dos órgãos e departamentos da CUA acima referidos relativamente ao processo de planificação e sistema de M&A.

- **Planos de Trabalho do Orçamento Programa para 2008**

521. Contrariamente aos anos anteriores, em 2008 todos os responsáveis de programas foram solicitados a preparar planos de trabalho para as componentes dos respectivos Orçamentos Programa que mostra o que deve ser feito, por quem e quando tem de ser feito, e que ajuda na previsão dos desembolsos de fundos lançando as bases para a apresentação de relatórios de Monitorização e a Avaliação.

- **Manual de Planificação Estratégica**

522. Foram desenvolvidos alguns instrumentos de planificação como o Manual de Planificação Estratégica a ser utilizado por todos os departamentos da CUA e

Escritórios Regionais. A edição final do Manual foi distribuída a todos os Departamentos e Escritórios Regionais para os ajudar a preparar o Orçamento Programa para 2009.

- **Formulação do Próximo Plano Estratégico 2008-2011**

523. O Plano Estratégico da UA expirou em 2007. O próximo Plano Estratégico da UA deve ser elaborado como uma questão prioritária. O roteiro para a formulação do próximo Plano Estratégico da UA foi submetido ao Presidente da CUA e foi aprovado.. Este Plano Estratégico será desenvolvido de acordo com a nova visão da nova Comissão bem como o resto dos projectos pendentes para além de 2007, com a assistência de um Consultor a ser recrutado.

2. Actividades de Monitorização e Avaliação

524. As principais realizações da Comissão durante o último ano incluem mas não se limitam ao seguinte:

- Produção do Relatório de Monitorização e Avaliação do Orçamento Programa para 2006 e 2007. O primeiro foi concluído em Maio de 2007 enquanto que o último foi publicado em Março de 2008.
- A elaboração do Manual de Monitorização e Avaliação contribuirá para reduzir os problemas/estrangulamentos na planificação dos projectos/programas que têm estado a afectar os departamentos.
- Com a assistência técnica do FNUAP, a Comissão contratou consultores para elaborar um instrumento informatizado de monitorização e avaliação que será denominado Instrumento Africano de Monitorização, Avaliação e Apresentação de Relatórios (AMERT).
- Foi desenvolvida uma demonstração do AMERT que, entre outros, foi apresentada na Sede do FNUAP em Nova Iorque, aos Departamentos da CUA e órgãos da UA como o Parlamento Pan-africano e todos se mostraram satisfeitos com o produto.
- O AMERT estará totalmente operacional antes de Setembro de 2008. Depois de operacional, o AMERT certamente irá melhorar a monitorização e a avaliação da implementação dos programas e políticas da CUA.
- O Grupo de Trabalho do Mecanismo do Processo elaborou padrões de propostas de projecto, modelos provisórios de apresentação de relatório e modelos finais de apresentação de relatório, que agora estão a ser utilizados nos departamentos.

3. Constrangimentos e questões afins

525. Os novos modelos de preparação do orçamento atrasaram a finalização do orçamento programa. Muitos dos atrasos foram devidos ao não cumprimento contínuo do calendário do orçamento por parte de muitos departamentos. A preparação do próximo Plano Estratégico da UA teve de ser adiada várias vezes.

- A planificação, monitorização e avaliação de projectos continua a ser um problema para muitos departamentos na Comissão da União Africana.
- Constrangimentos de capacidade. Para a equipa de monitorização e avaliação realizar a sua missão fundamental com eficiência e eficácia, é necessário aumentar os efectivos.

- O atraso na emissão da extensão de um contrato ao consultor contratado para desenvolver o AMERT afectou negativamente a sua conclusão.
- Os seminários previstos para a gestão baseada em resultados GBR não foi realizada devido à diferença de opiniões (em termos de abordagem) entre o patrocinador GTZ, os consultores contratados e as Consultas da Direcção de DSPPMERM. Entre DSPPMERM e GTZ estão actualmente em curso para resolver o problema.

4. Actividades previstas

526. Na tentativa de promover e melhorar a monitorização de programas e projectos no seio da CUA, a Comissão tenciona realizar as seguintes acções durante o exercício de 2008:

- Finalizar a elaboração do Manual de Monitorização e Avaliação, que será seguido de uma série de seminários de formação à intenção dos administradores do programa visando a sua sensibilização para a importância da monitorização e avaliação de programas/projectos.
- Finalizar a elaboração do AMERT, que será igualmente seguido de um seminário de formação à intenção de todos os seus utilizadores.
- Preencher o posto vago de Funcionário de Políticas (Monitorização e Avaliação) e o posto vago de Funcionário de Planificação. Isso facilitará a cooperação com os Departamentos e os Escritórios Regionais.
- Qualquer apresentação de orçamentos-programa ou planos de trabalho depois do prazo não serão aceites.

A.IV. GESTÃO DO SABER E PARTILHA DE INFORMAÇÃO, BIBLIOTECA E ARQUIVOS NA UNIÃO AFRICANA

527. O sistema da gestão do saber tem por objectivo último ganhar tempo e tornar mais produtivo o pessoal da CUA. Com efeito, alguns estudos demonstram que os trabalhadores do saber passam até 25% do seu tempo de trabalho para encontrar a informação de que necessitam e que 40% de entre eles não conseguem encontrá-la. O portal dará a possibilidade ao pessoal de encontrar rapidamente a informação disponível no seio da CUA independentemente de quem a criou e onde quer que se encontre.

528. Foi desenvolvido um programa informático para a criação do portal Africa-km, que a partir de agora está a funcionar e comporta um menu geral, fácil de compreender pelo utilizador e em todas as línguas utilizadas na CUA, capaz de armazenar mais de 10 milhões de documentos através de um arquivo automático num servidor "arquivo".

529. De Janeiro a Junho de 2008 cabe mencionar as principais actividades seguintes:

- Visita a bibliotecas e arquivos modelos – depois da visita às do Cairo e Alexandria (Egipto) em 2007, dois funcionários visitaram as bibliotecas de Teerão (Irão) e Otava (Canadá) em Fevereiro de 2008.
- Participação do chefe da unidade, do arquivista e dos catalogadores nos seminários intensivos sobre o software « GREEN STONE » em fins de Abril de 2008.
- Formação em Junho, de 15 funcionários da Comissão, bibliotecários, arquivistas, documentalistas e catalogadores (dos quais 6 dos escritórios

regionais) na utilização do programa de ponta em gestão bibliotecária "INMAGIC SOFTWARE GENIE" a fim de começar o trabalho de digitalização dos arquivos.

1. Constrangimentos e questões afins

530. Relativamente à segurança do sistema de gestão do saber, os atrasos de recuperação são: 15 minutos em caso de falha do programa, 2 horas em caso de avaria do material sem perda de dados e 24 horas no caso muito improvável da conjugação dos dois primeiros casos com perda de dados.

531. A unidade Biblioteca e Arquivo é responsável não só pela recolha, conservação e preservação da memória cultural da CUA e do Continente Africano, mas também pela forma de a tornar facilmente acessível e disponível à ajuda dos instrumentos e das técnicas mais modernas. A Unidade reforçou-se em pessoal e prossegue a sua modernização.

532. A modernização da Unidade é feita com base numa gestão harmoniosa e racional dos recursos electrónicos e documentais não havendo exclusão de uns ou de outros. Entretanto, a exiguidade das instalações é um entrave à realização dos objectivos fixados pelo plano. A unidade tirará grande proveito com a construção iminente de novas instalações.

2. Perspectivas futuras

533. O sistema da gestão do saber deve abranger tanto a sede da Comissão como os Escritórios Regionais e os Escritórios de Representação.. Em seguida, deve deslocar-se para as Embaixadas e as Comunidades Económicas Regionais. Finalmente, um acesso ainda que limitado deve ser concedido aos múltiplos parceiros de desenvolvimento.

534. Os múltiplos pedidos de cooperação endereçados à Unidade demonstram o interesse que ela suscita não somente junto dos Estados-membros e das populações africanas mas também dos parceiros internacionais dos quais alguns chegaram mesmo a assinar acordos, nomeadamente a Etiópia e a China.

535. Por outro lado, a representação dos Estados Unidos junto da Comissão, através do seu "funcionário de relações públicas", manifestou interesse em ajudar a Unidade a atingir os seus objectivos e a cumprir o seu mandato.

A.V. ANÁLISE E INVESTIGAÇÃO POLÍTICA

536. A Comissão fez comentários e apresentou os seus pontos de vista sobre vários temas relacionados com os desafios que os países africanos enfrentam.

537. Além disso, tendo em conta a importância que hoje se atribui à abordagem da acção do desenvolvimento com base na capacidade de exercer funções para resolver problemas, fixar e realizar objectivos, a Comissão visa propor sistemas de reforço e formação de capacidades.

1. Actividades e realizações

538. Durante o período em análise, a Comissão centrou-se em estudos que caracterizam a especificidade do actual ambiente internacional.

539. Alguns documentos de referência (Crescimento, Redução da Pobreza e Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Impacto dos Preços do Petróleo nas Economias Africanas, Crise Alimentar em África: como e porquê? “Visão e Missão da UA”) etc foram preparados como contribuição para a próxima reunião de reflexão do próximo Plano Estratégico da CUA para 2008-2011.

540. Alguns documentos relacionados com questões importantes para África, como a Estratégia da UE para a África, o Fundo da UA sobre os efeitos das flutuações do preço do petróleo, modalidades de financiamento da União Africana, quadro de cooperação UA-NU para um programa de formação de capacidades de 10 anos, foram analisadas com vista a haver uma compreensão comum das questões.

B. ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

B.I. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

541. Foi aprovado um orçamento total de US\$ 140.037.880,00 para o ano financeiro de 2008, sendo US\$ 92,968m para o orçamento ordinário e US\$ 47,069 milhões para o orçamento de programas. Da dotação total para a União, US\$ 106,6 milhões representam as contribuições dos Estados Membros com base na tabela aprovada, US\$ 1,1 milhão de contribuições em atraso e US\$ 32,4 milhões aprovados para programas a serem financiados pelos parceiros de desenvolvimento.

B.I.1. Contribuição dos Estados Membros

542. Para o período de Janeiro a 15 de Maio de 2008 a Comissão recebeu US\$ 8,3 milhões para as contribuições do período corrente e US\$ 7,1 milhões de contribuições atrasadas dos anos anteriores, o que dá uma receita total de US\$ 15,4 milhões.

B.I.2. Despesas

(i) Orçamento ordinário

543. Durante o período orçamental de 1 de Janeiro a 31 de Março de 2008, foi gasto o montante total de US\$ 17,1 milhões do orçamento ordinário da Comissão e transferências para outros órgãos da União, representando 18% da dotação total do orçamento ordinário.

(ii) Programas

544. As despesas contraídas para os programas da Comissão durante o período em consideração elevaram-se a US\$ 6,6 milhões, que representam 15,4% da execução orçamental do montante total de US\$ 43,5 milhões afectados aos programas da Comissão.

545. As despesas totais do orçamento da União tanto para o orçamento ordinário como para os programas no primeiro trimestre elevaram-se a US\$ 23,7 milhões representando 17% do orçamento total para 2008.

B.II. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO SIGI

546. O Sistema Integrado de Gestão da Informação (SIGI) é um sistema integrado de Gestão Financeira e de Recursos Humanos que será utilizado pela Comissão da União Africana para as funções de contabilidade, gestão financeira e de recursos humanos. Proporcionará aos funcionários da UA em Addis Abeba e nos Escritórios Regionais e de Representação acesso em linha e em tempo real às funções de finanças e RH. Será utilizado para os processos de gestão financeira desde a elaboração de programas e

orçamento à auditoria e elaboração de relatórios bem como para o recrutamento e selecção para separação dos processos de RH.

547. O projecto está a evoluir bem uma vez que já foram assinados contratos para aquisição de material e programas informáticos. O material já foi entregue e está a ser configurado enquanto que a formação sobre os programas iniciou a 19 de Maio de 2008 com membros da equipa do projecto e do sub-comité para os principais departamentos de implementação.

548. A instalação e a implementação do projecto terão início em Junho de 2008 e prevê-se que o sistema esteja funcional em princípios de 2009.

B.III. MELHORIA DA GESTÃO FINANCEIRA

549. A Comissão registou melhorias na gestão financeira através da implementação das recomendações dos auditores internos e externos da Ernst & Young.

550. As melhorias registadas incluem:

- i. Implementação do Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGF), que está na fase de instalação e que começará a funcionar antes do final de 2008.
- ii. As directivas e o calendário orçamental desenvolvidos em 2005 estão a servir para o processo de elaboração do orçamento.
- iii. A colocação da Unidade do Fundo de Paz e Segurança na Divisão de PBFA está a ajudar na gestão financeira e na apresentação de relatórios do Fundo dos Parceiros.
- iv. Os controlos internos foram melhorados e a monitorização das despesas é feita com a utilização de um mapa diário do sistema de repartição.

B.IV. DESAFIOS

551. Entre os desafios destacam-se os seguintes:

- i) Pagamentos atrasados ou não pagamentos das contribuições pelos Estados-membros. Uma vez que o Conselho Executivo tomou uma decisão na sequência da recomendação do Painel de Auditoria no sentido de haver um prazo para os pagamentos, a Comissão deve procurar melhorar os mecanismos de acompanhamento, por exemplo visitando as Embaixadas ou fazendo chamadas telefónicas em vez de utilizar apenas o método actual de chamada de atenção através de Notas Verbais.
- ii) Problemas na coordenação da execução orçamental porque os departamentos não têm sistemas internos para monitorizar a sua implementação orçamental a nível individual. De acordo com a recomendação do Painel de Auditoria no parágrafo 154, os directores devem ter folhas de cálculo sobre o orçamento aprovado para cada actividade e fiscalizar as suas despesas do departamento e ter uma ideia dos fundos disponíveis antes de solicitar outro seminário ou missão.

- iii) O problema de satisfazer os requisitos do modelo de apresentação de relatórios dos Parceiros, que não pode ser alcançado utilizando o actual sistema de contabilidade Peach Tree.
- iv) O actual nível dos funcionários no PBFA, que não pode satisfazer às exigências cada vez maiores das funções financeiras na sequência do aumento de actividades e de orçamentos da Comissão.

C. ADMINISTRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

552. Durante o período em análise, a Comissão realizou as seguintes actividades nas áreas de administração e desenvolvimento de recursos humanos.

C.I. DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

C.I.1. Questões Estruturais e Administrativas

553. Comissão continuou com a implementação da Parte A & B da Estrutura Pós Maputo e o recrutamento de funcionários. Contudo a Comissão elaborou uma proposta de um Sistema de Quota Revisto para aprovação pelo órgão competente e concluiu o estudo sobre a análise do Plano de Segurança Social.

554. Após a elaboração da Revisão das Estruturas de Maputo – Parte C, a Comissão submeteu o documento para consideração pelo Sub-Comité sobre Estrutura. A Comissão submeteu ainda o projecto revisto do Estatuto e Regulamento do Pessoal da União Africana para análise pelos órgãos competentes.

555. No que diz respeito ao recrutamento, o número total dos funcionários em todas as categorias no cargo até 15 de Maio de 2008 é de 638. A Comissão aguarda a assumpção de funções de mais 6 funcionários. A Comissão está a relançar o processo de entrevistas para os restantes cargos dos quais 192 pertencem à categoria profissional.

C.I.2 Outras Questões Relacionadas com a Gestão dos Recursos Humanos

(i) Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal

556. Durante o período em análise e em conformidade com a afectação do orçamento de 2008, a Comissão tem estado a implementar a Política de Formação revista e a realizar várias actividades de formação para os funcionários da Sede e em todos os Escritórios Regionais/Representações. A Comissão aguarda a distribuição de um terreno do governo anfitrião para a implementação de um Centro de Formação. Além disso, a Comissão organizou uma Formação de Orientação de dois (2) dias para o novo pessoal recrutado desde Novembro de 2007 bem como programas de formação especial para Arquivistas e Administradores para Gestão de Projectos.

(ii) Conselho Paritário de Disciplina

557. Durante o período em análise, o Conselho reuniu-se e submeteu a sua recomendação sobre casos disciplinares no Escritório de UA-IAPSC, Yaounde, e está a trabalhar em alguns novos casos resultantes das conclusões da Auditoria Interna bem como do Relatório de Auditoria da Comissão e os casos pendentes relacionados com a Conferência de Dakar.

(iii) Sistema de Avaliação do Desempenho

558. A Comissão lançou o novo Sistema de Avaliação do Desempenho baseado em Resultados seguido de sessões de formação e orientação aos funcionários na Sede e nos Escritórios Regionais/Representações com vista a melhorar a prestação de serviço, compreensão dos objectivos individuais, das divisões e dos departamentos e avaliação do desempenho em geral.

C.II. UNIDADE DO PASSAPORTE DA UNIÃO AFRICANA

559. A Comissão está no processo de finalização da implementação da Unidade do Passaporte responsável pela recolha de dados, verificação, Controlo de Qualidade, Personalização e processos de emissão do Passaporte. A comissão está igualmente a finalizar as actividades de aquisição dos Passaportes Diplomáticos e de Serviço da União Africana, instalação do Equipamento de Personalização e formação do pessoal da Unidade.

C.III. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO

C.III.1. Melhoria da Infra-estrutura da Rede da UA

560. A Comissão concluiu a instalação da rede nos dois edifícios arrendados onde alguns escritórios seriam reinstalados. Contudo, a Comissão está a implementar o seu novo Projecto de Servidor Farm em estreita colaboração com o pessoal da UNECA. A Comissão está igualmente a instalar novos cabos e conexões de rede nos novos gabinetes onde se tinha feito a expansão. A Comissão concluiu a actualização do seu Sistema de PABX que permite a Comunicação VoIP através de VSAT. A Comissão completou também a instalação do equipamento Wireless (sem fios) para facilitar o acesso público à Internet perto das salas do Comité do Centro de Conferência.

C.III.2. Implementação do Projecto de conectividade de VSAT/ Estação Terrena

561. No âmbito do Projecto de Governação electrónica, a Comissão está a concluir o Teste e execução da instalação e integração de outros sites com o principal Centro/Estação terrena juntamente com a operacionalização dos novos Serviços de Telefonia IP na sua rede.

C.III.3. Implementação de Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI) 2007

562. O Projecto dos Sistemas de Informação de Gestão Integrada abrange os módulos necessários para a Gestão Financeira, de Contabilidade e de Recursos Humanos. Está dividido em dois lotes, nomeadamente Lote 1 –Componentes de Software e Sistemas e Lote 2 – Componentes de Hardware.

- Lote 1 (Software)

563. A Comissão assinou um contrato com a empresa de consultoria Deloitte e está a implementar os módulos no âmbito de SAP.

- Lote 2 (Hardware)

564. Após a assinatura do Contrato com Agresso em Dezembro de 2007, o equipamento do servidor foi entregue e instalado na Sala de Servidores. Os processos Go-live estão a ser efectuados antes do teste final e aprovação.

C.III.4. Aquisição em grande quantidade de hardware, aplicações e peças sobresselentes

565. A Comissão está a terminar a entrega, configuração e instalação do equipamento em vários gabinetes. As restantes actividades de envio do equipamento de TIC às Embaixadas dos Estados Membros representadas em Adis Abeba estão em curso.

C.III.5 Aquisição e Implementação de um sistema de tradução para a Direcção dos Serviços de Conferência

566. Depois do lançamento do Pedido de Propostas (RFP), foram recebidas propostas e a Comissão está a proceder à avaliação das mesmas para adjudicação.

C.III.6 Microsoft Premier Support

567. A Comissão no seu processo de aquisição dos necessários software de Microsoft , licenças e licenças para a sede e para os seus Escritórios Regionais/Representações. O processo de Concurso foi concluído e a assinatura do Concurso está prevista para Junho de 2008.

C.IV. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

C.IV.1. Compras e Viagem

568. O novo Manual de Compras foi concluído. Resumindo, descreve detalhadamente as políticas e procedimentos aplicáveis nas compras na Comissão, em conformidade com os princípios e melhores práticas internacionalmente aceites.

569. Dois novos edifícios (B&B e Zelalem) foram arrendados nas proximidades da CUA para acomodar não só o pessoal do Mecanismo do Processo, mas também outros funcionários do Projecto bem como outros departamentos da CUA que devem sair das instalações da CUA. A instalação da Rede necessária foi completada para garantir que os dois edifícios fiquem ligados à Rede da CUA assim como ao provedor das instalações no quadro do Projecto VSAT.

570. Além disso, a formação do pessoal na Sede da UA e Escritórios Regionais está em curso com vista a familiarizar os funcionários com os novos Manuais de Compras.

571. No âmbito do fundo do Canadá, foram comprados os seguintes artigos:

- a) Para a Unidade de Impressão: A Comissão assinou dois contratos para a compra de Equipamento de Impressão e equipamento de Publicação Electrónica com vista a melhorar a produtividade dessa Unidade. O Projecto deve ser concluído em Novembro de 2008.

- b) Para o equipamento Médico para o Centro Médico da CUA: A Comissão está no processo de aquisição do equipamento que contribuirá para a melhoria e modernização das infra-estruturas no Centro Médico. A conclusão está prevista para Dezembro de 2008.

C.IV.2 Construção, Equipamento & Serviços de transporte (BETS)

572. Após a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Comissão e a República Popular da China para a construção do Centro de Conferências e Complexo de Gabinetes nos 12 Hectares de terreno adjacente às instalações existentes. O início da construção está previsto para Outubro de 2008.

573. Vários trabalhos de manutenção, modificação e alteração de espaços para gabinetes foram efectuados pela Comissão a fim de melhorar as instalações existentes. Os espaços para gabinetes foram modificados e divididos para acomodar os novos funcionários. A renovação da Cafeteria da CUA, e obras de manutenção da fachada estão em curso.

574. A Unidade tem estado a trabalhar em estreita ligação com a Divisão de MIS na Actualização do sistema PABX para comunicações VoIP.

C.IV.3. Unidade dos Serviços de Segurança

575. Os principais constrangimentos e desafios da Unidade são a falta de recursos humanos, a falta de políticas, procedimentos e orientações escritas na área de segurança e protecção. Durante o período em análise, a Unidade tem estado a elaborar o documento de concurso para a compra de equipamento de Segurança e Protecção tais como câmara CCTV, aparelhos de rádio de alcance limitado, conjuntos de imobilização, correio e aparelho de raio x, colete à prova de bala e outros equipamentos de escritório.

576. A Comissão está a implementar um Plano Integrado de Segurança Física, um Plano de Protecção aos Riscos de Incêndio, um Plano de Contingência e de Avaliação, Planos de Segurança Física para todas as reuniões e Conferências importantes.

577. A Comissão foi capaz de melhorar o seu Sistema de Protecção e Rede de Segurança em colaboração com os Serviços de Segurança da República Federal Democrática da Etiópia e a Comissão Económica das Nações Unidas para a África. A Comissão continua a publicar Informações Mensais sobre a Segurança que podem ajudar os funcionários e as pessoas a cargo sobre questões relacionadas com a Segurança.

D. SERVIÇOS DE CONFERÊNCIA

578. A Comissão continuou a proporcionar os serviços de conferências para um grande número de reuniões da União Africana (interpretação, tradução, edição e revisão de provas dos documentos, impressão, reprodução e distribuição).

579. Com efeito, durante o período de Janeiro a Junho de 2008, a direcção dos serviços de conferências realizou o seguinte:

1) A Direcção do Serviço de Conferências (DSC) e Reuniões

580. Durante o período de Janeiro a Junho de 2008, a Comissão organizou e cobriu 108 reuniões em Adis Abeba e 17 reuniões no estrangeiro. Para fazer face a esse número considerável de reuniões, a Comissão, além do seu pessoal permanente, recorreu aos recursos humanos externos, nomeadamente intérpretes e tradutores freelancers para reforçar os seus efectivos que continuam a ser muito insuficientes em relação ao número de reuniões e de documentos cada vez mais crescentes. Assim, para o período que decorre de Maio a Dezembro de 2008, a Comissão conta cobrir 253 reuniões estatutárias.

2) A implementação dos Programas e Projectos de modernização e de reforço das capacidades

581. No quadro do programa de modernização dos seus serviços, a Comissão realizou as seguintes actividades:

- Aquisição de 80 computadores, 12 impressoras e 1 scanner no início do ano. As impressoras e o scanner vão ser distribuídos a nível do serviço MIS.
- Aquisição recente de 20 computadores portáteis (laptops) que vão ser distribuídos. Esses laptops permitirão aos secretários e tradutores trabalhar durante as suas deslocações em missão.
- Publicação sobre o site da União do concurso para a compra de instrumentos de tradução assistida por computador. Actualmente, o procedimento de selecção da melhor oferta em curso.
- Recepção de um donativo de computadores e software, da parte da Embaixada de Portugal, o que vai contribuir para o reforço das capacidades dos intérpretes, tradutores, secretários e revisores de provas de documentos (proofreaders) lusófonos. Todavia, coloca-se o problema de locais para a sua instalação. Este problema está em vias de ser solucionado.
- Lançamento da criação de uma base de dados sobre o conjunto dos documentos da organização desde a sua criação, nas quatro línguas de trabalho da União.
- Participação da Direcção de Conferências nos trabalhos do Comité Técnico sobre o projecto de construção do Centro de Conferências da União financiado pela China. Espera-se que as cabines de interpretação e os espaços reservados aos intérpretes sejam concebidos de acordo com os padrões e normas exigidos.

3) Criação e seguimento de parcerias

- Estabelecimento de uma parceria com os serviços de conferências das Nações Unidas, com a adesão a IAMLADP que é a Reunião Anual Internacional em matéria de língua, de documentação e de publicações. Relativamente a essa participação, a Direcção de Conferências é regularmente informada dos vários eventos e formações organizados pelas Nações Unidas no que diz respeito ao serviço de conferências. Para o efeito, revisores da língua inglesa e francesa participaram na formação oferecida pelas Nações Unidas em Adis Abeba em Maio de 2008.
- A convite do Serviço de Conferências das Nações Unidas, a Direcção de Conferências pretende deslocar-se durante o ano de 2008 a Nairobi, Quênia, para visitar as instalações desse serviço e trocar ideias sobre os melhores métodos de trabalho.
- No quadro do seguimento de parceria com a Direcção Geral de Tradução e a Direcção Geral de Interpretação da Comissão da União Europeia, a Direcção de Conferências recebeu as delegações das duas direcções gerais no decurso do primeiro semestre do corrente ano de 2008. Durante esta visita, o diálogo com as duas Direcções Gerais da Comissão Europeia permitiu diagnosticar os problemas que se colocam nos vários serviços de conferência e dos meios para a sua realização. Particularmente, propostas concretas foram formuladas tais como o envio de pessoal em formação, o intercâmbio do pessoal, a criação de um ambiente informatizado assim como de uma unidade de planificação e de programação.

Problemas e constrangimentos da DSC

582. Entre os problemas e desafios que este Departamento enfrenta, constam os seguintes:

- A não provisão dos cargos previstas na estrutura pós Maputo. Urge proceder ao recrutamento de pessoal qualificado para esses diferentes cargos. Importa igualmente reestruturar a Direcção dotando-lhe de uma estrutura que lhe permita desempenhar de forma adequada as suas funções administrativas e técnicas.
- A falta flagrante de recursos humanos agravada pelas saídas por causa da aposentação. A título de exemplo, não há mais de 2 a 3 tradutores e de um único revisor por língua, enquanto que não existe nenhum para a língua árabe. O mesmo se passa com a interpretação que funciona com um ou dois intérpretes por língua de trabalho. É urgente acelerar o processo de recrutamento para reforçar o pessoal existente a fim de aliviar a pressão, substituir o pessoal aposentado com novos elementos preparados para a utilização das novas tecnologias de informação.
- A falta de consultas com a DSC por ocasião da planificação das reuniões organizadas pelos departamentos e direcções constitui um grande obstáculo. Além disso, o volume dos documentos que são produzidos em alguns dias de reuniões coloca um problema sério para a apresentação dos documentos nas quatro línguas de trabalho nos prazos exigidos e com a qualidade desejada. Para o efeito, recomenda-se a criação de uma unidade de planificação tal como sugerida pelos parceiros da Comissão Europeia.

E. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

583. O sector da Comunicação e da Informação prosseguiu os seus esforços com vista a promover a visibilidade da União Africana e garantir a maior divulgação possível da sua visão, das suas missões e actividades tanto ao nível continental como internacional.

E.I. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DE SENSIBILIZAÇÃO

584. O documento da estratégia de comunicação e de sensibilização para o período de 2008 – 2011, elaborado com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) foi finalizado e enviado a todos os departamentos da Comissão para análise e parecer. Será submetido à apreciação de um grupo de peritos em representação das Comunidades Económicas Regionais e de outros órgãos da União com vista à sua validação e apropriação pelos vários intervenientes responsáveis pela informação. Igualmente, a Divisão da Comunicação e da Informação elaborou um plano de acção quadrienal (2008-2011) que define as acções que os media deverão realizar.

E.II. MEDIATIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA COMISSÃO

585. A Comissão garantiu a maior divulgação possível das informações relativas às actividades realizadas durante esse período, por todos os Departamentos da Comissão com base em programas de media específicos implementados por cada actividade organizada em Adis Abeba ou fora da sede da União.

586. Esta mediatização foi concretizada através de:

- Difusão de comunicados de imprensa enviados a todos os media africanos e internacionais, em especial os especializados em questões africanas que operam em África e em todo o mundo (agências de imprensa, jornais, rádios e televisões e medias electrónicos)
- A organização de pontos de imprensa, entrevistas e conferências de imprensa por ocasião das cimeiras, conferências ministeriais e reuniões.
- A criação de páginas na Internet específicas alimentadas com informação e fotografias. Dentro de pouco tempo, as versões áudio dos discursos pronunciados pelos líderes da União serão igualmente incluídos no site da União.

E.III. ACTIVIDADES DE EDIÇÃO E DE PUBLICAÇÃO

587. No quadro da sua política de edição e de publicação, a Comissão prossegue os seus esforços de produção de documentos de informação com o carimbo da União dos quais se destaca:

- **O BOLETIM DE INFORMAÇÃO DA COMISSÃO DA UA**, que irá aparecer, a partir do princípio do ano, nas três línguas de trabalho da UA. Será igualmente produzida uma versão em papel.
- **RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE 2007**: a Comissão finalizou o seu segundo relatório anual de 2007. Esta publicação apresenta anualmente um

resumo da acção realizada pelos vários departamentos da Comissão. O Relatório, publicado até agora em Inglês e em Francês, aparece igualmente este ano em língua árabe.

- **AGENDA 2008** : A Comissão realizou e distribuiu a versão 2008 da Agenda a todo o pessoal da Comissão, aos representantes dos Estados-membros e dos parceiros. Este documento que é estruturado todos os anos em torno de um tema escolhido, foi dedicado este ano à apresentação sucinta e individualizada dos Estados-membros da UA.
- **DESDOBRÁVEIS** : Três novos desdobráveis estão a ser realizados. Contribuem para o enriquecimento do dossier de imprensa da Comissão cujo conteúdo é distribuído aos jornalistas e outros utentes da União com vista a uma maior divulgação da visão e das missões da Organização.
- **BROCHURA DA CUA : QUATRO ANOS DEPOIS** : A Comissão, em colaboração com os serviços da NEPAD, procedeu à realização de um livro que faz o balanço do mandato da primeira Comissão. Esta publicação apresenta um resumo bastante detalhado dos programas e das realizações levadas a cabo pelos vários órgãos e estruturas da União durante esse período.

E.IV. REESTRUTURAÇÃO DO SITE WEB

588. O Sub-Comité de Estruturas do CRP tinha recomendado, em Janeiro de 2008, o reforço desta Unidade. É necessário que os órgãos competentes dotem esta Unidade, que conta de momento dois funcionários, de pessoal suficiente através de contratos de curta duração.

E.V. ACTIVIDADES AUDIOVISUAIS E FOTOGRAFIAS

589. O serviço audiovisual e fotográfico da Comissão garantiu a cobertura das actividades da Comissão, através de fotografias, vídeo, gravações sonoras e CDRom. Para além do arquivo das actividades gravadas, foram enviadas cópias em cassetes ou CD e fotografias a alguns Estados-membros que os solicitaram. Por outro lado, a Comissão finalizou o guião do documentário de 13 minutos, o primeiro do género na história da União e que apresenta a União, os seus homens, as suas realizações, os seus órgãos e a sua visão para a África de amanhã. O documentário produzido em quatro línguas (Inglês, Francês, Árabe e Português) servirá de apoio audiovisual às actividades da União.

E.VI. ESTABELECIMENTO DE UMA CADEIA PANAFRICANA DE RÁDIO E TELEVISÃO

590. Em conformidade com a decisão do Conselho Executivo aquando da Cimeira de Banjul, a Comissão recrutou dois peritos para realizar um estudo exaustivo visando a criação da Cadeia Pan-africana. Depois de recebido pela Comissão, o estudo será apresentado na reunião de peritos dos Estados-membros que antecede a Conferência dos Ministros da Informação e da Comunicação durante o ano de 2009.

E.VII. ORGANIZAÇÃO DO CONCURSO PARA UMA NOVA BANDEIRA DA UA

591. Em conformidade com a decisão Assembly/AU/Dec.151 (VIII) adoptada pela 8ª Sessão Ordinária da Conferência realizada em Adis Abeba, a 29 e 30 de Janeiro de 2007 sobre a organização de um concurso para a nova bandeira da União Africana, a

Comissão criou um Comité composto de peritos provenientes das cinco grandes regiões do continente, que deverá reunir-se de 12 a 14 de Maio de 2008 para analisar as várias propostas. Os resultados do concurso serão submetidos aos órgãos de decisão da UA em Sharm El Scheikh, em Junho/Julho de 2008.

E.VIII. INSCREVER A UA NAS REDES INTERNACIONAIS DE COMUNICAÇÃO

592. A Divisão de Comunicação e Informação da Comissão é admitida na qualidade de membro activo do grupo de comunicação e sensibilização criado pela Unidade de Coordenação, Sensibilização e Desenvolvimento do Programas das Nações Unidas (CAPDU), sob tutela do Conselheiro Especial para a África e da Bonn Network, que trabalha mais particularmente na área da promoção do papel dos media nas situações de conflito. A DCI faz parte igualmente do programa «Dar uma nova imagem de África» iniciado pela Cimeira dos Media Africanos Internacionais (AMIS) em colaboração com o Movimento «Speak Africa» que representa uma plataforma de multimédia que opera na área da juventude e da criança africana.

E.IX. PARCERIA EM MATÉRIA DE COMUNICAÇÃO

593. Convém assinalar que a Comissão beneficiou do apoio logístico da Representação Permanente dos Estados Unidos da América que consistiu no fornecimento de equipamento e de instrumentos de comunicação para o Centro de Imprensa da Comissão. Igualmente, a Comissão decidiu com a União Europeia, que já assume os salários de dois jornalistas recrutados pela Comissão, a realização de um programa de cooperação em matéria de comunicação e informação incluindo várias vertentes.

594. O sector da Comunicação e da Informação está igualmente inscrito nos programas prioritários das novas parcerias iniciadas pela União Africana, nomeadamente com os países da América do Sul, da Índia e da Turquia.

IV. PARTE 3 : POLÍTICA GERAL E DIRECÇÕES

A. ACTIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

595. Desde a Cimeira de Adis Abeba, realizada em Janeiro de 2008, as actividades de auditoria realizadas pelo Gabinete de Auditoria Interna incluem a análise de:

DETALHES	SITUAÇÃO
1 Missão Militar da UA na Somália (AMISOM)	Relatório Final elaborado
2 Contas a pagar e a receber - Sede	Relatório Final elaborado
3 Escritório da UA em Genebra	Relatório Final elaborado
4 Escritório da UA no Cairo	Relatório Final elaborado
5 Escritório da UA em Washington DC	Relatório Final elaborado
6 Escritório da UA em Lagos	Relatório Final elaborado
7 Escritório da UA em Yaoundé	Relatório Final elaborado
8 Recrutamento – Sede	Trab. de campo em curso
9 Escritório da UA no Burkina Faso *	Proj. relatório elaborado
10 Ficheiros pessoais - Sede	Proj. relatório elaborado
11 Operações de Transporte e despesas relacionadas -Sede	Trab. de campo em curso
12 Compra de Bens e Serviços – Sede	Proj. relatório elaborado
13 Centro Africano de Estudo e Investigação do Terrorismo	Projecto de Relatório
14 Execução do Orçamento e Controlo de Despesas - 2007	Trab. de campo em curso
15 Contribuições e Fundo Geral – Sede	Trab. de campo em curso
16 Fundo de Paz, Fundo Especial, Contribuições e Donativos – Sede	Trab. de campo em curso
17 Direcção dos Serviços de Conferência	Trab. de campo em curso

596. Durante o período, o Gabinete de Auditoria Interna também prestou serviços de auditoria a uma das agências especializadas, ao Instituto Africano de Reabilitação (IAR) e está envolvido activamente na equipa de Monitorização da Extinção da AMIS. Mediante solicitação da Direcção, o GAI também participou nos actos de transferência nos Escritórios Regionais e na contagem do stock de fim de ano na Sede.

597. Com o apoio dos parceiros, o processo de aquisição de programas informáticos de auditoria está bem avançado. Actualmente, a avaliação de potenciais fornecedores está concluída e a Comissão de Concurso está a analisar a aprovação do melhor fornecedor.

598. O GAI continua a assistir a Direcção na realização da visão, missões e planos da Comissão, promovendo sistemas de controlo interno eficientes e eficazes e avaliando a adequação e a eficácia do sistema de gestão de riscos da Comissão a fim de apoiar a edificação de uma Comissão eficiente, transparente e responsável.

599. Em termos de efectivos, para além de um auditor principal foram recrutados mais dois auditores, ficando ainda cinco vagas que são o posto de director adjunto e dois auditores no quadro das estruturas revistas de Maputo e Pós-Maputo e mais dois auditores no quadro do Projecto de Reforço de Capacidades da CE.

B. ASSUNTOS JURIDICOS

B.I. FUNÇÕES DE DEPOSITÁRIO

600. Queria informar o Conselho Executivo que desde a apresentação do último relatório em Janeiro de 2008, alguns Estados-membros fizeram esforços consideráveis para assinar e ratificar os Tratados da OUA/UA. Contudo, queria chamar a atenção do Conselho para o facto de até agora, dos trinta e três (33) Tratados adoptados sob a égide da Organização da Unidade Africana (OUA) e da União Africana (UA), apenas dois (2) Tratados foram ratificados ou assinados por todos os Estados-membros, nomeadamente a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981) e o Acto Constitutivo da União Africana (2000).

601. Como todos sabem, o Tratado que institui a Comunidade Económica Africana (Tratado de Abuja) (1991) faz parte dos instrumentos jurídicos básicos da União e as suas disposições ainda são válidas, como indica o Acto Constitutivo da União Africana, com excepção dos casos em que haja qualquer incompatibilidade com este. Por isso, a importância do Tratado de Abuja não pode ser subestimada. A este respeito, gostaria de lançar um apelo aos quatro (4) Estados-membros que ainda não ratificaram ou aderiram ao Tratado de Abuja para que o façam o mais depressa possível.

602. É escusado realçar a importância dos órgãos da União na realização dos seus objectivos. Assim, é urgente que os cinco Estados-membros que ainda não ratificaram ou assinaram o Protocolo instituindo a Comunidade Económica Africana relativo ao Parlamento Pan Africano (2001) e os dez (10) Estados-membros que ainda não ratificaram ou assinaram o Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (2002) o façam o mais depressa possível.

603. Queria igualmente chamar a atenção do Conselho para o facto de que apenas nove (9) Estados-membros ratificaram o Pacto de Defesa e Não Agressão (2005) enquanto que apenas um Estado-membro ratificou a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança (2007) adoptada há mais de um ano. Isto demonstra que ainda há muito trabalho a ser feito. Gostaria de, mais uma vez, sublinhar a necessidade de os Estados-membros atribuírem a máxima prioridade aos Tratados adoptados sob a égide da OUA/UA, que, por definição, abordam questões de interesse específico para a África.

B.II. ACREDITAÇÃO DE ESTADOS NÃO AFRICANOS JUNTO DA UNIÃO AFRICANA

604. Em conformidade com a Parte II, Secção II (3) dos Critérios de Concessão do Estatuto de Observador e de um Sistema de Acreditação na União Africana (os Critérios) adoptado pelo Conselho Executivo em Julho de 2005, a Comissão continuou a receber e a analisar pedidos de acreditação de vários Estados não africanos tendo em conta o supremo interesse da União. Gostaria de informar ao Conselho que desde o último período em análise, cinco (5) Estados não africanos e uma organização internacional foram acreditados, para além daqueles que foram acreditados antes, em conformidade com as disposições da Parte II da Secção II (3) dos Critérios de Concessão do Estatuto de Observador e do Sistema de Acreditação no seio da UA. Os

nomes dos representantes acreditados desde o meu último relatório e os seus respectivos Estados/Organizações constam do quadro a seguir:

ESTADOS NÃO-AFRICANOS		
No.	Nome e Título	País
1	Dr. Turki M. Saqr, Embaixador da República Árabe Síria em Khartoum	Síria
2	Monsenhor Ramiro Moliner Inglés, Arcebispo Titular de Sarda e Núncio Apostólico na Etiópia	Santa Sé
3	Sr. Jaroslaw Szczepankiewicz, Embaixador da República da Polónia na República Federal Democrática da Etiópia	Polónia
4	Camarada Ri Song Mok como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular Democrática da Coreia junto da União Africana	Republica Democrática da Coreia
5	S.E. Sr. Norman Ling, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte junto da República Federal Democrática da Etiópia	Reino Unido
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL		
6	Centro Regional de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (RECSA)	

605. O número total de Estados não africanos e organizações internacionais acreditadas junto da União é actualmente de cinquenta e três (53): quarenta e nove (49) Estados não Africanos e quatro (4) Organizações Internacionais e de Integração Regional.

B.III. PROTECÇÃO DE NOMES, ABREVIATURAS E EMBLEMAS DA UA E NEPAD

606. Como já tinha informado ao Conselho, os símbolos da UA (logotipo, emblema, bandeira, abreviaturas etc) foi registada junto da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e está protegida em conformidade com a Convenção de Paris para a Protecção da Propriedade Industrial (Convenção de Paris) Contudo, a Comissão continua a enfrentar o problema da actualização desta protecção porque os Estados-membros ainda não estão a aplicar a legislação nacional adequada para a protecção dos direitos da propriedade intelectual da União Africana nos seus vários países.

607. O Conselho deve lembrar-se que eu tinha informado que a Comissão continuamente recebe relatórios de tentativas de defraudar membros de entidades públicas, particularmente comerciais, utilizando erradamente os nomes da UA e seu programa NEPAD ou os seus símbolos, ou dizendo que são funcionários da UA ou da NEPAD. Por isso, é muito importante que os Estados-membros adotem a respectiva legislação ao nível nacional para proteger os símbolos da UA e informem a Comissão das medidas tomadas. Lamento informar, mais uma vez, que a Comissão ainda está à espera de receber informações dos Estados-membros sobre as medidas tomadas a este respeito. Portanto, queria aproveitar esta oportunidade para reiterar este apelo a todos os Estados-membros.

B.IV. ACORDO ENTRE A UNIÃO AFRICANA E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA SOBRE A SEDE DA UNIÃO AFRICANA E DA COMISSÃO

608. Como o Conselho Executivo sabe, o Artigo 24 do Acto Constitutivo da União Africana estabelece que a Sede da União deve ser em Adis Abeba, na República Federal Democrática da Etiópia. O Conselho deve igualmente lembrar-se que a Terceira Sessão Ordinária da Conferência da União realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 6 a 8 de Julho de 2004, decidiu que a Comissão da União Africana é parte integrante da Sede da União tal como estipulado no Artigo 24 do Acto Constitutivo. Além disso, o Artigo 19º dos Estatutos da Comissão estabelece que a Sede e outros órgãos e escritórios técnicos e administrativos da União Africana devem beneficiar dos privilégios e imunidades estipuladas na Convenção Geral da OUA sobre Privilégios e Imunidades, a Convenção de Viena sobre Privilégios e Imunidades Diplomáticas, a Convenção de Viena sobre o Direito de Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais.

609. De notar que mesmo com o lançamento da União Africana, em Durban, África do Sul, em Julho de 2002, as relações entre a Comissão e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia foram regidas pelas disposições do Acordo de Sede assinado entre o Governo da Etiópia e a Organização da Unidade Africana (OUA) a 6 de Junho de 1965.

610. É com isso em mente que a Comissão iniciou discussões com a República Federal Democrática da Etiópia com vista a actualizar o Acordo de Sede a fim de ter em conta os novos desenvolvimentos e a mudança da natureza da Organização. Tenho o grande prazer de informar o Conselho que um novo Acordo de Sede entre a União Africana e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia, que está disponível no Web site da UA, foi assinado entre o então Presidente da Comissão, Prof. Alpha Oumar Konare e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Sr. Seyoum Mesfin, a 25 de Abril de 2008.

611. O novo Acordo de Sede tem em conta novos desenvolvimentos e elementos fundamentais que são necessários às operações da União Africana e seu pessoal bem como o seu bem-estar. Apresenta as facilidades e os serviços bem como os privilégios e imunidades que, sem dúvida, contribuem para a realização dos objectivos da União. Assim, gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer, através do Conselho, o Governo da República Federal Democrática da Etiópia pelo espírito de fraternidade demonstrado durante as negociações que conduziram à conclusão do novo Acordo de Sede. Esta é uma demonstração, uma vez mais, do empenho do Governo da

República Federal Democrática da Etiópia à realização dos objectivos da União. Acima de tudo, quero agradecer pessoalmente, através do Conselho, o Primeiro Ministro, Meles Zenawi e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Seyoum Mesfin, pelo seu envolvimento pessoal em garantir que as negociações fossem concluídas tão depressa quanto possível, e que as melhores condições sejam disponíveis à União Africana e seu pessoal.

B.V. CRIAÇÃO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL

612. O Conselho deve lembrar-se que aprovou a proposta de criação da Comissão da União Africana sobre o Direito Internacional (AUCIL), que também está prevista no Artigo 14 (a) do Pacto de Não Agressão e Defesa Comum da União Africana adoptado pela 4ª Sessão Ordinária da Conferência da União em Abuja, Nigéria, em Janeiro de 2005. O Conselho ainda se lembra que tinha solicitado à Comissão para elaborar propostas sobre o mandato, a estrutura e as implicações financeiras da criação de uma AUCIL [Decisão EX.CL/Dec. 129 (V)]. Em termos do Pacto de Não Agressão e Defesa Comum, os objectivos da AUCIL incluem o estudo de “todas as questões jurídicas relacionadas com a promoção da paz e segurança, incluindo o traçado e a demarcação e de fronteiras Africanas”. Penso que a AUCIL permitirá à União estar ao corrente dos desenvolvimentos jurídicos internacionais, para continuar a trabalhar em áreas importantes e assim ajudar a União a garantir que continua fiel aos seus objectivos, de acordo com o estipulado no Acto Constitutivo da União Africana.

613. Gostaria de informar o Conselho que um projecto de instrumento jurídico foi elaborado sobre o mandato, funções e estrutura da AUCIL e que foi submetido à reunião dos Ministros da Justiça/Procuradores Gerais realizada na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia de 14 a 18 de Abril de 2008. Contudo, devido a constrangimentos de calendário, a reunião não conseguiu finalizar a análise da questão e adiou-a para uma reunião de seguimento agendada para Outubro/Novembro de 2008. Prevê-se que o Projecto de Estatutos da AUCIL seja submetido aos órgãos políticos para consideração e adopção em Janeiro de 2009.

B.VI. PROCEDIMENTOS DE HARMONIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE TRATADOS

614. O Conselho deve igualmente lembrar-se que através da Decisão EX.CL/Dec. 128 (V) adoptada na 5ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, Etiópia em Julho de 2004, a Comissão foi solicitada a realizar um estudo sobre os procedimentos de ratificação dos Tratados da OUA/UA nos Estados-membros bem como a forma de os harmonizar visando a aceleração do processo de ratificação.

615. Queria informar ao Conselho que a Comissão, com base na informação que recebeu dos Estados-membros e das fontes públicas, finalizou o estudo e apresentou-o à reunião dos Ministros da Justiça/Secretários Gerais realizada na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia de 14 a 18 de Abril de 2008. Contudo, devido a constrangimentos de calendário, a reunião não foi capaz de finalizar a análise da questão e decidiu adiá-la para uma reunião de acompanhamento que terá lugar em Outubro/Novembro de 2008. Entretanto, e tendo em conta o facto de que nem todos os Estados-membros submeteram a informação necessária relativamente aos seus procedimentos de ratificação, gostaria de, mais uma vez, lançar um apelo aos Estados-membros que ainda não o fizeram para, o mais depressa possível, tomarem medidas a fim de que a

Comissão possa finalizar e submeter um estudo global à próxima reunião dos Ministros da Justiça/Procuradores Gerais.

B.VII. FUSÃO DO TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO AFRICANA

616. Gostaria de informar o Conselho que o único projecto de instrumento jurídico sobre a fusão do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e o Tribunal de Justiça da União Africana foi submetido à reunião dos Ministros da Justiça/Procuradores Gerais realizada na Sede da UA de 14 a 18 de Abril de 2008.

617. O projecto de Protocolo foi finalizado pela Reunião e é recomendado ao Conselho para consideração e posterior submissão à Conferência para consideração e adopção. Em seguida, o Protocolo, que será o 34º Tratado a ser adoptado sob a égide da OUA/UA ficará aberto à assinatura e ratificação/adesão por todos os Estados-membros. O *projecto de instrumento jurídico único precisa de 15 instrumentos para entrar em vigor.

B.VIII. ELEIÇÃO DO COMISSÁRIO DE ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA

618. Como o Conselho sabe, a 10ª Sessão Ordinária da Conferência da União realizada em Fevereiro de 2008 em Adis Abeba, Etiópia, elegeu e nomeou os membros da Comissão, nomeadamente o Presidente, o Vice-presidente e os Comissários. Contudo, na ausência de candidaturas femininas da Região Oriental, a eleição do Comissário de Economia Rural e Agricultura foi adiada e, por isso, a Conferência através da Decisão Assembly/AU/Dec. 190 (X) deu mandato à Sessão Extraordinária do Conselho Executivo para eleger e nomear o Comissário de Economia Rural e Agricultura de entre os candidatos do sexo feminino da Região Oriental.

619. Como o Conselho sabe, a sessão extraordinária do Conselho Executivo realizada em Arusha, Tanzânia, de 6 a 7 de Maio de 2008, elegeu a Srª. Tumusiime Rhoda Peace do Uganda como Comissária de Economia Rural e Agricultura. Queria aproveitar esta oportunidade para a felicitar pela sua eleição.

B.IX. SISTEMA DE VOTAÇÃO ELECTRÓNICA

620. Já tinha anunciado que a Comissão estava a finalizar um estudo sobre a possibilidade da União utilizar um sistema de votação electrónico que tenha ainda as características necessárias de transparência e equidade tanto de facto como na percepção. Esta proposta foi motivada pelo número crescente de eleições realizadas pelo Conselho Executivo e que levam muito tempo. Tradicionalmente, o Conselho fazia eleições para alguns dos membros da Comissão, da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e para os membros do Comité Africano de Peritos em Direitos e Protecção da Criança. Contudo, desde a criação do Conselho de Paz e Segurança, do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e do Conselho Consultivo sobre a Corrupção, o Conselho Executivo tem de fazer eleições igualmente para esses órgãos.

621. O actual sistema de votação tem a vantagem de ser considerado como justo e transparente mas tem uma grande desvantagem de ser pesado e moroso. À luz de tudo isso, a Comissão tem vindo a considerar a possibilidade de adquirir um sistema

electrónico de votação que possa acelerar o processo de eleições e ao mesmo tempo reter as características importantes de justiça e transparência.

622. A dificuldade surgida na aquisição de um sistema desse tipo é que não há sistemas de votação electrónica que permitam aos Estados-membros votar em várias línguas. Para isso, a Comissão contactou os vários fabricantes para saber a possibilidade de aumentar o número de línguas para quatro ou pelo menos duas, ainda que isso acarrete custos adicionais, se houver. Prevê-se que, na devida altura, seja apresentado um relatório aos Estados-membros e, se possível, o sistema proposto poderá ser adquirido para utilização em Janeiro de 2009.

B.X. ELEIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO SOBRE A CORRUPÇÃO

623. Na sequência da entrada em vigor da Convenção da UA sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção adoptada em Maputo em Julho de 2003, tornou-se necessário criar o Conselho Consultivo sobre a Corrupção, estabelecido no Artigo 22 da Convenção. O Conselho deve ainda lembrar-se que, uma vez que o órgão é composto por 11 membros e apenas cinco Estados-membros submeteram candidaturas, as eleições tiveram de ser adiadas para a sessão do Conselho de Julho de 2008.

624. Gostaria de informar ao Conselho que a Comissão tinha solicitado aos Estados-membros para submeterem nomeações aos postos de Membros do Conselho. Contudo, queria sublinhar que apenas 26 Estados-membros ratificaram a Convenção e só 7 nomeações dos Estados Partes foram recebidas antes da data limite de 30 de Abril de 2008. A Comissão teve de informar os Estados-membros que as eleições foram adiadas para a Sessão Ordinária do Conselho Executivo de Janeiro de 2009 e que as candidaturas que foram submetidas não necessitam de ser novamente apresentadas. Além disso, queria chamar a atenção do Conselho para o facto de que embora não esteja expressamente estipulado, a Convenção, em conformidade com os princípios da UA relativos à representação geográfica e ao género, dois nacionais de qualquer Estado Parte não podem ser membros do Conselho.

B. XI. TRIBUNAL CRIMINAL INTERNACIONAL PARA O RUANDA (TCIR)

625. A Comissão gostaria de chamar à atenção do Conselho Executivo algumas questões resultantes da Estratégia de Conclusão do Tribunal Criminal Internacional para o Ruanda (TCIR), e que exigem a atenção do Conselho.

626. Na sua Resolução 1503 (2003), o Conselho de Segurança da ONU invocou o Tribunal a "levar a cabo todas as medidas possíveis no sentido de concluir as investigações até o final de 2004, concluir todas as actividades de julgamento de primeira instância até o final de 2008, e concluir todo o trabalho até 2010.

627. O mais recente relatório para o Conselho de Segurança da ONU demonstra que o TCIR cumpriu em grande medida com a sua Estratégia de Conclusão, tendo continuado com os seus programas de capacitação para o sector judicial ruandês e realizando estudos e consultas relacionadas com a sua legalidade. Consequentemente, embarcou num processo de redução progressiva dos seus funcionários. Dois juízes permanentes e um juiz *ad litem* irão renunciar até Novembro de 2008 após conclusão dos casos em sua responsabilidade.

628. Todavia, houve novos desenvolvimentos para além do controlo do Tribunal desde a Resolução 1503 (2003). Dois acusados foram detidos no final de 2007 e um no início de 2008. O Tribunal continua a espera da conclusão dos procedimentos domésticos relativos à transferência de um deles do país de detenção para o Tribunal. Pelo facto dos três recém-detidos serem considerados acusados de alto nível, os seus julgamentos devem decorrer no Tribunal. Tendo em conta os actuais níveis de trabalho da Câmara Processual e as taxas de ocupação das salas de julgamento, os seus casos deverão ser concluídos, na melhor das hipóteses, no primeiro semestre de 2009, com a realização do julgamento no segundo semestre de 2009.

629. Tendo em conta os novos desenvolvimentos, o TCIR apresentou uma petição à atenção do Conselho de Segurança e Assembleia Geral para analisar uma extensão dos mandatos de sete juízes permanentes e oito *ad litem* de modo que possam concluir os casos em julgamento. É ainda indispensável que o TCIR seja provido de recursos adequados para dar resposta aos novos encargos adicionais.

630. É de recordar que a cooperação dos Estados Membros, incluindo para a detenção dos 13 restantes fugitivos, o reenquadramento das pessoas absolvidas ou libertas, é importante para a conclusão com sucesso do mandato do Tribunal.

631. Não há dúvidas que o TCIR contribuiu para o combate contra a impunidade, particularmente para o crime de genocídio. Contribuiu igualmente para bolsas de estudo e conhecimentos por parte de académicos no sentido de realizar investigações e para que os estudantes de direito pudessem levar a cabo os seus estágios.

632. Finalmente, chama-se a atenção do Conselho à questão dos arquivos do TCIR, que constituem a maior colecção de materiais, registos de julgamentos e direito costumeiro dessa natureza no continente. Em colaboração com o seu órgão congénere, o Tribunal Criminal Internacional para a Antiga Jugoslávia, o TCIR criou um painel de peritos liderados pelo Juiz Richard Goldstone com o objectivo de analisar, antes do seu encerramento, as questões e desafios relacionados com o futuro dos registos e arquivos do TCIR, incluindo as possíveis localizações, preservação a longo prazo e utilização durante julgamentos futuros. Há indicações que as opções em consideração em termos da localização dos registos e arquivos incluem países africanos e europeus ou instituições da ONU localizadas em África e na Europa. Enquanto a Comissão não exprime uma preferência para qualquer das opções africanas, é de opinião que esses registos e arquivos devem permanecer em África, prevendo as funções residuais que deverão desempenhar, incluindo futuros julgamentos.

633. O genocídio no Ruanda é um flagelo nas consciências de todos os africanos e os registos e arquivos devem permanecer em África, onde atariam facilmente acessíveis para os africanos em geral, incluindo as vítimas, advogados, estudantes, académicos, autoridades judiciais nacionais, organizações da sociedade civil, etc. Portanto, o Conselho é solicitado a apoiar a recomendação

C. MULHERES, GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

634. Como membro do Comité Director do Fundo NEPAD-Espanha, a Comissão participou na segunda consulta AU/NEPAD/CERS sobre a criação de Incubadores Regionais de Negócios, em Janeiro de 2008 em Joanesburgo, África do Sul. A reunião, que contou com a participação dos pontos focais do Género das CERs, discutiu o conceito de incubador de negócios e centrou-se especificamente no papel das CERs e da CUA na iniciativa e abordou as necessidades em matéria de capacidade dos pontos focais do género nas CERs para acolher o projecto dos incubadores regionais de negócios.

635. Na implementação da decisão do Conselho solicitando o apoio da UA para assistir a Organização Pan-africana das Mulheres (PAWO) no processo de redefinição do seu mandato, a Comissão co-patrocinou o 9º Congresso da PAWO realizado em Fevereiro de 2008 em Joanesburgo, África do Sul.

636. Reconhecendo o carácter técnico do tema da 52ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher, realizada em Março de 2008 em Nova Iorque, EUA, que é Financiar o Desenvolvimento, a Comissão organizou um seminário de Reforço de Capacidades sobre o Financiamento da Igualdade do Género e a Declaração de Paris. Mais de 80 participantes oriundos de 26 Estados-membros da UA tomaram parte no Seminário, incluindo 10 Ministros responsáveis pelas questões da Mulher, do Género e do Desenvolvimento comunitário, OSC, parceiros de desenvolvimento e órgãos de assessoria nomeadamente UNIFEM, CEA e OIT.

637. Na operacionalização do Artigo 11º da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África e a implementação da Decisão da Conferência Dec.134-164 (VIII) de Janeiro de 2007, a Primeira Conferência Regional sobre a Capacitação Económica das Mulheres teve lugar em Malawi, em Março de 2007. A reunião explorou estratégias para avaliar a situação económica das mulheres africanas, incluindo a criação do Fundo Fiduciário Africano para as Mulheres.

638. Para promover o seu principal mandato, que é a capacitação das mulheres africanas e a elevação do seu nível de vida, a Comissão tem de garantir que o género seja integrado em todas as políticas e programas da CUA e órgãos da UA, CERs e Estados-membros e garantir que a igualdade do género e a capacitação das mulheres sejam promovidas no seio dessas instituições. Foi neste sentido que a 2ª Consulta dos Intervenientes na Política do Género da UA foi realizada em Abril de 2008.

639. O Comité das Mulheres da União Africana (CMUA), que funciona como um órgão consultivo junto do Presidente da Comissão da União Africana para as questões do género e relacionadas com o desenvolvimento, está a monitorizar os progressos realizados na implementação da DSIGA. O Comité realizou a sua 3ª reunião em Tunes, Tunísia, em Abril de 2008. No fim da reunião de dois dias, o Comité adoptou o seu plano de trabalho para 2008/2009 e fez pertinentes recomendações relativamente aos relatórios anuais do Presidente da UA e dos Estados-membros sobre a implementação da DSIGA.

D. ORGANIZAÇÕES DE CIDADÃOS E DA DIÁSPORA (CIDO)

640. As actividades da Direcção de Cidadãos e da Diáspora, (CIDO) no período em consideração incidiram no seguinte: a) Institucionalização do ECOSOCC, b) Integração contínua das actividades das OSC através de um programa de envolvimento activo com grupos sectoriais sobre um vasto leque de preocupações incluindo a Estratégia Conjunta UA-EU; c) Operacionalização do Artigo 20 do Conselho de Paz e Segurança (CPS), o Protocolo sobre a Participação da Sociedade Civil no trabalho do CPS, d) Consolidação dos preparativos para a Cimeira sobre a Diáspora Africana a ter lugar na África do Sul em Outubro de 2008.

D.I. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ECOSOCC

641. O Conselho sabe que a 12ª Sessão Ordinária, realizada em Janeiro de 2008, alargou o mandato da Conferência Provisória do ECOSOCC até 30 de Abril de 2008 para facilitar a sua tarefa de organizar eleições para a Assembleia Geral Permanente do ECOSOCC, e autorizou a Comissão da UA a tomar medidas apropriadas para o mesmo.

642. Subsequentemente, foram tomadas medidas para acelerar o processo de eleições nos Estados Membros da União. Assim, foram realizadas eleições no Malawi, Níger, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Etiópia, Maurícias e Benin. Além disso, o Presidente da sessão do ECOSOCC provisório, Prof. Wangari Maathai, em consulta com o Presidente da Comissão da UA, deu instruções para que houvesse eleições compósitas para os Estados-membros e regiões restantes que estão prontas para eleições e que não as fizeram até 1 de Abril de 2008. Neste grupo estão incluídos Tanzânia, África do Sul, Uganda, Guiné, República Democrática do Congo (RDC), República do Congo, Mali, Gana, Madagáscar, Burundi, Nigéria e Zâmbia e eleições regionais na África Austral e Ocidental. Foram finalizadas medidas em conformidade e as eleições compósitas tiveram lugar em Nairobi, Quénia, de 15 a 17 de Abril de 2008 sob os auspícios da Comissão Eleitoral Nacional do Quénia. O processo foi supervisionado por observadores e monitores incluindo membros do Corpo Diplomático, Representantes da Comissão da UA e do Comité Director Provisório do ECOSOCC, Ministério dos Negócios Estrangeiros do Quénia, organizações da sociedade civil e meios de comunicação social locais e internacionais. De acordo com os participantes o processo foi livre, justo e transparente.

643. Com a conclusão das eleições compósitas, o Comité Director Provisório do ECOSOCC, juntamente com a Comissão, concluiu com sucesso a tarefa atribuída pelo Conselho Executivo na sua Decisão EX.CL/Dec.384. Em seguida, a Comissão iniciou os preparativos para lançar o ECOSOCC. Contudo, a data de 30 de Maio de 2008, estipulada pelo Conselho para o lançamento da Assembleia Geral Permanente do ECOSOCC foi difícil de cumprir porque o Presidente da Comissão, que deveria presidir ao evento, foi envolvido no processo da Cimeira da TICAD. Por isso, o Presidente da Comissão iniciou um processo de consultas com o Presidente da União com vista a garantir que a Conferência do ECOSOCC se realize em princípios de Junho de 2008 para facilitar um relatório positivo a esta reunião do Conselho.

D.II. COMPROMISSO SECTORIAL COM GRUPOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS: FÓRUM SOBRE A PARCERIA UA/OATUU)

644. Além disso, no quadro do processo de integração contínua das OSC nas actividades da União, a Comissão intensificou a sua política de envolvimento activo com os grupos sectoriais sociais e profissionais. Como seguimento do primeiro Fórum da UA-Organização dos Sindicatos Africanos (OATUU), a segunda reunião anual do Fórum foi realizada em Abuja, Nigéria de 31 de Março a 2 de Abril de 2008. No Fórum participaram vários líderes do movimento sindical africano aos níveis nacional, regional e continental bem como animadores das academias, do sector privado e dos meios de comunicação social. Propôs uma agenda de trabalho e um quadro de acção para o estabelecimento de parcerias estratégicas entre o movimento laboral e a União como elementos de um Plano Estratégico a longo prazo que será desenvolvido posteriormente. Neste contexto, solicitou à Comissão da UA para organizar uma sessão especial de consulta sobre questões laborais na Conferência da União em 2009, na qual participarão membros do seu comité director e líderes sindicais importantes.

645. O Fórum criou igualmente um quadro concreto para o envolvimento efectivo dos trabalhadores, intervenção e apoio para a institucionalização do ECOSOCC, incluindo uma avaliação do envolvimento laboral nos processos de eleição em curso e a sua contribuição para o lançamento da Assembleia Geral Permanente do ECOSOCC, bem como planos para o papel efectivo do trabalho no contexto de pós-inauguração, com ênfase para o relançamento do grupo social que lida com os interesses e preocupações do trabalho organizado. Avaliou igualmente os progressos registados relativamente à Estratégia Conjunta UA-UE assinada em Lisboa em Dezembro de 2007, o problema da implementação e papel do trabalho nesta matéria, dando especial atenção à lógica dos Acordos de Parceria Económica (APE). Finalmente, o Fórum analisou os desenvolvimentos significativos no sistema da UA incluindo a nova Comissão, o Governo da União, a Auditoria da União, e propôs medidas concretas sobre a forma como o Fórum de Parcerias pode contribuir efectivamente para o desenvolvimento desses processos e aumentar os esforços da UA.

D.III. DIÁLOGO INTER RELIGIÕES

646. Na mesma óptica, a Comissão está a elaborar planos para convocar um diálogo inter-religiões de líderes de todas as áreas para promover o processo de reconciliação, paz e desenvolvimento no quadro do sistema da UA em Agosto ou Setembro de 2008 em Pretória, África do Sul.

D.IV. CONSULTAS SOBRE A ESTRATÉGIA CONJUNTA UA/UE

647. Como complemento à estratégia em epígrafe, a Comissão da UA organizou uma consulta de seguimento da Sociedade Civil Africana sobre a fase de implementação da Parceria Estratégica África-UE em Bamako, Mali, de 3-5 Março de 2008, que contou com a participação de representantes de grupos de OSC africanas na sua grande diversidade, grupos sociais e profissionais, nomeadamente institutos de investigação, academias, jovens, mulheres, media, etc bem como representantes da UA e da Comissão Europeia. A reunião avaliou o documento final assinado pelos líderes africanos e europeus durante a Cimeira de Lisboa de Dezembro de 2007 para permitir a sua análise pela sociedade civil a fim de determinar se as suas aspirações estão reflectidas no documento e delinear estratégias adequadas de envolvimento na fase de

implementação. Decidiu sobre um quadro de acção para iniciar o processo na fase de implementação, particularmente na determinação das OSC, a plataforma dos institutos e grupos de investigação, apoio e envolvimento nas reuniões Ministeriais da Troika, a criação de um portal web para facilitar a consulta das OSC para além de decisões, procedimentos e processos políticos chave para alargar os espaços de inter-acção das OSC com o vasto processo de implementação da estratégia.

D.V. CRIAÇÃO DO CORPO DE VOLUNTÁRIOS AFRICANOS

648. Com o apoio da subvenção do PNUD, a Comissão está a finalizar o quadro para a criação de um Corpo de Voluntários Africanos. O trabalho suscitou a atenção e a preocupação do Governo Japonês e da sua Agência de Voluntários, que programaram uma visita ao Japão em Fevereiro de 2008, para ver como os processos podem reforçar e apoiar mutuamente. Uma reunião de peritos técnicos será realizada brevemente para finalizar o documento provisório a ser apresentado à consideração do CRP e órgãos executivos da União.

D.VI. OPERACIONALIZAÇÃO DO ARTIGO 20 DO PROTOCOLO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

649. Afim de estabelecer um quadro para a efectiva participação da sociedade civil no trabalho da União, a Comissão contratou um consultor para elaborar um documento quadro que, depois de revisto, foi transformado numa proposta política. A proposta será analisada por um grupo consultivo de peritos em paz e segurança de grupos importantes de OSC que trabalham activamente na área em Lusaka, Zâmbia, em princípios de Junho de 2008. Espera-se que a sua deliberação ajude a melhorar e a aperfeiçoar o documento, que, em seguida, será submetido a uma reunião de peritos dos Estados-membros e ao Comité de Representantes Permanentes (CRP) e, posteriormente, ao Conselho Executivo para consideração. A este respeito, a Comissão gostaria de reconhecer e agradecer o apoio do Governo Dinamarquês no quadro do Fundo Dinamarquês para a Paz.

D.VII. PREPARAÇÃO PARA A CIMEIRA DA DIÁSPORA AFRICANA QUE TERÁ LUGAR NA ÁFRICA DO SUL DE 8 A 11 DE OUTUBRO DE 2008

650. Como o Conselho sabe, de 16 a 18 de Novembro de 2007 foi realizada uma Conferência Ministerial UA-Diáspora Caribenha em Midrand, África do Sul, no quadro do processo de preparação para a Cimeira da Diáspora. Na sequência das consultas entre o Governo da África do Sul e a Comissão da UA, as datas fixadas para a Cimeira são as seguintes:

- 8 de Outubro de 2008, Reunião de altos funcionários
- 9 de Outubro de 2008, Reunião Ministerial
- 10-11 de Outubro de 2008, Cimeira

651. A Cimeira deverá analisar e melhorar o Plano e o Programa de Acção elaborados pela Conferência Ministerial para a consolidação do Programa da Diáspora e apresentar um projecto de acção global que determine acções concretas que permitam a reunificação efectiva da família global africana e os seus esforços concertados na construção da União Africana. A Comissão está a trabalhar em estreita colaboração com o Governo da África do Sul na preparação da Cimeira.

652. Gostaria de lançar um apelo a todos os Estados-membros para apoiarem o processo e participarem activamente na Cimeira a vários níveis, para que a União Africana possa ter uma efectiva plataforma de acção para a Diáspora.

653. Finalmente, gostaria de fazer referência à pertinente recomendação do Relatório de Auditoria da União que exige o reforço da Direcção da CIDO a fim de envolver efectivamente as OSC e a Diáspora no trabalho da União. Esta recomendação, que foi aprovada pelo Conselho, deve ser implementada rapidamente.

E. RELAÇÕES EXTERIORES E COOPERAÇÃO

E.I. PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE ÁFRICA

Introdução

654. A Decisão do Conselho EX.CL/Dec.397 (XII) da 12ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba de 28 a 29 de Janeiro de 2008 sobre a Parceria Estratégica de África, deu instruções à Comissão para continuar a trabalhar com os pertinentes órgãos da União para promover e apoiar o processo de parceria com as potências emergentes do sul. A decisão também “solicitava a Comissão da UA a realizar uma análise global de todas as parcerias existentes a fim de implementar efectivamente estratégias e planos de acção racionalizar o número de Cimeiras e identificar critérios para essa parceria para garantir coerência entre as mesmas e fazer as necessárias recomendações ao Conselho e à Conferência”. Essa mesma decisão “solicitou ao Comité de Representantes Permanentes para submeter as suas recomendações sobre o estudo acima referido antes de iniciar quaisquer novas relações estratégicas”.

655. Neste contexto, a Comissão da UA tomou medidas para implementar as directivas do Conselho Executivo no que se refere às parcerias com as potências emergentes do Sul e outras parcerias incluindo as com países desenvolvidos e centros tradicionais de poder.

Acompanhamento da Cimeira África/América do Sul

656. A primeira Cimeira África/América do Sul foi realizada em Abuja a 30 de Novembro de 2006. A Cimeira adoptou três documentos finais: uma Declaração, um Plano de Acção e uma Resolução. A Cimeira também criou um mecanismo de acompanhamento formado pelos co-Presidentes, actual e cessante (Nigéria, Venezuela) juntamente com o Brasil, a Comissão da UA e o Secretariado das Nações Sul-americanas (UNASUR) para facilitar a implementação do programa de cooperação no quadro do Plano de Acção que foi adoptado pelos líderes dos dois continentes.

657. Anteriormente ao período em consideração, o Mecanismo de Coordenação realizou uma série de reuniões. A primeira reunião foi em Caracas, Venezuela, de 16 a 18 de Julho de 2007 na qual foram discutidos os aspectos gerais da Declaração e Plano de Acção bem como medidas para a sua implementação. A reunião apresentou um mapa das reuniões preparatórias da Segunda Cimeira África/América do Sul, 7 áreas prioritárias de cooperação bem como programas e projectos podem ser implementados no quadro desta parceria.

658. A 2ª Reunião do Mecanismo de Coordenação teve lugar em Abuja, Nigéria de 29 a 30 de Novembro de 2007. Analisou os progressos registados desde a reunião de Caracas, particularmente as actividades de acompanhamento em cada região e analisou formas e meios efectivos de fazer avançar o processo. A reunião reviu o calendário de actividades que foi proposto em Caracas. Fez uma hierarquia de objectivos e acções e propôs métodos para racionalizar e melhorar o desempenho do mecanismo de coordenação. Analisou igualmente as propostas do Brasil, da Venezuela e da União Africana que foram baseadas nas consultas entretanto realizadas e recomendou a necessidade de tomar medidas necessárias à realização de uma

Conferência de Ministros do Comércio em Marrocos, de acordo com a decisão da 1ª Cimeira AAS.

659. No período em análise, a Comissão envolveu-se na preparação efectiva da 2ª Cimeira AAS a ter lugar na Venezuela em Novembro de 2008. No quadro deste processo, a Comissão, em consulta com o CRP e os Estados-membros, tomou as medidas necessárias para apoiar a reunião dos Ministros do Comércio em Marrakech, Marrocos, de 17 a 20 de Junho de 2008. A planificação da reunião dos Ministros do Comércio envolveu consultas estreitas com o Governo do Reino de Marrocos e os nossos parceiros na América do Sul.

660. Um segundo aspecto da preparação incidiu na implementação de aspectos chave do acordo de cooperação através de propostas concretas de actividades. As duas reuniões do Mecanismo de Coordenação discutiram pormenores e elementos dessas propostas, incluindo a criação do Banco do Sul, a Universidade do Sul e a Rede de Rádio/TV Telesur, etc. Na sequência destas propostas e com base nas decisões do Mecanismo de Coordenação, o Governo da Venezuela convocou um Seminário Internacional sobre os Pólos do Sul, em Caracas, de 20 a 21 de Maio de 2008 no quadro do processo de preparação da 2ª Cimeira AAS. Os Estados Partes em ambas as regiões, bem como a Comissão da União Africana, a UNASUR e as CERs africanas foram convidadas a enviar representantes para este seminário, tendo a Comissão enviado quatro peritos dos sectores das finanças, energia, comunicação e educação respectivamente.

661. Um aspecto final desta preparação também incidiu na decisão da reunião do Mecanismo de Coordenação realizada em Abuja, Nigéria, em Novembro de 2007, sobre a realização de uma reunião de altos funcionários da África e da América do Sul, em Brasília, Brasil, de 9 a 11 de Junho de 2008. O objectivo desta reunião foi discutir e promover o acordo sobre o plano de implementação discutido em reuniões prévias do Mecanismo de Coordenação realizadas na Venezuela e em Abuja respectivamente, e para acelerar o processo de preparação da 2ª Cimeira da AAS na Venezuela, em Novembro de 2008. Entre outras coisas, as reuniões do Mecanismo de Coordenação decidiram sobre a necessidade de reforçar e racionalizar o Mecanismo de Coordenação para facilitar acções rápidas e recomendou a criação de um "Secretariado Provisório" (secretariado rotativo) sediado no país que acolhe a próxima Cimeira durante o período da sua presidência. A reunião de altos funcionários teve lugar em Brasília, tal como previsto, e os resultados, bem como os da reunião dos Ministros do Comércio, realizada em Marrocos, são apresentados separadamente à consideração do Conselho.

662. No período em consideração, foram registados progressos consideráveis nesta área. Continuam os trabalhos e quero garantir ao Conselho que tomarei todas as medidas necessárias para garantir o sucesso efectivo deste Acordo de cooperação. Em conformidade com a Directiva do Conselho, a Comissão trabalhará em estreita relação com todos os Órgãos importantes da União bem como com os instrumentos e estruturas fundamentais previstas no quadro do Acordo AAS.

Fórum de Cooperação África/Índia

663. Como é do conhecimento do Conselho, o processo de cooperação África/Índia começou com a visita do meu antecessor a Nova Deli, Índia, em Dezembro de 2006. Durante essa visita, manteve discussões com o Primeiro Ministro indiano e ambos

decidiram sobre a necessidade de estabelecer um Fórum de cooperação através de uma Cimeira de líderes a ser realizada em Nova Deli numa data a ser acordada. No quadro deste processo, os dois líderes também decidiram criar um grupo de trabalho conjunto para preparar o Fórum enquanto a Comissão da UA assumiu preparar os termos de referência (TDR) para o grupo de trabalho e o quadro do Fórum.

664. Subsequentemente, várias reuniões preparatórias foram realizadas em Nova Deli e Adis Abeba, em 2007 e 2008, para discutir e decidir sobre um projecto de declaração e as áreas de cooperação, bem como o modelo e a estrutura da Cimeira, que será realizada a 3 níveis consecutivos – Altos Funcionários, Ministros e Chefes de Estado e de Governo. Ficou também decidido que o modelo de representação deverá conformar-se com o quadro da Cimeira de Banjul no Continente – parceria nacional única. Ambas as partes decidiram ainda que a Cimeira do Fórum fosse realizada a 8 e 9 de Abril de 2008.

665. Apraz-me informar o Conselho que a Primeira Cimeira África-Índia, foi realizada em Nova Deli, Índia, de 8-9 de Abril de 2008 como previsto. A Cimeira foi co-presidida pelo Primeiro Ministro Indiano e o Presidente da República Unida da Tanzânia como Presidente da União Africana. Também participaram 7 Chefes de Estado e de Governo, 6 Chefes de Delegação (dois vice-presidentes, 3 Ministros e 1 ex-Primeiro Ministro) e o ex-Presidente da Comissão da União Africana. A Cimeira teve dois documentos finais, nomeadamente a Declaração de Deli e o Quadro de Cooperação.

666. Outro acontecimento importante da Cimeira foi o anúncio do Primeiro Ministro Indiano relativamente à concessão de:

- i. Esquema de tarifas preferenciais isentas de impostos aos países menos desenvolvidos dos quais 34 são africanos. Isso permitirá aos produtos como algodão, cacau, alumínio, cobre, caju, cana de açúcar, pronto a vestir, filetes de peixe, etc de África terem acesso livre aos mercados indianos;
- ii. As linhas de crédito para África duplicaram para US\$5,4 biliões nos últimos cinco anos;
- iii. Aumento da quota de 1600 lugares anualmente para os Africanos no quadro do projecto de formação técnica da Índia; e
- iv. A execução de projectos no montante de mais de 500 milhões de dólares nos próximos 5/6 anos nas áreas de caminhos de ferro, TI, Telecom, produção de energia e conexões físicas em África.

667. 14. Além disso, de acordo com os termos da Declaração de Deli, a África e a Índia deverão desenvolver conjuntamente, no período de um ano, um plano de acção conjunto ao nível continental e um mecanismo adequado de acompanhamento para implementar o quadro de cooperação acordado.

Cimeira África/Turquia

668. Estão sendo intensificados preparativos para garantir a realização bem sucedida da Cimeira África/Turquia de acordo com as instruções do Conselho. A Cimeira está prevista para Istambul, de 18 a 21 de Agosto de 2008.

669. A este respeito, a Comissão tem estado a trabalhar em estreita relação com o sub-Comité de Cooperação Multilateral do CRP, para desenvolver e melhorar os projectos de documentos propostos pela Turquia com vista a garantir uma posição

africana coordenada que será a base das deliberações da Cimeira. O processo envolve igualmente consultas com o grupo de Embaixadores/Chefes de Missão Africanos na Turquia. A União Africana, constituída pelos Estados-membros e pela Comissão, reuniu-se com uma delegação Turca em Adis Abeba, em Março de 2008, e outra reunião terá lugar na Turquia para finalizar os documentos da Cimeira.

670. Nitidamente, o modelo de representação Africana nesta reunião estará em conformidade com a Decisão de Banjul sobre parcerias nacionais à escala do continente. É importante que todos os Estados-membros tomem as medidas necessárias para apoiar este processo e garantir o sucesso da Cimeira.

IV Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África (TICAD IV)

671. Continuaram os preparativos simultaneamente com o desenvolvimento de relações com o Japão no quadro do Processo TICAD. Os preparativos culminaram com a reunião da TICAD IV realizada em Yokohama, Japão, de 28 a 30 de Maio de 2009. A TICAD IV – a 4ª na série precedeu a Cimeira do G8 que terá lugar igualmente no Japão em fins de Julho de 2008. De acordo com a tradição, a reunião abordará questões prioritárias do desenvolvimento de África, nomeadamente a aceleração do crescimento económico, a segurança humana, incluindo a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), a consolidação da paz e da democracia, bem como questões relacionadas com o ambiente e as alterações climáticas. O resultado concreto da reunião será apresentado separadamente ao Conselho e à Conferência. O processo de preparação para a participação no processo da TICAD IV suscitou, contudo, uma questão substantiva acerca da importância da decisão de Banjul relativamente ao continente – parcerias bilaterais. Contrariamente ao caso da Índia, os Japoneses enviaram convites a vários Chefes de Estado Africanos que participaram na Cimeira. Então, alguns Estados-membros levantaram questões sobre a implicação desta situação na Decisão de Banjul. Será necessário a Cimeira avaliar a situação e tomar uma decisão de acompanhamento adequada sobre se a Decisão de Banjul deve continuar a ser aplicável em situações futuras e como garantir que os Estados-membros actuem em conformidade com a decisão.

O Processo de Avaliação Global

672. O aspecto final da Decisão do Conselho incidiu na necessidade da realização de uma avaliação global de todas as parcerias existentes a fim de implementar efectivamente estratégias e planos de acção acordados entre a África e os seus parceiros internacionais, racionalizar o número de cimeiras e identificar critérios para essas parcerias e fazer as recomendações necessárias ao Conselho e à Conferência. Da mesma forma, o CRP vai submeter as suas recomendações sobre o estudo acima referido antes de iniciar qualquer nova parceria estratégica.

673. Desde a assumpção de funções, em Abril de 2008, a Comissão começou um trabalho de preparação sobre este processo de análise global. No quadro deste processo, estaremos em estreita colaboração com o CRP com vista a formular perspectivas comuns para consideração do Conselho.

674. Igualmente é necessário realçar que, embora a Comissão continue a reconhecer o pedido de parceiros candidatos a programas de cooperação, vamos dar mais importância à avaliação do valor acrescentado de qualquer acordo de cooperação

previsto com uma condição prévia de discussão com o CRP e órgãos pertinentes da União. Neste quadro, a Comissão enviou uma missão de informação ao Irão, de 25 e 26 de Fevereiro de 2008, a pedido do Governo do Irão para discutir as perspectivas e a viabilidade de um acordo de parceria. O objectivo da missão foi obter informações e explorar perspectivas e possibilidades da cooperação África/Irão, em conformidade com a Decisão e os objectivos estipulados pelo Conselho. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão reuniu-se com a Delegação e teve sessões de trabalho com os dois Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros em todas as áreas, juntamente com peritos técnicos nas diferentes áreas propostas para parceria. O resultado desta reunião será analisado em pormenor com o CRP e colocado como ponto prioritário no processo de avaliação mais alargado no quadro da decisão do Conselho Executivo relativamente ao estabelecimento de novas parcerias.

675. O quadro da parceria estratégica de África aumenta o perfil e a força negocial de África e serve como um pólo de influência para a África maximizar o seu alcance global. Contudo, reconheço que para realizar plenamente os resultados pretendidos da política sobre parcerias estratégicas, é necessário garantir coerência interna e externa entre as parcerias e, em particular, realçar o requisito de que as parcerias emergentes devem acrescentar valor ao que realmente existe.

E.II. COOPERAÇÃO AFRO-ÁRABE

676. A cooperação institucional entre a Comissão da UA e o Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes registou melhorias acentuadas na implementação e está continuamente a expandir, com a inclusão de novos programas de cooperação e consolidação dos existentes. As partes estão agora a trabalhar com mais colaboração e determinação com vista ao estabelecimento de uma cooperação mais tangível e produtiva.

677. Em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.363 (XI), sobre o Instituto Cultural Afro-árabe, concluiu-se o estudo sobre “O Desenvolvimento de um Mecanismo Institucional sobre Estudos Estratégicos Afro-Árabes / Redefinição do papel do Instituto Cultural Afro-Árabe, em Bamako, Mali”, realizado em colaboração com a Liga dos Estados Árabes. Os consultores africanos e árabes submeteram o seu relatório, que foi analisado pela 3ª reunião Consultiva Inter-secretariados da UA/LEA, realizada em Adis Abeba, de 14 a 16 de Dezembro de 2007. Entre outros aspectos, a reunião decidiu criar um grupo de trabalho multisectorial, que será constituído pelos relevantes Departamentos da Comissão da União Africana e do Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes, para analisar exaustivamente o relatório e orientar e facilitar o processo de transformação. A transformação será feita sem afectar o programa cultural em curso do Instituto. A primeira reunião do Grupo de Trabalho teve lugar na primeira quinzena de Março de 2008.

678. Tal como decidido durante a 2ª reunião Consultiva inter-Secretariados UA/LEA realizada no Cairo, Egipto, em Dezembro de 2006, um quadro e modalidades para a criação de um Fórum Permanente de Desenvolvimento Afro-Árabe foi desenvolvido pelas partes. O documento foi analisado e aprovado pela 3ª Reunião Consultiva Inter-secretariados UA/LEA para adopção dos respectivos Órgãos Políticos.

679. A este respeito, convém evocar as decisões da 19ª Cimeira Árabe realizada em Riade, Arábia Saudita, em Março de 2007 (Decisões da Cimeira: 386ª Sessão Ordinária (I9), 29/3/2007) que solicitou ao Secretariado Geral da Liga dos Estados

Árabes e à Comissão da União Africana para continuarem o estudo sobre a criação de um Fórum no qual participarão académicos, peritos, investigadores, organizações da sociedade civil e do sector privado das duas partes.

680. À luz da Declaração de Cairo sobre a cooperação Afro-Árabe e das decisões na matéria, a Comissão, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes iniciou a criação de Comitês de Embaixadores Afro-Árabes em capitais/cidades seleccionadas como Adis Abeba, Cairo, Bruxelas, Genebra e Nova Iorque. Tem sido analisada a possibilidade de incluir outras importantes capitais como Washington. O objectivo é encorajar reuniões e consultas regulares visando a coordenação de acções e posições sobre questões importantes para as duas regiões.

681. Estão sendo envidados esforços para criar relações de trabalho directas entre a Comissão e instituições especializadas Árabes, tal como recomendado pela segunda reunião inter-secretariados. A este respeito, a Comissão assinou um Memorando de Entendimento com o Fundo Árabe para assistência técnica aos países africanos enquanto que negociações sobre instrumentos semelhantes com o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de Africa (BADEA), a Organização Árabe para o Desenvolvimento da Agricultura (OADA) e a Autoridade Árabe para o Investimento e o Desenvolvimento da Agricultura (AAIDA) foram finalizados/concluídos.

682. Contrariamente às 6 edições anteriores da Feira Comercial Afro-Árabe, que foram organizadas de 2 em 2 anos desde 1993, para facilitar contactos directos entre empresários africanos e árabes e desenvolver relações de comércio e de investimento entre países africanos e árabes, a 7ª edição, inicialmente prevista para ter lugar em Kartoum, Sudão, em 2005, foi adiada devido ao fraco nível de confirmações dos países africanos e árabes. Consequentemente, a Comissão da União Africana e a Liga dos Estados Árabes decidiram realizar uma avaliação exaustiva do desempenho da Feira, com o objectivo de rectificar problemas organizacionais e melhorar o impacto da Feira no futuro. A Comissão, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes, cumpriu plenamente o necessário trabalho de base para esta tarefa e submeteu uma proposta de assistência financeira ao BADEA a fim de realizar a avaliação. Entretanto a Comissão, em breve, iniciará a preparação da 7ª edição da Feira, que agora terá lugar em Djibouti, em 2009, e exorta todos os Estados-membros da União Africana a participarem no evento.

683. Não obstante as realizações acima referidas, esforços permanentes são necessários para promover a cooperação Afro-árabe. Para isso queria evocar as decisões da 6ª Cimeira da UA realizada em Kartoum em 2006 e a 19ª Cimeira Árabe realizada em Riade em 2007, no sentido da realização da 2ª Cimeira Afro-Árabe o mais depressa possível. Em conformidade com essas decisões e a recomendação da 3ª Reunião Inter-secretariados UA/LEA, a Comissão irá intensificar consultas com a Liga dos Estados Árabes para determinar as datas e o local da Cimeira e iniciar os preparativos para a sua organização bem sucedida.

V. PROGRAMAS DE REPRESENTAÇÃO

A. ESCRITÓRIO DE BRUXELAS

A.I. INTRODUÇÃO

684. Durante o período que vai de Janeiro a Maio de 2008, a Missão Permanente da União Africana em Bruxelas implementou o seu programa de actividades para o ano financeiro de 2008. O essencial destas actividades foi realizado no quadro institucional e associativo seguinte:

- A cooperação entre a União Africana (UA) e a União Europeia (UE)
- A implementação do Acordo ACP-UE de Cotonou
- O Grupo Africano de Embaixadores em Bruxelas
- Os movimentos associativos da sociedade civil, incluindo a Diáspora Africana
- As acções de representação.

A.II. COOPERAÇÃO UA/UE E UA/ACP

685. Durante o período em análise, a Missão continuou a trabalhar no desenvolvimento de relações institucionais produtivas entre a UA e a UE, a UA e o Secretariado dos ACP bem como com outros parceiros de desenvolvimento presentes em Bruxelas.

686. A missão trabalhou na formulação de uma Posição Africana Comum durante as reuniões e negociações internacionais fazendo com que a África seja tratada como um todo uno e indivisível.

a) Implementação da estratégia conjunta UE/Africa

687. A Missão mobilizou-se para participar activamente na implementação da Estratégia Conjunta UE/Africa e do Plano de Acção conexo que foram adoptados pela Segunda Cimeira África-UE que teve lugar em Lisboa, Portugal, em Dezembro de 2007. Assim, participou em várias reuniões organizadas neste quadro conjuntamente ou por uma das partes, tais como:

- A reunião de coordenação sobre a parceria UA/UE sobre as infra-estruturas e a energia que se realizou a 20 e 21 de Fevereiro em Bruxelas;
- A mesa redonda de reflexão política sobre as « Perspectivas para a parceria UE-UA : aspectos institucionais», organizada a 1 de Abril em Bruxelas pela Comissão Europeia com a participação da CUA e de muitos peritos africanos;
- A conferência, organizada a 6 de Março pela Fundação Konrad-Adenauer sobre o tema : «A UE e a Africa : prioridades, oportunidades e desafios emergentes».

688. Igualmente, a Missão participou nas reuniões de consulta sobre a implementação da estratégia conjunta UE/Africa, organizadas pela CUA, de 19 a 21 de Março e de 14 a 16 de Abril em Ouagadougou e Maseru respectivamente.

b) Contactos inter-institucionais

689. A missão adoptou uma reunião mensal com a Comissão Europeia para discussão, acompanhamento e reforço das relações que unem as duas organizações. Ela tem consultas regulares com o Secretariado Geral do grupo dos Estados ACP para analisar e melhor defender os interesses de África no seio do grupo.

690. No quadro da cooperação Afro-Arabe, a Missão continua a trabalhar sobre as modalidades de criação de um Comité de Embaixadores Africanos e Árabes em Bruxelas, em conformidade com as instruções da Comissária dos Assuntos Políticos.

691. A 9 de Abril, a Missão teve uma sessão de trabalho com o Presidente do Parlamento Europeu para discutir as relações UE/UA e as modalidades do seu reforço. O Presidente do Parlamento manifestou a intenção de encontrar o Presidente da UA e o Presidente da CUA aquando das próximas deslocações à Tanzânia, a Addis-Abeba e à sede do Parlamento Pan-africano. A Missão esteve igualmente associada à realização de uma Semana Africana que o Parlamento Europeu prevê organizar de 8 a 12 de Setembro próximo em Bruxelas.

692. A Missão colaborou igualmente com a presidência eslovena da UE para organização, a 26 de Maio em Bruxelas, de uma reunião UA/UE de consulta sobre os direitos do homem.

693. A estas actividades pontuais, acrescentam-se relações de trabalho de rotina, mantidas no dia a dia com as várias instituições da UE.

A.III. IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE PARCERIA ACP-UE DE COTONOU

a) Assembleias parlamentares ACP e ACP-UE

694. A Missão participou na 12ª Sessão da Assembleia Parlamentar ACP e na 15ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE que se realizarão respectivamente de 21 a 24 de Janeiro em Bruxelas e de 12 a 20 de Março em Ljubljana (Eslovénia). Como é hábito, a Missão aproveitou a ocasião para contribuir para a harmonização das posições dos Estados Membros Africanos dessas instâncias com as adoptadas pela UA, nomeadamente no que diz respeito às questões políticas, em particular as relativas à resolução de certos conflitos em África que são sistematicamente inscritos na ordem do dia das sessões das duas Assembleias.

695. Tendo em conta a actualidade, a questão das negociações ACP-UE para a assinatura dos Acordos de Parceria Económica (APE) foi discutida nas duas Assembleias. A Missão aproveitou a sua participação para evocar as posições da UA para APE's orientados para o desenvolvimento e a integração das economias africanas.

b) As negociações ACP-UE dos Acordos de Parceria Económica (APE)

696. A Missão continua a seguir a evolução das negociações ACP-UE dos Acordos de Parceria Económica (APE) agindo junto do Grupo Africano dos Embaixadores em Bruxelas para ajudar a harmonizar as posições dos negociadores africanos, em conformidade com as decisões da UA na matéria, nomeadamente a Declaração 2 (X)

da 10ª Cimeira da UA de Janeiro de 2008. Para o efeito, a Missão, em estreita concertação com o Departamento de Comércio e Indústria da CUA, trabalhou para a participação activa de representantes do Grupo Africano de Embaixadores em Bruxelas na Conferência dos Ministros Africanos do Comércio e Finanças que a CUA organizou de 1 a 3 de Abril em Adis Abeba.

697. Actualmente, a Missão está a implementar a Declaração sobre os APE que foi adoptada pela referida Conferência e que reafirma, por um lado, a determinação dos países africanos de ter APE's orientados para o desenvolvimento e que preservem as estratégias africanas de integração económica e, por outro lado, a oportunidade de uma liderança da UA nessas negociações. Neste quadro, a Missão organizou, a 16 e 17 de Maio, um retiro do Grupo Africano de Embaixadores em Bruxelas, essencialmente dedicada à análise das modalidades para o relançamento das negociações, em conformidade com o espírito da Declaração acima referida.

A.IV. GRUPO AFRICANO DE EMBAIXADORES EM BRUXELAS

698. A Missão garante quotidianamente a coordenação do Grupo Africano de Embaixadores em Bruxelas, contribuindo assim para harmonizar e articular a sua acção no seio do Grupo dos Estados ACP, isto é no quadro das relações específicas com a UE, com as estratégias e posições da UA tendo em conta as relações internacionais para a preservação dos interesses reais de África.

699. Durante o período em análise, a Missão mobilizou o Grupo, essencialmente em torno da implementação da Estratégia África-UE e, sobretudo, das Decisões da UA sobre as negociações ACP-UE para a assinatura de Acordos de Parceria Económica (APE). A Missão queria, assim, levar o Grupo Africano a adoptar posições comuns sobre essas negociações, em conformidade com as respectivas decisões da UA, tendo em conta a harmonização dos APE com as estratégias da UA para a integração das economias africanas e sua inserção adequada na economia mundial.

700. É nesta perspectiva que se situa o programa dos retiros e seminários que a Missão organiza periodicamente à intenção do Grupo Africano. O retiro, que foi organizado a 16 e 17 de Maio debruçou-se sobre a análise das negociações dos APE dos acordos provisórios rubricados por alguns países africanos; a procura de uma posição comum africana com vista à retomada das negociações e a estratégia a ser adoptada para se conformar às decisões da UA na matéria.

A.V. MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS DA SOCIEDADE CIVIL, INCLUINDO A DIASPORA AFRICANA

701. A Missão continua a contribuir para mobilizar a diáspora africana na Europa para, em conformidade com a estratégia da UA, sensibilizá-la a fim de assumir uma parte activa na construção da União Africana. Ela continua, assim, a acção iniciada de organizar e estruturar essa diáspora com vista aos preparativos para a realização da Cimeira que lhe é dedicada em 2008, na África do Sul. Nesta perspectiva, organizou, a 8 de Março em Bruxelas, uma reunião na qual participaram representantes de associações sedeadas nos países seguintes: Bélgica, França, Países-Baixos, Itália, Suíça, Luxemburgo, etc.

702. A Missão participa igualmente em várias actividades (colóquios, seminários, manifestações culturais etc.) organizadas por associações da diáspora nos países

membros da UE. A Missão continua igualmente a manter relações de trabalho com ONG's de desenvolvimento e outros movimentos associativos que operam no quadro da cooperação global com a África. Durante o período em análise, ela participou, ao lado de peritos africanos e outros vindos de vários países, num seminário organizado, a 18 de Abril, na Alemanha pelo Centro Marshall sobre o tema « *Migração e segurança internacional: desafios e oportunidades*».

A.VI. ACTIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO

703. Nesse quadro, a Missão prossegue activamente a sua função de representação. É com este objectivo que a Missão aproveitou a ocasião da celebração do « Dia de África » 2008, para organizar, a 25 de Maio, uma conferência debate sobre a Estratégia Conjunta África-UE à intenção dos Africanos que vivem na Bélgica e das populações interessadas pela cooperação entre a UE e a África.

A.VII. AQUISIÇÃO DE UM NOVO IMÓVEL

704. A Missão contribuiu para a implementação adequada da Decisão EX.CL/Dec.403(XII), através da qual o Conselho Executivo autorizou a Comissão a proceder à compra de um novo imóvel para acolher a Missão Permanente da UA em Bruxelas, porque as suas instalações são exíguas para satisfazer as suas necessidades tendo em conta sobretudo o facto que devem igualmente acolher as representações das CER em Bruxelas, em conformidade com a decisão das autoridades da CUA. Ela conseguiu, assim, identificar um imóvel que responde aos critérios exigidos.

705. O processo de aquisição foi iniciado pela Administração da CUA, em conformidade com os procedimentos em vigor. A Missão espera concluir o processo no prazo que lhe é concedido pelo vendedor.

706. Tendo em conta que o imóvel que actualmente acolhe os escritórios da Missão é propriedade da UA, a Missão, seguindo as directivas da Administração da CUA, está a tomar as disposições necessárias para proceder à sua venda, em perfeita conformidade com o Regulamento da UA na matéria.

B. ESCRITÓRIO DE CAIRO

707. A Delegação Permanente continuou a fazer o acompanhamento das actividades da Liga Árabe, a encorajar as relações de estreita colaboração com a Liga nas áreas política, económica, social e cultural. Participou, assim, nas reuniões estatutárias convocadas durante o período em análise, nomeadamente o Conselho Económico e Social (ECOSOC), o Conselho de Ministros e a Cimeira dos Soberanos e Chefes de Estado Árabes realizada em Damasco, Síria, de 29 a 30 de Março de 2008. Estas diversas reuniões aprovaram Decisões importantes para a União Africana sobre as seguintes matérias:

E.III. PAZ E SEGURANÇA

- **Sudão**

708. Ao louvar os esforços da UA, das NU e da LEA para apoiar os esforços de paz no Sudão, a 20ª Cimeira Árabe congratulou-se com a assinatura do Acordo sobre a Força Híbrida e pelas medidas tomadas para a sua perfeita implementação no Darfur e lançou um apelo aos países árabes africanos para aumentarem a sua participação na Força. Além disso, a Cimeira solicitou maior colaboração entre as três instituições para acelerarem os esforços visando unificar as posições negociais dos diferentes grupos não signatários do Acordo de Paz de Abuja com vista a retomar as negociações o mais depressa possível e pediu ao Conselho de Segurança das NU para prever sanções para as partes transgressoras.

709. Quanto à situação no Sul do Sudão, a Cimeira felicitou as medidas tomadas para a implementação do Acordo de Paz entre o Governo do Sudão e o SPLM (Quénia, 2005) e exortou todas as partes a garantir a sua aplicação efectiva. A Cimeira convidou os países, os fundos e as instituições árabes a prosseguirem esforços, nomeadamente na área da reconstrução pós guerra e a participarem efectivamente na organização da próxima reunião sobre o investimento e o desenvolvimento do Sul do Sudão.

- **Somália**

710. Relativamente à Somália, a Cimeira Árabe congratulou-se com a posição do governo somali de conduzir o diálogo com a oposição Somali tanto no interior como fora do país incentivando a aplicação das Resoluções da Assembleia Nacional de Reconciliação de Mogadiscio de 2007. Ao prestar o seu firme apoio à missão da UA na Somália, a Cimeira condenou qualquer acção militar contra essa Força e convidou os países árabes africanos a contribuir para o reforço das suas capacidades financeiras e logísticas.

- **Comores**

711. Manifestando a sua total satisfação e o seu apoio à intervenção militar da UA que pôs termo ao governo ilegal instalado em Anjouan, a Cimeira saudou as medidas tomadas pelo Governo comoriano e o Secretariado Geral da Liga Árabe de organizar, antes do fim do ano, a Conferência de Desenvolvimento Árabe nas Ilhas Comores.

- **Palestina e Médio Oriente**

712. A 20ª Cimeira Árabe saudou o apoio da União Africana à causa palestina e à iniciativa de paz árabe tal como estipulado na Decisão da Conferência No. Dec.428/XX de 30 de Março de 2008. A Cimeira renovou os seus compromissos a favor da Iniciativa de Paz na Palestina e convidou Israel a não continuar a ignorar a Iniciativa. Os dirigentes árabes afirmaram que a parte árabe devia continuar a insistir no facto de a Iniciativa de Paz estar estritamente ligada à implementação, por parte de Israel, dos seus compromissos como instrumento de base para uma paz duradoura na Região. Definitivamente, a Cimeira adoptou importantes decisões sobre a luta palestina contra a ocupação Israelita e manifestou a sua solidariedade para com a Síria e o Líbano na restauração da sua soberania sobre os territórios respectivos ocupados por Israel. No que diz respeito, mais especificamente, à Iniciativa Árabe para a resolução do conflito interno no Líbano, a Cimeira convidou a classe política libanesa a resolver os seus diferendos.

E.IV. REFORÇO DA COOPERAÇÃO ÁRABE

713. O Conselho anotarà que a 20ª Cimeira Árabe na qual o Presidente da Comissão da União Africana interveio sobre a importante questão da fraternidade Afro-árabe, tomou importantes decisões sobre a questão. A Cimeira congratulou-se com os esforços desenvolvidos pela Comissão Africana neste sentido e sublinhou a necessidade de os consolidar com vista a ultrapassar todos os obstáculos que surjam no processo da cooperação afro-árabe e na organização de reuniões dos seus órgãos. A Cimeira congratulou-se igualmente com a decisão da 10ª sessão da Conferência da União a favor da organização da 2ª Cimeira Afro-árabe e convidou as duas Organizações a tomar as medidas necessárias para a sua realização tanto depressa quanto possível. Por outro lado, a Cimeira de Damasco aprovou todos os programas de acções conjuntas de promoção da fraternidade afro-árabe iniciados pelas duas Organizações e adoptados pelo Conselho Executivo.

714. Assim, a Delegação Permanente iniciou consultas com os vários departamentos do Secretariado Geral da Liga com vista à implementação das Decisões e Recomendações da 3ª reunião consultiva inter-secretariados UA /LEA realizada em Adis Abeba, em Dezembro de 2007, nomeadamente sobre os seguintes aspectos:

- **Procedimentos de assinatura dos protocolos de acordo entre a CUA e as Instituições Especializadas Árabes**

715. O Conselho ainda se lembra da preparação, pela Liga e a Comissão, durante os exercícios anteriores, de uma série de « Protocolos de Acordo » visando a consolidação das relações de cooperação entre agências especializadas africanas e árabes. A este respeito, dois destes protocolos nomeadamente entre a Comissão e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África (BADEA) e entre a Organização Árabe para o Desenvolvimento da Agricultura (OADA) serão assinados dentro de pouco tempo.

- **Implementação do Protocolo de Acordo com o Fundo Árabe de Assistência Técnica aos Países Africanos**

716. No quadro deste protocolo, a Delegação Permanente realizou uma série de reuniões com o Fundo Árabe de Assistência Técnica aos Estados Africanos com vista a chegar a acordo sobre as acções prioritárias conjuntas bem como sobre as modalidades da sua implementação em 2008. Uma proposta de programa de formação em duas vertentes foi submetida à Comissão para adopção e implementação a saber:

- Três sessões de formação no quadro da cooperação bilateral entre o Fundo e a Comissão, e
- No quadro da cooperação tripartida CUA-LEA-Sociedade Civil, três sessões de formação sobre as Organizações de Trabalhadores e quatro sobre Organizações de Mulheres.

- **Criação do Fórum de Desenvolvimento Afro-Árabe**

717. Como actividade em execução desde 2004, o Fórum de Desenvolvimento Afro-Árabe foi objecto de uma atenção permanente da parte das duas organizações durante as suas várias reuniões. Sabemos que o Documento de orientação para a criação do Fórum tinha sido finalizado, adoptado e submetido à última sessão do Conselho. Tendo sido aprovado pela última Cimeira Árabe de Damasco, a Comissão e a Liga estão actualmente em consultas para a organização da reunião constitutiva do Fórum que reunirá antes do fim do ano os principais intervenientes das duas regiões.

- **Processo de transformação do Instituto Cultural Afro-Árabe em Instituto Afro-Árabe para a Cultura e Estudos Estratégicos**

718. Como no passado, o Escritório continuou a acompanhar os esforços das duas Organizações visando a transformação do Instituto Cultural Afro-Árabe em Instituto Afro-Árabe para a Cultura e Estudos Estratégicos. É assim que o Escritório participou, de 14 a 20 de Abril de 2008 em Bamako, Mali, na reunião conjunta do Grupo de Trabalho sobre a implementação das modalidades práticas da referida transformação.

NO QUADRO DAS NOVAS ACTIVIDADES:

719. Em conformidade com o seu Mandato e com os principais eixos de intervenção adoptados no Plano de Acção Estratégico da CUA, a Delegação iniciou a implementação de acções de mobilização dos cidadãos Africanos e Árabes bem como a divulgação da União Africana para tornar mais efectiva a Fraternidade Afro-Árabe. Trata-se entre outros de:

- **Organização de uma Reunião de Peritos de alto nível para promover o Desenvolvimento Agrícola e a Segurança Alimentar em África e no mundo árabe**

720. Nos termos da recomendação da 3ª reunião consultiva inter-secretariados UA/LEA realizada em Adis Abeba em Dezembro de 2007, as duas Organizações criaram um comité de organização, que realizou a sua primeira reunião de 9 a 10 de Março de 2008 na sede da delegação. Nessa ocasião, o comité adoptou o calendário e

as modalidades de organização da reunião de alto nível proposta e criou um sub-comité responsável pelas questões técnicas, nomeadamente de preparação dos documentos de trabalho da reunião. O sub-comité, composto por peritos representantes da CUA, da LEA e da Organização Árabe para o Desenvolvimento da Agricultura (OADA), reuniu-se de 8 a 9 de Abril de 2008 em Khartoum, Sudão e adoptou o tema geral e o programa de trabalho indicativo da Reunião de peritos de alto nível. Por outro lado, o sub-comité procedeu ao recrutamento dos peritos responsáveis pelo estudo de avaliação do estado da agricultura e da segurança alimentar nas duas regiões e à preparação dos documentos de trabalho da reunião. Prevê-se que os resultados do referido estudo sejam analisados pelo comité de organização em Agosto próximo antes de serem submetidos à reunião propriamente dita em Outubro.

- **Mobilização das Organizações Africanas e Árabes no Cairo para a realização de acções conjuntas de promoção da « Fraternidade Afro-Árabe »**

721. Depois de ter identificado as principais Organizações africanas e árabes que operam no Cairo, a Delegação iniciou uma série de contactos e de sensibilização para facilitar o conhecimento dos objectivos perseguidos por cada parte e criar condições para uma colaboração com benefícios recíprocos. Estes contactos foram seguidos pela realização, durante os meses de Abril e Maio de 2008, de uma série de reuniões de trabalho na sede da delegação. Durante essas reuniões, que mobilizaram uma dezena de organizações estudantis, femininas e juvenis, debates produtivos sobre os mandatos, objectivos e planos de acção de cada organização permitiram identificar áreas de interesse comum e chegar a acordo sobre os eixos prioritários de intervenção para uma cooperação futura mutuamente proveitosa. Esta cooperação traduziu-se de imediato pela participação activa de todas as instituições envolvidas na organização do Dia de África (25 de Maio de 2008).

- Identificação e concertação com as principais Organizações/Instituições Árabes e Islâmicas de Desenvolvimento para um melhor quadro de cooperação com a UA

722. A Delegação continuou o processo de identificação das Organizações Africanas e Árabes com vista à promoção da fraternidade afro-árabe. Assim, escolheu as organizações árabes e islâmicas seguintes, não somente pela sua importância em África e no mundo árabe mas também pelas potencialidades excepcionais de cooperação que elas induzem:

- Organização da Conferência Islâmica (OCI), Djedda, Arábia Saudita,
- Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), Djedda, Arábia Saudita,
- Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Riade, Arábia Saudita,
- Organização Árabe de Luta contra a Seca e a Desertificação (ACSAD), Damasco, Síria, e
- União das Câmaras de Comércio Árabes (UACC), Beirute, Líbano.

723. Para a maior parte destas Organizações, os primeiros contactos iniciados por ocasião da Cimeira Árabe de Damasco continuaram com uma troca de informações e de documentos com vista à preparação de um quadro legal e formal de cooperação. A Delegação já criou um programa definido de visitas e de reuniões de trabalho associando os competentes departamentos da Comissão.

- **O estabelecimento de sinergias entre as Instituições especializadas Africanas e Árabes**

724. No seu Programa de Acção 2008, a Delegação Permanente previu o estabelecimento de parcerias entre as instituições árabes e africanas semelhantes tais como os Parlamentos, os Conselhos de Paz e Segurança e as Comissões de Direitos do Homem. Os primeiros contactos neste sentido foram iniciados pela Delegação à margem da Cimeira Árabe de Damasco, realizada na Síria em Março de 2008 entre os dois Parlamentos. Prosseguiram através de consultas e da sensibilização dos primeiros responsáveis das Organizações envolvidas bem como através da organização de reuniões de trabalho para formalizar o seu quadro de cooperação.

725. Relativamente às actividades do Grupo de Embaixadores Africanos, a Delegação continuou a acolher e a apoiar não somente as reuniões ordinárias do Grupo, mas também as dos Grupos Regionais (SADC, Commonwealth, etc.) ou a abordar questões de interesse comum.

726. No que diz respeito às relações com o país anfitrião - o Egipto, a Delegação trabalhou em estreita colaboração com o país anfitrião com o qual apoiou as delegações da sede na organização e animação de reuniões tais como:

- Reunião da Mesa da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI)
- Preparação da presente Cimeira (Sharm El Sheik/Egipto - 2008).

C. ESCRITÓRIO DE GENEBRA

727. A cena política internacional em Genebra, conheceu durante o primeiro trimestre de 2008, uma actividade muito intensa marcada pelas negociações multilaterais sobre questões de uma importância capital para a comunidade internacional cujo ponto culminante das estratégias e abordagens continuam a ser os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, de que as NU, através dos seus Estados Membros compromete-se a alcançar até 2015.

728. Da OMC cujo ciclo de negociações em curso tem uma forte conotação com o desenvolvimento, passando pela OMPI e OIM que dão destaque à agenda de desenvolvimento e à relação Migração e Desenvolvimento, até aos Direitos do Homem onde o direito ao desenvolvimento ganha em importância, todas as organizações do sistema das Nações Unidas e intergovernamentais se empenharam nessas iniciativas e encorajam a África a agir de forma eficiente para desempenhar um papel decisivo nas negociações e tirar vantagens consideráveis desses processos difíceis, complexos e incomodativos.

729. A estratégia futura das relações internas da União Africana será em grande medida, determinada pelas mudanças na cena internacional que terão consequências directas a nível do continente tanto no que respeita ao futuro das Organizações e dos reagrupamentos regionais e sub-regionais como a nível dos próprios Estados africanos e das suas escolhas políticas e económicas.

730. Para facilitar uma visão africana comum, coerente e solidária em relação às diferentes questões da actualidade e de melhor fazer face às competições e desafios a realçar a nível diplomático nesse contexto, a Missão em Genebra centralizou a sua atenção em dois tipos de actividades nomeadamente, a coordenação e o acompanhamento do Grupo Africano por um lado e a representação da Comissão da União Africana (CUA) por outro lado.

731. Para o efeito, a Missão avançou no sentido de aumentar as possibilidades de cooperação entre o grupo africano e os principais responsáveis das Organizações e Instituições internacionais sedeadas em Genebra e por outro lado organizando encontros e reuniões periódicas de troca de ideias e concertação assim como com os Representantes dos grupos regionais.

C.I. ACTIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO DA CUA

1. DIREITOS DO HOMEM, ASSUNTOS HUMANITÁRIOS, PAZ E SEGURANÇA

Direitos do Homem

732. A 7ª sessão ordinária da CDH foi marcada pela participação nos trabalhos da sessão, de S.E. Sra. Julia JOINER, Comissária responsável pelos assuntos políticos do Sector de Alto Nível e a Sra. Sanji Mmasenono Monageng, Presidente da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos nos trabalhos da sessão. A sua participação permitiu dar uma melhor visibilidade, a nível da Comunidade internacional, o trabalho da Comissão da União Africana (UA) e o seu organismo dos direitos do

homem nomeadamente no que respeita à situação dos direitos do homem em África em geral e em particular os esforços desenvolvidos na Somália e no Quênia.

733. A Missão manifestou o seu apoio ao Grupo em todos os encontros afins. Neste contexto, o Grupo Africano distinguiu-se particularmente, por ocasião da 7ª sessão ordinária do Conselho dos Direitos do Homem (CDH) desempenhando um papel activo e decisivo nas questões muito importantes e sensíveis respeitantes ao racismo e discriminação racial, as modalidades de análise periódica universal (EPU), a revisão, a racionalização e melhoria dos mandatos (temáticas e por país) e em vários domínios.

734. Com efeito, o Grupo africano exprimiu-se numa só voz, sobre questões de interesse para a África, o que permitiu a eleição de todos os candidatos africanos ao Comité Consultivo do CDH por consenso e a adopção e numerosas resoluções entre as quais poderemos citar as resoluções que dizem respeito a:

- O Sudão em que a comunidade internacional se manteve preocupada com a situação dos direitos do Homem em Darfour e encorajou os esforços desse Estado no sentido de prosseguir na obtenção de resultados mais concretos em relação à melhoria das condições dos direitos do homem nessa região. É importante realçar que os esforços da União Africana foram amplamente referidos durante as intervenções da Representação Permanente. Para esse efeito, o Acordo de implementação das forças híbridas da União Africana e da ONU foi acolhido muito favoravelmente pela comunidade internacional e foi por conseguinte um argumento de negociação para a Troika africana e o Sudão que o apoiaram e apresentaram como um meio razoável para melhorar a situação em Darfour. Foi decidido que a CDH deverá reanalisar a situação em Darfour na sua sessão de Setembro de 2008 ;
- A renovação do mandato do Perito Independente sobre a Somália que retomou a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana adoptada na 10ª Sessão ordinária realizada em Adis Abeba de 31 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2008, nomeadamente no que diz respeito ao apoio para o pedido de estacionamento de forças de manutenção da paz das Nações Unidas que substituirão a missão da União Africana ;
- O mandato do perito independente em questões da RDC que não foi renovado de acordo com o ponto de vista dos países concernentes ;
- O racismo e a discriminação racial, duas resoluções puderam ser adoptadas por consenso pela CDH apesar de algumas reticências, uma referente à Conferência de Revisão de Durban e a segunda sobre o mandato do Relator Especial.

735. No quadro do novo mecanismo que é a Análise Periódica Universal (EPU), nove (09) Estados Africanos (Argélia, África do Sul, Marrocos e Tunísia para a 1ª sessão e Gabão, Gana, Benin, Zâmbia e Mali para a 2ª sessão) foram examinados. A África do Sul e a Argélia beneficiaram certamente da experiência adquirida a nível do mecanismo africano de avaliação pelos pares ao qual aceitaram submeter-se voluntariamente. É importante realçar que os países africanos conseguiram enfrentar o desafio de passar perante este novo mecanismo internacional com toda a confiança e serenidade que os países que se proclamam como mestres de ensinamentos ou em peritos em matéria de direitos humanos.

736. A Missão, em nome da Comissão da União Africana, acentuou durante as intervenções por ocasião dos trabalhos da CDH os esforços desenvolvidos pela CUA

na promoção e protecção dos direitos do Homem. A Representação incentivou assim o interesse da comunidade internacional no que respeita aos diferentes mecanismos africanos reatados no domínio dos direitos do Homem.

Questões Humanitárias

737. No que se refere ao forte apoio ao Grupo Africano ao longo dos trabalhos, a Representação Permanente da UA em Genebra seguiu com interesse a 41ª sessão da Comissão Permanente do Comité Executivo do Programa do Alto Comissariado da Nações Unidas para os Refugiados, realizada de 4 a 6 de Março de 2008. Os trabalhos centraram-se principalmente nos refugiados e deslocados internos e incidiram sobre os Orçamentos programas e financiamento, a Protecção internacional, as actividades regionais e os programas globais.

738. Nas suas apresentações, os responsáveis do HCR destacaram a cooperação do HCR com a Comissão da União Africana nomeadamente no que respeita à preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo Africanos que será consagrada às questões dos deslocamentos forçados em África e que poderão adoptar um instrumento jurídico relativo à protecção e assistência aos deslocados internos em África. Este novo instrumento regional será o primeiro no género no mundo e virá juntar-se à convenção de 1969 sobre os refugiados e testemunhará os esforços pioneiros da União Africana para enfrentar os desafios do Continente.

Paz e Segurança

739. Na aplicação das recomendações da última Cimeira da União Africana realizada em Fevereiro de 2008 em Adis Abeba que apelou ao lançamento de consultas substanciais sobre as questões pendentes, a cena diplomática em Genebra assistiu a uma importante reunião de consultas realizada por Dr Salim Ahmed Salim e S.E M. Jan Eliasson, Enviados Especiais da UA e das NU no Sudão, com os diversos parceiros internacionais e regionais, no passado mês de Março.

740. Por ocasião da sua visita a Genebra, o Dr. Salim Ahmed Salim teve um encontro com o Grupo Africano para dar a conhecer a situação de segurança em Darfur. O enviado especial da UA falou sobre os desafios enfrentados pela missão conjunta e os resultados antecipados que não poderiam ser alcançados sem o envolvimento de todos os actores sudaneses.

B. QUESTÕES ECONÓMICAS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

741. As actividades caracterizam-se principalmente pela saída da crise de OMPI e um reforço da cooperação entre o Secretariado da UIT e o Grupo Africano.

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

742. Quatro acontecimentos principais caracterizaram as actividades a nível da OMPI nomeadamente, a primeira sessão do Comité de Desenvolvimento da Propriedade Intelectual (CDPI), a segunda sessão do Comité Intergovernamental da OMPI sobre os Recursos genéticos, os conhecimentos tradicionais e as expressões culturais tradicionais, a quadragésima quarta série de reuniões das Assembleias dos Estados Membros da OMPI e o processo que conduz à nomeação do novo Director Geral da OMPI. No final desses encontros, ressalta essencialmente que :

743. Para a 1ª sessão do Comité de Desenvolvimento e da Propriedade Intelectual (CDPI), o CDPI foi encarregado de, entre outras coisas, elaborar um programa de trabalho para a implementação, acompanhamento e avaliação da implementação das 45 recomendações adoptadas no quadro da agenda da OMPI respeitante ao desenvolvimento e debater as questões relativas à propriedade intelectual e ao desenvolvimento acordadas pelo Comité e as decididas pela Assembleia Geral. Essas recomendações devem dar um importante impulso ao desenvolvimento da Propriedade Intelectual nos países em desenvolvimento.

744. No que respeita À 12ª sessão do Comité Intergovernamental da OMPI sobre os Recursos genéticos, os conhecimentos tradicionais e o folclore, o Comité analisou os progressos alcançados para decisão, no que diz respeito às expressões culturais tradicionais ou expressões do folclore e os conhecimentos tradicionais, sobre o que o Secretariado da OMPI deve elaborar para a sua próxima sessão, textos que apresentem um ponto de situação das obrigações, disposições e possibilidades já existentes a nível internacional com vista a proteger esses recursos, as lacunas existentes e as opções existentes ou susceptíveis de serem elaboradas para preencher as lacunas que tiverem sido encontradas, nomeadamente as opções jurídicas e outras, a nível internacional, regional ou nacional. O documento será disponibilizado pelo Secretariado sob a forma de projecto e os membros do Comité terão a possibilidade de apresentar as suas observações sobre o projecto de texto antes de 30 de Junho de 2008. Uma versão definitiva do documento será seguidamente publicada a 15 de Agosto de 2008 para análise do comité na sua décima-terceira sessão.

745. Quanto à quadragésima-quarta série de reuniões das Assembleias dos Estados Membros da OMPI e o processo que conduz à nomeação do novo Director Geral da OMPI, permitiram a adopção do programa e orçamento da OMPI para o exercício 2008-2009 e avançar o período do processo de selecção do novo Director Geral da OMPI que iniciará funções em fins de Setembro de 2008. O novo Director Geral eleito para um período de seis anos é de nacionalidade Australiana. Ele substitui nesse posto o Sr. Kamil Idriss, de nacionalidade sudanesa que dirige a instituição desde Novembro de 1997. O Grupo africano, solicitado pelos 14 candidatos em campanha, concedeu-lhes a oportunidade de serem recebidos antes da eleição.

União Internacional das Telecomunicações (UIT)

746. Desde a eleição do Sr. Hamadoun TOURE como Secretário Geral da UIT em 2006, a cooperação entre essa Organização Internacional e o Grupo africano foi muito reforçada através do Escritório de Genebra que organizou três encontros entre o Sr. TOURE e seus principais colaboradores e o Grupo Africano.

747. Foi organizado um seminário de informação para os Embaixadores e peritos africanos, a 30 de Abril de 2008. Durante a sessão em que participaram vários Embaixadores e peritos africanos, o Secretário Geral da UIT, os Directores eleitos dos Sectores da UIT e vários outros responsáveis da UIT, foram abordadas quatro questões a saber: os resultados da Conferência Mundial das Radiocomunicações de 2007, os preparativos da Conferência Mundial das Radiocomunicações de 2011, a Cimeira “Conectar a África” e o Fórum «UIT África Telecom». Foram feitas apresentações por responsáveis da UIT seguidas de intervenções e reacções dos membros do Grupo africano. O Grupo africano manifestou o seu apreço por ter sido melhor informado das actividades que decorreram no seio da UIT.

748. Os responsáveis da UIT convidaram o Grupo a mobilizar e chamar a atenção das capitais africanas para uma maior participação dos países africanos nas actividades iniciadas pela UIT.

749. Foi assinado um Protocolo de Acordo entre a UIT e a Comissão da União Africana por ocasião do SMSI em Novembro de 2005, em Tunes. O dinamismo do Sr. TOURE pode ser um catalizador para a implementação desse Acordo que poderá, por um lado, apoiar o desenvolvimento das telecomunicações em África e, por outro lado, contribuir para o reforço do processo de integração através dos projectos e actividades a nível continental.

C. QUESTÕES COMERCIAIS

750. As questões comerciais centraram-se nas actividades relativas à Organização Mundial do Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e o Centro do Comércio Internacional (CCI).

Organização Mundial do Comércio (OMC)

751. Desde o início de 2008, registaram-se alguns progressos a nível dos dois principais temas de negociação que constituem a agricultura incluindo o algodão e o Acesso aos Mercados para os produtos Não-Agrícolas (AMNA). Efectivamente, novos textos de negociações foram publicados em Fevereiro e Maio de 2008. Se houve um avanço relativamente significativo a nível da Agricultura com a manifestação de algumas preocupações do Grupo Africano e a diminuição do número de pontos de desacordos, tal não aconteceu com o texto sobre AMNA. O Grupo Africano continua preocupado com as necessidades de um maior acesso aos mercados, a redução das subvenções agrícolas, uma assistência técnica mais importante, um tratamento especial e diferenciados para os países em desenvolvimento, a utilização duradoura e a partilha justa e equilibrada dos benefícios resultantes do uso dos recursos da biodiversidade nomeadamente.

Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento:

752. A 12ª Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED XII) realizou-se de 20 a 25 de Abril de 2008 em Acra, Gana, sob o tema: «As perspectivas e os desafios da globalização para o desenvolvimento». Convém realçar que os trabalhos permitiram a adopção de uma Declaração e de um Acordo que consagram o princípio de uma «globalização solidária» sobretudo em relação à África Sub-Sahariana ou no que diz respeito às previsões relativas à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). O Acordo de Acra sublinha a necessidade de os países em desenvolvimento centrarem os seus esforços numa parceria mundial para o desenvolvimento e num vigoroso sistema das Nações Unidas que responde às necessidades e preocupações de todos os países. O acordo de Acra apela para o reforço de três pilares da acção da CNUCED que são a investigação e a análise, a formação de consenso intergovernamental e a assistência técnica. Realçou os produtos de base e identificou medidas para atenuar o impacto da forte instabilidade dos seus preços. Sobre esse ponto, o Grupo Africano obteve satisfação com a instauração de uma unidade autónoma que se ocupará das questões dos produtos de base a fim de encontrar uma solução rápida para o problema conjuntural e estrutural desse sector. A CNUCED XII

foi um sucesso para a África tanto no plano de organização como no debate de fundo. O Grupo Africano de Genebra, bem preparado para este encontro, empreendeu esforços significativos que contribuíram para que fossem tomadas em consideração prioridades africanas aprovadas por ocasião do Seminário organizado no passado mês de Fevereiro em Montreux na Suíça pela Representação Permanente da União Africana e pela Conferência dos Ministros Africanos do Comércio e das Finanças realizada em 3 de Abril de 2008 em Adis Abeba.

Centro do Comércio Internacional (CCI)

753. O Centro do Comércio Internacional (CCI) adopta progressivamente uma abordagem pragmática para os países em desenvolvimento e as economias de transição, para que melhorem as suas exportações. Neste contexto, desenvolve uma relação particular com a África. Para apoiar e fornecer serviços aos países africanos e ao Grupo Africano em Genebra, o CCI colabora activamente com a Representação Permanente da UA em Genebra. Tem-se acentuado actualmente a melhoria da capacidade produtiva e o espírito de empreendimento em África, tomando em consideração a questão do género. Esta colaboração inscreve-se no quadro da implementação do Protocolo de acordo entre a CUA e o CCI assinado em Fevereiro de 2007.

754. No que diz respeito ao Programa JITAP, a Representação de Genebra apoiou de forma significativa o lançamento de uma nova fase desse programa (JITAP III). O Acordo de Acra por ocasião da CNUCED XII confirmou a importância do programa a JITAP para os países africanos no parágrafo 90.d.

D. ASSUNTOS SOCIAIS

755. Os assuntos sociais incidiram nas actividades da Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT) Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Organização Mundial da Saúde (OMS)

756. Importantes reuniões foram organizadas pela OMS durante o 1º semestre de 2008, nomeadamente a 122ª Sessão do Conselho Executivo, a 1ª Sessão do Órgão Intergovernamental de Negociação sobre o comércio ilícito de produtos do tabaco, a Reunião Intergovernamental sobre a prevenção no caso da gripe pandémica (IGM/PIP), Grupo de Trabalho Interdisciplinar e a 2ª Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a saúde pública, a inovação e a propriedade intelectual (IGWG2). Algumas questões debatidas não alcançaram o consenso e foram submetidas quer à inter-sessão quer às sessões seguintes. A Representação Permanente empenhou-se, como de costume, não só na coordenação das actividades e no acompanhamento do Grupo Africano como no reforço das do Grupo.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

757. As actividades foram essencialmente marcadas pela 30ª Sessão do Conselho de Administração (CA) do Bureau Internacional do Trabalho (BIT) cujos debates sobre as preocupações da África continuaram até a realização da 6ª Sessão da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais (CTAS) da UA em Abril de 2008 em Adis Abeba, com vista a determinar uma decisão africana. A esse respeito, a questão da composição do

Conselho de Administração (CA) continua a ser uma das principais preocupações do grupo Africano que não apresentou até agora nenhum membro regular no seio desse Conselho, apesar do peso considerável da África na proporção dos Estados Membros da OIT. Os debates sobre a questão continuam em curso e o Secretariado do BIT foi incumbido de apresentar, à 303ª Sessão do CA, um novo documento sobre as opções que permitem aumentar o número de lugares não electivos tendo em consideração a equidade geográfica. Por ocasião da 6ª CTAS, além da moção de apoio à candidatura do Director Geral actual do BIT para um terceiro mandato, foi adoptada uma posição comum sobre a representação da África na CA para o período 2008-2011. A Representação Permanente da UA em Genebra foi encarregada de apresentar regularmente um relatório à CTAS sobre as actividades dos membros africanos do CA. A Representação Africana em Genebra participou em várias reuniões a seguir mencionadas para a facilitação do trabalho do Grupo Africano em Genebra.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

758. As questões de migrações referem-se a toda uma panóplia de assuntos e desafios complexos que se relacionam directamente com as preocupações da África. Para esse efeito, o Grupo salientou a necessidade de um apoio financeiro, administrativo e técnico acrescido ao trabalho da OIM no continente. O Grupo Africano realçou numerosas temáticas, tais como os direitos dos imigrantes, migração e saúde e fez propostas concretas nomeadamente sobre a criação de uma Missão da OIM à escala regional (MRF) na África Central e a de um centro de reforço das capacidades em África. Essas preocupações foram comunicadas à OIM, que reagiu através da criação de uma equipa especial interna encarregada da África para explorar a via a seguir. O ano de 2008 será marcado particularmente pela eleição do novo Director Geral da OIM que se realizará durante a sessão extraordinária de 18 a 19 de Junho de 2008. Quatro candidatos concorreram, incluindo o Director Geral cessante para um terceiro mandato e o Grupo Africano ainda não definiu a sua Posição na matéria.

C.II. ACTIVIDADES E REFORÇO DE CAPACIDADES DO GRUPO AFRICANO

759. Fiel às suas principais missões, a Missão em Genebra centrou as suas actividades na coordenação e no apoio do Grupo Africano e no reforço das suas capacidades. Assim, tomou e apoiou várias iniciativas ao mesmo tempo que facilitava e organizava diálogos, concertações, reuniões e encontros entre o Grupo Africano com outros Grupos Regionais por um lado, e entre o Grupo Africano e os principais Responsáveis das Organizações e Instituições sedeadas em Genebra, Suíça.

760. Além de contactos regulares a nível dos Coordenadores do Grupo com outras regiões, o Grupo reforçou a sua colaboração com os membros de OCI, o Grupo Ocidental, GRULAC e o Grupo Árabe. Esses encontros permitiram ao Grupo Africano harmonizar os seus pontos de vista com a grande parte dos outros Grupos Regionais sobre diferentes domínios e de chegar a numerosos consensos que contribuíram quer para adoptar posições comuns sobre as questões debatidas e reforçar um consenso durante a adopção das resoluções, quer para ter a maioria dos votos por ocasião das votações.

761. Com o apoio da nossa Representação, a Troika do Grupo Africano pôde reforçar a sua cooperação com a Troika da União Europeia a nível de Genebra para estabelecer um diálogo regular e uma discussão útil sobre questões de interesse comum referentes, entre outros, à situação dos Direitos do Homem a nível de CDH, as

Negociações na OMC, a Migração, a paz e a segurança e particularmente o seguimento a nível de Genebra das conclusões conjuntas UE-Africa adoptadas na Cimeira de Lisboa realizada em 8 e 9 de dezembro de 2007 e o reforço da parceria entre os dois Grupos Regionais.

762. Por outro lado, a Missão, com o apoio dos Estados Membros, adoptou pela primeira vez desde a sua criação um orçamento programa referente ao ano de 2008 para contribuir para o reforço das capacidades do Grupo Africano tanto nas suas negociações para lhes permitir enfrentar melhor as apostas e os desafios como na melhoria dos conhecimentos dos Membros do Grupo a fim de os preparar para novos desafios e à complexidade ligados ao ambiente diplomático internacional em mutação. Para o efeito, vários seminários foram organizados para o Grupo nos vários domínios nomeadamente :

- **Os Direitos do Homem :** Para a preparação da Conferência de análise de Durban, um seminário sobre a questão foi organizado em 5 de Abril de 2008 e permitiu ao Grupo chegar a uma posição de princípio que constitui actualmente uma verdadeira referência de base para os trabalhos do Grupo a esse respeito.
- **As negociações comerciais na OMC :** Vários seminários e ateliers foram organizados para o Grupo entre outros :
 - Para dar um forte sinal político aos negociadores na OMC, o Grupo Africano, com o apoio da Representação de Genebra, preparou uma Declaração que foi adoptada na Conferência Conjunta dos Ministros Africanos do Comércio e das Finanças realizada em Adis Abeba a 3 de Abril de 2008. A Declaração de Adis Abeba foi apresentada aos vários parceiros nas negociações e serve de base aos negociadores africanos.
 - Para preparar as propostas do Grupo relativas aos documentos em discussão, o Representante Permanente, com o apoio da Comissão da UA, organizou dois seminários para o Grupo Africano. As propostas adoptadas serviram de quadro de intervenção para as negociações que se seguiram.
 - Num outro plano, e em parceria com o Secretariado da OMC, a Representação de Genebra organizou duas sessões de formação, uma em língua francesa e outra em língua inglesa sobre as questões da OMC dirigidas a diplomatas africanos pouco familiarizados com assuntos referentes a negociações comerciais. Na sequência das sessões, os participantes mostraram o seu interesse e fizeram votos de que estas iniciativas possam ser repetidas. Com este propósito, estão previstas outras sessões de formação, das quais uma será destinada aos diplomatas africanos sedeados em Adis Abeba.
- **Preparação da CNUCED XII :** O grupo africano de Genebra envidou esforços consideráveis que tiveram como resultado a tomada em consideração das prioridades africanas pelos parceiros aquando dum seminário organizado a 22 e 23 de Fevereiro de 2008 pela Delegação Permanente da União Africana em Montreux na Suíça, confirmadas nas Declarações da Conferência dos Ministros Africanos do Comércio e das Finanças realizada a 3 de Abril de 2008 em Adis Abeba e adoptada no Acordo de Acra.
- **Preparação da 61ª Assembleia Mundial da OMS:** Com o apoio da Comissão da UA, a Delegação Permanente organizou um seminário sobre questões de

saúde, tendo sido um dos principais temas em discussão o processo de IGWG e a importância do mesmo na busca de soluções para a questão do acesso a medicamentos essenciais bem como da pesquisa-desenvolvimento para as doenças que afectam de forma excessiva os países em desenvolvimento. Durante os trabalhos, o Grupo sublinhou a necessidade dum quadro de colaboração entre as principais Agências e Instituições que tratam das questões relativas à propriedade intelectual e à saúde pública. A este respeito, foi recomendada a criação duma plataforma de colaboração entre a OMS, a OMPI e a OMC.

763. Por outro lado e para o período em análise, o Bureau organizou mais de 64 reuniões a nível dos Embaixadores, 85 a nível dos peritos e cobriu cerca de 350 reuniões organizadas a nível das Nações Unidas e de outras organizações internacionais sediadas tanto em Genebra como em Berna, nomeadamente. Em termos de correspondência, o Bureau recebeu mais de 2.364 cartas e faxes e enviou mais de 680 cartas e 12.259 faxes. Quanto ao correio electrónico, só o Secretariado do Bureau recebeu mais de 3.988 mensagens.

C.III. CONCLUSÃO

764. A Missão em Genebra, que serve de interface entre a Comissão e as organizações internacionais de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para cumprir grande parte da sua missão de representação e de defesa dos interesses da Comissão e do continente africano. Neste sentido, parecer ser urgente e pertinente uma reavaliação, de carácter político e diplomático, das missões e dos meios das Representações Regionais à luz da conjuntura internacional e do curso dos acontecimentos na cena mundial. Prevê-se um lugar privilegiado, nas próximas décadas, para a cooperação e a diplomacia multilateral tanto a nível regional como internacional.

765. Com efeito, Genebra ganha terreno no plano internacional para as negociações multilaterais, em particular as questões referentes ao comércio internacional e o desenvolvimento, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho e emprego, à migração, aos refugiados e às pessoas deslocadas em África.

766. A nível desta Missão, foram obtidos resultados palpáveis não obstante os meios limitados. Neste sentido e tendo em vista melhores resultados no futuro, a Comissão da União Africana teria vantagens em dotar esta representação de:

- Instalações que podem acolher dignamente o Grupo Africano e todas as missões africanas sediadas em Genebra, cujo número é superior a 45.
- Um orçamento programa permitindo reforçar em permanência as capacidades dos negociadores africanos em Genebra e consolidar as posições comuns do Grupo Africano.
- Recursos humanos eficientes tanto em qualidade como em quantidade
- Meios que lhe permitam acompanhar o Grupo nas suas múltiplas actividades cobrindo os mais variados domínios.

- Um financiamento permitindo participar às reuniões e conferências organizadas pela Comissão da União Africana sobre questões de interesse de alto nível das várias organizações sediadas em Genebra.

767. Para a nossa Organização, o momento é muito oportuno para investir a médio e longo prazo, reforçando as suas Representações de vocação política e diplomática para poder enfrentar os desafios, defender os interesses do continente, promover a imagem de marca da Organização e ocupar o lugar que lhe compete em conformidade com o espírito e a letra da nova visão da União Africana, a sua nova dinâmica e os seus vários mecanismos de acompanhamento no seio das várias instâncias internacionais.

D. ESCRITÓRIO REGIONAL DA ÁFRICA AUSTRAL(SARO) - LILONGWE

768. No quadro do seu mandato, o Escritório Regional da África Austral (UA-SARO) monitorizou o desenvolvimento político, económico e social bem como os processos de integração na região. O Escritório elaborou e promoveu a agenda de integração da União Africana com todos os intervenientes na região, no quadro daquilo que acontece na região e no mundo.

D.I. SITUAÇÃO POLITICA, ECONÓMICA E SOCIAL NA REGIÃO

769. Durante este período, a região da África Austral continuou a manter a estabilidade política e o crescimento económico. Os países da região continuaram a tomar medidas para promover a boa governação, a democracia, os direitos humanos e a responsabilização financeira. O aumento da democracia na região foi, em parte, demonstrado pela transição calma do poder no Botswana, no seio do partido no poder, o Partido Democrático do Botswana (BDP), a 31 de Março de 2008, antes das eleições gerais agendadas para Outubro de 2009. A 29 de Março de 2008, o Zimbabué realizou eleições pacíficas e ordeiras e está a concluir o processo que exige uma segunda volta a 27 de Junho de 2008. Outras eleições previstas para 2009 são, Angola (entre Maio & Agosto), África do Sul (Abril), Malawi (Maio) e Moçambique (Novembro/Dezembro de 2008).

770. A região em geral manteve o nível de crescimento económico que atingiu no fim de 2007. A taxa média de crescimento económico para a região é de cerca de 7 por cento. O objectivo principal dos países da região é melhorar o seu desempenho, a fim de atingir os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs). Contudo, há problemas sobre o possível impacto negativo dos aumentos crescentes do preço do petróleo e dos produtos alimentares no futuro crescimento económico. O aumento do preço do petróleo pode provocar o aumento do empréstimo externo e dos custos de produção. O aumento dos preços dos produtos alimentares pode igualmente provocar o efeito indesejável de aumento da pobreza se não houver o correspondente aumento dos salários. Em geral, as acções individuais dos países são orientadas para a redução dos impactos negativos no processo de crescimento económico.

771. As questões da saúde continuam a ser prioritárias na agenda de muitos países. O VIH/SIDA, a malária, a tuberculose e outras doenças infecciosas são prioridades a nível nacional e estão a receber apoio da comunidade internacional. Pela primeira vez, realizou-se a celebração da Vigília Internacional em Lilongwe, Malawi, a 18 de Maio de 2008, que é um evento para dar esperança às pessoas afectadas pela pandemia no mundo inteiro. A decisão de realizar o evento na África Austral representa uma grande confiança e apoio moral nos esforços dos países da região na sua luta contra a pandemia.

772. A migração e os refugiados são questões importantes que exigem soluções na região. O destino dos imigrantes e refugiados continua a ser essencialmente a África do Sul, o país mais desenvolvido da região. A migração é provocada pelas fracas condições económicas nacionais e a necessidade de melhores oportunidades de emprego e de melhoria do nível de vida, nomeadamente alojamento, alimentação e saúde. Os refugiados são oriundos de áreas onde existe uma crise política interna como a guerra civil e outros conflitos inter-estados. Como os migrantes, a justificação

para o movimento é o desejo de viver num ambiente política e economicamente estável onde possam garantir um emprego e melhores condições de vida.

773. Os principais países de origem são a Somália, Eritreia, Etiópia, Ruanda e Zimbabué. Na ida para a África do Sul, alguns migrantes e refugiados ficam em alguns países da região, especialmente no Malawi e Zâmbia devido à falta de recursos para continuar. Além disso, constatou-se que há movimentos de migrantes do Malawi e de Moçambique para a África do Sul.

774. A maior parte dos países da região são signatários das Convenções das Nações Unidas e da UA sobre os Refugiados. Contudo, o problema é até que ponto é que esses países estão preparados para absorver os migrantes e refugiados. Alguns países criaram políticas e instituições adicionais para tratar de questões relacionadas com os emigrantes e refugiados. Coordenaram igualmente com as respectivas agências das Nações Unidas e a Comissão da UA para resolver esses problemas. Contudo, não obstante isso, as condições dos migrantes e refugiados em trânsito e no país de destino estão ainda longe de ser satisfatórias. Os migrantes e os refugiados estão a criar imensos problemas nos países de acolhimento: emprego, alojamento, segurança e saúde. No extremo, podem provocar tensões sociais se a sua presença for muito contestada pela franja mais desfavorecida da população como aconteceu recentemente na África do Sul, com a escalada de ataques aos migrantes em Alexandra a 12 de Maio de 2008. O governo da África do Sul condenou veementemente esses ataques e está a tomar medidas para por termo à situação. Será necessário ajudar os países que não têm possibilidades, a desenvolver ou a melhorar importantes medidas institucionais para resolver esses problemas.

775. As calamidades naturais têm geralmente influência no crescimento económico. Depois de chuvas torrenciais no princípio do ano, houve grandes cheias na região da bacia do Zambeze. Os países mais afectados foram o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabué e Moçambique, que provocou a movimentação de muitas populações das áreas baixas para as zonas mais altas. Alguns países receberam apoio de organizações internacionais para resolver este problema. Além disso, um tremor de terra atingiu a parte oriental da República Democrática do Congo e a parte ocidental do Uganda em Fevereiro de 2008. O tremor de terra, que atingiu 5,4 na escala de Richter, provocou enormes prejuízos materiais e perda de vidas humanas. Mas é evidente que os países da região precisam de melhorar os seus Sistemas de Alerta Prévio e os seus planos de emergência para combater as calamidades naturais.

D.II. INTEGRAÇÃO NA SADC E NO COMESA

776. A cooperação com a UA e o aprofundamento da integração continuaram em ambos os programas de integração. Em Janeiro de 2008, as CER's assinaram o Protocolo sobre as relações das CERs. Na SADC, as actividades de integração incluíram, entre outras, (a) a reunião dos Ministros da SADC responsáveis pela Terra e pela Reforma Agrária que teve lugar em Joanesburgo, África do Sul, de 25 a 27 de Março de 2008, para discutir os progressos registados no estabelecimento da lei da reforma agrária, (b) a Cimeira da SADC sobre a Pobreza e o Desenvolvimento realizada em Pailles, Maurícias, de 18 – 20 de Abril de 2008. A Declaração assinada, entre outras coisas, lançou um apelo urgente à realização da segurança alimentar, ao tratamento das alterações climáticas e à aceleração do desenvolvimento, reabilitação e manutenção de infra-estruturas visando a integração regional. No COMESA, o reforço da integração foi debatido através da reunião conjunta dos Ministros do Comércio,

Finanças e Indústria realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 4 – 5 de Abril de 2008. A reunião conjunta debateu essencialmente as actividades de preparação para o estabelecimento da União Aduaneira em Dezembro de 2008.

D.III. ACTIVIDADES COM OS DEPARTAMENTOS, CER's E ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

777. O aproveitamento de sinergias dos Departamentos da CUA, CER's e Organizações Regionais com as da AU-SARO são fundamentais para a execução dos seus mandatos. A cooperação com alguns departamentos e organizações inter-governamentais e não-governamentais aumentou durante este período. A cooperação incidiu basicamente na promoção da melhor compreensão e implementação das Declarações e Decisões da UA sobre a integração e o desenvolvimento de África e a articulação das posições sobre a integração e o desenvolvimento.

778. O Escritório envolveu a AU-SARO numa série de actividades económicas onde foram avaliadas e articuladas políticas continentais e regionais tais como a Reunião Consultiva sobre a Implementação do Primeiro Plano de Acção da Estratégia Conjunta África-UE, realizada em Maseru, Lesoto, de 14 a 15 de Abril de 2008. Além disso, o Escritório representou a Comissão nas reuniões anuais de 2008 do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento realizadas em Maputo, Moçambique, de 13 a 15 de Maio de 2008. Um dos eventos das reuniões foi o Simpósio Ministerial sobre o tema “Promover o Crescimento Partilhado: Urbanização, Desigualdades e Pobreza em África”. Foi reconhecido que muitas cidades em África estão a sofrer uma rápida urbanização, mas que infelizmente os bairros de lata acompanham esse desenvolvimento. A tendência aumentará nos próximos anos e os países africanos são encorajados a tomar medidas políticas adequadas para resolver os referidos problemas de infra-estruturas sociais.

779. O relatório sobre o desempenho geral da economia africana em 2007 foi encorajador, um crescimento médio de 5,9 por cento, o que, entre outras coisas, reflectiu a coerência com um bom desempenho macroeconómico, bons preços de matérias-primas e condições climáticas favoráveis. O continente não foi afectado significativamente pela crise ligada às hipotecas que afectou outras regiões do mundo. Geralmente, os parceiros mostraram-se satisfeitos com o desempenho do BAD e instaram-no a intensificar o seu reforço de capacidades, alargar a sua descentralização, apoiar projectos de urbanização para resolver os problemas da pobreza e aumentar o apoio à integração africana.

780. Na área das Mulheres, Género e Desenvolvimento, o Escritório prestou apoio à Direcção de Mulheres, Género e Desenvolvimento que, em colaboração com o Ministério da Mulher e Protecção da Criança da República do Malawi, organizou a 1ª Conferência Continental da UA sobre a “Capacitação Económica das Mulheres Africanas no quadro da Integração”, realizada em Lilongwe, Malawi, de 17 a 19 de Março de 2008. Os objectivos da Conferência incluíram a reanálise do estado de implementação dos Planos de Acção sobre a Capacitação das Mulheres e propostas de mecanismos para a criação de um Fundo Africano para as Mulheres.

781. Na área política, o Escritório trabalhou com o Departamento de Assuntos Políticos e foi designado como Coordenador da Missão de Avaliação da Pré-eleição das Eleições Harmonizadas no Zimbabué de 3 a 11 de Março de 2008 e da Missão de Observação da UA durante as eleições de 29 de Março de 2008.

782. O Escritório interagiu ainda com a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos durante a sua missão de promoção no Malawi. O objectivo da missão foi aumentar a consciencialização sobre a função da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos nos principais departamentos, instituições e sociedades civis do Malawi.

783. Em relação às CERs, o Escritório fornece informações regulares sobre actividades de integração e de desenvolvimento da CUA a todas as CER's da região mantendo estreitas relações de trabalho com a UNECA-África Austral e outras importantes organizações regionais de apoio às CER's e à região nos seus programas de integração e desenvolvimento.

784. Nesta perspectiva, o Escritório foi convidado a participar no Fórum de Desenvolvimento da África Austral sobre os progressos e perspectivas da implementação dos Protocolos na África Austral, organizado pela UNECA-AA de 29 a 31 de Maio de 2008 em Lusaka, Zâmbia. O Fórum debateu a dimensão e as dificuldades na implementação dos Protocolos nas CER's da África Austral e apresentou propostas para a eliminação dos estrangulamentos na implementação de Protocolos na região.

785. O Escritório participou no Seminário Regional sobre o ordenamento do território organizado pelo Instituto do Banco Mundial (WBI) e pela SADC em Lilongwe, Malawi, de 12 a 15 de Maio de 2008. Como é sabido, a terra é uma questão fundamental no processo de desenvolvimento dos países da África Austral e os países e as instituições de pesquisa estão a desenvolver esforços permanentes para encontrar soluções para os seus diversos problemas. O seminário incidiu na experiência internacional sobre o ordenamento do território, formulação e implementação de políticas agrárias, utilizando abordagens convencionais e alternativas de ocupação da terra e de segurança.

786. Relativamente ao Centro de Orientação, Aconselhamento e Desenvolvimento da Juventude (GCYDCA), o Escritório continua a facilitar as actividades do GCYDCA. Participou nos cursos de Formação Regional sobre a Educação Sanitária dos Pares a 15 de Janeiro de 2008 e sobre a Formação sobre Saúde Mental à intenção dos mediadores a 22 de Fevereiro de 2008. Ambos os cursos visam o reforço da capacidade da juventude africana com vista ao desenvolvimento sustentável do continente.

787. Relativamente às actividades da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) na região, a organização convocou o seminário internacional "Uma aldeia um produto" (OVOP) de 22 a 24 de Janeiro de 2008. O Escritório foi convidado a fazer uma exposição na sessão de abertura. O OVOP, criado inicialmente no Japão em 1975, é um exemplo clássico que mostra que incidir a produção de um produto numa determinada aldeia pode, através de um esforço de cooperação, alargar rapidamente a produção e contribuir para a redução da pobreza nesta localidade. O seminário reuniu os mentores do OVOP do Japão e de vários países africanos, nomeadamente os que criaram OVOP ou organizações similares para partilhar experiências na implementação do programa. O objectivo principal foi garantir a implementação efectiva do programa em África no quadro da estratégia de redução da pobreza na região.

788. Relativamente ao Diálogo sobre a Migração na África Austral (MIDSA), o AU-SARO continua a cooperar com o MIDSA, órgão que procura maior compreensão dos

problemas referidos e a articulação de possíveis soluções. O Escritório participou no Seminário sobre “Mecanismos Regionais de Protecção às Vítimas de Tráfico Humano”, organizado pelo MIDSA em Durban, África do Sul, de 23 – 25 Abril de 2008. O seminário analisou os mecanismos, as necessidades e os desafios actuais que os países da África Austral enfrentam para proteger as vítimas de tráfico humano.

789. Na área da sensibilização na região da África Austral o Escritório tomou medidas para promover a UA na região durante este período. Neste contexto, o delegado regional da UA na SADC, a 02 Maio de 2008, proferiu uma palestra pública intitulada “União Africana: uma Estratégia Vital para o Desenvolvimento de África num Ambiente Internacional de Mudança” na Universidade Mzuzu, Malawi. O documento sublinhou a importância da abordagem continental colectiva para as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) a fim de garantir as vantagens comerciais, a necessidade de uma integração económica regional continental reforçada tendo em conta a falta de progressos na Ronda de Doha da OMC.

790. Finalmente, o Escritório continuou a realizar reuniões mensais do Grupo Africano e do Grupo da SADC em Lilongwe. Os debates incidiram nos acontecimentos políticos, económicos e sociais em África e nas tendências das questões económicas internacionais, comércio internacional e transferências de capitais e sua implicação nos países africanos, especialmente os da região da África Austral.

E. ESCRITORIO DE NOVA IORQUE

791. A Missão prosseguiu as suas actividades nas várias áreas:

E.I. QUESTÕES DE PAZ E DE SEGURANÇA

792. Relativamente à questão do Darfur, a Missão da UA facilitou a cooperação entre esta e a ONU sobre a transição da AMIS para a UMAMID e monitorizou a análise do Conselho sobre os dois relatórios do Secretário Geral a 8 de Fevereiro e a 11 de Março de 2008. A Missão da UA contribuiu para as três reuniões dos países que contribuem com tropas e polícias, realizada na ONU. A Missão também acompanhou a reunião de informação do Representante Especial da UNAMID, Rodolphe Adada, e o Sub-Secretário Geral da ONU, John Holmes, no Conselho de Segurança a 22 de Abril de 2008 que debateu os progressos e os constrangimentos ligados ao destacamento da UNAMID. Durante as reuniões do Grupo de Contacto para o Sudão, em Nova Iorque, a Missão da UA continuou a reiterar a necessidade crucial de apoiar o destacamento das tropas prometidas pelos países africanos que fornecem contingentes. Na sua última carta datada de 11 de Abril de 2008, o Grupo de Contacto exortou o Secretário-Geral da ONU a nomear o mediador conjunto para dirigir o processo de paz ONU-UA no Darfur e trabalhar com todos os intervenientes. A missão participou igualmente em reuniões dos “Amigos da UNAMID” durante a qual foram prestados esclarecimentos sobre a assistência necessária para ajudar os países que fornecem contingentes.

793. Relativamente à Somália, a Missão informou o Conselho de Segurança das NU, de 15 de Fevereiro de 2008, sobre a situação da AMISON e as propostas do CPS da UA aprovadas pela Conferência da UA em Adis Abeba. Reiterou igualmente a necessidade de voltar a chamar a atenção da Comunidade Internacional para a situação da Somália e garantir que sejam realizados esforços concertados com vista à promoção de uma paz duradoura. O Conselho de Segurança adoptou a Resolução 1801 (2008) de 20 Fevereiro de 2008, autorizando a extensão da AMISOM por mais um período de 06 meses e a Resolução 1811 (2008) de 29 Abril de 2008 alargando o mandato do grupo de monitorização por mais 6 meses. Na sequência do relatório do Secretário-Geral de 14 Março de 2008, o Conselho adoptou a Resolução 1814 (2008) de 15 Maio de 2008 que, entre outras coisas, saudou a Estratégia Global Integrada das NU para a Paz e a Estabilidade e a planificação de emergência para um possível destacamento de uma operação de manutenção da paz das NU para suceder a AMISOM, de acordo com a proposta feita pelo Secretário Geral.

794. A Missão da UA continuou igualmente a monitorizar o Conselho de Segurança e outros esforços das NU para resolver as situações no Chade, Saará Ocidental, República Democrática do Congo, Região dos Grandes Lagos e a situação entre a Etiópia e a Eritreia.

795. Relativamente ao papel das organizações regionais na manutenção da paz e segurança internacionais, a Missão da UA facilitou a participação da UA no debate de alto nível do Conselho de Segurança das NU realizado a 16 de Abril de 2008, dirigido pelo Presidente da República da África do Sul. O debate abordou questões essenciais, particularmente o financiamento das operações de manutenção da paz mandatadas pelas NU e realizadas pelas organizações regionais. Nesta óptica, o Secretário-Geral propôs a criação de um painel UA-NU para analisar as modalidades desse apoio e, sobre isso, foi adoptada a Resolução 1809 (2008). A 17 de Abril de 2008, o Conselho

de Segurança das NU e o Conselho de Paz e Segurança da UA realizaram a sua segunda reunião em Nova Iorque para partilhar a experiência de trabalho e as informações sobre os actuais conflitos e procurar meios para os evitar. A reunião decidiu reforçar as relações entre todas as estruturas importantes do CSNU e CPSUA e felicitou a equipa de apoio à manutenção da paz criada pelas NU.

796. Quanto à questão da Palestina, a Missão da UA continuou a acompanhar os esforços das NU, particularmente os do Comité das NU sobre o exercício dos direitos inalienáveis do povo palestiniano, que organizou o seminário sobre a assistência ao povo palestiniano, em Fevereiro de 2008, em Amã, e a Conferência Internacional sobre os Refugiados Palestinos, em Abril de 2008, em Paris, na qual a Comissão foi representada pela Missão da UA. A reunião reiterou que uma solução duradoura para os problemas dos refugiados palestinianos só pode ser alcançada no quadro do seu direito inalienável de regressar às suas casas e lançou um apelo à ONU para exercer a sua responsabilidade permanente como guardião da legitimidade internacional. A reunião saudou igualmente a assistência prometida pela comunidade internacional ao processo de paz.

E.II. INSTAURAÇÃO DA PAZ E RECONSTRUÇÃO PÓS-CONFLITO

797. A Missão continuou a acompanhar e a apoiar os esforços da Comissão de Instauração da Paz nos três países africanos piloto cuja situação está a analisar. Em Janeiro de 2008, a Comissão de Instauração da Paz, relativamente à situação na Sierra Leone, adoptou um plano de acção de implementação do seu quadro de cooperação para o período Janeiro-Junho. A missão no terreno, conduzida pela PBC em Abril de 2008, e a reunião de alto nível dos parceiros e instituições internacionais, realizada a 19 de Maio de 2008 em Nova Iorque foram passos importantes neste processo. Convém anotar que o Conselho de Segurança, em conformidade com a Resolução S/RES/1793 de 21 de Dezembro de 2007, que alargou o mandato da UNIOSIL até 30 de Setembro de 2008, está a analisar o fim desta missão bem como propostas específicas para o Escritório que a vai substituir na Sierra Leone.

798. Os principais desenvolvimentos na nova situação da Guiné-Bissau, incluem uma visita de exploração ao país, em Janeiro de 2008, e a adopção de uma abordagem dupla (esforços de instauração da paz associados ao desenvolvimento de projectos de rápido impacto). A 21 de Fevereiro de 2008, o Sr. Martinho N'Dafa Cabi, Primeiro Ministro da Guiné-Bissau informou o PBC da situação da Guiné-Bissau e descreveu as prioridades e os desafios da consolidação da paz, nomeadamente a reforma do sector da segurança, o combate à corrupção e a restauração da disciplina fiscal, a reconstrução da administração pública e a melhoria das condições de investimento.

799. A Iniciativa de Burundi continuou o seu trabalho, incluindo a missão no terreno realizada em Maio de 2008 e as visitas às instituições financeiras internacionais e países doadores a fim de reforçar a sensibilização sobre a necessidade de ajudar o país. A Missão da UA continuou a realçar os esforços da UA através da Missão Africana no Burundi, da Mediação Sul-africana, das Forças Especiais da UA no Burundi e da Iniciativa Regional de Paz para o Burundi.

E.III. ASSUNTOS POLITICOS

800. Relativamente à Reforma do Conselho de Segurança das NU, o Presidente da Assembleia Geral convocou uma reunião aberta do Grupo de Trabalho sobre a questão da representação equitativa relativamente ao aumento do número de membros do Conselho de Segurança e outras questões relacionadas com este órgão, a 10 de Abril de 2008, destinada a lançar as bases para as negociações inter-governamentais. Designou o Representante Permanente do Djibouti como novo membro deste grupo de trabalho, que iniciou uma ronda de consultas com os outros Estados-membros. No quadro da implementação da Decisão Assembly/AU/Dec.184 (X) sobre a Reforma do Conselho de Segurança, foram organizadas várias sessões de informação no seio do Grupo Africano em Nova Iorque. O Comité dos Dez a nível de Representantes Permanentes continuou igualmente a trabalhar para a promoção da Posição Africana Comum.

801. A Missão participou igualmente na reunião do Grupo Conjunto de Monitorização (JMG) dos Representantes Especiais dos signatários do Comunicado de Nairobi de 9 Novembro de 2007, realizada em Nova Iorque, a 18 de Abril de 2008. A reunião recebeu informações sobre a situação militar e humanitária. A MONUC foi encorajada a disponibilizar aos Estados Membros o relatório sobre as investigações do Mecanismo de Verificação Conjunta (MVC). Os governos da RDC e do Ruanda, bem como as NU comprometeram-se imediatamente a iniciar as investigações da MVC, e os parceiros internacionais prometeram considerar o financiamento adicional para apoiar as actividades em curso.

E.IV. NÃO-PROLIFERAÇÃO, DESARMAMENTO E CONTRA-TERRORISMO

802. A Missão da UA trabalhou em estreita relação com o Escritório das NU para as Questões de Desarmamento no quadro da preparação do Seminário Sub-regional organizado através do Centro Regional para a Paz e o Desarmamento em África sobre o tema “Promover o carácter universal de algumas armas convencionais (CCW) e os seus protocolos anexos na África Ocidental e Oriental”, em Abril de 2008 em Lomé, Togo. A Missão realizou vários debates com os três organismos das NU que combatem o terrorismo (nomeadamente o Escritório das NU sobre a Droga e o Crime (UNODC), a Direcção Executiva das NU contra o Terrorismo (CTED) e o Comité 1540), nos quais foi sublinhado o reforço da cooperação com vista a assistir os Estados-membros africanos na implementação das Resoluções das NU contra o terrorismo. A Missão continuou a reiterar o apelo lançado pela UA no sentido de apoiar os seus esforços de luta contra o terrorismo, nomeadamente os do Centro Africano para o Estudo e Investigação do Terrorismo (CAEIT), em Argel. O Escritório continua a acompanhar as deliberações da sessão substantiva do Comité Especial sobre as Operações de Manutenção da Paz iniciada a 4 de Abril de 2008.

E.V. FACILITAÇÃO DO TRABALHO DO GRUPO AFRICANO

803. A Missão da UA facilitou a organização de mais de 40 reuniões do Grupo Africano a nível de embaixadores e a nível de peritos. A 08 de Janeiro de 2008, o Secretário-Geral das NU informou o Grupo Africano das suas prioridades relativamente à África, nomeadamente os OMD e a Paz e Segurança em África. O Grupo recebeu informações de vários representantes de agências e departamentos das NU. O Grupo Africano incidiu a sua discussão nos pontos da agenda da 62ª Sessão da Assembleia Geral, que incluiu questões temáticas como os OMD, as alterações climáticas, a crise

alimentar, o VIH-SIDA, o combate ao terrorismo, a revisão do mandato das NU e o genocídio no Ruanda. O Grupo realizou várias sessões de informação sobre a Reforma do Conselho de Segurança das NU.

804. A Missão da UA facilitou ainda outras actividades do Grupo Africano, nomeadamente almoços de trabalho com o Secretário-Geral Adjunto a 26 e 27 Março de 2008 sobre o trabalho do Grupo Director dos OMD em África, interacção consultiva entre as Troikas do Grupo Africano e da União Europeia a 12 de Março de 2008, que discutiu a reforma nos vários departamentos das NU, a afectação de recursos para o desenvolvimento de África e os preparativos para a comemoração do Dia de África nas NU, a 28 de Maio de 2008.

E.VI. CANDIDATURAS AFRICANAS NO SISTEMA INTERNACIONAL

805. A Missão da UA facilitou as actividades do Grupo Africano sobre as candidaturas no sistema internacional. A Missão da UA facilitou as actividades do Grupo Africano sobre as Candidaturas Africanas no sistema internacional. A África teve sucesso nas eleições já realizadas durante a 62ª Sessão, em 17 órgãos subsidiários do ECOSOC. Durante o período em análise, o Embaixador Cheick Diarra (Mali) foi nomeado Sub-Secretário Geral das NU, Conselheiro Especial para as questões africanas e Alto Representante para os países menos desenvolvidos, países encravados em desenvolvimento e pequenos países insulares em desenvolvimento. O Embaixador Said Djinnit (Argélia) foi nomeado para o elevado posto de Representante Especial do Secretário-Geral das NU para a África Ocidental. A Missão da UA apresentou igualmente o regime africano de candidaturas no sistema internacional, numa reunião organizada pela UNITAR em Abril de 2008, na qual registou o sucesso de África nos postos de eleição e a sua persistente sub-representação nos postos de nomeação.

E.VII. ASSUNTOS ECONÓMICOS

806. A Missão da UA acompanhou várias reuniões no âmbito das questões económicas na Assembleia Geral das NU e no ECOSOC-NU e nos seus órgãos subsidiários. De 10 a 11 Fevereiro de 2008, no debate de alto nível da Assembleia Geral sobre o tema “Debater as Alterações Climáticas”, demonstrou a necessidade de apoiar o processo negocial lançado em Bali e incidir em medidas práticas imediatas através de parcerias efectivas tendo em conta o compromisso de apoiar a Convenção Quadro das NU sobre as Alterações Climáticas. Foram sublinhados os efeitos negativos das alterações climáticas em África e a sua ameaça aos esforços para a erradicação da pobreza e a realização do desenvolvimento sustentável.

807. Na 39ª Sessão do Fórum de alto nível sobre as Estatísticas Oficiais, organizado pela Divisão de Estatísticas das NU de 26 a 29 de Fevereiro de 2008 abordou a importância, a integridade e a inovação de “estatísticas oficiais”. A 41ª Sessão da Comissão sobre a População e o Desenvolvimento, realizada em Abril de 2008, abordou os temas especiais da distribuição da população, urbanização, migração interna e desenvolvimento. Durante a sessão foram discutidas questões como a urbanização crescente da população mundial e as suas implicações nas questões de desenvolvimento como a pobreza e o meio ambiente. A Comissão das NU sobre o Desenvolvimento Sustentável realizou a sua 16ª sessão de 07 a 16 Maio de 2008, e iniciou um ciclo de 2 anos destinado a abordar questões fundamentais para aumentar a produção de alimentos a nível mundial. A sessão abordou questões temáticas incluindo a Agricultura, o Desenvolvimento Rural, a Terra, a Seca e a Desertificação em África.

808. Relativamente aos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, a Missão facilitou a participação da delegação da CUA às reuniões dos Grupos de Trabalho e Director em Nova Iorque, em 28 de Fevereiro e 10 Março de 2008, respectivamente. Foram discutidos os principais compromissos e oportunidades internacionais bem como o apoio aos governos africanos para a sua realização. O Grupo Director Africano identificou os resultados específicos alcançáveis, as organizações que podem prestar liderança política e mecanismos multilaterais de financiamento. A falta de previsibilidade da ajuda e a sustentabilidade do processo foram sublinhadas. A Assembleia Geral das NU realizou igualmente um debate temático de 1 a 4 de Abril de 2008 sobre o tema “Reconhecer as realizações, vencer os desafios e retomar a via para alcançar os OMD até 2015”. A reunião incidiu nos OMD relativos à pobreza e fome, educação e saúde, e realçou a reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre as necessidades para o desenvolvimento de África, realizada a 22 de Setembro de 2008 e o evento de alto nível sobre os OMD realizado a 25 de Setembro de 2008. Prevê-se que essas reuniões sejam oportunidades fundamentais para solicitar o apoio global, anunciar novas iniciativas concretas ou apresentar calendários detalhados para a realização dos OMD.

E.VIII. ASSUNTOS SOCIAIS

809. A Missão da UA acompanhou várias reuniões no âmbito das questões sociais na Assembleia Geral das NU. A 46ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Social (COSD) teve lugar de 6 a 15 de Fevereiro de 2008 em Nova Iorque. A reunião de duas semanas sobre a análise do ciclo de políticas avaliou, entre outros, os progressos e os desafios dos principais programas e planos de acção das NU relativos à situação dos grupos sociais. Um evento paralelo, intitulado “Reforço de parcerias para aumentar a cobertura da protecção social” foi organizado pela União Europeia a 6 de Fevereiro de 2008, durante a qual a Missão da UA, em nome da Comissão, apresentou as perspectivas da UA. A sessão da COSD adoptou 7 resoluções, incluindo uma sobre a dimensão social da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

810. A Comissão das NU sobre a Situação da Mulher realizou a 52ª sessão, de 28 de Fevereiro a 7 de Março de 2008, sobre o tema prioritário “Financiar a Igualdade do Género e a Capacitação das Mulheres”. A Missão da UA facilitou a participação da delegação da CUA na CSW e, em colaboração com o UNIFEM, a organização do Seminário dos Ministros da UA sobre o Reforço de Capacidades realizado em 27 Fevereiro de 2008. Foram adoptadas seis resoluções incluindo as conclusões sobre o financiamento da igualdade do género e a capacitação das mulheres e a Resolução para pôr termo à Mutilação Genital Feminina.

811. A Missão da UA participou no Dia Mundial de Consciencialização sobre o Autismo a 2 de Abril de 2008, em conformidade com a Resolução A/RES/ 62/139 que encoraja todos os intervenientes a fazerem campanhas de sensibilização pública sobre o autismo, e debateu os desafios, responsabilidades e acções das várias partes, em especial a necessidade de eliminar o estigma associado ao autismo. A Missão da UA também participou na reunião sobre Diabetes, Mulheres e Desenvolvimento a 08 de Abril de 2008, que realçou as relações negativas entre a diabetes e as mulheres e a necessidade de as políticas públicas integrarem essas preocupações nos protocolos internacionais. A reunião debateu recomendações sobre políticas de diabetes relacionadas com os OMD no âmbito da capacitação das mulheres, saúde materna e mortalidade infantil. A UA participou ainda na apresentação sobre o “Acompanhamento

do 10.º aniversário do Ano Internacional da Família” a 6 de Maio de 2008, em conformidade com a Resolução 62/129, que fez a apresentação do Instituto Internacional de DOHA para os estudos relacionados com a família e o desenvolvimento. A Missão da UA continuou a acompanhar as questões comunitárias e a este respeito participou no debate sobre o tráfico humano realizado a 3 de Junho de 2008 e que analisou as perspectivas da luta global contra o tráfico de seres humanos. Foram feitas propostas para melhorar a cooperação e a coordenação de acções no combate ao tráfico de pessoas.

812. A Missão da UA acompanhou e facilitou a participação da CUA na reunião de alto nível sobre VIH/SIDA, de 10 a 11 de Junho de 2008, em conformidade com a Declaração Política sobre o VIH/SIDA no âmbito da avaliação anual dos progressos registados na implementação da Declaração do Compromisso sobre o VIH/SIDA intitulada “Crise Global – Acção Global” . A reunião analisou igualmente o relatório do Secretário-Geral, os progressos registados, os principais desafios e as soluções sustentáveis para os ultrapassar.

E.IX. INTERACÇÃO MULTILATERAL

813. A Missão da UA participou activamente na preparação da primeira comemoração mundial do Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravatura e do Comércio Transatlântico de Escravos a 25 de Março de 2008, organizado com a CARICOM, as NU e outros parceiros, como contribuição para a implementação da Decisão da UA EX.CL/Dec.408 (XII). Nessa ocasião, foi tomada a decisão de erigir um memorial permanente nas Nações Unidas. O evento contou com uma intervenção sobre “O 200º aniversário da abolição do tráfico transatlântico de escravos nos Estados Unidos” por Harry Belafonte, actuações artísticas e uma recepção oferecida pela UA e a CARICOM.

814. A Missão da UA também participou no fórum interactivo sobre as línguas para a paz, organizado conjuntamente pela Organização Internacional da Francofonia (OIF) e a Universidade das NU (UNU), a 18 de Março de 2008 e no Painel sobre o Relatório Mundial sobre a Integração Regional, a 9 de Abril de 2008, organizado pela UNU. A Missão da UA também representou a Comissão em Fort de France, Martinica, para prestar homenagem à memória do último autor lendário da negritude e político, Aimé Césaire, que incansavelmente combateu o colonialismo. A Missão da UA deu a sua contribuição em eventos organizados pelas ONG, OSC e instituições de ensino e investigação.

E.X. DOCUMENTAÇÃO/ COMUNICAÇÃO

815. A Missão da UA desenvolveu o seu website que facilitou, em grande parte, a comunicação com o público. A criação de um centro de documentação está em curso. A Missão da UA deu apoio às reuniões do Grupo Africano e disponibilizou aos respectivos órgãos das NU e do Grupo Africano em Nova Iorque as decisões da Cimeira e vários comunicados do Conselho de Paz e Segurança da UA. O desafio permanente de satisfazer o grande pedido de documentos da UA continua a ser debatido e requer a utilização de competências oferecidas pela moderna tecnologia.

F. ESCRITÓRIO DE WASHINGTON D.C.

816. Durante o período em consideração, os esforços da Missão incidiram na implementação da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.39 (XII) sobre a aquisição de um imóvel para acolher a Missão. Todas as informações e documentos relativos aos imóveis identificados para compra, foram submetidos à Comissão da UA para posteriores instruções.

817. A Missão continuou a consolidar a sua presença e a realizar funções de sensibilização. O Representante Permanente participou em vários fóruns e esteve em Universidades em Washington e outros Estados fazendo exposições sobre as actividades da Missão da UA e dos programas e iniciativas da UA. A este respeito, o Representante Permanente efectuou uma visita de trabalho ao Centro de Controlo de Doenças, à Sociedade Americana do Cancro e ao Centro Cárter em Atlanta, Geórgia.

818. No quadro do seu mandato, o Representante Permanente informou o Grupo Africano de Embaixadores acreditados nos Estados Unidos sobre os resultados da Cimeira da UA realizada em Janeiro de 2008 e divulgou todas as decisões e relatórios relacionados com a mesma. A Missão continuou a acompanhar os desenvolvimentos tanto a nível do Grupo Africano como do Congresso dos Estados Unidos sobre PEPFAR, Ensino Superior e a nova Lei do Comércio proposta para suceder a AGOA. A Missão aconselha vivamente a necessidade de haver uma abordagem Africana mais coordenada e coerente no âmbito da Comissão da UA para garantir a liderança e a apropriação colectiva de África.

819. A missão participou nas reuniões anuais do Banco Mundial e do FMI e deu o apoio necessário ao Representante da CUA. A Missão continuou envolvida com o Banco Mundial nas várias áreas de cooperação identificadas no Memorando de Entendimento pendente entre a UA e o Banco Mundial. Recomenda-se a finalização e a assinatura do Memorando de Entendimento, o mais depressa possível.

820. A Missão co-organizou uma reunião com a Fundação Internacional sobre os Sistemas Eleitorais com vários embaixadores africanos e/ou seus representantes. O chefe da FISE, Sr. Carl Dundas, prestou informações à reunião, realçando o seguinte:

- b. A Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec 300(X) adoptada em Banjul, em Junho de 2006, que levou à criação da Unidade da USA-UA sobre Democracia e Assistência Eleitoral;
- c. Realçou ainda os objectivos da Unidade, o Programa de Trabalho previsto e o Fundo de Assistência Eleitoral. Sobre este ponto, o chefe da Unidade indicou os objectivos e o modo de funcionamento do Fundo.

821. A Missão, em colaboração com o Grupo do Banco Africano – Sociedade Africana FMI, organizou eventos para comemorar o Dia Africano do Ambiente sobre o tema: “O compromisso de África para com o Acordo Global sobre o Ambiente afecta o seu crescimento económico?”

822. Para concluir, não se pode negar que o funcionamento efectivo da Missão exige a aquisição rápida de instalações permanentes, a dotação de efectivos estipulados na Declaração de Maputo e uma avaliação da actual estrutura da Missão.

VI. CONCLUSÃO

823. O relatório tentou cobrir todos os aspectos das acções realizadas pela Comissão durante os últimos seis meses. Como já dissemos no início, inúmeros programas e actividades foram levados a cabo com base no mandato da Comissão. A avaliação do seu impacto real continua a ser um desafio a vencer a fim de avançarmos com um base sólida e susceptível de nos fazer alcançar os resultados desejados e previstos pelos nossos dirigentes bem como pelas populações africanas. O objectivo é fazer com que a Comissão possa, no futuro, ser avaliada pela sua verdadeira contribuição concreta e não por decisões muitas vezes repetitivas e ineficazes no terreno. O desafio é totalmente partilhado com os Estados Membros que, embora contado com resultados convincentes numa espécie de contrato entre os mesmos e a Comissão, devem facultar a esta última os meios necessários para honrar totalmente este contrato. De igual modo, ao tomar decisões no seio da União, os Estados Membros devem levá-las a sério e assegurar que desempenharão o papel que lhes compete de modo a impor a sua implementação no terreno. Assim sendo, a União poderá avançar decididamente no projecto de integração continental. A Comissão reitera o seu empenho contínuo para, juntamente com os Estados Membros, alcançar os objectivos previstos.

2008

Relatório de Actividades da Comissão Para O Período de Janeiro A Junho de 2008

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3847>

Downloaded from African Union Common Repository